

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FERNANDO DA SILVEIRA

**OURO, COBRE E CHUMBO: A PSICANÁLISE, O
GRUPO E O MOVIMENTO ANALÍTICO BRASILEIRO
EM TEMPOS DE DITADURA.**

São Paulo, 2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Silveira, Fernando da.

Ouro, cobre e chumbo: a psicanálise, o grupo e o movimento analítico brasileiro em tempos de ditadura / Fernando da Silveira; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2016.

318 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Psicanálise de grupo 3. Intersubjetividade 4. Movimento analítico brasileiro 5. Alianças inconscientes I. Título.

RC504

FERNANDO DA SILVEIRA

Ouro, cobre e chumbo: a psicanálise, o grupo e o movimento analítico
brasileiro em tempos de ditadura

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Psicologia, Universidade
de São Paulo, como requisito parcial
para a obtenção do título de doutor
em Psicologia

Área de concentração: Psicologia
Social e do Trabalho

Orientadora: Pofa. Dra. Maria Inês
Assumpção Fernandes

Co-orientador: Prof. Dr. Georges
Gaillard

São Paulo
2016

Nome: Fernando da Silveira

Título: Ouro, cobre e chumbo: a psicanálise, o grupo e o movimento analítico brasileiro em tempos de ditadura

Tese apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de doutor em
Psicologia

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Doutor: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Doutor: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus filhos Pedro e Tiago: à continuidade da vida, cada um, ao seu próprio modo.

À Marcela: minha grande companheira neste percurso.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas do Instituto Sedes Sapientiae, principalmente a Paulo Jerônimo de Carvalho e Cristiane Cury Abud; a Pablo Castanho e Angela Biazi Freire: pela inestimável parceria ao longo destes anos.

A Auro Dany Lescher, Graziela Bedoian e a todos os meus amigos do Projeto Quixote: pelo companheirismo e pelo compartilhamento do sonho e do trabalho por um futuro melhor.

Em nome de Nalva Gil a todos os funcionários do departamento de psicologia social: pelo cuidado com os alunos de pós graduação.

Em nome da Profa. Dra. Berenice Carpigiani, aos meus amigos, colegas e alunos do Mackenzie: pela oportunidade de aprender cada vez mais, a cada dia.

Aos colegas da Rede de Atendimento Psicanalítico: pela paciência ao longo destes últimos tempos, por conta do meu afastamento das atividades.

À minha família: pelo apoio ao longo destes últimos anos.

Aos colegas do LAPSO: pela colaboração e pelo diálogo fecundo nos grupos de orientação.

Em nome da Profa. Dra. Anne Brun, aos colegas do CRPPC, Universidade de Lyon 2, França: pela generosa recepção durante a minha estadia neste laboratório.

Agradeço à Claudine Vacheret e Évelyne Grange-Segeral pela hospitalidade, amizade e carinho com que me receberam em Lyon.

A Nathalie Gaillard: pelo cuidado e pela amizade com que me recebeu em Lyon

Faço um agradecimento especial à Marilei Jorge pela imensa disponibilidade, generosidade e competência. É impossível medir a importância do seu apoio na realização deste trabalho.

Ao professor Georges Gaillard: por ter aceitado o convite de ser meu co-orientador e pela atenção e cuidado ao me receber em Lyon.

À professora Maria Inês Fernandes por: ter aceitado orientar o meu trabalho e por ter me ajudado a caminhar por um trajeto bastante difícil ao longo destes últimos anos. Aos dois eu agradeço pela generosidade com que se dispuseram a me orientar ao longo deste caminho.

RESUMO

SILVEIRA, F. Ouro, cobre e chumbo: a psicanálise, o grupo e o movimento analítico brasileiro em tempos de ditadura. 2016. 324 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O trabalho atual visa entender o papel que as alianças inconscientes desempenham na institucionalização da psicanálise brasileira. O psiquismo é entendido a partir de uma perspectiva intersubjetiva, tal como proposta por Kaës. Tem-se como hipótese que um dos efeitos das alianças inconscientes foi restringir a possibilidade de a psicanálise lidar, no movimento analítico brasileiro, com a questão do grupo, a partir do início dos anos 1970. Sob a sombra do narcisismo de Freud, desde a sua fundação, o grupo é, paradoxalmente, o suporte de transmissão da psicanálise e um objeto de estudos denegado, no movimento analítico. O objetivo deste estudo é contribuir com um debate atual acerca da relação entre a questão do grupo e a institucionalização do movimento analítico brasileiro. Foi realizada uma leitura de textos publicados na Revista Brasileira de Psicanálise, RBP, buscando elementos que ajudassem a compreender o afastamento do trabalho com grupos nas instituições psicanalíticas, fato ainda observado na atualidade. As alianças inconscientes são formações intermediárias que estão na base da construção dos vínculos entre o sujeito singular e o grupo, formando apoios psíquicos de uma instituição. A resistência ao conhecimento sobre o grupo é o ponto de partida para esta pesquisa. Foi realizado um trabalho de interpretação dos textos, sobre a institucionalização da psicanálise no Brasil. Foram identificados os efeitos das alianças inconscientes sobre o processo de institucionalização do movimento analítico brasileiro. Elucidar o passado pode ajudar a analisar, no presente, as resistências que ainda existem e que dificultam a extensão da psicanálise para a inclusão do grupo como um campo legítimo de estudo. Foram analisados, no total, 55 textos publicados entre 1967 e 1976. A análise foi dividida em dois períodos: 1967 e 1970; 1971 e 1976. Até 1970, diversos psicanalistas tentaram validar o trabalho com grupos como psicanalítico. A partir de 1970, as fronteiras da psicanálise delimitaram-se em torno do estudo do intrapsíquico, na situação da clínica bipessoal. Trabalhos com grupos ficaram para “fora” do movimento analítico por não serem legitimados como “verdadeiramente” psicanalíticos. Ao mesmo tempo, observa-se um insistente retorno do recalcado, pois as crises de relacionamento em grupo nas sociedades passam cada vez mais a serem discutidas nas páginas da RBP. Conforme afirma Kaës, o grupo é a quarta ferida narcísica para a humanidade e, também, uma importante ferida narcísica para a psicanálise da qual ela se defende, durante o período analisado. Os constantes ataques aos espaços intermediários, a partir do metaquadro social até o quadro institucional, sustentam uma clivagem que mantém a psicanálise em condições estritamente narcísicas, quando a libido se volta para a autopreservação. A psicanálise precisa dos espaços intermediários e do grupo para refazer a sua ligação com o mundo e nele sobreviver. A continuidade da vida acontece pelo outro, pelo grupo e não pelo Eu. É um grande desafio construir uma cultura de grupo que sirva de suporte psíquico para que o nosso narcisismo esteja a serviço das gerações futuras e da continuidade da vida.

Palavras-chave: Psicanálise; psicanálise de grupo; intersubjetividade; movimento analítico brasileiro; alianças inconscientes.

ABSTRACT

SILVEIRA, F. Gold, copper and lead: psychoanalysis, group and the Brazilian psychoanalytic movement during military dictatorship times. 2016. 324 f. Tese (Doutorado) –Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This current paper seeks to understand the role that unconscious alliances play in the institutionalization of Brazilian psychoanalysis. The psyche is understood starting from an intersubjective perspective, as proposed by Kaës. The hypothesis is that, beginning in the 1970s, one of the effects of unconscious alliances has been to restrict the possibility of psychoanalysis to deal with the question of the group within the Brazilian analytical movement. Under the shadow of Freud's narcissism, the group has paradoxically been the basis for the transmission of psychoanalysis and a denied object of study from the founding of the Brazilian psychoanalytical movement. The objective of this study is to contribute to the debate concerning the relationship between the group and the institutionalization of the Brazilian psychoanalytical movement. Based on a reading of texts published in the Brazilian Journal of Psychoanalysis (BJP) [Revista Brasileira de Psicanálise - RBP], it looks for elements to try to understand the moving away from group work in psychoanalytic institutions, a fact that can be observed until the present day. Unconscious alliances are intermediary formations that are at the root of the construction of the ties between a singular subject and a group which make up the psychic supports of an institution. Texts on the institutionalization of psychoanalysis in Brazil were subjected to interpretation. Elucidating the past may aid in analyzing the resistance that still exists and which, in the present, impedes the extension of psychoanalysis to inclusion of the group as a legitimate field of study. A total of 55 texts published between 1967 and 1976 have been analyzed. This analysis was then divided into two periods: 1967 to 1970 and 1971 to 1976. Until 1970, several psychoanalysts attempted to validate group work as being psychoanalytical. After 1970, the limits of psychoanalysis were confined to the study of intrapsychic processes in bipersonal clinical situations. Work with groups remained outside of the Brazilian psychoanalytical movement as it was not legitimized as being "truly" psychoanalytic. At the same time, there was an insistent return of that repressed work as the crises of group relations in society were increasingly discussed in the pages of the BJP. As Kaës has stated, the group is the fourth narcissistic wound of humanity, and was also an important narcissistic wound for psychoanalysis from which it tried to defend itself during the period studied. The constant attacks on intermediate spaces, beginning with the social metaframework and extending to the institutional framework, argue for the existence of a rift that holds psychoanalysis within a strictly narcissistic condition, one in which the libido turns towards self-preservation.. The continuity of life occurs by means of the other, by means of the group and not by means of the Self. Building a culture of the group that may serve as a psychic support so that our narcissism may be of service to future generations and the continuity of life is indeed a great challenge.

Keywords: Psychoanalysis; Group psychoanalysis; intersubjectivity; the Brazilian analytical movement; unconscious alliances

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABP Associação Brasileira de Psicanálise

ABPAG Associação Brasileira de Psicologia Analítica de Grupos

APA Associação psicanalítica Argentina

AVP Associação Venezuelana de Psicanálise,

BPS British Psychoanalytical Society,

COPAL Comitê das Organizações Psicanalíticas da América Latina

IPA International Psychoanalytical Association

RBP Revista Brasileira de Psicanálise

SBPRJ Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

SBPSP Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo

SPAG Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos

SPPA Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre

SPPAG Sociedade Paulista de Psicoterapia Analítica de Grupos

SPRJ Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro

SPAG-E. Rio Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara

SPAG-RJ Sociedade de Psicoterapia de Grupos do rio de Janeiro

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro,

USP Universidade de São Paulo

Sumário

Capítulo 1: Introdução	13
1.1 Justificativa	16
1.2 Da pesquisa sobre psicanálise à pesquisa em psicanálise.....	19
1.3 Sobre o campo desta pesquisa	23
1.4 Objetivos.....	26
1.4.1 Objetivo Geral.....	26
1.4.2 Objetivos Específicos	27
Capítulo 2: Entraves históricos para se pensar psicanaliticamente o grupo.....	28
2.1 A oposição indivíduo/grupo: uma questão teórica na história da psicologia e da psicanálise	28
2.2 Resistência do movimento analítico à extensão da psicanálise	32
Capítulo 3: Bases epistemológicas.....	37
3.1 Contribuições da psicanálise para o campo da epistemologia.....	37
3.2 O problema da complexidade na psicanálise.....	44
Capítulo 4: Fundamentos teóricos gerais.....	46
4.1 O problema da intersubjetividade na psicanálise.....	46
4.1 O problema da intersubjetividade e o grupo na psicanálise	51
4.2. A questão do narcisismo na psicanálise.....	53
4.2.1 Narcisismo de morte em Green.....	57
4.2.2 Narcisismo e imortalidade.....	58
Capítulo 5: Fundamentos teóricos específicos: a psicanálise do terceiro tipo.....	63
5.1 A psicanálise e o grupo: o intermediário	63
5.2 Os três espaços psíquicos: o sujeito singular, o vínculo e o grupo.....	64
5.3 As alianças inconscientes.....	65
5.3.1 O contrato Narcísico	68
5.3.2 O contrato Narcísico em Piera Aulagnier	69
5.3.3 O contrato narcísico em René Kaës.....	72
5.3.4 O pacto denegativo	75
Capítulo 6: Método.....	78
6.1 O analista como um leitor interprete.	81
6.2 O analisador	83
6.3 Procedimentos	83
6.3.1 Fonte primária: textos da Revista Brasileira de Psicanálise	83
6.3.2 Fontes complementares de informação.....	85
6.3.3 Critérios para inclusão de trabalhos.....	85
6.3.4 Leitura do material.....	86
6.3.5 Análise do material.....	87
6.4 Elementos teóricos para a análise	88
Capítulo 7: Psicanálise e instituição	90
7.1 O movimento analítico como instituição.....	90
7.2 Contribuições da psicanálise para o estudo das instituições.....	91
7.2.1 Definição de instituição	91
7.2.2 Premissas gerais.....	92
7.3 As instituições sob a perspectiva de uma psicanálise do terceiro tipo.....	97
7.3.1 Dificuldades em se pensar as instituições em uma perspectiva psicanalítica.....	99
7.3.2 Sofrimento na instituição.....	101
7.3.3 A transmissão da vida psíquica entre as gerações nas instituições.....	103

7.3.4 As posições mentais nas instituições	106
7.4 Narcisismo, negatividade e instituição	107
7.5 Freud e a institucionalização da psicanálise	111
7.5.1 O grupo de quarta-feira	111
7.5.2 O Comitê Secreto	118
Capítulo 8: Uma perspectiva psicanalítica sobre o movimento analítico: construção, transmissão e extensão do conhecimento.	126
8.1 As alianças inconscientes e a construção do conhecimento	126
8.1.1 A posição ideológica	129
8.1.2 Pensar em grupo	131
8.2 As alianças inconscientes e a transmissão do conhecimento	139
8.3 As alianças inconscientes e a extensão da psicanálise	147
Capítulo 9: O narcisismo em Freud, um analisador do movimento analítico	152
9.1 A pulsão de morte e o narcisismo	161
9.2 O narcisismo como analisador da transmissão da psicanálise.....	164
Capítulo 10: A formação das Sociedades Psicanalíticas Brasileiras	167
10.1 O período pré-institucional, até 1950	168
10.2 A institucionalização da psicanálise no Brasil:	171
10.2.1 A primeira geração: anos 1940 e 1950	171
10.2.2 Intercâmbio com a Inglaterra e Argentina: anos 1950	175
10.2.3 As segundas e terceiras gerações: anos 1950 e 1960.....	177
10.3 O contexto social	179
10.3.1 A psicanálise, entre a psicologia e a psiquiatria: anos 1950, 1960	179
10.3.2 A ditadura militar e as sociedades psicanalíticas brasileiras: anos 1960 e 1970.....	185
10.4 As sociedades brasileiras de grupo: anos 1950 e 1960	189
10.5 As sociedades brasileiras de psicanálise e o grupo: anos 1960 e 1970.....	192
Capítulo 11: Análise dos artigos, 1967 a 1970	195
11.1 A institucionalização da psicanálise, na RBP	195
11.1.1 Freud e a descoberta da psicanálise	195
11.1.2 A institucionalização e expansão do movimento analítico	200
11.1.3 A identificação com Freud	203
11.1.4 A chegada da psicanálise ao Brasil.....	206
11.1.5 A psicanálise no contexto social brasileiro.....	210
11.2 As Sociedades Psicanalíticas e a construção do conhecimento psicanalítico.....	215
11.2.1 Sobre a atividade científica	216
11.2.2 A Psicanálise e a epistemologia.....	217
11.2.3 As crises das Sociedades psicanalíticas	219
11.2.4 O custo dos conflitos: a perda da capacidade de pensar	220
11.2.5 Entendendo os conflitos: o “psicologismo”	221
11.2.6 A análise didática como estratégia de resolução dos conflitos.....	224
11.2.7 Analisando as Sociedades psicanalíticas sob a perspectiva dos grupos	226
11.3 A transmissão da psicanálise e as alianças contraídas com Freud	228
11.3.1 O “medalhão” como analisador	230
11.3.2 Os Institutos de psicanálise	231
11.3.3 As relações de poder entre o analista didata e o candidato.....	234
11.4 O grupo na RBP e a extensão da psicanálise	237
11.4.1 Sobre os modelos de grupo.....	240
11.4.2 Sobre o manejo do grupo, o lugar do analista	244
11.4.3 Sobre a formação do analista para trabalhar com grupos.....	247
11.4.4 A extensão da psicanálise e os grupos sociais	248

11.4.5 Bion, Klein e a extensão da psicanálise	249
11.4.6 Sobre a extensão da psicanálise	254
Capítulo 12: Análise dos artigos, 1971 a 1976	259
12.1 A “verdadeira psicanálise”	259
12.2 A epistemologia da psicanálise.....	265
12.2.1 Sobre o objeto de pesquisa da psicanálise: o intrapsíquico	265
12.2.2 Sobre a neutralidade da psicanálise	267
12.2.3 Sobre a neutralidade da análise didática	270
12.3 Ideologia	271
12.4 Psicanálise e análise do contexto social brasileiro	273
12.5 A institucionalização da psicanálise, a extensão, a transmissão e construção do conhecimento psicanalítico.....	276
12.5.1 Conflito de gerações	276
12.5.2 A construção coletiva do conhecimento psicanalítico.	286
12.5.3 E continuam as crises nas sociedades... ..	287
12.6 A regulamentação da psicanálise	293
12.7 O trabalho com grupos.....	294
Capítulo 13: conclusão.....	297
Referências Bibliográficas	305

Capítulo 1: Introdução

Esta tese é a continuidade do mestrado intitulado “O grupo no movimento analítico brasileiro: 1967-1976” (SILVEIRA, 2007). Foi realizada, no primeiro estudo, uma pesquisa sobre psicanálise e foi utilizada a hermenêutica histórico-crítica de Habermas e a hermenêutica filosófica de Gadamer. Realizei uma reconstrução histórico-crítica do início da institucionalização da psicanálise no Brasil, na qual busquei compreender as condições que limitaram, a partir de um determinado momento, a livre produção do conhecimento no campo da psicanálise. Identifiquei elementos coercitivos da racionalidade comunicativa, que impediram a validação das proposições sobre a clínica de grupos no movimento analítico brasileiro.

Nesse estudo, foram revisados artigos publicados na Revista Brasileira de Psicanálise, RBP, entre 1967, início da publicação deste periódico, e 1976, quando passaram a ganhar força, no movimento analítico brasileiro, novas organizações psicanalíticas não filiadas à *International Psychoanalysis Association* IPA. No período estudado, o movimento psicanalítico brasileiro concentrava-se principalmente nas sociedades de psicanálise associadas à IPA e a RBP é uma publicação das suas filiadas. Havia quatro sociedades no Brasil, uma em São Paulo, uma em Porto Alegre e duas na cidade do Rio de Janeiro¹. A reconstrução histórico-crítica do período foi complementada com: o estudo de documentos oficiais das sociedades de psicanálise; entrevistas com alguns personagens que vivenciaram o período; bibliografia complementar. (SILVEIRA, 2007).

¹ Em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP; em Porto Alegre, a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, SPPA; no Rio de Janeiro, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, SPRJ e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, SBPRJ.

Na análise foi possível identificar dois momentos distintos na aceitação de novas proposições do conhecimento obtido a partir da clínica de grupos: de 1967 a 1970 e de 1971 a 1976. Nas dezesseis edições publicadas entre 1967 e 1970, seis artigos mencionam a psicoterapia de grupos no título e outros sete artigos fazem alguma menção a este tipo de trabalho. Todos estes artigos foram favoráveis à utilização do grupo e pretenderam obter reconhecimento dos bons resultados obtidos com esta prática. (SILVEIRA, 2007).

Além destes artigos, há diversas evidências que comprovam o interesse de muitos psicanalistas no trabalho com grupos: a psicoterapia de grupos foi trazida ao Brasil por psicanalistas, fundadores das quatro Sociedades de Psicanálise no Brasil, existentes no período trabalhavam com grupos; durante a discussão sobre a regulamentação da psicanálise no início dos anos 1970, um documento oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP, propôs incluir a psicoterapia de grupos como prática psicanalítica. (SILVEIRA, 2007).

O interesse de muitos psicanalistas em trabalhar com esta modalidade clínica fez com que alguns publicassem seus trabalhos clínicos com a pretensão de validá-los como psicanalíticos. No entanto, isto exigiria a modificação das condições normativas de validação do conhecimento psicanalítico, uma vez que o pilar da metapsicologia era, e ainda é, a pesquisa clínica feita a partir do dispositivo “sofá-divã”. O trabalho de Ferrão (1970) explicita o conflito anunciando que o trabalho com grupos não é psicanálise. Como consequência do conflito entre o interesse na prática com grupos, e a dificuldade em validar as proposições da clínica de grupos como psicanalíticas, esta modalidade clínica tornou-se para muitos psicanalistas um projeto independente da psicanálise. Paralelamente às Sociedades de psicanálise ligadas à IPA, foram constituídas no Brasil, ao longo dos anos 1960, quatro Sociedades de psicoterapia de

grupos formadas por psicanalistas, nos mesmos moldes das sociedades de psicanálise. (SILVEIRA, 2007).

Devido a uma série de fatores, incluindo o enrijecimento nas condições normativas de validação das proposições no campo da psicanálise a partir dos anos 1970, publicações com pretensão de validar o trabalho com grupos neste campo deixaram de ser publicadas na RBP. O conhecimento produzido na clínica de grupos passou a sofrer restrições que impediram a livre comunicação destas novas proposições que poderiam estender as fronteiras da psicanálise. Entre 1971 e 1976, os relatos de experiências com grupos desapareceram da RBP. Há apenas um trabalho de 1975 (MARTINS), que cita a psicoterapia de grupos no título. Trata-se da revisão de um artigo sobre psicoterapia de grupos que defende a necessidade de separar os dois campos do conhecimento. Outros nove artigos mencionam brevemente esta modalidade de atendimento. (SILVEIRA, 2007).

Além deste fato, outros indicadores mostram que, a partir dos anos 1970, a clínica de grupos distanciou-se cada vez mais do movimento analítico brasileiro. Esta passa a ter cada vez menos suporte institucional, pois, além de ser afastada das Sociedades de Psicanálise, sofre com o esvaziamento progressivo das Sociedades de Psicoterapia de Grupos ao longo dos anos 1970. (SILVEIRA, 1970).

O período estudado também é marcado pela ditadura militar brasileira, entre os anos 1964 e 1985, e por crises nas Sociedades de Psicanálise, amplamente publicadas na RBP. A partir do início dos anos 1970, psicanalistas passaram cada vez mais a questionar qual seria a “verdadeira psicanálise”, e prevalece o entendimento de que ela só poderia ser validada caso tivesse sido produzida a partir de certas condições delineadas pela IPA. Quem seriam os verdadeiros herdeiros da psicanálise de Freud, os legítimos psicanalistas? Embates em torno de aparentes divergências

teóricas fizeram com que, cada vez mais, viessem à tona as crises entre psicanalistas. Na busca pela “verdadeira psicanálise” o “pedigree” do pertencimento a uma filiação (fiz análise com X, que fez análise com Y, analisando de Freud) torna-se fundamental. Do ponto de vista teórico, passam a predominar cada vez mais leituras que privilegiam o intrapsíquico. (SILVEIRA, 2007).

O primeiro trabalho me ajudou a conhecer melhor o movimento analítico brasileiro, em um período de delimitação das fronteiras que levou ao afastamento das proposições fundamentadas na clínica de grupos. No entanto, é muito difícil para um psicanalista² contentar-se com uma hermenêutica que leve apenas em consideração a racionalidade comunicativa das sociedades psicanalíticas. Foi observada uma série de fenômenos institucionais que, no meu entendimento, merecem ser compreendidos dentro de uma perspectiva psicanalítica. Portanto, esta tese é uma pesquisa em psicanálise (FIGUEIREDO, 2013), ou seja, propõe-se desenvolver um estudo psicanalítico sobre as instituições psicanalíticas.

1.1 Justificativa

No Brasil, quem deseja tornar-se psicanalista pode contar com uma estrutura de organização que permite ao profissional realizar sua formação em um campo bem estabelecido. São oferecidas diversas opções em diferentes instituições. O caminho percorrido, via de regra, leva a habilitação do profissional ao trabalho clínico do atendimento individual. No entanto, quando observamos o campo da prática profissional do psicanalista, vemos que muitos deles também trabalham em condições distintas da clínica tradicionalmente estabelecida. Em estudo realizado na SBPSP

² Tenho formação em psicanálise pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, sou ligado a um grupo de estudos sobre grupos neste Departamento.

(ENCONTRO DO JORNAL DE PSICANÁLISE, 2015), foram enviados e-mails para todos os membros do Instituto e da Sociedade paulista convidando para a participação em uma pesquisa.³ Dos duzentos e dez participantes, cento e cinquenta e quatro afirmaram já terem atendido em grupo. Destes, atualmente trinta e nove disseram continuar atendendo em grupo.

É muito comum que psicanalistas trabalhem com grupos no contexto do atendimento institucional. No entanto, são muito reduzidas as possibilidades de formação específica nesta modalidade de trabalho que, ao menos no Brasil, está precariamente organizada. A perda do suporte institucional no início dos anos 1970 comprometeu a construção e a transmissão de conhecimento psicanalítico apoiado em uma clínica de grupos.

A constatação deste problema foi o fator que me levou a questionar por que, apesar de muitos psicanalistas trabalharem com grupos, poucos deles têm formação específica para este tipo de trabalho. O interesse na utilização deste tipo de dispositivo não é acompanhado de uma adequada preparação para este tipo de atividade. Notei ao longo do meu percurso, que o trabalho com grupos, em muitas situações, tornou-se uma atividade prática desprovida de um embasamento teórico/técnico/metodológico adequado. No meu percurso, concluí que a principal resistência ao grupo não vem do campo da prática profissional, mas das instituições psicanalíticas que fecham os olhos para esta situação. Esta constatação direcionou o meu interesse para o estudo da institucionalização do movimento analítico brasileiro.

Segundo Kaës (1997), o grupo é a matriz fecunda e traumática da psicanálise. Esta proposição de Kaës encontra respaldo na minha experiência profissional e em alguns fenômenos observados no primeiro estudo.

³ O relatório da pesquisa não indica qual o número total de e-mails enviados nem o número total de membros

Ao mesmo tempo em que são dificultadas as tentativas de validação do trabalho com grupos no movimento analítico, no início dos anos 1970, este mesmo movimento passou a discutir suas crises de relacionamento institucional. O estranhamento de alguns aponta para certa “irracionalidade” na relação entre psicanalistas: afinal, se são tão analisados, por que não conseguem sustentar relações interpessoais fecundas para o desenvolvimento de um interesse comum que é a psicanálise? Seria “falta de análise”? Ou estariam em jogo questões de outra ordem?

Este curioso paradoxo pode indicar uma abertura para se pensar os fenômenos institucionais a partir de uma perspectiva que amplie as compreensões obtidas no domínio da hermenêutica inicialmente utilizada: na RBP, além de artigos científicos, é possível encontrar diversos textos que fazem referência às crises institucionais do movimento analítico brasileiro e mundial. Foram publicadas atas de congressos, ensaios, textos técnicos contendo reflexões acerca de temas como as crises nas sociedades e institutos de psicanálise, a formação dos psicanalistas, o trabalho do psicanalista, a história do movimento analítico. Há disposição por parte dos psicanalistas para pensarem suas organizações. Está disponível um material que pode ser analisado com base em uma perspectiva psicanalítica.

A partir de um rigoroso trabalho fundamentado na clínica dos grupos, René Kaës oferece importantes contribuições para a extensão da psicanálise, trazendo a possibilidade de serem apreciados, psicanaliticamente, novos horizontes sobre os fenômenos grupais. Kaës faz parte de uma tradição de psicanalistas que sustentam e validam trabalhos psicanalíticos fora do modelo da cura individual. A investigação clínica dos fenômenos grupais encontrou seu lugar em diversas instituições grupais como a Associação Argentina de Psicoterapia Psicanalítica de Grupos, AAPG, e o Círculo de Estudos Franceses para a Formação e a Pesquisa Ativa em

Psicanálise, CEFRAP. Também ganhou lugar em algumas universidades, dentre elas o Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social, LAPSO, da Universidade de São Paulo e o Centro de Referência em Psicologia e Psicopatologia Clínica, CRPPC, da Universidade de Lyon, na França. As pesquisas psicanalíticas fora da situação dual ocupam-se em compreender os atravessamentos do inconsciente nas diversas modalidades de interações humanas como os casais, as famílias, os grupos e as instituições.

As instituições são formações sociais complexas atravessadas por um conjunto de leis, regras e normas que regulam as relações humanas. Quando são estudadas pela filosofia, sociologia e direito são compreendidas por uma lógica fundamentada na racionalidade. No entanto, se considerarmos os atravessamentos do inconsciente, teremos acesso a outro domínio de pesquisa, marcado por outras lógicas de regulação destas relações: são as alianças inconscientes, que seguirão lógicas distintas da racionalidade apreendida no primeiro domínio de pesquisa.

1.2 Da pesquisa sobre psicanálise à pesquisa em psicanálise

No âmbito da hermenêutica histórico-crítica, tal como proposta por Habermas (1996) na teoria da ação comunicativa, a racionalidade não pertence ao sujeito solipsista, como no referencial positivista, mas é intersubjetiva. A intersubjetividade, neste caso, é um conceito fundamental na ruptura da compreensão da racionalidade como um atributo do sujeito singular. Habermas entende que a linguagem tem como finalidade o entendimento. Uma comunidade científica deve oferecer condições para o livre debate, observando-se certas regras construídas intersubjetivamente. Tais bases oferecem as condições necessárias para que as livres proposições possam ser

enunciadas por qualquer um dos participantes de uma comunidade discursiva, garantindo que o consenso não seja fruto de coerção, mas de operações racionais fundamentadas na força do melhor argumento. Em uma “situação da fala ideal”, a força do melhor argumento prevalece sobre forças coercitivas, internas (do próprio locutor) ou externas (de dominação que impedem as livres proposições), garantindo a liberdade das novas proposições advindas do campo da prática:

Na situação de fala ideal só são admitidos locutores que, *enquanto agentes*, têm oportunidades iguais de utilizar atos de fala representativos, uma vez que apenas a concordância recíproca dos espaços de manobra de expressões respectivamente individuais e o complementar equilíbrio progressivo entre proximidade e distância oferecem a garantia de os sujeitos serem transparentes para consigo e para com os outros naquilo que realmente fazem e pensam, e, se necessário for, serem capazes de traduzir as suas expressões extraverbais em outras verbais. (HABERMAS, 2010, p 131). (Grifos do autor)

A força de um argumento é medida pela sua capacidade de convencimento a uma comunidade discursiva. O entendimento entre os diversos interlocutores promove consensos que, intersubjetivamente compartilhados, podem ser reformulados a qualquer momento, caso surjam novos atos de fala com novos argumentos convincentes.

Habermas (2010, p.135) esclarece que “Nesta ficção inevitável assenta a humanidade do trato entre seres humanos que ainda o são (...)”, admitindo que a “situação de fala ideal” é uma construção teórica que o próprio autor questiona se é uma mera ilusão ou se pode de fato ser criada na prática.

O trabalho de René Kaës pode trazer novas contribuições valiosas para a ampliação dos horizontes da hermenêutica inicialmente utilizada, pois, se Habermas desenvolve seu trabalho no sentido de compreender a racionalidade comunicativa e os seus impedimentos, Kaës desenvolve o conhecimento psicanalítico no sentido de

desenvolver mais profundamente os recursos de compreensão dos fatores inconscientes envolvidos “no trato entre seres humanos”.

Tal como Habermas, René Kaës (1997) também discute a questão da intersubjetividade. Mas aborda esta questão a partir de uma metapsicologia dos conjuntos intersubjetivos. A perspectiva psicanalítica nos leva a repensar os espaços de vínculo intersubjetivos a partir da problemática do inconsciente, bem como a uma compreensão dos espaços intrapsíquicos formados intersubjetivamente nas e pelas exigências impostas ao psiquismo por estes vínculos. A perspectiva psicanalítica abre a discussão da intersubjetividade para esferas que não podem ser acessadas pelo trabalho de Habermas. Cada um dos autores explora aspectos distintos da intersubjetividade. Para Habermas, a psicologia da interação de Mead é um importante ponto de apoio, a intersubjetividade é entendida como “(...) um regime de interações comportamentais entre indivíduos que comunicam seus sentimentos por empatia (...)” (HABERMAS, 2012, p.22). Para Kaës, a intersubjetividade é “a experiência e o espaço da realidade psíquica que se especifica por suas relações de sujeitos enquanto sujeitos do inconsciente” (KAËS, 2011a, p. 22).

São grandes as implicações no domínio de pesquisa a partir desta mudança de perspectiva. Para Habermas:

(...) um ato de fala, para ser bem sucedido do ponto de vista das comunicações, exige que (para além da compreensibilidade linguística) que os participantes no ato da comunicação estejam preparados para chegar a entendimento e que apresentem exigências de verdade, sinceridade e acerto, responsabilizando-se reciprocamente pelo seu cumprimento (HABERMAS, 2002, p. 54).

Os participantes a quem Habermas faz referência são adultos saudáveis preparados para se tornarem reciprocamente responsáveis pelos seus atos. Examinar o “preparo para o entendimento” a partir das alianças inconscientes nos leva a colocar

em relevo os efeitos, naqueles participantes, daquilo que foi denegado pelo grupo, bem como as implicações psíquicas para o grupo no contato com o desconhecido:

Considerando que a função de desconhecimento faz parte da constituição e consolidação dos grupos e está na base da construção do vínculo, perguntamo-nos como o conhecimento pode surgir e se afirmar retirando do lugar o que está estabelecido, instituindo novos lugares e novos objetos como produto do desarranjo alcançado pela entrada, sem permissão, de traços, de registros psíquicos não simbolizados ou representações até então indesejadas? (FERNANDES, 2005 p. 131-132)

Colocar em relevo a dimensão da negatividade implica compreender os efeitos daquilo que foi deixado de fora e que continua a exercer seus efeitos nos espaços compartilhados. Se Habermas põe luz sobre a positividade do adulto saudável, racional, mesmo que examine os impedimentos, as coerções e as ações estratégicas, não tem instrumentos para aprofundar o conhecimento em direção ao negativo da racionalidade: o irracional, o infantil que permanece vivo e atuante no grupo, nas comunidades científicas. A produção do conhecimento científico mobiliza não apenas aspectos da racionalidade, mas também a “irracionalidade” mobilizada pelo nascimento do novo, do contato com o desconhecido.

Sobre as exigências de sinceridade, Habermas examina as coerções internas e externas que impedem a livre produção de conhecimento. Na concepção de intersubjetividade proposta por Kaës, lidamos com limitações da livre produção de conhecimento por força do recalque que é produzido no espaço intermediário dos vínculos. São formações simultaneamente internas e externas e que fazem a ligação, a tradução e a separação entre os espaços internos e externos. Trata-se, portanto, de uma nova dimensão da intersubjetividade não explorada por Habermas.

Sobre as diversas normas que atravessam as instituições, as comunidades científicas e a produção do conhecimento científico, Kaës e Habermas exploram

aspectos diferentes, mas complementares. Habermas se apoia em uma discussão sociológica na qual estão em jogo, fundamentalmente, as questões de dominação do homem pelo homem, a luta pela garantia de direitos, a liberdade da livre expressão e a emancipação. Para Kaës (1997), as noções de contrato, pacto e lei estão no coração da intersubjetividade e da socialidade. As leis são fiadoras da ordem humana estruturando as relações de desejos e proibições. Estão em jogo as condições de constituição do sujeito do inconsciente, bem como das alianças inconscientes que estão na base das interações humanas. As alianças são formadas por contratos, pactos, leis que gerenciam os destinos dados às formações homogêneas e heterogêneas entre os sujeitos singulares e que são atravessadas pela dimensão pulsional de investimentos e contra investimentos recíprocos.

1.3 Sobre o campo desta pesquisa

Uma pesquisa em psicanálise, sobre o movimento analítico, desenvolvido em uma universidade situa-se na fronteira entre dois campos distintos e, muitas vezes, antagônicos. Um deles é fundamentado no domínio da racionalidade, enquanto o outro desenvolveu suas estratégias de pesquisa rumo ao inconsciente. Este é, portanto, um trabalho que ocupa uma posição intermediária entre campos heterogêneos, mas conectados, e que deverá lidar com duas tradições distintas, com as tensões, as discontinuidades e ligações entre eles. Espera-se que a tensão possa trazer resultados fecundos nas passagens entre estes campos.

Kaës (2009) propõe distinguir as lógicas racionais das lógicas associativas. Enquanto a primeira modalidade de lógica permite, entre outras funções, comunicar-se com a razão e acordar sobre leis de funcionamento dos objetos, a segunda permite

descrever os processos que governam as manifestações do inconsciente. Este trabalho mantém diálogo com o primeiro, mas exigirá uma nova estratégia de pesquisa. Segue na direção de investigar os efeitos do inconsciente na institucionalização do movimento analítico brasileiro.

Pretendo trazer para um debate atual, a partir de uma perspectiva psicanalítica, novas possibilidades de compreensão da institucionalização do movimento analítico brasileiro que nos ajude a compreender o afastamento dos trabalhos com grupos no campo da psicanálise. O período e o objeto de estudos desta pesquisa serão os mesmos da pesquisa anterior: artigos publicados na Revista Brasileira de Psicanálise, no período de 1967 a 1976, que fazem referência ao trabalho com grupos e à institucionalização do movimento analítico.

O pensamento de Habermas permanece como principal figura, como no trabalho anterior, está interiorizado e deve continuar a produzir seus efeitos no meu modo de conduzir a pesquisa, agora como plano de fundo.

Cabe retomar o problema desta pesquisa de maneira resumida para seja possível demarcar a hipótese deste trabalho.

Considerando que:

a) O trabalho com grupos perdeu suporte institucional no momento de consolidação das Sociedades de Psicanálise do movimento analítico brasileiro, a partir do início dos anos 1970;

b) A perda do suporte enfraqueceu as condições de trabalho dos psicanalistas com grupos;

c) As fronteiras da psicanálise ficaram cada vez mais limitadas ao intrapsíquico durante este período;

d) Este período é marcado pela repressão da ditadura militar;

e) A partir dos anos 1970, o movimento analítico brasileiro passa por diversas crises institucionais;

f) Estas crises são amplamente discutidas na Revista Brasileira de Psicanálise, periódico de domínio público e facilmente acessível:

g) O trabalho inicialmente realizado para estudar o período oferece acesso à dimensão da racionalidade, mas não dá conta dos efeitos do inconsciente na formação das sociedades psicanalíticas, no afastamento do trabalho com os grupos e nas crises entre psicanalistas;

g) O trabalho de René Kaës traz novas contribuições para compreendermos os fenômenos grupais e institucionais;

h) Psicanalistas continuam trabalhando com grupos sem a devida formação e o devido suporte institucional;

Pretendo continuar investigando a institucionalização do movimento analítico brasileiro, realizando uma pesquisa em psicanálise.

As condições atuais de restrições normativas no movimento analítico não são rígidas como no período estudado. A questão da intersubjetividade vem ganhando cada vez mais espaço na clínica psicanalítica da cura individual, o que pode ser um ponto de convergência com o trabalho de Kaës. No entanto, a extensão da psicanálise para as contribuições da clínica de grupos ainda é incipiente. Se Kaës estiver certo, resistências ainda se fazem presentes nas alianças inconscientes do movimento analítico e dificultam que a questão do grupo seja pensada em termos psicanalíticos.

Trata-se aqui, como hipótese de trabalho, de entender o papel que as alianças inconscientes desempenham na institucionalização da psicanálise brasileira. O psiquismo é entendido a partir de uma perspectiva intersubjetiva, tal como proposta por Kaës. Tem-se como hipótese que um dos efeitos das alianças inconscientes foi

restringir a possibilidade de a psicanálise lidar, dentro das fronteiras do movimento analítico brasileiro, com a questão do grupo, durante o período de consolidação das instituições psicanalíticas e da ditadura militar no Brasil, no início dos anos 1970. Sob a sombra do narcisismo de Freud, desde a sua fundação, o grupo é, paradoxalmente, o suporte de transmissão da psicanálise e um objeto de estudos denegado no movimento analítico.

Desvendar o passado poder ajudar o presente a compreender melhor sua herança: é o que, do originário, permanece vivo no inconsciente, pois este é atemporal e carrega em si as marcas do passado. Quando estas marcas não são devidamente elaboradas, processadas, inscritas, historicizadas, podem permanecer produzindo efeitos traumáticos no presente.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo deste estudo é contribuir com o debate atual acerca da relação entre a questão do grupo e a institucionalização do movimento analítico brasileiro. A partir das contribuições da psicanálise dos conjuntos intersubjetivos de René Kaës, pretende-se realizar uma leitura de textos publicados durante a consolidação do movimento analítico brasileiro, buscando novos elementos que nos ajudem a compreender o afastamento entre os trabalhos com grupos e as instituições psicanalíticas, fato ainda observado no momento em que este estudo é realizado.

Isto implica discutir as possíveis contribuições do trabalho de René Kaës para o campo da epistemologia, principalmente no que diz respeito ao campo das instituições cuja missão é construir e transmitir o conhecimento científico.

1.4.2 Objetivos Específicos

Compreender a formação das primeiras sociedades de psicanálise no Brasil a partir de uma perspectiva psicanalítica.

Pesquisar o papel das alianças inconscientes no movimento analítico brasileiro e o tipo de conhecimento produzido nestas instituições.

Formular proposições que possam favorecer a extensão da psicanálise, pela intermediação entre o movimento analítico brasileiro e os trabalhos com grupos na atualidade.

Investigar o papel que o narcisismo desempenha na institucionalização do movimento analítico brasileiro

Capítulo 2: Entraves históricos para se pensar psicanaliticamente o grupo

Tradicionalmente, na psicanálise e na psicologia, o conhecimento sobre o sujeito singular configurou-se como campo distinto, e mesmo oposto, ao campo de estudo dos grupos. O objetivo da discussão que se segue é situar historicamente algumas dificuldades encontradas na articulação entre os campos de estudos sobre o sujeito singular e o grupo, pois esta questão não está restrita ao período estudado e tem suas origens no contexto histórico de fundação da psicanálise.

2.1 A oposição indivíduo/grupo: uma questão teórica na história da psicologia e da psicanálise

A oposição entre o estudo do sujeito singular e o grupo é uma questão da psicanálise que, segundo alguns autores, origina-se na psicologia (FARR, 2004; FERNANDEZ, 2006). Estes autores discutem o abismo que se abriu entre a psicologia preocupada com o estudo do sujeito singular e a que trata dos agrupamentos humanos; ambos afirmam que as origens da psicologia moderna deixaram seus reflexos na psicanálise.

A separação entre estes campos leva a um exame das raízes históricas e culturais do pensamento ocidental que serviram de base para a construção do pensamento científico no campo da psicologia no final do século XIX. Para Fernandez (2006), o cenário liberal europeu dos séculos XVII e XVIII ofereceu as bases de construção desta dicotomia.

Segundo Kaës (2011a), o interesse nos agrupamentos humanos surge a partir de uma série de pensadores europeus, dentre eles Freud, Le Bon, Tarde, que estavam preocupados com os efeitos de “enlouquecimento” das massas e das instituições sobre os indivíduos. Estas bases marcam o surgimento da psicologia, da sociologia e, mais adiante, da psicologia social.

(...) É notável que essas preocupações pelas massas e pelo grupo tenham aparecido no mesmo momento em que começavam a se firmar os mitos e as ideologias individuais. Os efeitos da ruptura introduzidos pela modernidade nas continuidades entre o grupo, a sociedade global e os indivíduos se traduziram essencialmente numa oposição do indivíduo à massa, às instituições e aos grupos. (KAËS, 2011a, p. 25)

Farr (2004) localiza a separação do estudo do sujeito singular e dos fenômenos coletivos nas raízes de fundação da psicologia experimental, com Wundt. O psicólogo alemão, considerado um dos fundadores da psicologia moderna, desenvolveu um método voltado para o estudo do indivíduo, no seu laboratório em Leipzig. Utilizando o método experimental, Wundt formulou uma psicologia do indivíduo. Uma parte menos conhecida de seu trabalho são os dez volumes que escreveu sobre psicologia social e, para estes estudos, Wundt não tinha um método experimental. Assim, Wundt separou “(...) sua psicologia experimental (parte da *Naturwissenschaften*) de sua psicologia social (parte das *Geisteswissenschaften*). (p.40)” Segundo Farr (2004), Wundt sabia o suficiente para separar as duas psicologias, mas não tinha elementos para juntá-las.

As raízes da psicologia deixaram marcas profundas na formação da psicologia moderna, mas o autor cita duas exceções: Freud e o psicólogo norte-americano George Mead. Embora Freud tenha desenvolvido um trabalho que, do ponto de vista teórico, oferecesse possibilidades de se compreender o sujeito como simultaneamente singular e parte de um conjunto, a clínica sempre foi o centro da produção

psicanalítica; e marcou limites no desenvolvimento de uma teoria mais global na compreensão dos fenômenos humanos. (FARR, 2004).

Segundo Fernandez (2006), a psicologia é fundada em um paradigma disjuntivo na fracassada tentativa de dar conta da complexa tensão entre o singular e o coletivo. A tensão é resolvida a partir da formação de um par de contrários, no qual um nível tende a eliminar o outro. O “psicologismo”, “conserva a tendência a reduzir os conceitos sociais a conceitos individuais e psicológicos” (FERNANDEZ, 2006, p. 30), enquanto o sociologismo, “foi na direção contrária: reduziu os conceitos individuais a uma ideia globalizada da história e da sociedade” (FERNANDEZ, 2006, p. 30).

Os efeitos deste antagonismo se refletem na dificuldade em se compreender psicanaliticamente os fenômenos coletivos. São evidentes as marcas deste antagonismo nos artigos que foram revisados, na RBP e que serão discutidos na análise.

As primeiras tentativas de pensar os grupos a partir da teoria psicanalítica exemplificam a dificuldade em se pensar a dimensão grupal como um espaço diferente do individual. O trabalho de Burrow (KAËS, 2011a) era direcionado ao tratamento individual de pessoas reunidas em grupos. O estudo dos grupos coloca em relevo fenômenos que não podem ser reduzidos ao funcionamento psíquico do sujeito singular. Tal campo de fenômenos exige que sejam reconhecidos e estudados teoricamente certos fenômenos como os que dizem respeito a um “a mais” grupal, que se passa além de cada sujeito singular, ou *entre* sujeitos singulares (FERNANDEZ, 2006). Kaës (2011a) identifica em Freud menções especulativas a esta dimensão grupal, em trabalhos como *Totem e Tabu* (1914) e *Psicologia de Grupos e Análise do Ego* (1921).

Em um segundo momento dos primeiros trabalhos psicanalíticos com grupos, sob a influência da teoria da *Gestalt*, de Kurt Lewin, o “a mais grupal” passa a ser objeto de interesse e estudos. Neste caso, o “psicologismo” deixa suas marcas no estudo de grupos de uma nova maneira: se são admitidos fenômenos próprios dos grupos, estes são entendidos a partir do que Asch (apud FERNANDEZ, 2006) “(...) denominou ‘*a falácia antropomórfica da tese de mentalidade de grupo*’ (...)” (FERNANDEZ, 2006, p. 36), ou seja, atribuir características de indivíduos aos grupos, como se um grupo funcionasse como se fosse um grande indivíduo, e a ele fossem atribuídas características de um sujeito que “pensa”, “sente”, “deseja”.

A herança deste antagonismo deixa suas marcas até os dias atuais:

É importante sublinhar que essas referências à psicologia acadêmica não têm um interesse meramente histórico; pode-se encontrar essa polêmica em diversas abordagens psicanalíticas atuais no campo grupal, em que não é raro encontrar tendências a personificar o grupo, atribuir-lhe vivências ou tomar as partes pelo todo na análise dos acontecimentos grupais; por outro lado, também podem ser encontradas fortes recusas a pensar alguma especificidade do grupal. Ambas as posições produzem, cada qual a seu modo, obstáculos para poder indagar que ferramentas conceituais específicas será preciso desenvolver do ponto de vista da psicanálise para dar conta de acontecimentos específicos dos grupos: reproduzem, sem se dar conta, uma polêmica que atravessou disciplinas das quais a psicanálise não se considera tributária. (FERNANDEZ, 2006, p. 38)

As tendências apontadas por Fernandez podem ser observadas nos artigos revisados sobre psicoterapia de grupos.

Kaës dá um importante passo na superação desta dicotomia, oferecendo ao grupo o estatuto de um método que permite acesso a um conhecimento, sem que sejam invalidadas ou negadas as investigações psicanalíticas realizadas a partir de outros dispositivos. Sua concepção de duplo estatuto do sujeito, o aparelho psíquico grupal, as alianças inconscientes, serão elementos de uma metapsicologia que

sustenta, ao mesmo tempo, a heterogeneidade e as conexões entre os espaços do singular e plural.

2.2 Resistência do movimento analítico à extensão da psicanálise

A psicanálise, tal como define Freud (1923[1922]), é: um método de investigação da mente humana; na sua dimensão clínica é uma técnica de psicoterapia; e supõe uma teoria sobre o funcionamento mental. Institui-se no movimento analítico (MEZAN, 2002), formado por diversos tipos de suportes que darão conta da transmissão, difusão e construção do conhecimento psicanalítico. Surgiu a partir de uma ruptura epistemológica com a medicina, e demarcou o campo do funcionamento mental como seu domínio de pesquisa.

A psicanálise surgiu como um dispositivo clínico voltado para o tratamento individual de adultos neuróticos no consultório particular de Freud. Esta modalidade de clínica oferece condições restritas de um tipo de psicoterapia, de método de pesquisa que resultam na formação de uma teoria geral de um determinado nível de complexidade do funcionamento mental.

Conforme discutido acima, o dispositivo de grupo não faz parte das origens do método psicanalítico e a sua inclusão traz para a psicanálise uma discussão acerca de sua extensão. A extensão da psicanálise se deu ao longo de sua história pelas modificações das condições originais de investigação e novos procedimentos terapêuticos, alguns bem aceitos e outras menos, pela comunidade psicanalítica.

Freud não fez clínica ou experimentos com agrupamentos humanos, mas sua teoria e seu interesse esbarraram nesta problemática em diversos momentos ao longo do seu trabalho. Questões relativas ao vínculo, à importância de um ou muitos outros

na formação do psiquismo, permaneceram durante muitos anos como uma “construção especulativa da teoria psicanalítica” (KAËS, 2011a, p.19).

Para Kaës (2011a), Freud precisou superar a oposição singular/plural por ser ameaçadora para o seu trabalho. Mas esta superação não é simples, pois ir além das especulações exige um novo método de investigação e uma nova terapêutica. Freud precisou delimitar claramente o campo de domínio da psicanálise:

O modelo da cura se funda sobre o modelo do sonho, paradigma do espaço intrapsíquico e de seus objetos. Se esse corte epistemológico invoca uma congruência metodológica rigorosa, ao mesmo tempo punha de fora de seu campo todo objeto que se situasse no exterior do espaço princeps, intrapsíquico. (Kaës, 2011a, p. 25)

O grupo se coloca na fronteira entre o dentro e o fora. A necessidade de salvaguardar a psicanálise das práticas desviantes se impôs sobre as especulações teóricas que indicavam aberturas para a compreensão de outras dimensões do inconsciente, não acessíveis pelo divã.

Nas especulações teóricas, Freud utilizou o conhecimento produzido a partir de sua clínica, para a discussão de temas que se estendiam “mais além” do enquadre tradicional. Kaës (2015) distingue duas modalidades de extensão do campo prático e teórico da psicanálise: as aplicações da psicanálise e a psicanálise aplicada. A aplicação da psicanálise é a utilização da psicanálise no campo de pesquisa, que não é o tratamento psicanalítico, como as artes, a história, educação, entre outros; a “psicanálise aplicada” se dá no contexto da cura, e inclui a psicanálise exercida “fora” das situações do *setting* tradicional, como as psicoterapias breves, de grupo ou com outras populações como crianças, adolescentes.

Uma importante questão que se levanta sobre a extensão da psicanálise é o quanto ela se deixa ser enriquecida pelo contato com o estrangeiro, ou estabelece com

outras áreas do conhecimento/situações de cura, uma via de mão única. Neste último caso, são pequenas as possibilidades de ampliação do conhecimento psicanalítico a partir de outros métodos de investigação diferentes do divã.

Modificar o método implica em alterar as fronteiras da psicanálise, a partir do acesso a novas dimensões do funcionamento mental e novas modalidades terapêuticas não acessíveis pelo divã. O trabalho com grupos foi mais visto ao longo da história como uma ameaça de dissolução das fronteiras da psicanálise e da perda de sua unidade do que como sua extensão. O período selecionado para este estudo é um exemplo da dificuldade de extensão da psicanálise para uma situação fora da clínica tradicionalmente estabelecida. Este é um tema delicado para o movimento analítico. Segundo Kaës (2015), desde o início, o medo de práticas desviantes restringiu a prática psicanalítica e a transmissão ao divã. As primeiras experiências de trabalhos com grupos, utilizando o referencial psicanalítico, realizadas por Burrow, nos Estados Unidos, não foram bem recebidas por Freud. Klein e Lacan também foram opositores ao trabalho com grupos. (KAËS, 2011a). Segundo Lacan (1973, p.474), “(...) eu meço o efeito de grupo pelo que ele acrescenta de obscenidade imaginária ao efeito do discurso”⁴.

A extensão da psicanálise também é vista sob o aspecto de sua popularização. Freud (1918, p.209) escreve: se comparada à “enorme quantidade de miséria neurótica (...) a quantidade que podemos resolver é quase desprezível”. No início do movimento analítico, havia poucos psicanalistas e cada um pode se ocupar de um pequeno número de pessoas por vez, devendo cobrar um valor razoável de cada um para manter uma vida confortável. A extensão da psicanálise envolveria uma adaptação da técnica a novas condições. Neste caso, “É muito provável, também, que

⁴ “(...) je mesure l’effet de groupe à ce qu’il rajoute d’obscénité imaginaire à l’effet du discours”

a aplicação em larga escala de nossa terapia nos force a fundir o *ouro puro*⁵ da análise livre com o cobre da sugestão direta” (FREUD, 1918, p.211).

A extensão da psicanálise e sua popularização podem descaracterizar o “ouro puro” originalmente garimpado, prevalecendo no movimento analítico a “(...) preservação da identidade da psicanálise, das instituições da psicanálise e da ortodoxia das teorias que ela fundou (...)” (KAËS, 2011a, p. 25). Na institucionalização, a pureza do método originalmente estabelecido por Freud sempre foi um ponto central, a extensão traz o risco de um “empobrecimento” da psicanálise, mais do que o “enriquecimento” pela ampliação de suas fronteiras. No movimento analítico brasileiro do início dos anos 1970, o “ouro puro” da psicanálise será traduzido como a busca pela “verdadeira psicanálise”.

A clínica psicanalítica dos grupos levou alguns anos, após a morte do fundador, para estabelecer-se como um campo legítimo de investigação e surgiu no contexto de demandas sociais e institucionais onde psicanalistas trabalham e pouco podem fazer com os recursos oferecidos pela psicanálise tradicional. Surgiu no contexto de necessidade de extensão da psicanálise a populações que não poderiam beneficiar-se do “ouro puro”. Não é por acaso que o trabalho com grupos foi, e é chamado de “psicanálise dos pobres”. O grupo aparece para a psicanálise, portanto, com uma conotação pejorativa de cobre. Uma discussão sobre a resistência à extensão da psicanálise será retomada no capítulo 5, quando será aprofundada sob a perspectiva das alianças inconscientes.

A psicanálise tem, portanto, suas origens atreladas ao contexto de um paradigma disjuntivo no campo da psicologia, e foi organizada inicialmente em torno da clínica dual. O recorte metodológico estabelecido por Freud permite acessar

⁵ Grifos meus

apenas uma dimensão da mente humana. Os limites são dados, portanto, pelo método e não pelo fenômeno estudado: o caráter extensivo da mente humana coloca a questão da extensão da psicanálise para além das fronteiras inicialmente estabelecidas por Freud.

Capítulo 3: Bases epistemológicas

Serão discutidas, a seguir, as bases epistemológicas deste estudo e, nos capítulos seguintes, as bases teóricas gerais e específicas. É necessário situar este trabalho nos termos de uma pesquisa psicanalítica e, inicialmente, será realizada uma aproximação entre o campo da epistemologia, tradicionalmente situada no campo da racionalidade, e as implicações que um estudo psicanalítico traz para a produção do conhecimento científico. Por outro lado, a epistemologia aqui construída será direcionada para o estudo da produção do conhecimento psicanalítico, que terá algumas de suas especificidades também discutidas a seguir.

3.1 Contribuições da psicanálise para o campo da epistemologia.

Um pressuposto básico deste estudo é que o conhecimento não é fruto apenas de uma produção lógico-racional realizada por um indivíduo isolado. No campo da epistemologia, Bachelard (1996) já propunha a psicanálise do espírito científico. Autores como Kuhn (2003) já discutiram a importância das relações entre pesquisadores na construção do conhecimento. Autores contemporâneos como Habermas e Gadamer destacam o caráter intersubjetivo do conhecimento científico. Estes dois autores dialogam com a psicanálise, mais fundamentalmente com as psicanálises que Kaës (2015) nomeia como de primeiro e segundo tipo. A primeira, fundada por Freud, diz respeito ao estudo do espaço intrapsíquico. A segunda, desenvolvida por autores como Green e Winnicott, amplia a compreensão da dimensão intersubjetiva na formação do psiquismo. Baseado na clínica dos grupos, Kaës (2015) propõe um novo paradigma para a psicanálise, formulando uma psicanálise do

terceiro tipo. O estudo que aqui apresento situa-se no quadro de uma série de pesquisadores (Godoy-Castanho, Gaillard, Pinel) que levam adiante o caminho aberto por Kaës, estendendo a psicanálise do terceiro tipo para o estudo das instituições. No caso específico desse estudo, a dimensão institucional inconsciente está relacionada com a construção, produção e difusão do conhecimento psicanalítico. É, portanto, um estudo que pretende explorar possíveis contribuições que o trabalho de Kaës pode trazer para o campo da epistemologia.

Aproximar a epistemologia de uma perspectiva psicanalítica nos leva a considerar que a produção da racionalidade é atravessada pelo que se produz e se transmite do ponto de vista inconsciente e que serve como fonte, suporte e obstáculo do trabalho psíquico da pesquisa (KAËS, 1994), ou seja, suporte para a lógica dos processos secundários. Ao mesmo tempo em que as sociedades científicas realizam a tarefa primária de produzir racionalidade em uma determinada área de interesse, por serem campos de relações humanas, elas são, também, lugares de produção e transmissão da vida psíquica, nas suas dimensões intra, inter e transsubjetivas. As alianças inconscientes, tal como propõe Kaës (2014), estão na base de todos os vínculos. Estão nas bases de formação do inconsciente, vinculando cada sujeito singular ao grupo. Elas estão ancoradas nas estruturas de organização, nas instituições e no social, e formam as bases das relações intersubjetivas inconscientes que se colocam em jogo na construção e transmissão do conhecimento.

Uma peculiaridade do movimento analítico é que psicanalistas e suas instituições produzem racionalidade sobre o psiquismo humano: Mezan (1996) nos lembra que a psicanálise construiu racionalidade sobre aquilo que parecia não ter sentido. Para Green (1988), a análise do objeto psíquico nos coloca frente a uma dificuldade adicional em relação aos objetos do mundo físico, pois o “sem sentido”

dos objetos humanos tem, também, um componente de resistência ativa ao processo do seu desvendamento. Ampliamos esta visão para propor que as “resistências ativas” são tanto as resistências dos sujeitos singulares, conforme Freud (1925) já havia proposto, como as dos grupos dos quais estes sujeitos fazem parte. Assim, devemos lidar com as resistências do pesquisador e as contraídas nas alianças inconscientes das instituições psicanalíticas.

Produzir racionalidade sobre o inconsciente não implica necessariamente autoconhecimento e nem imuniza o pesquisador e suas instituições dos efeitos daquilo que estudam. Sob certa perspectiva, as resistências explicam-se pelo fato de que os objetos com os quais a psicanálise lida são elementos psíquicos potencialmente “tóxicos”, quando não são suficientemente elaborados.

As instituições psicanalíticas servem como suporte para a elaboração, depósito, formam bolsões clivados, ou são intoxicadas pelos elementos não metabolizados, que ameaçam as estruturas de organização. O movimento analítico é o veículo de transmissão, de conservação, de transformação destes elementos psíquicos ao longo das gerações. As alianças inconscientes podem favorecer o potencial criativo e/ou diminuir a capacidade de trabalho de um grupo, tornando-se um obstáculo ao pensamento.

A história mostra que a produção de uma racionalidade sobre o funcionamento psíquico não impediu, desde suas origens até hoje, que houvesse diversas crises nas instituições formadas por psicanalistas e nem fizeram com que as sociedades de psicanalistas fossem mais racionais do que outras que se dedicam a outros objetos de conhecimento.

Kaës (1994) entende que a psicanálise foi inventada em dois lugares antagônicos e complementares: na situação da clínica psicanalítica, sob o paradigma

da cura; e na experiência grupal entre os psicanalistas que se reúnem entorno de Freud. Eu acrescento a estes dois lugares um terceiro: a mente de Freud, no seu processo de autoanálise.

A institucionalização da psicanálise tem diversas particularidades que a distinguem de outros campos do conhecimento. Surgiu de uma ruptura epistemológica que Freud fez com medicina. Disciplinado sob os mais rigorosos moldes do positivismo, Freud demarcou a separação entre o sujeito e seu objeto de estudos de um modo bastante peculiar, nos primórdios da psicanálise. Autoconhecimento e a produção de uma racionalidade sobre o funcionamento mental caminharam inicialmente juntos dentro de uma única pessoa. Parafraseando Bleger (1993), Freud sofria do mesmo mal que pretendia curar: era, ao mesmo tempo, o sujeito do estudo e seu próprio objeto. Publica em 1900 *A interpretação dos sonhos*, examinando seus próprios sonhos sob a objetividade de um rigoroso método de investigação. Dentre eles, *Injeção de Irma*, segundo Anzieu (1975), o sonho *princeps* da psicanálise. Sob este método rigoroso de investigação, Freud abriu caminho frente às suas próprias resistências para revelar o que elas ocultavam: seus desejos edípicos incestuosos e parricidas. Green (1988) nos lembra de outro desejo presente neste sonho: a placa comemorativa das descobertas sobre os segredos da vida onírica lembraria aos transeuntes futuros os feitos de Freud. O narcisismo de Freud precisou encontrar seu lugar no processo de institucionalização da psicanálise.

No início as coisas não iam bem, pois Freud estava isolado. Precisava defender seu trabalho dos constantes ataques que sofria do meio médico e universitário: não defendia somente a psicanálise, defendia também a si mesmo. Freud e a psicanálise são indissociáveis desde o início. Green (1988) vê na equação, Freud/psicanálise, o desejo que a placa nos revela: a imortalidade, a partir de sua obra.

Aqui, como no narcisismo, a pulsão de autoconservação e libido tem o mesmo destino: o Eu-psicanálise. A leitura dos textos revisados oferece evidências de que o narcisismo de Freud é um pilar central no processo de formação das alianças inconscientes que dão sustentação para o processo de institucionalização da psicanálise.

Ao mesmo tempo em que sofre diversos ataques, Freud expõe sua intimidade, revelando ao mundo a chave de interpretação dos seus sonhos, esquecimentos e lapsos, abrindo as portas de um mundo esquecido por ele, mas, também, por todos nós. Não bastava enfrentar suas próprias resistências: Freud precisava lidar também com a resistência do grupo.

Nos primeiros anos trabalhava solitariamente, contava com alguns poucos, mas fundamentais interlocutores com os quais mantinha relação conturbada: Breuer, Fliess. Para difundir a psicanálise é necessário fazer a passagem entre o saber particular e o universal. Mas para a passagem do “saber sobre si”, “saber sobre as histéricas” para a construção de um modelo heurístico do funcionamento mental, há a necessidade de se instituir um campo coletivo de trabalho, será preciso buscar apoio em outro semelhante (KAËS, 1994). Freud reúne em torno de si um pequeno grupo encarregado de difundir uma nova disciplina: este grupo deverá fazer frente às resistências que mantiveram fechadas as catacumbas do inconsciente.

Nesta organização, deverá ser construído coletivamente um aparelho de pensar pensamentos, fundamentalmente um aparelho intersubjetivo⁶ apoiado centralmente na figura de Freud. Serão formadas e transmitidas racionalidades e laços inconscientes. Uma psicanálise do terceiro tipo pode nos ajudar a entender como o narcisismo de

⁶ Kaës (1997, p. 169) desenvolve o conceito de “aparelho psíquico grupal”: Sua característica principal é assegurar a mediação e a troca de diferenças entre a realidade psíquica nos seus componentes intrapsíquicos, intersubjetivos e grupais e a realidade grupal em seus aspectos societários e culturais.

Freud servirá como base da transmissão da vida psíquica ao longo das gerações através das alianças inconscientes, formadas desde as origens da psicanálise, no seu processo de institucionalização. A indissociação Freud/psicanálise deixará marcas profundas nas estruturas de organização psicanalíticas. Sustentar uma pesquisa psicanalítica sobre o movimento analítico no quadro de um referencial teórico proposto por Kaës implica em investigar as marcas da fundação nas estruturas das organizações psicanalíticas e dos efeitos sobre a construção, transmissão e difusão do próprio conhecimento psicanalítico. Trata-se aqui de entender o papel do psiquismo na institucionalização da psicanálise e de como um dos efeitos foi restringir a possibilidade de a psicanálise lidar dentro de suas fronteiras, com a questão do grupo. Sob a sombra do narcisismo de Freud, o grupo é paradoxalmente o suporte e o objeto de estudos a ser denegado no movimento analítico, desde a sua fundação.

Em sua clínica, Freud estudou as resistências intrapsíquicas. Apontou o caminho, especulou, mas não aprofundou os estudos clínicos sobre as formações intersubjetivas da resistência inconsciente. Se a resistência que barra o acesso ao conhecimento do mundo intrapsíquico foi enfrentada por Freud, o mesmo não pode ser dito sobre o apoio que estas resistências encontram nas alianças inconscientes que, segundo Kaës, são a base da vida psíquica inconsciente no grupo.

Historicamente, as crises observadas nas instituições psicanalíticas são atribuídas a fatores individuais. Durante as crises observadas no início dos anos 1970, no período de institucionalização das sociedades brasileiras, alguns psicanalistas tentavam entender por que psicanalistas pareciam crianças brigando, apesar de serem tão analisados? Não deveriam, eles, ter condições de manterem relações mais adultas? Esta pergunta, assim colocada, oculta a dimensão vincular presente nas relações. Analisando a questão sobre a perspectiva aqui proposta, consideramos que esta não é

somente uma questão de análise individual: é possível observar no movimento analítico brasileiro, a partir do material analisado, as marcas de transmissão da vida psíquica frente às alianças que se estabeleceram desde as origens do movimento analítico em Freud. Esta herança psíquica está nas bases das crises observadas entre psicanalistas, na dificuldade do desenvolvimento teórico de uma psicanálise brasileira e na resistência que se forma frente ao estudo da questão do grupo.

Apesar de diversos psicanalistas brasileiros pioneiros das primeiras Sociedades trabalharem com grupos, e alguns tentarem validar esta modalidade de trabalho como psicanalíticos, não obtiveram sucesso quanto à tentativa de estenderem as fronteiras da psicanálise para além daquilo que foi estabelecido por Freud. A tensão entre a questão do grupo e o movimento analítico brasileiro é atravessada, também, pelas alianças inconscientes das sociedades psicanalíticas brasileiras. A partir do início dos anos 1970, a busca pela “verdadeira psicanálise”⁷ tem fortes laços com a maneira como as alianças inconscientes se formaram, desde as primeiras organizações em Freud, e limitam, neste momento, as fronteiras do movimento analítico brasileiro ao estudo do indivíduo, formando uma barreira de resistência para a inclusão da questão do grupo. Trata-se de uma resistência coletivamente construída e transmitida. A compreensão deste fenômeno não pode ser realizada por uma psicanálise voltada para o intrapsíquico, conforme havia proposto Bachelard. Mesmo Habermas e Gadamer, não contaram com uma psicanálise do terceiro tipo para compreender a dimensão inconsciente da intersubjetividade e seus efeitos na produção do conhecimento.

Para Bleger, (apud GUIRADO, 2004). é na intersubjetividade que se pesquisa em psicologia Ele já apontava para a direção seguida por Kaës, base teórica para este

⁷ A busca pela verdadeira psicanálise é uma questão central para o movimento analítico brasileiro no início dos anos 1970. Será melhor discutida mais adiante na análise.

estudo. Somos parte implicada e constituinte de um grupo de pesquisadores engajados no movimento analítico. Fazemos parte de um grupo que propõe a extensão das fronteiras da psicanálise. Para seguir em frente, um novo esforço de enfrentamento à resistência deverá ser realizado. Seguiremos por dois caminhos onde a resistência se faz mais acirrada: a questão do narcisismo e a questão das instituições. Para Green, (1988 p. 9), “(...) o narcisismo opõe uma das mais ferrenhas resistências à análise”. Para Kaës (1991), pensar as instituições no campo da psicanálise envolve dificuldades, sobretudo narcísicas: “essa dificuldade envolve riscos psíquicos de nossa relação com a instituição” (KAËS, 1991, p.19). As resistências explicam-se, em parte, pelo fato de que, nestes campos, somos confrontados com certas “configurações arcaicas da psique” (GAILLARD, 2014, p.17).

3.2 O problema da complexidade na psicanálise

Pensar psicanaliticamente os grupos e as instituições evoca uma discussão epistemológica complexa acerca da maneira como a psicanálise constrói seu conhecimento e as transformações necessárias neste campo, para que os conjuntos possam ser pensados em termos psicanalíticos. A psicanálise bem como o pensamento ocidental moderno são marcados por uma série de dicotomias que atravessam a maneira como o conhecimento é produzido. O estudo de formações coletivas no âmbito da psicanálise coloca em relevo a dificuldade em se pensar a relação entre o sujeito singular e os conjuntos intersubjetivos.

A discussão epistemológica aqui apresentada seguirá as bases propostas por Kaës (1997) e partirá de duas premissas: a primeira é a de uma epistemologia sob as bases da teoria da complexidade, tal como propõe Morin (2003). O pensamento

complexo ajuda a enfrentar dicotomias tradicionalmente encontradas no campo da psicologia, tal como a separação entre a mente e o corpo, entre o singular e o plural, entre o dentro e o fora. Nesta perspectiva, mente, corpo, singular, plural, dentro e fora marcam diversos níveis de complexidade, heterogêneos, mas interligados entre si. Um nível não poderá ser reduzido a outro, e cada um não poderá ser isolado do outro, pois os efeitos de outros campos podem se fazer presentes em um dado campo. A figura do intermediário ganha relevância, pois conecta, ao mesmo tempo em que separa, espaços heterogêneos.

A segunda premissa é derivada da primeira e especifica as questões que o grupo traz para o campo da psicanálise que, segundo Kaës, são de ordem epistemológica, teórica, metodológica, clínica e institucional. Discutir a construção do conhecimento psicanalítico e as questões introduzidas pelo problema do grupo nos leva a considerar estes cinco níveis de complexidade apresentados por Kaës, heterogêneos, mas conectados entre si. Devemos considerar como se modificam cada um destes níveis, quando estão presentes as questões que o grupo traz para as bases psicanalíticas inicialmente apoiadas no trabalho sobre o sujeito singular. A articulação entre estes cinco níveis será considerada ao longo da discussão teórica. A base para a discussão destes problemas será a esfera institucional, considerada sob uma perspectiva da complexidade, atravessada por múltiplos níveis, inclusive os associados à realidade psíquica.

Capítulo 4: Fundamentos teóricos gerais

Os fundamentos teóricos serão discutidos a seguir em duas partes. A primeira trata de aspectos teóricos gerais. São dois, os pontos abordados: a questão da intersubjetividade e o narcisismo. O primeiro é uma questão mais geral, que vem de fora do campo da psicanálise, mas que é fundamental para o desenvolvimento do trabalho de Kaës. Em seguida será realizada uma revisão do conceito de narcisismo desde uma perspectiva contemporânea, principalmente a partir da leitura de Green. A importância deste tema surgiu a partir do trabalho de pesquisa, quando pôde ser observado que o tema pode ser visto como um fio condutor para o processo de institucionalização da psicanálise, desde sua descoberta, com Freud. A importância do narcisismo no processo de institucionalização da psicanálise justifica, no meu modo de ver, uma análise mais atenta sobre este conceito.

4.1 O problema da intersubjetividade na psicanálise.

A questão da intersubjetividade é uma discussão filosófica que trata fundamentalmente da ligação e da separação entre o eu e o outro. Atravessa diversos campos do pensamento como a psicologia, a psicanálise, a sociologia e a epistemologia. No campo da psicanálise os impactos desta discussão são muito importantes e amplos: atravessam o campo epistemológico; a clínica psicanalítica; a ética da psicanálise; as teorias psicanalíticas, tanto as voltadas para o sujeito singular, como para o estudo dos conjuntos humanos. Uma discussão sobre a intersubjetividade pode contribuir com a diminuição do antagonismo teórico entre o sujeito singular e o grupo.

Segundo Coelho e Figueiredo (2004), a discussão contemporânea sobre a intersubjetividade opõe-se à grande parte da tradição filosófica moderna, em que o “Eu” é entendido a partir de um paradigma solipsista, como “(...) uma unidade autoconstruída, independente da existência de um outro” (COELHO, FIGUEIREDO, 2004, p. 10).

Na filosofia, o problema da intersubjetividade surge no mesmo período em que Freud começa a formular a psicanálise, no início do século XX. A questão de como um *Eu* pode conhecer um “outro Eu”, em sua radical alteridade, surgirá na filosofia fenomenológica europeia com Husserl e no pragmatismo social norte-americano de George Mead. Ele terá repercussões epistemológicas importantes no campo das ciências humanas, na medida em que passa a considerar a ligação entre o pesquisador e seu objeto de estudos um campo de problemas, desconstruindo a posição de neutralidade do sujeito, questionando sua relação de oposição ao objeto de estudos. O *outro* já não é mais aquele objeto mantido sob o controle do pesquisador. (COELHO, FIGUEREDO, 2004)

Nos Estados Unidos, o trabalho pioneiro de Mead marca uma reviravolta filosófica, com consequências para a psicologia e para a sociologia. Farr (2004) entende que Mead foi repudiado pelos positivistas na psicologia, desaparecendo da história da psicologia social escrita por Allport (1954), e dos manuais escritos por Lindzey e Aronson (1968-9, 1985), importantes fontes de transmissão das formas dominantes de psicologia social. No entanto, seu trabalho influenciou alguns autores, como no campo da sociologia. Habermas (2012) encontra em Mead um importante apoio na sua concepção sobre intersubjetividade.

Na Europa, os discípulos e sucessores de Husserl⁸, “Scheler, Heidegger, Merleau-Ponty e Lévinas, fizeram da filosofia fenomenológica uma referência central para os interessados em estudar a intersubjetividade em suas diversas dimensões.” (COELHO, FIGUEIREDO, 2004, p. 11). Embora tenham se diferenciado de Husserl, levaram adiante algumas de suas intuições. Apesar das origens diversas, as aproximações entre as duas raízes distintas da intersubjetividade são evidentes.

Quando a questão da intersubjetividade se coloca, o Eu já não é mais uma unidade autônoma fechada em si e a sua relação com o outro passa a ser examinada mais profundamente. Esta discussão se coloca em conflito com uma tradição científica hegemônica e com as origens da psicanálise.

Na psicanálise, segundo Coelho (2002, p. 64), “a experiência da intersubjetividade, mesmo sem que a noção fosse formulada, percorreu uma longa história que tem seu início com Freud.” Para Kaës (2011a), o desenvolvimento desta problemática em outras áreas contrasta com a fraqueza com que a Psicanálise elaborou esta questão e pergunta o que levaram os psicanalistas a evitarem durante tanto tempo este problema. Parte da explicação seria o temor em derivar a psicanálise do campo do intrapsíquico para o campo do relacional.

A tradição positivista da qual Freud é herdeiro, exige do cientista uma posição de neutralidade na sua relação com o objeto de estudo, posição que esvazia uma discussão sobre a intersubjetividade no campo da construção do conhecimento científico. Levantar o problema da intersubjetividade é, também, questionar a oposição que se estabelece entre o pesquisador e seu objeto de conhecimento:

(a intersubjetividade) Opõe-se também à clássica oposição sujeito/objeto, marca epistemológica do pensamento moderno, que fez com que a noção de intersubjetividade fosse recusada e considerada sem interesse, principalmente para teorias, como as

⁸ O trabalho de Husserl também se remete ao início do século XX.

psicológicas, que pretendiam ser ciência. (COELHO, FIGUEIREDO, 2004, p. 10)

Este é também o caso da psicanálise. Freud é um neurologista formado segundo as rígidas condições científicas estabelecidas no seu tempo e pretende desenvolver uma psicologia científica. Segundo Gay (1989), a formação científica de Freud foi fortemente marcada por seus professores Brücke, Helmholtz, DuBois Reymond, que tiveram influência decisiva sobre ele, na maneira como concebeu a psicanálise:

A tentativa de fundar a psicanálise como uma ciência natural, sobre as bases sólidas da neurologia, adequa-se às aspirações dos positivistas com quem Freud estudara, e cujas esperanças e fantasias ele agora se empenha em concretizar. Ele nunca abandonou sua ambição de fundar uma psicologia científica (GAY, 1989, p. 88).

A psicanálise constituiu-se como um método de investigação fundamentado nas condições de produção do conhecimento prevalentes nas instituições que formaram Freud. No entanto, a clínica psicanalítica gera uma situação paradoxal apontada por Mezan (1996, p.99): “Freud podia ser positivista, mas o território que desbravou trouxe argumentos e ideias para inúmeras realizações que se opunham ao positivismo”.

Ao curvar-se para o seu objeto de estudos, Freud encontra na clínica psicanalítica questões que exigiram da própria psicanálise que ela fosse constantemente repensada em diversos aspectos e que podem ser analisadas sob três aspectos: na relação que se estabelece dentro *setting* analítico; na formulação de uma teoria sobre o funcionamento mental; nas condições de produção do conhecimento científico. Embora a questão da intersubjetividade não tenha sido um campo de problemas delimitado e nomeado por Freud tal como foi na filosofia, desde no início a

psicanálise teve que se haver com a questão da relação de ligação e de separação entre o Eu e o outro.

Na clínica, um exemplo ilustrativo é dado por Coelho (2002) quando cita um artigo técnico de 1912, em que Freud recomenda que o analista deve dirigir seu receptor inconsciente em direção ao transmissor inconsciente do paciente, como um telefone que recebe uma comunicação. Embora não fosse consenso entre psicanalistas, alguns entenderam esta recomendação como sendo uma indicação de que Freud entende que há na situação analítica, um tipo de comunicação direta entre inconscientes, sem a mediação de consciências, e que esta comunicação deveria ser levada em consideração no trabalho clínico.

Sobre a metapsicologia freudiana, enquanto a primeira tópica é mais centrada em aspectos intrapsíquicos, ao longo do desenvolvimento do seu trabalho, Freud foi levado a formular uma segunda tópica, com uma concepção de funcionamento do aparelho psíquico mais aberta para a presença de um outro e, portanto, mais próxima de um modelo de funcionamento intersubjetivo do psiquismo. Segundo Costa (1989), na primeira tópica, não haveria elementos consistentes que pudessem barrar a expansão do narcisismo e a delimitação da expansão do psiquismo deveria vir da relação com o outro que passa a ter um lugar no funcionamento mental a partir de instâncias psíquicas interiorizadas.

Do ponto de vista epistemológico, segundo Fernandes (2005), os impasses da clínica colocam a teoria diante de “uma nova indagação sobre o efeito das mudanças ocorridas nos dispositivos de intervenção e as implicações para a construção teórica” (FERNANDES, 2005, p. 111-112). Para a autora, Freud retira a loucura do plano da explicação e a coloca no plano da compreensão, e, como uma das consequências, traz a necessidade de formulação de novas proposições: “a primeira exigia uma outra

relação entre *verdade, sujeito e loucura*, a qual trazia como decorrência a *fala* (linguagem) como constitutiva do sujeito e a relação *escuta/fala* instalando a relevância da *intersubjetividade*” (FERNANDES, 2005, p.112)⁹.

Portanto, é possível afirmar que a clínica psicanalítica coloca a psicanálise em relação direta com a questão da intersubjetividade. Psicanalistas contemporâneos de Freud como Ferenczi (GERBER, 1999), Theodor Reik (COELHO s.d.), vão tratar da questão da intersubjetividade, embora eles não operem com este nome. Cada vez mais, a neutralidade do analista será questionada em correntes que seguem diversas linhas. Do ponto de vista teórico, concepções solipsistas do funcionamento mental serão cada vez mais criticadas.

Uma discussão sobre a intersubjetividade não esgota e não se opõe às questões advindas do estudo dos fenômenos intrapsíquicos. Segundo Green (2005) é só através de uma tensa dinâmica entre estes aspectos que a especificidade do trabalho analítico pode se manter.

4.1 O problema da intersubjetividade e o grupo na psicanálise.

Em estudo anteriormente realizado (SILVEIRA, 2007), foi possível constatar que, a partir dos anos 1970, no Brasil, a busca pela verdadeira psicanálise demarcou o intrapsíquico como o espaço de trabalho do psicanalista, ampliando cada vez mais o antagonismo entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Nestas condições, a separação entre o “dentro” e o “fora” circunscreveu o “dentro” como território da psicanálise, em oposição ao *outro*, seja este outro um analista, que deveria manter sua posição de neutralidade, seja este outro um grupo, questão que já não deveria dizer respeito à

⁹ Grifos do autor

“verdadeira psicanálise”. A vertente positivista prevalente no período esvaziou uma discussão acerca da intersubjetividade ou limitou a discussão ao âmbito da relação dual entre o psicanalista e o analisando. Esta visão de psicanálise foi amplamente sustentada pela IPA no início dos anos 1970, e ganha características de um sintoma institucional na medida em que, do ponto de vista da clínica psicanalítica, é uma perspectiva que não tem a menor possibilidade de ser sustentada, conforme será demonstrado na análise, dado o caráter extensivo do psiquismo humano.

A abertura da psicanálise para a questão da intersubjetividade vem de uma necessidade que o seu próprio objeto de conhecimento lhe impõe: a impossibilidade de serem demarcadas precisamente as fronteiras entre o *Eu*, o não *Eu* e o *outro*. A inviabilidade de se estabelecer a psicanálise dentro do território do “*intra*” abre caminhos para que psicanalistas possam levar adiante uma série de aspectos que estavam presentes no trabalho de Freud, mas que não encontravam as devidas condições de serem desenvolvidos.

Assim, com a psicanálise do segundo tipo (KAËS, 2015), cada vez mais ganharam espaço no movimento analítico pensadores como Winnicott, Aulagnier, Ogden, Green, e outros que rompem com uma perspectiva solipsista de sujeito e passam a sustentar a clínica psicanalítica e a compreensão do funcionamento psíquico dentro de uma perspectiva intersubjetiva: cada vez mais, o *entre* ganha espaço na psicanálise.

Da mesma maneira que a questão da intersubjetividade abre a possibilidade de inclusão do *outro* na clínica tradicional da psicanálise, representa um passo fundamental no sentido de abrir espaços para mais de outro, ou seja, para o grupo. Neste ponto situa-se a psicanálise do terceiro tipo proposta por Kaës (2015). O trabalho de Kaës é confluyente com os trabalhos de outros psicanalistas que, embora

não trabalhassem com grupos, abriram a psicanálise para o estudo dos fenômenos que se passam no *entre*. Segundo este autor (KAËS, 2011a), mesmo que o conceito de intersubjetividade não seja utilizado por Piera Aulagnier, ela dedicará especial atenção para a conjunção entre as subjetividades, pois a dimensão relacional da vida psíquica é o ponto de partida do método analítico.

Psicanalistas que trabalham com os casais, as famílias, os grupos, as instituições terão a possibilidade de encontrar apoio para o desenvolvimento de uma psicanálise que dialoga com as diversas dimensões da intersubjetividade que o incluem, mas não se reduzem ao intrapsíquico. Este passo será fundamental para que a psicanálise escape da armadilha do paradigma disjuntivo entre o singular e o coletivo, pois a extensão da psicanálise nos permite entender que ambos podem ser vistos simultaneamente como heterogêneos, mas conectados por um complexo interjogo de relações.

Segundo Kaës (2009), as lógicas dos conjuntos plurisubjetivos só se produzem pela associação entre as psiques. Segundo este autor, (KAËS, 2011a), quando a questão da intersubjetividade inclui as formações coletivas, estabelece uma lógica de conjunção e disjunção entre as subjetividades, que pode ser enunciada na seguinte fórmula: “Não há uma sem a outra e sem o conjunto que as constitui e mantém; uma sem a outra, mas no conjunto que as reúne” (KAËS, 2011a, p.23). Esta fórmula segue as proposições de Winnicott a respeito de um bebê, que só existe na sua relação com a mãe e que Kaës complexifica, incluindo o conjunto nesta relação.

4.2. A questão do narcisismo na psicanálise.

Juntamente com o problema da intersubjetividade, o conceito de narcisismo

será um ponto de apoio teórico fundamental para este trabalho. Ele será discutido em duas etapas: a que segue abaixo é uma revisão contemporânea sobre o conceito. No capítulo 9 o narcisismo, tal como proposto por Freud, será tomado como um analisador da transmissão da psicanálise ao longo das gerações.

O problema do narcisismo surge em Freud como uma questão complexa e um importante momento de transição entre a primeira e a segunda teoria das pulsões. Em um primeiro momento, a dualidade pulsional se dava entre a pulsão sexual, voltada para o objeto, em oposição às pulsões do Eu, ou de autoconservação. A percepção de que parte da libido também está voltada para o Eu, como um componente essencial de sua formação, obriga Freud a rever seu entendimento inicial de que as pulsões eróticas ligadas ao objeto estariam somente a serviço da reprodução e manutenção da espécie. Este problema teórico leva Freud a rever a sua teoria das pulsões, reagrupando todas as pulsões que havia descrito até então como subtipos de uma mesma pulsão, a pulsão de vida, que se opõe à pulsão de morte. Assim, Freud consegue manter a tensão e complementariedade entre dois tipos de pulsões.

Freud introduziu o problema do narcisismo em 1914 para discutir a esquizofrenia dentro de uma perspectiva psicanalítica. No contexto da primeira grande guerra mundial, retomou em 1917 uma discussão clínica do narcisismo em Luto e Melancolia, para falar sobre a depressão melancólica. A repercussão teórica do problema do narcisismo sobre a psicanálise é extensa e não foi explorada por Freud sob muitas perspectivas. Para Green (1988), aquilo que era uma mera especulação teórica inicial foi se impondo como uma questão fundamental para a psicanálise, tanto pelas experiências clínicas, como pela observação de fenômenos sociais. No entanto, o tema foi perdendo terreno nos escritos de Freud, que privilegiou mais o trabalho sobre a destrutividade da pulsão de morte e os estudos sobre a segunda tópica. Para

Green (1988, p.10), “O narcisismo foi, de certa forma, um parêntese no pensamento de Freud”.

Assim também aconteceu com os pós Freudianos de tradição inglesa, como Klein, Winnicott, Bion, que não aprofundaram o tema. Nos Estados Unidos, Kohut, e na França, Grinberg, Lacan e Green retomaram a importância do tema a partir de demandas clínicas. Um problema clínico que derivou no estudo sobre o narcisismo foi a dificuldades no estabelecimento da neurose de transferência: o estudo dos casos-limite trouxe um novo impulso para o estudo psicanalítico do problema do narcisismo. Contribuições teóricas derivaram desta clínica, como as de Green (1988) que retoma uma leitura sobre o narcisismo a partir da segunda teoria das pulsões.

Para alguns autores, o problema do narcisismo nasceu sofrendo do mal que pretendia tratar. Para Green (1988, p.10), em relação à questão da dualidade pulsional, “O narcisismo era um chamariz tão eficaz que fazia a própria teoria sofrer a sedução da qual ele mesmo era expressão: a ilusão unitária, recaindo desta vez sobre a libido”. A teoria do narcisismo quase desfez a dualidade pulsional tão importante para Freud: Jung era defensor de um único tipo de pulsão e este teria sido um ponto de discórdia teórica na ruptura entre eles.

Citando Roussillon, Brun (2014) entende que a teoria sobre o narcisismo primário em Freud é uma teoria narcisista, pois trata de uma ilusão de indiferenciação primária entre a criança e o mundo exterior. A autora critica o pressuposto freudiano implícito nesta concepção de relação bebe-mundo, como se existisse um estágio anterior de indiferenciação da criança com o mundo pré-objetal. Neste caso, a criança não teria formado desde o início um vínculo intersubjetivo com um Outro, visto como diferente dele. Brun entende que esta teoria do narcisismo primário é uma teoria solipsista, de caráter narcísico, fruto de uma teorização “(...) que tende a tudo reportar

ao Eu, a eliminar tudo aquilo que vem do outro e também a eliminar tudo que não é o processo narcísico (...)”¹⁰ (BRUN, 2014, p. 518). Isto é o que constata Roussillon (apud BRUN, 2014), que irá examinar as contribuições de Winnicott à teoria do narcisismo primário com a introdução de um outro nesta relação.

Para Green (1988, p.19),

Se algo de novo surgiu na psicanálise nestes últimos decênios, é pelo lado de um pensamento de um par que é preciso buscá-lo. Isto nos permitiria livrar a teoria freudiana de um cheiro de solipsismo (...) tudo o que ele descreve (Freud) parece ser desvendado independentemente do seu próprio olhar, ou, nos casos clínicos que expõe, de sua própria ação.

Estas são marcas da tradição positivista em Freud. Como resultado, segundo Green (1988, p. 19): “Em suma, Freud minimizou tanto o papel de seu próprio narcisismo quanto o do objeto”. O narcisismo não pode ser pensado plenamente, senão na sua relação com seu par oposto/complementar: a alteridade do objeto. Somos lançados ao desafio de bascular entre dois mundos:

Fiz notar acima que o que precisa ser pensado através do narcisismo não poderia ser feito isolando totalmente este conceito, estudando-o em si mesmo. Se para aprender tão especificamente quanto possível sua natureza, convém, com efeito, em certos momentos da reflexão, se enfiar nele, isto é, no mais profundo de nós mesmos, já que ele é o próprio coração de nosso Eu, é preciso lembrar também que o movimento centrípeto que não quer saber nada, a não ser de si mesmo, só desvenda seu sentido opondo o objeto ao Eu (GREEN, 1988, p. 18).

É no caminho entre o autoerotismo, o narcisismo primário e o secundário que precisamos lidar com o objeto. Precisamos lidar com a falta e toda frustração advinda desta experiência: a insuficiência do Eu, a insuficiência do objeto e as estratégias do narcisismo para dar conta desta insuficiência.

A totalidade imaginária, a ausência de limites que entre o objeto seio e o Eu

¹⁰ “(...) qui tend justement à tout rapporter à soi, à effacer ce qui vient de l’autre et aussi à effacer que le processus narcissique(...)”.

marcam a dimensão do infinito sobre o qual repousa o psiquismo nos primeiros momentos da vida. A falta assinala o hiato e a diferenciação entre o Eu e o objeto. O desejo marca o Eu como insuficiente e sua necessidade de abertura para o mundo, onde será possível buscar a satisfação através de sua ligação com um objeto. A relação com o objeto marca o descentramento do Eu, ao mesmo tempo em que o coloca sob ameaça de fragmentação. Os efeitos aglutinadores do investimento de Eros sobre o Eu formam a face positiva do narcisismo, mantendo a unidade deste Eu, diferenciada do objeto. Mas este equilíbrio, que dará possibilidade de autonomia ao Eu, é um equilíbrio precário na medida em que o Eu nunca poderá substituir completamente o objeto. Daí o narcisismo secundário, o investimento no objeto, em uma tentativa precária de restaurar a totalidade (GREEN, 1988).

4.2.1 Narcisismo de morte em Green

Até aqui, acompanhamos os passos de Freud. No entanto, Green (1988) observa que estas realizações do narcisismo de vida nem sempre são bem sucedidas. Em alguns casos, a experiência do descentramento é marcada pelo ressentimento e pelo ódio:

Por isto, o retraimento para a unidade, ou a contusão do Eu com um objeto idealizado, não estão mais ao alcance. É então a busca ativa não mais da unidade, mas do nada, isto é, de uma redução das tensões ao nível Zero, que é a aproximação da morte psíquica (GREEN, 1988, p. 23).

Neste caso, o desejo é pelo não desejo. A morte mostra sua cara de ser absoluto; a vida torna-se o equivalente da morte pela eliminação da tensão provocada por todo desejo. Como consequência, a vida torna-se o equivalente da morte pela ausência de tensão. Não é o desprazer que anula o prazer, mas o neutro, o Zero.

4.2.2 Narcisismo e imortalidade

Para o propósito deste estudo, é de grande importância destacar na discussão do narcisismo, a problemática da imortalidade do Eu e da morte, pois a articulação entre estes elementos jogam um papel central na institucionalização da psicanálise. Green (1988) será essencial neste caminho, principalmente o seu trabalho *O Eu mortal-imortal* de 1982, publicado em 1988.

Paradoxalmente, o Zero está relacionado com a imortalidade em um autocentramento, enquanto a unidade do Eu, o Um, está relacionada com a incerteza e as vicissitudes do mundo. Mas, mesmo assim, sob o princípio do Nirvana, o caminho do Um é sempre o do retorno ao inorgânico, ou seja, ao Zero. Assim, ambos estão relacionados com o desejo de imortalidade, mas tomando caminhos diferentes.

Green (1988) nos lembra de que a sexualidade tem um duplo caráter: ao mesmo tempo em que é prazer individual, também está a serviço da espécie. Libido e narcisismo estão profundamente atrelados à complexa relação entre indivíduo e espécie: não é por acaso que a primeira dualidade pulsional proposta por Freud foi entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais. Esta é a vertente positiva da vida, da preservação do indivíduo e da preservação da espécie. Mas falta, neste sistema, um lugar para que a morte possa ser representada: seria possível somente a criação, a multiplicação desatrelada do seu negativo, a necessária destruição do velho, para o surgimento do novo?

O problema do narcisismo recoloca a questão da sucessão entre as gerações, a questão da mortalidade do indivíduo e do seu desejo de imortalidade. A impossibilidade do princípio do prazer garantir a sobrevivência impõe a necessidade de este sujeito sair de si mesmo, para encontrar no mundo possibilidades reais de

sobrevivência, sob o princípio de realidade. Mas a construção do Eu em torno do princípio de realidade apresenta uma nova ameaça: a dura realidade de que ele é mortal! O narcisismo não poupará esforços para curar esta ferida narcísica: deve haver algum jeito de burlar a realidade, algum caminho para a imortalidade do Eu (GREEN, 1988).

Uma possibilidade seria garantir a continuidade através do sucessor, mas ainda sim, isto envolve um Outro. Diferente da reprodução assexuada, mais próxima da imortalidade pela multiplicação do mesmo, a reprodução sexuada é uma outra ferida narcísica com a qual precisamos lidar. A fecundação implica em dois elementos que se juntam formando um terceiro. Na vertente ascendente da cadeia intergeracional, sob esta perspectiva, há uma inversão do complexo de Édipo: o terceiro não é o excluído, é aquele que marca para o casal que seu ciclo da vida está terminando e, possivelmente, é o terceiro quem vai sobreviver. Claro que o narcisismo não cede facilmente: cada um do casal e os dois juntos investirão narcisicamente neste terceiro para que uma parte do Eu sobreviva. Lembramos que este processo será sempre violento, como nos lembra o trabalho de Freud sobre Totem e Tabu. (GREEN, 1988)

Para Kaës, o corpo e o grupo formam os dois apoios e fronteiras do psiquismo. Quanto ao corpo, não há muitas esperanças sobre sua imortalidade, apesar de esta esperança não ter sido completamente abandonada, vide os avanços da medicina, que trazem como resultado, ao menos, o adiamento da morte. Mesmo assim, Freud encontra na Biologia um interessante apoio para sua tese de que, mesmo o corpo é herdeiro, portador e transmissor de uma substância potencialmente imortal. Freud costuma se aproximar da biologia quando trata da questão da pulsão, pois este é um conceito que marca o limite entre o orgânico e o psíquico. Para tratar da questão da mortalidade/imortalidade, em trabalho sobre o narcisismo, Green (1988, p.282)

lembra que Freud busca apoio em Weismann “que havia defendido a oposição entre germen e soma”. Na biologia, Freud encontra no “plasma germinativo” uma substância da espécie potencialmente imortal que será transmitida ao longo das gerações utilizando o “soma” como seu veículo, a parte mortal deste corpo. Estes aspectos serão retomados mais detalhadamente quando o narcisismo será entendido como um analisador da transmissão do movimento analítico.

No contexto da primeira grande guerra mundial, já não era tão simples para Freud sustentar uma teoria que não desse um lugar central para a morte e a mortalidade do sujeito. Mesmo assim, um lugar para o desejo da imortalidade teve sempre seu lugar garantido no trabalho de Freud: mesmo com a introdução da pulsão de morte, um lugar para a imortalidade do “plasma germinal” foi garantido.

Green (1988) lembra que em *O sinistro* de 1919, Freud também abre uma discussão sobre a imortalidade. Com o deslocamento do Eu para o inconsciente, Freud estuda a generalidade e, nela, a divisão do Eu em uma face mortal e outra imortal. Abre caminho, portanto para expressões psíquicas da imortalidade, não mais sob uma perspectiva biológica, nem por ausência de representação. Assim, para Green (1988, p. 283): “É deste ponto de vista que se pode realmente falar de imortalidade, isto é, de uma autêntica recusa da morte no seio de um Eu que se sabe mortal, com seu duplo que se recusa a admitir a fatalidade do termino de sua existência”. Nem a morte nem a imortalidade do Germe se inscrevem no psiquismo, mas, em contrapartida, uma parte do Eu investida libidinalmente será imortal:

A crença da imortalidade está, portanto, enraizada no Eu inconsciente. (...) O não reconhecimento da morte no inconsciente escolheu como domicílio o Eu. Mas como o Eu é também consciente – necessidade obriga – a instância garantidora da racionalidade que se sabe mortal pela sua relação com a realidade externa, carrega nas suas dobras, um forro megalomaniaco, pronto para se inchar até eclipsar o outro, às vezes pelo inocente prazer da ficção, em outras, pela sustentação da fé (GREEN, 1988, p. 285).

É no negativo do Eu, portanto, que encontramos a morte. A dialética entre o reconhecimento da realidade e o reconhecimento da morte explica o fato de que a imortalidade só adquire sentido no contato com a consciência de morte. Assim, neste momento, a imortalidade é para o narcisismo aquilo que a negação da castração é para a libido do objeto (GREEN, 1988).

A introdução do conceito de pulsão de morte demonstra que nem todas as angústias são derivadas da angustia de castração. Para Green, quanto mais Freud avança nas suas reflexões sobre o Eu, mais este se revela incapaz de responder às exigências dos seus três servos, a realidade, o id e o superego. Mas, também há uma força que o mina por dentro: a pulsão de morte. A retomada do Zero marcada pelo princípio de Nirvana marca o ponto de encontro entre a pulsão de morte e a imortalidade. É sobre este ponto que Green (1988) desenvolve seu conceito de narcisismo negativo, ou narcisismo de morte. Como negativo da libido, a pulsão de morte marca o seu duplo invertido:

Assim, Narciso é também Janus. Em vez de sustentar o objetivo da unificação do Eu por meio das pulsões sexuais, o narcisismo negativo, sob domínio das pulsões de morte, tende para a redução ao nível Zero de toda libido, aspirando à morte psíquica. É o que me parece lógico inferir daquilo que se torna o narcisismo depois da última teoria das pulsões. Além do despedaçamento que fragmenta o Eu e o faz retornar ao autoerotismo, o narcisismo primário absoluto anseia pelo repouso mimético da morte. É a busca do não desejo do Outro, da inexistência, do não ser, outra forma de acesso à imortalidade. O eu nunca é mais imortal do que quando diz não ter mais órgãos, não ter mais corpo. Na medida em que, na luta entre Tanatos e Eros, Tanatos terá sempre a última palavra. A segunda teoria das pulsões confronta o sujeito não somente com o medo da castração e da perda do pênis, mas da perda do seu corpo inteiro: ninguém escapa da depressão que está ligada à condição humana, pois este é o preço que pagamos pelo vínculo com os objetos que nos dá a alegria de viver (GREEN, 1988, p. 297).

Sob o princípio da realidade, o contato com a morte dos nossos entes queridos nos faz lembrar nossa própria mortalidade, desejar nossa imortalidade. O

esquecimento dos mortos, da morte nos permite continuar a vida. (GREEN, 1988).

O grupo poderá contribuir com esta tarefa, na medida em que também é lugar de negação da morte, não somente sob uma perspectiva individual, mas, agora, compartilhada com outros. Se o corpo do ente querido desapareceu, sua alma permanece viva em nós, no grupo, na família, na instituição. Se sua alma é imortal, no pacto do grupo, a nossa que estamos vivos também será. O problema da vida e da morte no sistema narcísico nos aproxima da dimensão intersubjetiva do narcisismo. Esta é uma porta de entrada para o outro apoio ao psiquismo: o grupo, a instituição.

Capítulo 5: Fundamentos teóricos específicos: a psicanálise do terceiro tipo

A seguir, serão apresentados os fundamentos teóricos desenvolvidos por René Kaës, que servirão como base para a leitura dos artigos.

5.1 A psicanálise e o grupo: o intermediário

Kaës (2009) pergunta se o intermediário pode nos ajudar a pensar a articulação psicossocial. Esta categoria, voltada para a articulação entre instâncias heterogêneas ou homogêneas, mas descontínuas, está presente na psicologia e na psicanálise, fundamentalmente em Freud, Róheim e Winnicott, (KAËS, 2011a). Será uma categoria bastante útil na superação das dicotomias que impedem o desenvolvimento de uma psicanálise dos conjuntos intersubjetivos:

As formações intermediárias (...) não podem ser tratadas senão na perspectiva de uma dupla metapsicologia, a do sujeito singular e a da intersubjetividade. É sob essa condição que sua investigação pode ser mantida no campo da psicanálise (KAËS, 1997, p. 227).

O trabalho de Kaës sobre as formações intermediárias situa-se no estudo das formações psíquicas entre o sujeito singular e os agrupamentos humanos. São formações que seguem as lógicas próprias do inconsciente, campo de interesse da psicanálise:

Essas formações de duas faces, direcionadas a dois espaços conjugados, asseguram as mediações entre os espaços intrapsíquicos, intersubjetivos e transubjetivos. Elas constituem pontos de entrelaçamento do sujeito e do conjunto, o vínculo do submetimento do sujeito do grupo. (KAËS, 1997, p. 224).

Estas formações “(...) asseguram a continuidade e a articulação entre a psique dos sujeitos e a do grupo, mas se formam e se realizam segundo modalidades próprias

a cada um destes espaços psíquicos” (KAËS, 1997, p.224). Sua função é ligar, mediar, transformar. Articula e garante a continuidade entre campos distintos de modo a reduzir o antagonismo, ao mesmo tempo em que sustenta a separação entre eles. Faz ainda a passagem e as necessárias transformações entre um campo e o outro. A descontinuidade sustenta a tensão que se produz no conflito entre dois campos. Kaës (2009) distingue as formações intermediárias entre instâncias homogêneas, como, por exemplo, entre instâncias intrapsíquicas, e as formadas entre instâncias heterogêneas, como as formadas entre o sujeito e o grupo.

5.2 Os três espaços psíquicos: o sujeito singular, o vínculo e o grupo.

Kaës distingue três espaços psíquicos nas configurações grupais. O primeiro é o do sujeito singular, objeto de estudos tradicional da psicanálise. No campo dos estudos de grupos, tradicionalmente, este sujeito perdeu o estatuto de sujeito singular e passou a ser entendido como um elemento básico do grupo. Anônimo, este sujeito pode ser intercambiável por qualquer outro, como a impessoalidade nas massas, ou a serialidade de Sartre. Kaës recupera o estatuto de singularidade do sujeito, como sendo um sujeito único do grupo, que tensiona com a tendência à homogeneidade e ao anonimato do grupo.

O segundo é o espaço do vínculo, o espaço construído pelas alianças inconscientes que organizam o grupo. Terá função de intermediação entre o sujeito singular e o espaço do grupo (KAËS, 2009). Esta será uma grande contribuição de Kaës no estudo dos grupos, pois permitirá diminuir o antagonismo entre o primeiro espaço e o terceiro espaço que é o espaço do grupo. Kaës desenvolve um modelo de aparelho psíquico grupal que abrirá uma nova possibilidade de concepção do

funcionamento psíquico nas suas dimensões intra, inter e transobjetivas. Este é o espaço das alianças inconscientes e será discutido com maior atenção mais adiante.

O terceiro espaço é o do grupo. Inicialmente, as primeiras teorias psicanalíticas dos grupos o configuraram como “uma entidade relativamente independente dos indivíduos que os constituem” (KAËS, 2011a, p. 37). Os primeiros modelos psicanalíticos de estudos dos grupos não contribuem com a diminuição do antagonismo entre o singular e o coletivo. São trabalhos produzidos nas bordas do movimento analítico que encontram dificuldades em estabelecer relações de continuidade e diferenciação com o modelo psicanalítico tradicional.

Além destes três espaços, Kaës (2009) apresenta outros dois espaços que permanecem como pano de fundo para o psiquismo: os espaços institucionais e os espaços sociais. Cada um destes espaços tem uma dimensão psíquica e outra não psíquica: social, jurídica, econômica, política, etc. Os três primeiros espaços referem-se a lógicas distintas, mas homogêneas. As instituições e o social são regidos por lógicas heterogêneas e formam o metaquadro sobre o qual a vida psíquica acontece.

5.3 As alianças inconscientes

As alianças inconscientes propostas por Kaës são formações intermediárias que servirão de base para este estudo. Para Kaës (2011a, p.199), “As alianças inconscientes inscrevem-se de maneira fundamental na formação psíquica do vínculo intersubjetivo: o conceito de intersubjetividade pode encontrar aí sua matéria, e a realidade psíquica do vínculo, sua consistência”.

A perspectiva de leitura da formação das alianças inconscientes será realizada no que diz respeito àquilo que nos interessa para discutir os vínculos intersubjetivos

na institucionalização da psicanálise. Será investigada, no capítulo 8, a capacidade das alianças darem sustentação para que as sociedades realizem sua tarefa primária de construção do conhecimento científico a partir das experiências clínicas, que poderão validar e/ou modificar o conhecimento psicanalítico; a maneira como acontece a transmissão da vida psíquica ao longo das gerações, oferecendo apoio para a formação de novos analistas nos Institutos; a possibilidade de modificação das alianças inicialmente estabelecidas e colocadas em questão na extensão da psicanálise.

Entramos aqui no campo de uma metapsicologia do terceiro tipo (KAËS, 2015) proposta por Kaës, que amplia o espaço psíquico para além do sujeito singular, tal como havia concebido por Freud a partir do dispositivo clínico bipessoal. Kaës desenvolve seu trabalho a partir da clínica dos grupos e das instituições, colocando a psicanálise à prova das modificações do método inicialmente estabelecido. Partindo do modelo freudiano de agrupamento, Kaës (2014) propõe que certos acordos organizam a vida coletiva, ao mesmo tempo em que estes acordos servem como base sobre a qual o psiquismo se desenvolve. “Ela está no coração da vida em sociedade, ela a fundamenta, do mesmo modo como ela é fundadora da política, do religioso e do jurídico, especialmente sob a forma de um contrato” (KAËS, 2014, p.14). O estudo da formação das alianças é do interesse de diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, e o direito.

Algumas destas alianças são inconscientes e serão objeto de interesse para a psicanálise. Seguem as lógicas próprias do inconsciente, distintas das demais lógicas racionais. Para Kaës, formarão as bases do vínculo. Assim Kaës define as alianças inconscientes:

O conceito psicanalítico de aliança inconsciente inscreve-se no quadro antropológico geral que vou resumir brevemente: qualquer

que seja seu fundamento, função e finalidade, as alianças inconscientes estabelecem relações, todas essas intersubjetivas, transubjetivas e sociais, tanto as que vinculam as gerações entre elas como as que vinculam os contemporâneos entre si. Mas elas se efetivam por *apostas*¹¹ e segundo modalidades específicas, diversamente daquelas que organizam a antropologia social, a religião, a filosofia política e o direito. (KAËS, 2014, p.15).

Na interface com as formações sociais, ela estabelece, simultaneamente, uma relação de fiadora da vida psíquica e de apoio nos diversos substratos sociais: “Para que tenha eficácia, a aliança deve, por sua vez, ser reconhecida e garantida por instituições sociais, religiosas, políticas e jurídicas” (KAËS, 2014, p. 15).

Lidamos com diferentes níveis de complexidade, conectados, mas heterogêneos. No caso da psicanálise, o interesse específico será pelos processos inconscientes:

O conceito de aliança inconsciente especifica-se pelo seu campo próprio: ele descreve como e segundo que processos as alianças internas e as alianças nas relações se entrelaçam de tal modo que alguns de seus conteúdos, seus objetivos, algumas de suas metas e entradas tornam-se e permanecem inconscientes aos sujeitos vinculados nessa aliança. (KAËS, 2014, p. 15)

As alianças inconscientes comportam duas faces: por um lado, o caráter conservador, trabalhando a favor da pulsão de vida, permitindo que um grupo permaneça unido. Favorece a formação de consensos, ao mesmo tempo em que cobra o seu preço com aquilo que ela deixa de fora para que possa garantir a manutenção das ligações psíquicas. No seu lado negativo, formam o desacordo, o desligamento, o conflito, associados à pulsão de morte. Assim, a aliança tanto une aquilo que vincula, como exclui aquilo que rejeita e que deverá manter inconsciente, o que ninguém deverá saber para que a relação possa ser constituída, mantida e transmitida ao longo do tempo. Elas delimitam os espaços de dentro e de fora em um agrupamento.

Kaës (2014) distingue as alianças inconscientes, estruturantes da vida

¹¹ Grifos do autor

psíquica, das alianças inconscientes defensivas: ao mesmo tempo em que são fiadoras da vida psíquica, estruturam as relações inconscientes de um grupo e de cada sujeito do inconsciente com o grupo, as alianças também são organizações defensivas, como sintomas compartilhados. Em algumas situações específicas podem derivar em alianças patológicas.¹²

As alianças inconscientes regulam a transmissão da vida e da morte psíquica entre as gerações do grupo, na instituição, e cada sujeito do grupo. Para Kaës (2014 p.15),

As alianças estabilizam uma relação que se instala na duração do tempo e ao mesmo tempo, fixa os termos da mesma. Ela faz com que fiquem juntos os sujeitos nas relações que eles estabeleceram, ela amarra homens e mulheres e as gerações, ela é estabelecida como contrato entre os grupos humanos e todo o conjunto da sociedade, entre os seres humanos e as potências divinas ou diabólicas.

As alianças se formam em dois eixos: o eixo sincrônico, que regula as relações atuais de um determinado espaço comum e é partilhado por um grupo ou uma instituição; o diacrônico das alianças genealógicas que são tecidas na relação com os ancestrais e com os descendentes. Na transmissão entre as gerações, o investimento narcísico do grupo em cada novo sujeito terá como contrapartida a exigência da continuidade da vida do grupo, do reinvestimento no coletivo daquilo que nele foi investido. Cada sujeito contribui e, simultaneamente, obtém algum tipo de benefício para os seus próprios interesses.

5.3.1 O contrato Narcísico

Para Kaës, o contrato narcísico é a principal aliança estruturante que pode

¹² Em 2011, além das duas categorias citadas, ele também mencionou as alianças ofensivas, propostas por Pinel (2006) como um terceiro tipo de alianças inconscientes.

derivar em diversos tipos de alianças patogênicas. Outro conjunto das alianças estruturantes será aquele que coloca em ação no agrupamento a repressão e seus destinos. A contraface do contrato narcísico é o pacto denegativo formado pela comunidade de renúncia à satisfação imediata dos impulsos. As alianças de base estruturante têm como função sustentar a vida psíquica coletiva, incluindo as relações mais conflitivas.

O contrato narcísico está nas bases das primeiras relações entre o bebê e o seu primeiro conjunto intersubjetivo, sendo estruturante para o desenvolvimento da vida psíquica. Ele tem como função gerenciar os investimentos requeridos no nascimento da criança e na transmissão da vida psíquica entre as gerações.

5.3.2 O contrato Narcísico em Piera Aulagnier

Este conceito é derivado do trabalho de Freud sobre o narcisismo de 1914. O modelo inicialmente proposto é exclusivamente intrapsíquico, mas Freud deixará aberturas, a partir das quais, Piera Aulagnier desenvolve o conceito de contrato narcísico. A autora parte de três pontos desta obra: o bebê como tendo um duplo estatuto, sendo um fim para si mesmo e o elo de uma corrente intergeracional ao qual está ligado; que o investimento no bebê é alimentado pelo narcisismo de seus pais, que sustenta o seu próprio narcisismo; o ideal de ego como uma formação simultaneamente intrapsíquica e comum aos membros de um grupo ou meio social.

Piera Aulagnier apresenta seu conceito de contrato narcísico em 1975, no seu trabalho *A violência da interpretação*. O “Eu” somente poderá vir a ser, em um espaço previamente instituído pela sociedade, onde se inscrevem a família e o bebê. O espelho formado pela mãe sobre a criança oferece as condições de suporte para o

nascimento da vida psíquica, tendo, portanto uma função estruturante da vida intrapsíquica e intersubjetiva. Cada sujeito que nasce em um grupo tem como missão assegurar a continuidade da vida do grupo ao longo das gerações.

A autora introduz o conceito a partir de uma discussão acerca dos efeitos que a palavra dos pais tem sobre a criança e de como este discurso se insere em um contexto sociocultural. Entende o grupo social como um conjunto de sujeitos que falam a mesma língua, que são regidos pela mesma instituição ou por uma mesma religião. Um conjunto de vozes que dará sentido à existência daquele grupo e daqueles que a ele pertencem, fundamentando as suas origens. (AULAGNIER, 1975)

A autora distingue três tipos de enunciados: míticos, sagrados ou científicos. Estes enunciados partilham de uma mesma exigência, sua função de fundamento é uma condição para se preservar uma concordância entre o campo social e o campo linguístico. O discurso fundado sobre e pelo ideal do enunciante é chamado de ideologia. Aulagnier discute a formação do discurso do sagrado, entendendo que as características deste discurso atravessam os campos do mito e da ciência. A crença em um fundador mítico tem como missão preservar uma certeza sobre a origem e a idealização sobre um saber científico que permite prever e agir sobre a evolução. O discurso da ciência, neste caso, preserva tudo em dissimulação. A voz originária supostamente enuncia o eternamente verdadeiro. Graças a seu postulado, se constitui um setor de certeza absoluta no registro do discurso. Ela assegura ao Eu existente sua presença no texto sagrado, que lhe certifica uma identidade entre o Eu enunciante e o Eu garantidor da verdade do discurso. Quando o Eu repete o discurso do sagrado, ele tem o direito de reivindicar reconhecimento pelo grupo de sua verdade. (AULAGNIER, 1975)

Assim Aulagnier (1975, p. 186) vai caracterizar o contrato narcísico:

Ressaltamos que, na função mantida pelo discurso do sagrado, nós só isolamos algumas características encontradas em todo discurso fundante de uma cultura, qualquer que seja o referencial teórico escolhido. Estes caracteres instituem o que chamamos de contrato narcísico.¹³

Assim, o sujeito se apropria de uma série de enunciados que sua voz repete: esta repetição lhe dá uma certeza de existência de um discurso no qual a verdade sobre o passado é assegurada, como corolário à crença na possibilidade de verdade e de previsão sobre o futuro.

Se o sujeito perde a certeza sobre a origem, ele perde o ponto de apoio que o enunciador deve encontrar afim de que o discurso se ofereça como um lugar de apoio à verdade, garantida pelo conjunto de vozes. Ele vai requerer, no conjunto de vozes, o direito de ser um herdeiro. O contrato narcísico se estabelece como um pré-investimento do conjunto na criança que será uma voz futura que tomará o lugar a ele designado. É a antecipação do sujeito do grupo que o grupo projeta sobre ele. A crença neste ideal é acompanhada da esperança da permanência do conjunto. Há um desejo de imortalidade, do qual estes investimentos se colocam como substitutos. O contrato narcísico é uma assinatura do sujeito no grupo. O grupo investe na criança que deverá dar sequência à voz dos enunciados de uma voz que já morreu e vai garantir assim a permanência qualitativa e quantitativa de um corpo que se autorregenera de maneira contínua. (AULAGNIER, 1975)

¹³ Tradução livre de: “Nous avons souligné que dans la fonction tenue par le discours du sacré nous n’isolions que les quelques caractères que l’on retrouve dans tout discours fondant une culture, quelle que soit la référence théorique que sera choisie. Ces caractères instituent ce que nous nommons le contrat narcissique.”

5.3.3 O contrato narcísico em René Kaës

Segundo Kaës (2014, p. 64), “Considerada sob este angulo, a função principal do contrato narcísico é a de manter a continuidade do investimento e da autoconservação, para cada sujeito e para cada grupo humano do qual ele é parte constituinte”. Assim, um sujeito só pode se tornar um sujeito, na medida em que é um sujeito do grupo que lhe dá as condições necessárias para que possa se tornar, ao mesmo tempo um sujeito singular e responsável pela manutenção do conjunto. “O contrato narcísico ilustra o que entendo por apoio mútuo da pulsão, aqui, no caso, a pulsão de autoconservação e de seus componentes narcísicos” (KAËS, 2014, p. 64). Este contrato formará as bases de todas as relações entre o sujeito singular e o espaço coletivo. É um contrato que assegura a ligação entre cada sujeito e um grupo, e o grupo com o seu ancestral:

(...) Esse contrato – assimétrico, uma vez que precede o sujeito – não somente atribui a cada um, um lugar determinado, oferecido pelo grupo e significado pelo conjunto de vozes que, antes mesmo da aparição daquele que acaba de chegar, já apresenta um discurso conforme ao mito fundador do grupo. Ele requer também que esse discurso, que inclui os ideais e valores, seja retomado como seu por cada novo sujeito. A propósito, é por esse investimento narcísico e por esse discurso que cada sujeito estará vinculado ao Ancestral fundador. (KAËS, 2014, p.64)

Para Kaës (2014), o contrato narcísico tem uma função correcalcante por parte do grupo sobre o interdito do incesto, condição necessária para o nascimento de uma nova criança e para a continuidade entre as gerações. O contrato narcísico controla a violência gerada pela interdição imposta ao narcisismo, prova disto é que a fragilidade ou o excesso do contrato podem acentuar as situações violentas.

Temos assim uma situação paradoxal onde “A criança não pode constituir-se como sujeito da filiação senão no encontro com o interdito do incesto, mas ele não

pode vir a ser um sujeito senão por ter, de início, sido sonhado pelos seus pais (ou por seus avós) como o seu prolongamento narcísico (KAËS, 2014, p.64)”. Assim, o sujeito estará sempre colocado em condições de se apropriar do seu lugar na cadeia intergeracional.

Ao mesmo tempo em que se identifica com o conjunto, fato que lhe permite se tornar um sujeito, o processo de inscrição em uma cadeia intergeracional tem potencial alienante, na medida em que é um contrato imposto, como aponta Aulagnier (1975) quando discute a ideologia.

O antinarcisismo é um conceito proposto por Pasche (1964) que caracteriza uma tendência original do ego a se desprender de sua própria substância e a ceder uma parte de sua libido em proveito do que está fora. Para Kaës (2014), esta é uma dimensão central do contrato narcísico, pois este contrato deve gerenciar os investimentos voltados para o Eu e os voltados para o contexto como um dos termos do intercâmbio narcísico.

Para Kaës (2011a, 2014), há três tipos de contrato narcísico¹⁴: originário, primário e secundário. Sobre o originário, Kaës entende que: “Esse contrato de afiliação narcísica à espécie humana recebe e exige investimentos a serviço da autoconservação da espécie e do ser humano” (KAËS, 2014, p.650). Cada sujeito é herdeiro, servidor e beneficiário, de uma cadeia intergeracional, sendo investido narcisicamente pelo conjunto através dos investimentos da pulsão de autoconservação que visa preservar o conjunto e o sujeito deste conjunto. O originário define um contrato de filiação intergeracional entre o sujeito e seu pertencimento à humanidade. O primário é pactuado nos grupos primários de pertencimento, em um determinado contexto social. É o investimento dos pais que fazem a intermediação entre a cultura e

¹⁴Em 2011a Kaës não menciona o contrato narcísico primário.

o sujeito, que será um sujeito deste contexto mais amplo onde a família está inserida. O contrato narcísico secundário está ligado ao narcisismo secundário e, portanto, às relações de objeto. Ele trata do pertencimento a um grupo secundário: são os contratos estabelecidos fora da família, como, por exemplo, nas instituições. Colocam-se em complementariedade ou em oposição aos dois anteriores.

Estes níveis estão empacotados, mas podem entrar em conflito entre si. Estão a serviço da vida na sua dimensão estruturante, mas por serem impostos, comportam um tanto de violência que pode se tornar destrutiva. O pacto narcísico opõe-se ao contrato narcísico, sendo sua vertente alienante: ele contém e transmite a violência. Há, neste caso, uma exigência de coincidência narcísica entre o psiquismo do grupo e o individual. As fidelidades afetivas podem gerar restrições à liberdade de pensamento, a serviço do benefício de um Outro, ou de um grupo. Qualquer deslocamento da continuidade narcísica é ameaçador, o pacto narcísico é mortífero, pois impede que seus tenham membros a possibilidade de contestação ou de transformação.

Para que um contrato narcísico possa realizar sua função estruturante, ele depende de diversos tipos de avalistas que podem garantir, ou não, a possibilidade de o contrato inscrever-se em um processo simbólico. A mãe exerce para a criança um papel fundamental de avalista, pois é mandatária e age em nome de um contexto social. Ela age apoiada nas relações sociais de poder e autoridade, culturais, políticos e religiosos. Estes, por sua vez, são apoiados em avalista meta sociais como o mito e a autoridade. Quando a autoridade é intransigente, estamos mais próximos de um contrato alienante.

Para Kaës (2014, p. 68),

O contrato narcísico inclui esses avalistas naquilo que os constitui: o discurso de certeza fundamentado na autoridade. É ele

que confere o caráter de argumento indiscutível, sagrado e universalmente reconhecido, que prevalece sobre tudo mais. Essa autoridade dos valores recebidos deve suscitar a adesão; ela participa, por sua vez, da organização da relação social e da estrutura psíquica.

O avalista é representante do contexto, de um grupo, de uma instância moral, jurídica e, acrescento, científica, que detém o poder de alocar e controlar o contrato entre o sujeito e o contexto, nos termos do contrato: “praticamente, a questão a fazer é se o avalista garante efetivamente um processo de simbolização ou se *pactua* uma aliança alienante, perversa e psicotizante” (KAËS, 2014, p.68). Cada vez que a passagem do indivíduo ao universal ou do universal ao indivíduo barram o caminho de acesso ao simbólico, o contrato narcísico torna-se alienante. Em comunidades científicas organizadas em torno de um paradigma inquestionável, o acesso ao simbólico é negado, na medida em que o discurso imposto pela autoridade do paradigma prevalece sobre condições intersubjetivamente compartilhadas de pensamento e produção do conhecimento científico.

5.3.4 O pacto denegativo

Partindo da figura do negativo nas relações de grupo, Kaës (2011a) propõe o conceito “pacto denegativo”:

O pacto denegativo é uma metadefesa baseada em diversas operações defensivas: de recalque e denegação, mas também de negação, de desautorização, de rejeição ou enquistamento. Ao mesmo tempo em que é necessário à formação do vínculo, ele cria nele o não significável, o não transformável, zonas de silêncio. Bolsões de intoxicação, que mantêm os sujeitos do vínculo estranhos a sua própria história e à história dos outros. (KAËS, 2011a, p. 204).

Este conceito qualifica o trabalho do inconsciente necessário à formação e manutenção dos vínculos intersubjetivos em um grupo. O pacto denegativo é um

pacto sobre o negativo e suas diversas facetas propostas por Kaës, como a negatividade de obrigação, negatividade relativa e a negatividade radical. O pacto exerce uma função metadefensiva para cada sujeito do vínculo e para o grupo como um todo, resolvendo conflitos intrapsíquicos e conflitos que atravessam as relações. Como todas as alianças inconscientes, o pacto denegativo é formado na articulação entre as estruturas individuais e as estruturas do vínculo:

(...) Consideradas do ponto de vista da tópica, da dinâmica e da economia, psíquica do grupo, elas se concluem para que os vínculos e o grupo se formem e perdurem, qualquer que seja sua finalidade ou qualidade: estruturante, defensiva, patogênica ou alienante (KAËS, 2011a, p. 208)

Kaës desenvolve a partir do conceito de pacto denegativo a dimensão intersubjetiva das defesas psíquicas uma vez descritas por Freud como defesas intrapsíquicas. O recalque, a denegação e outras defesas ganham suporte no vínculo e passa a ser também um trabalho psíquico coletivo a serviço do psiquismo individual e da manutenção dos vínculos intersubjetivos. As defesas de cada sujeito preexistente ao grupo associa-se à dimensão corecalcante, codenegada ou correjeitadas formada naquela situação de grupo, protegendo cada sujeito singular e o vínculo formado no grupo.

Kaës fala da relação entre Freud e Fliess como exemplo de um pacto denegativo onde ambos mantêm conjuntamente denegado aquilo que eles desejam manter não representado. No caso do esquecimento das gazes no septo nasal de Emma por Fliess,, “(...) O não representado do pacto deve ser inteiramente condensado e representado no corpo de Emma, verdadeiro traço de união entre Freud e Fliess (...)” (KAËS, 2011a, p. 211). Para fundar a psicanálise, Freud precisa se retirar do pacto alienante e patogênico, diferenciando-se de Fliess. A saída deste pacto permite a Freud a possibilidade de subjetivação, restaurando sua capacidade de

pensamento necessário para a criação da psicanálise a partir da análise dos seus desejos que haviam sido reprimidos e corecalcados no pacto com Fliess.

Capítulo 6: Método

Segundo Kaës, “O conhecimento da realidade psíquica inconsciente só é possível através de um dispositivo apropriado ao duplo objetivo do trabalho psicanalítico: a transformação da realidade psíquica inconsciente e o conhecimento do inconsciente” (KAËS, 2011a, p. 52). O campo teórico-clínico da psicanálise apoia-se principalmente em um método de investigação que é, simultaneamente, de cura e que oferece acesso a fenômenos que não poderiam ser observados de outra maneira. Segundo Kaës (2011a, p.52), “(...) foi preciso certo tempo para pensar as correlações entre o método, a clínica que ele torna possível e as teorias que ele constrói”.

Kaës realizou importantes modificações no método, na clínica e na psicanalítica para que a questão do grupo pudesse ser pensada no campo da psicanálise. A partir destas modificações, foi possível ampliar o conhecimento acerca dos vínculos intersubjetivos.

Os vínculos intersubjetivos também fazem parte da vida institucional e, portanto, o conhecimento produzido sob o paradigma da psicanálise do terceiro tipo servirá de base teórica ao presente estudo. Trata-se de um trabalho sobre as instituições psicanalíticas, estudadas a partir da leitura de artigos. É um trabalho em psicanálise (FIGUEIREDO, 2013) cujo método está situado fora da situação da cura e cuja teoria foi produzida a partir de modificações do método original da psicanálise. Será necessário discutir como é possível realizar um estudo psicanalítico a partir da leitura de artigos.

A extensão da psicanálise amplia, enriquece e complexifica as fronteiras de conhecimento sobre o inconsciente. Para Kaës (2011a, p. 53),

Essa extensão das práticas da psicanálise, sob a condição de que seja controlada, é um efeito da infinitude do nosso conhecimento

do inconsciente O alcance epistemológico dessa proposição é que as condições de conhecimento do inconsciente não se estabeleceram de uma vez por toda e que o objeto teórico da psicanálise, suas modalidades de constituição e suas fronteiras devem ser periodicamente remetidos para o canteiro do pensamento crítico.

O estudo do grupo teve que enfrentar historicamente a resistência do movimento analítico e não será diferente no período aqui analisado. São tanto as resistências epistemológicas sobre a produção de novos conhecimentos, quanto as resistências epistemofílicas, contraídas nas alianças inconscientes do movimento analítico. Segundo Kaës, estas resistências podem ser o ponto de partida para uma pesquisa:

O debate epistemológico alimenta-se de diversos núcleos de resistência ao conhecimento dos efeitos grupais do inconsciente: uns são epistemofílicos, outros institucionais. Podemos utilizar essas resistências como ponto de partida de uma pesquisa (KAËS, 2011a, p. 26).

A resistência ao conhecimento sobre o grupo é o ponto de partida para esta pesquisa. Segundo Kaës (2011a), ao mesmo tempo em que lidamos com as suas resistências, o estudo das instituições psicanalíticas é um trabalho potencialmente fecundo, uma vez que, ao tomá-las como objetos pensáveis, sob a ótica de uma psicanálise que considera os vínculos intersubjetivos, descobriremos provavelmente certas funções das instituições psicanalíticas na economia psíquica dos psicanalistas.

Muitos psicanalistas estudaram as instituições, mas poucos as discutem sob a perspectiva de locais onde o conhecimento é construído e transmitido. A importância do estudo das instituições na formação do pensamento científico já vem sendo discutida desde Kuhn (2003). No entanto, a psicanálise pouco contribuiu com esta discussão sobre as sociedades científicas.

Estudar psicanaliticamente as instituições psicanalíticas é colocar sob exame o nível do enquadre institucional, que funciona como metaenquadre para as atividades

realizadas pelo movimento analítico, como a clínica, a supervisão e a produção do conhecimento científico:

Recorri à noção de metaenquadre ou de enquadre do enquadre para explicar o fato de que todo enquadre é enquadrado por um enquadre que o contém, sustenta, atrapalha ou entrava. Essa noção é bastante útil para compreender as relações entre o enquadre psicanalítico da cura, o enquadre psicanalítico da supervisão e o enquadre psicanalítico da instituição psicanalítica. (KAËS, 2011a, p. 68-69)

Segundo Kaës, o nível meta que interessa neste caso, é o que diz respeito “(...) aos dispositivos de fundo que enquadram o processo ou as formações que observamos e que, portanto, lhes são preexistentes” (KAËS, 2011a, p.20). A instituição forma um destes níveis que funcionam como pano de fundo para a vida psíquica. Tal é sua importância que: “o desregramento, as falhas, ou os defeitos dessas funções metapsíquicas afetam diretamente a estruturação da vida psíquica de cada um” (KAËS, 2011a, p.20).

Mas, como é possível construir um método de estudos que nos permita acessar a vida psíquica das instituições psicanalíticas? Os trabalhos realizados com instituições psicanalíticas por Kaës e seus interlocutores foram desenvolvidos fundamentalmente utilizando-se o dispositivo de grupos. Seu trabalho foi realizado no contexto da cura e da formação. Optei por realizar uma análise de material publicado em um periódico científico. Um trabalho sobre textos não é um trabalho no contexto da cura. Será necessário discutir quais as implicações que traz para a pesquisa a posição do analista como um leitor interprete.

6.1 O analista como um leitor interprete.

Os trabalhos de Kaës *Travail de la Mort et théorisation* (2000) e *La Matrice Groupale de L'invention de la Psychanalyse* (1994) servem como referência para o método deste estudo, uma vez que, nestes dois artigos, Kaës (2000) faz um trabalho sobre as origens da institucionalização da psicanálise. O método utilizado foi a leitura da obra de Freud, suas correspondências e o trabalho dos historiadores. Seu trabalho não é de um historiador, mas de “(...) tentar identificar como certos efeitos do inconsciente organizam os vínculos do grupo (...)” (KAËS, 2000, p.90).

Comparando o trabalho do historiador com o do psicanalista, Kaës (2000) entende que os dois fazem um trabalho de ligação, de memória e interpretação, onde prevalece a descontinuidade, a hipercondensação, o esquecido e o enigma. Enquanto para o historiador, a armadilha é o anacronismo, para o psicanalista, o erro será esquecer que a vida psíquica se organiza sobre a reestruturação recorrente dos eventos anteriores que não foram integrados a um contexto significante. Assim, “O trabalho da memória é o trabalho da reelaboração *a posteriori* das estruturas anteriores em formas cada vez mais complexas” (KAËS, 2000, p.89)¹⁵.

Fazer uma releitura do passado oferece a possibilidade de transformação da vida psíquica em condições diversas do que a da situação da cura. Trazer para um debate atual questões que permanecem repousadas no passado, pode oferecer novos elementos para a análise e transformação das alianças inconscientes que permanecem ativas na atualidade.

Não se trata, conforme propõe a hermenêutica de Schleiermacher (GADAMER 1997), de conhecer os psicanalistas do período estudado, melhor do que

¹⁵ Le travail de la mémoire est le travail de la réélaboration *après-coup* des structurations antérieures sous des formes de plus en plus complexes

eles mesmos puderam se conhecer. É um trabalho de leitura interpretativa com recursos do presente sobre textos escritos no passado. A interpretação do material permite construir um caminho para a reelaboração a posteriori das alianças identificadas nos textos. Elucidar o passado pode ajudar a analisar, no presente, as resistências que ainda existem no movimento analítico contemporâneo e que dificultam a extensão da psicanálise para a inclusão do grupo como um campo legítimo de estudo. As leituras aqui realizadas dirigem-se a um debate com a psicanálise contemporânea e visam retomar uma discussão acerca da pertinência do grupo no contexto do movimento analítico.

Este é fundamentalmente um trabalho de interpretação, a partir da obra de Kaës, sobre a institucionalização da psicanálise no Brasil. A partir da leitura do material, foram identificados nos textos os efeitos das alianças inconscientes sobre o processo de institucionalização do movimento analítico brasileiro. São os efeitos da vida psíquica inconsciente nas instituições psicanalíticas que servem como pano de fundo para a construção, transmissão, difusão e extensão da psicanálise.

Não se trata aqui de reduzir a complexidade da cena institucional a fenômenos psíquico, mas de privilegiar uma leitura que parte de um recorte psicanalítico sobre a formação destas instituições. Questões de outras ordens de complexidade estão em jogo, como o político, o econômico, o social. Serão discutidas como pano de fundo sobre o qual acontece a vida psíquica.

O trabalho clínico nunca ficou restrito à cura. Segundo Kaës (2011a), um exemplo em Freud são suas especulações teóricas sobre os grupos. A questão que se coloca diz respeito às implicações das transformações necessárias para se realizar um trabalho psicanalítico em condições diferentes das oferecidas pela clínica, como, por exemplo, na leitura e interpretação de textos.

6.2 O analisador

Segundo Barenblitt (1992), o analisador é um conceito fundamental do institucionalismo. Este termo não é estranho à psicanálise, que utiliza atos falhos, sonhos, chistes e sintomas como analisadores do funcionamento psíquico. São fenômenos resultantes de uma combinação de diversos fatores e podem, portanto, auxiliar na análise de situações complexas como as instituições. No campo da análise institucional, qualquer material pode ser tomado como um analisador: um discurso, um texto, uma produção artística, uma cena, um evento histórico. Um analisador possui, ele mesmo, os elementos para se autoentender. Assim, ele não depende de alguém que venha de fora para analisá-lo, ele mesmo carrega em si a possibilidade de gerar a autoanálise daquilo do qual é resultante. Analisadores naturais são aqueles que são identificados no decorrer de uma análise e que são o produto de um conjunto de fatores que podem ser elucidados a partir daquele elemento. Na referência da complexidade, eles são como as partes elementares de um holograma, que contém em si, o todo.

6.3 Procedimentos

6.3.1 Fonte primária: textos da Revista Brasileira de Psicanálise

O movimento analítico é formado por um conjunto de institutos de formação, sociedades científicas, congressos, periódicos, dentre outros tipos de espaços instituídos; servem como suporte para a transmissão, difusão e prática da psicanálise.

Os trabalhos publicados na Revista Brasileira de Psicanálise, RBP, foram selecionados como fonte primária deste estudo.

O estudo destes artigos oferece diversas vantagens:

- 1) Seu potencial de análise já foi observado, ao serem identificadas as diversas referências feitas por psicanalistas às instituições psicanalíticas, nos textos publicados, bem como às relações que nelas se estabelecem nesta comunidade. Este material pode, portanto, ser analisado dentro de uma perspectiva psicanalítica dos vínculos intersubjetivos.
- 2) Trata-se de um material publicado, de fácil acesso e de domínio público. É um material de pesquisa altamente compartilhável, facilitando a verificação das premissas sobre as quais realizo minha leitura, bem como, novas possibilidades de leitura.
- 3) Esta é uma boa amostra do pensamento da época, pois a publicação em periódicos foi submetida à apreciação dos pares. Foram publicados trabalhos com pontos de vista convergentes e divergentes. É possível, também, consultar atas de Congressos onde aparecem relatórios de grupos de discussão sobre temas debatidos.
- 4) Este é o periódico de maior abrangência no movimento analítico brasileiro, durante o período estudado. Embora inicialmente sob o domínio paulista, é a primeira revista psicanalítica brasileira de circulação nacional, mantendo sua importância até os dias de hoje.
- 5) Do ponto de vista da ética em pesquisa, a fonte primária deste estudo é uma produção humana, mas este estudo não envolveu diretamente seres humanos. Não foi realizada nenhuma entrevista para coleta de dados,

embora tenham sido feitas menções a outros trabalhos que tiveram como fonte primária, entrevistas.

6.3.2 Fontes complementares de informação

Além dos textos analisados, foram utilizadas outras fontes para complementar a análise do material:

- 1) Os dois trabalhos realizados por Kaës acima citados (KAËS, 1994; KAËS, 2000) sobre a formação dos primeiros grupos de psicanalistas;
- 2) Foi realizada uma leitura sobre o conceito de Narcisismo, em Freud, tomado como um analisador da institucionalização da psicanálise;
- 3) Um breve histórico da institucionalização da psicanálise, tendo como base o estudo anteriormente realizado (SILVEIRA, 2007), e o trabalho de historiadores do movimento analítico brasileiro. Nesta parte, foram discutidas algumas influências do contexto histórico da ditadura militar brasileira nas sociedades psicanalíticas brasileiras.

Estas fontes complementares ofereceram subsídios para a leitura dos textos. As fontes históricas ajudaram a contextualizar os autores e entender suas posições no contexto do movimento analítico brasileiro.

6.3.3 Critérios para inclusão de trabalhos

Foram incluídos todos os textos, científicos ou não, publicados entre os anos de 1967 e 1976, na Revista Brasileira de Psicanálise, que fazem alguma referência ao trabalho com grupos e/ou algum tipo de referência ao movimento analítico. Foram

incluídos, além dos artigos, noticiários especiais, homenagens e resenhas de livros. Foram analisados, no total, cinquenta e cinco textos, sendo que vinte e sete deles correspondem ao período entre 1967 e 1970 e vinte e oito correspondem ao período entre 1971 e 1976. A lista dos textos revisados segue nas referências.

6.3.4 Leitura do material

Foram realizados fichamentos de todos os textos. Em um segundo momento eles foram relidos para a identificação de traços que pudessem ajudar a compor temas de discussão. Estes temas foram identificados a partir da interpretação do material. Os textos foram fragmentados e reagrupados segundo os temas. Por terem sido retirados do seu contexto e reagrupados sob uma nova construção discursiva, foram realizadas novas leituras dos textos de modo a examinar se a retirada do contexto não distorceu o que havia sido previamente recortado.

Foi observado também se, não somente as partes fragmentadas, mas também o “todo” dos textos analisados dava sustentação às construções narrativa neles fundamentadas. Este procedimento é necessário, uma vez que um determinado fragmento retirado do texto pode ser um trecho em que o autor está, justamente, criticando um determinado argumento, e, com a fragmentação do texto, pode ser equivocadamente tomado como sendo uma proposição do autor.

A partir deste material, iniciou-se um trabalho de análise buscando a articulação entre o texto que foi construído e as leituras teóricas.

6.3.5 Análise do material

Procurei identificar no material selecionado as marcas psíquicas das alianças inconscientes que dão sustentação para as construções narrativas. Diferentemente de um trabalho de historicização, a leitura psicanalítica deve procurar as marcas do inconsciente que podem ser identificadas no texto escrito. A identificação de analisadores ajuda no processo de análise, uma vez que são elementos que expressam a complexidade de fatores que interagem simultaneamente e que são condensados em um determinado elemento. Estes analisadores foram interpretados segundo a perspectiva teórica utilizada neste trabalho.

A partir de trechos extraídos dos artigos, estas marcas foram interpretadas segundo um processo de associação que seguiu a construção de uma narrativa. Procurei fazer sempre referências aos textos lidos de modo que pudesse ser sustentada a hipótese das construções realizadas ao longo do trabalho. Alguns trechos transcritos, bem como muitos textos, foram interpretados, sem que tenha sido possível esgotar o conteúdo. Em algumas situações, o material analisado estava muito condensado e permitia múltiplas possibilidades de caminhos de interpretação. Como nos sonhos, os textos podem ser interpretados sob diversas perspectivas. Os textos foram analisados segundo uma linha específica de investigação que não impede a possibilidade de que sejam realizadas outras associações diferentes das que foram construídas. Convido, assim, o leitor deste trabalho a realizar também suas próprias interpretações, a partir do material apresentado.

A análise foi dividida em dois períodos: entre 1967 e 1970, quando a RBP era de responsabilidade da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP;

entre 1971 e 1976, quando ela passa para o controle da Associação Brasileira de Psicanálise, ABP.

A primeira parte da análise segue a seguinte estrutura:

1) A institucionalização da psicanálise: a formação das alianças inconscientes, a partir da fundação da psicanálise; as formações das sociedades brasileiras.

Tendo como base este primeiro momento, a análise seguiu em três temas, distintos, mas associados:

2) A construção do conhecimento psicanalítico no contexto das sociedades de psicanálise;

3) A transmissão do conhecimento psicanalítico no contexto dos institutos de psicanálise;

4) A extensão da psicanálise e a questão do grupo.

A segunda parte da análise segue a partir da leitura dos textos publicados entre 1971 e 1976. Com o desaparecimento da publicação de trabalhos sobre grupos, a investigação dos textos voltou-se para as transformações que tomaram conta do movimento analítico no período, principalmente em torno da delimitação das suas fronteiras em torno da “verdadeira psicanálise”. Foram analisados neste período os diversos trabalhos que passaram a ser publicados sobre as instituições psicanalíticas e suas crises.

6.4 Elementos teóricos para a análise

Serão construídos nos capítulos 7, 8, 9 e 10, a partir dos fundamentos teóricos discutidos acima, quatro pontos fundamentais que servirão como base para a leitura dos textos:

1. O capítulo 7 será dedicado à discussão de uma metapsicologia do terceiro tipo como referência para a análise da institucionalização do movimento analítico brasileiro. Neste capítulo, será discutida, também, a formação das alianças inconscientes na fundação da psicanálise, a partir dos testes de Kaës, de 1994 e 2000. O narcisismo é um elemento central no processo de institucionalização da psicanálise e será dada especial atenção a este conceito.
2. No capítulo 8, serão analisadas algumas repercussões epistemológicas da psicanálise do terceiro tipo em relação à construção, transmissão e extensão da psicanálise.
3. O capítulo 9 será dedicado à análise do conceito freudiano do narcisismo, entendido como um analisador do processo de institucionalização da psicanálise, principalmente no que se refere à sua transmissão.
4. O capítulo 10 será dedicado a um resumo da história do movimento analítico brasileiro e sua relação com o contexto social.

Capítulo 7: Psicanálise e instituição

7.1 O movimento analítico como instituição

Para Mezan (2002, p. 442), “Sendo uma prática transmitida e codificada, a psicanálise é também um conjunto de instituições que congrega os profissionais no que se costuma chamar de ‘movimento analítico’”.

Inicialmente, o movimento analítico concentrou-se em torno das instituições fundadas diretamente por Freud, cuja tarefa foi instituir e difundir a psicanálise a partir da regulamentação de sua prática psicanalítica e da formação de novos analistas em torno da ortodoxia freudiana. A IPA, fundada por Freud e seus discípulos, teve a hegemonia, durante muitos anos, na formação de Sociedades de Psicanálise, associações científicas que congregam psicanalistas, e Institutos de Psicanálise, encarregados da transmissão da psicanálise, pela formação de novos analistas.

Nas Sociedades e Institutos, foram instituídos diversos dispositivos institucionais, como periódicos regulamentados por critérios científicos, congressos e outros espaços coletivos de construção e difusão do conhecimento psicanalítico. Para a formação, foram instituídos dispositivos como a análise didática e a supervisão clínica. Nas instituições associadas à IPA, esta atividade profissional de formação é prática exclusiva de associados que atingiram determinado nível hierárquico nas sociedades.

Com o tempo, a partir de críticas sobre este modelo de institucionalização e pela popularização da psicanálise, o movimento analítico rompeu com as fronteiras delimitadas pela IPA. Houve rupturas com os grupos oficiais, foram criados grupos de psicanalistas não afiliados à IPA e a psicanálise consolidou-se no ambiente

universitário, principalmente na França e América Latina.

Do ponto de vista jurídico-político, a psicanálise nunca foi regulamentada como prática profissional no território brasileiro. Sua regulamentação é, portanto, muito mais ligada à tradição e as regras dos grupos de psicanalistas do que uma prática reconhecida pelas instituições do Estado.

7.2 Contribuições da psicanálise para o estudo das instituições.

7.2.1 Definição de instituição

Para Kaës (1989), as instituições são, em primeiro lugar, formações da sociedade e da cultura, que se opõe ao que é estabelecido pela natureza. Para ele, “A instituição é o conjunto de formas e de estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe a nós; ela se inscreve na permanência” (KAËS, 1989, p.25).

Em outra definição psicanalítica sobre a instituição, Gaillard (2014, p. 19-20) propõe os seguintes termos:

A respeito das instituições, lembro que elas asseguram a estruturação, o ordenamento e a perenização de um grupo social, e que constituem a própria condição desta estruturação – numa “recursão organizacional”, no dizer de Morin. Elas participam da construção de um pano de fundo, este mesmo que condiciona a emergência de uma forma. São matrizes transubjetivas da construção dos sujeitos (em seu ser subjetivo e em seu ser social). Concernem, portanto, ao próprio processo de humanização, e à sua manutenção.

Complemento as definições acima, entendendo que as instituições são formações sociais atravessadas por múltiplos níveis de complexidade, que servem como metaquadro para a vida psíquica intra, inter e transubjetiva. São formadas por um conjunto de leis, de regras e normas heterogêneas, complementares, conflituosas,

instituídas sobre lógicas de diversos níveis. Na sua dimensão estruturante, formam um pano de fundo estabilizado, que pode ser desestabilizado e transformado conforme as exigências dos processos dinâmicos aos quais dá suporte e conforme as trocas que estabelece com aquilo que está além de suas fronteiras.

7.2.2 Premissas gerais

Baremblytt (1992) designa como “movimento institucionalista” um conjunto de escolas ou tendências bastante heterogêneas, que seguem ideais comuns: buscar nas instituições, comunidades, coletivos, processos de autoanálise e autogestão. Algumas destas escolas são ligadas à tradição psicossociológicas, e algumas se aproximam da psicanálise. Do ponto de vista político, variam entre o socialismo e a anarquia, São escolas de raiz, principalmente francesas, que tiveram grande influência na análise institucional latino-americana. Alguns dos conceitos cunhados por este movimento, como o de analisador, são fundamentais no estudo das instituições.

Em uma tradição psicossociológica, Lapassade (apud Rouchy e Desroche, 2005), propôs distinguir três níveis de análise do fenômeno institucional: o grupo, a organização e a instituição. Para Rouchy e Desroche (2005), Lapassade desconsidera um nível de complexidade fundamental na vida institucional: o do sujeito. Outra questão levantada por Rouchy e Desroche (2005) é que, apesar dos esforços em diferenciar instituição de organização, no termo corrente, e mesmo em algumas teorias, o termo “instituição” continua a designar aquilo que Lapassade entende por organização. No entanto, no nível da instituição, a diferenciação entre o instituído do instituinte é comumente utilizada: o instituinte é o processo de criação, do estabelecimento de novos códigos institucionais, enquanto o instituído é o efeito da

atividade instituinte, ou seja, torna-se instituído aquilo que foi consolidado no processo instituinte. Ambos formam um processo dialético, um representando uma força conservadora, enquanto o outro, uma força transformadora. A tradição psicanalítica dialoga com a psicossociologia e termos como “instituinte” e “instituído”. Castoriadis (1986) discute a relação entre dialética instituinte/instituído e o imaginário institucional. Seu trabalho será referência para Kaës (1989, 2011b).

Seguirei a tradição psicanalítica, que pensa as instituições, inaugurada na Europa por Jaques (1955) e Menzies (1974), e na América Latina por Bleger (1984) e que servem como base para o pensamento de Kaës. Esta tradição apoia-se no caráter extensivo do psiquismo para além do intrapsíquico. Na Inglaterra, em estudos realizados nos anos 1950, no contexto de organizações industriais, Jaques identifica as funções metadefensivas que as instituições realizam frente às ansiedades psicóticas, paranoides e depressivas. Também sob estas premissas, Menzies estudou grupos de enfermeiras no contexto da saúde.

Bleger (1984) segue a tradição argentina inaugurada por Pichon-Rivière baseada na teoria do Vínculo. Ele recupera nos processos grupais a dimensão institucional e política (GUIRADO, 2004). A questão da política é uma marca importante da tradição latino-americana no estudo das instituições (FERNANDES, 1989). No momento em que a profissão de psicólogo era regulamentada na Argentina, havia disputas com os médicos em torno da exclusividade sobre a prática clínica. A psicologia institucional configura-se como um campo de intervenção política, psicossocial, fora dos consultórios e um campo de trabalho e intervenção privilegiado para o psicólogo. Sob uma perspectiva fundamentalmente marxista, o trabalho político nas instituições teria como objetivo criar espaços democráticos, na luta contra a opressão do sistema capitalista.

Bleger era um psicanalista filiado à Associação Psicanalítica Argentina, APA, onde prevalecia o pensamento da escola freudiana e inglesa. A escola Klainiana é a vertente psicanalítica que dá apoio à teoria do vínculo Pichoniana. Bleger (1977) retoma este estudo para os primeiros momentos da vida, que antecedem as posições esquizo-paranóides e depressivas descritas por Klein. O processo de desenvolvimento se dará pela diferenciação que se forma no vínculo, mas este vínculo será sempre formado sobre as bases do indiferenciado. A identidade surge no processo de diferenciação do sujeito com o mundo e com as outras pessoas, mas sempre haverá partes da personalidade não diferenciadas, às quais Bleger (1977) denomina Núcleos Aglutinados, remanescentes do vínculo primitivo.

O Núcleo Aglutinado de cada sujeito é a base das relações grupais, institucionais, sociais: haverá sempre um nível indiferenciado destas relações, que Bleger (1993) designará como “sociabilidade sincrética”. Esta relação é, paradoxalmente uma não relação, é um vínculo que se estabelece pela ausência no estabelecimento das fronteiras entre o dentro e o fora, entre o corpo e o não corpo, entre o Eu e o Outro. Os conteúdos internos são maciçamente projetados neste depósito comum. A personalidade se forma no interjogo entre o Eu sincrético e o Eu organizado. Grupos excessivamente sincréticos inviabilizam um processo de diferenciação dos seus membros. A possibilidade de relação surge quando, a partir da sociabilidade sincrética, temos outro tipo de sociabilidade: a sociabilidade por interação, que se caracteriza pela diferenciação, pelo contato com a realidade, a capacidade de pensamento. (BLEGER, 1993).

A diferenciação entre a sociabilidade sincrética e a por interação se dá pela clivagem da sociabilidade sincrética: “A clivagem – mecanismo de cisão do ego que permite a coexistência de duas atitudes psíquicas em relação à realidade, uma levando

em conta e outra negando – não elimina esses processos primitivos de sociabilidade” (GUIRADO, 2004, p.42).

O enquadre terá função central no processo de clivagem, pois, sobre ele, são depositadas as partes mais primitivas da personalidade, imobilizando os aspectos sincréticos da socialização. A regularidade do enquadramento serve como um estabilizador das relações. No contexto analítico, Bleger (1977) diferencia o enquadre do processo. Enquanto o enquadre é formado por elementos da realidade e convenções, acordos que permanecem constantes, o processo é dinâmico e se refere às transformações psíquicas do trabalho analítico. A estabilidade do enquadramento é necessária para que possa haver interação e processo analítico em um grupo. A quebra do enquadramento revela aquilo que ele oculta e jamais é completamente eliminado: o arcaico, formado pelas partes mais primitivas, indiferenciadas, da personalidade, depositadas no grupo.

Bleger (1984) toma as organizações como grupos hierárquicos instituídos que terão na instituição a função que o enquadre tem na clínica. Rouchy e Desroche (2005) utilizam o termo “quadro institucional”, tomando o enquadramento como o pano de fundo sobre o qual acontecem as interações em uma instituição. A regularidade, a repetição, a rotina marcam a estabilidade do quadro institucional, imobilizando o arcaico e permitindo que haja interação. Se o quadro institucional tem função estruturante, seus excessos e suas falhas terão seus efeitos sentidos na vida institucional. O predomínio do instituído sobre os processos instituintes gera a burocratização e a estereotipia nas instituições. A falha do instituído expõe o grupo às violências do arcaico. Podemos entender que os contratos narcísicos e os pactos denegativos também fazem parte da composição do enquadramento institucional, na dimensão psíquica das alianças inconscientes.

Aquilo que parece estável nas instituições foi construído sobre um fundo conflituoso. O déficit do enquadramento não imobiliza o constante retorno do arcaico. A burocratização, pelo excesso de clivagem, expõe a instituição aos efeitos tóxicos daquilo que rejeitou e com a qual não poderá entrar em contato, na medida em que não pode processar, elaborar, transformar suas partes clivadas. (BLEGER, 1993). Em instituições de saúde mental, a loucura da equipe de trabalho será depositada nos doentes, a loucura da equipe não poderá ser trabalhada, retornando, então, para a equipe, pelo seu potencial enlouquecedor, nas relações de trabalho. Assim, a instituição tenderá a sofrer do mal que pretende tratar.¹⁶

Não é somente o arcaico que a instituição procura estabilizar: as regulamentações que formam o quadro relativamente estável nas instituições são também pacificações de conflitos das mais diversas ordens. Diversas normativas institucionais respondem aos mais variados níveis de complexidade e pacificam os mais diversos tipos de conflitos: as leis formalizadas em uma constituição, em um código; as regulamentações de uma política pública; as normativas internas de cada instituição; as condições normativas de validação do conhecimento em uma comunidade científica; as regras tacitamente compartilhadas em um grupo; as relações de poder. Do ponto de vista psíquico, que se apoia e entrelaça com os demais níveis, podemos, também, considerar que estas funções de estabilização são realizadas pelas alianças inconscientes: pelos contratos narcísicos e pactos denegativos. As regulamentações estruturam as instituições pela pacificação dos conflitos, mas não os elimina: eles sempre podem encontrar fissuras no quadro institucional e retornarem,

¹⁶ Pinel (2011) identificou no trabalho dos psicanalistas e psicossociólogos norte-americanos Stanton e Schwartz, realizados a partir dos anos 1940, estudos sobre instituições psiquiátricas a partir de uma perspectiva intersubjetiva: “esse modelo põe ênfase nas conflitualidades intersubjetivas inerentes ao funcionamento psíquico dos sujeitos singulares, como também àquelas dos conjuntos instituídos” (PINEL, 2011, p. 31). Estes autores descreveram fenômenos como este, descrito por Bleger. Assim, Pinel propõe designar este fenômeno como “efeito Stanton-Schwartz”

muitas vezes, de maneira violenta, como pode ser observado a partir dos anos 1970 no movimento analítico brasileiro. Neste momento de desestabilização, o arcaico imobilizado pode mostrar sua face destrutiva.

As instituições são atravessadas por formações e processos heterogêneos, que, sob um princípio da complexidade, estabelecem entre si relações de complementariedade, de conflito, de apoio, de antagonismo, de potencialização. São diversos níveis de complexidade heterogêneos, mas conectados entre si. É sobre esta complexidade de conexões que a vida psíquica segue seu caminho nas instituições.

Não é difícil, assim, concluir que as instituições são essencialmente espaços de potenciais conflitos, apesar de que uma parte considerável dos investimentos psíquicos seja o de se criar uma ilusão de unidade imaginária (KAËS, 1989). A ameaça do retorno do arcaico, dos conflitos, sempre será uma questão para a vida institucional. Não notamos o chão que nos dá sustentação, a não ser, nos momentos em que ele cede: assim acontece na vida institucional, quando, sobre a estabilidade do quadro não percebemos a sua importância. São os momentos de crise, de instabilidade que revelam aquilo que foi imobilizado, denegado, clivado, rejeitado, excluído.

7.3 As instituições sob a perspectiva de uma psicanálise do terceiro tipo

Somos, simultaneamente, sujeitos singulares e sujeitos das/nas instituições. Os desdobramentos desta premissa nos colocam frente ao descentramento do sujeito, revelando-nos a dimensão metapsíquica do intra, inter e transubjetivo da vida institucional.

Para Kaës (2005b), há três grandes princípios instituintes do vínculo, e que formam os princípios de toda institucionalização: o primeiro é a passagem do estado

da natureza para o estado da cultura. Lévi-Strauss (1958 apud KAËS, 2005b) mostrou que o papel primordial da cultura é assegurar a existência do grupo como um grupo organizado, de maneira que fosse assegurado o controle da repartição dos bens, principalmente das mulheres, no grupo; em segundo lugar, para que seja possível o processo de institucionalização, é necessário que o grupo regulamente os desejos, os interditos e as trocas. No grupo, a sexualidade e a violência são geradoras de desordem. As instituições devem fazer reinar a ordem, e o controle social para fazer a passagem da natureza para a cultura, domesticando as pulsões, humanizando as relações humanas. Em terceiro, as instituições determinam os vínculos, a partir de um código que não é regido pela singularidade de cada sujeito singular, mas pela instituição ela mesma.

A instituição é uma formação social complexa da sociedade, atravessada por realidades heterogêneas, de campos como o econômico, o jurídico, o do poder político, cultural e também da realidade psíquica. Esta última está em interferência com todas as outras dimensões, e uma análise institucional deve encontrar os deslocamentos entre estas diferentes ordens. Kaës (2005b) descreve a dimensão psíquica da instituição em três pontos de vista complementares:

1) As instituições *mobilizam* as funções e processos psíquicos nos sujeitos, elas os canalizam, dominam e domesticam. Podemos analisar as mobilizações pulsionais e de representações em relação às tarefas primárias às quais elas se relacionam. Estas mobilizações são um efeito organizador da realidade psíquica institucional.

2) As instituições *realizam* funções psíquicas fundamentais. É o trabalho de uma aparelhagem psíquica própria aos vínculos humanos, que Kaës designa de “aparelho psíquico grupal”. Ela permite a realização simbólica de afiliações

estruturantes ao sujeito singular, oferece a ele modelos de identificação, de pertencimento a um conjunto. É um lugar de continuidade narcísica e partilhamento de um ideal comum. Aqui temos o papel desempenhado pelas alianças inconscientes: os contratos e pactos narcísicos, os pactos denegativos.

3) As instituições *impõem* aos seus sujeitos uma exigência de trabalho psíquico para cada sujeito do grupo sobre os processos psíquicos concernentes à manutenção do vínculo institucional.

As instituições realizam funções psíquicas múltiplas para o indivíduo na sua estrutura, dinâmica e economia pessoal. Elas são, ao mesmo tempo, a moldura da vida intrapsíquica e a sua extensão. No que diz respeito ao vínculo, elas estruturam o psiquismo e recebem o indiferenciado. Pelas alianças inconscientes, fazem a ligação entre os espaços intra e inter e transobjetivos. Na sua dimensão transobjetiva, elas são o veículo de transmissão da vida psíquica ao longo das gerações. A instituição precede o sujeito e o inscreve na ordem da subjetividade, apresentando a ele a lei, a linguagem articulada, oferecendo os referenciais identificatórios (KAËS, 1989). O metaquadro social e cultural funciona como suporte metapsíquico para a vida psíquica na instituição. As transformações sociais, as crises e a violência produzem seus efeitos nas dinâmicas institucionais, como observado no movimento analítico brasileiro, no contexto da ditadura militar.

7.3.1 Dificuldades em se pensar as instituições em uma perspectiva psicanalítica.

Para Kaës (1989), pensar as instituições sob uma perspectiva psicanalítica nos coloca frente a dificuldades, sobretudo de ordem narcísicas, relativas aos riscos

psíquicos de nossa relação com as instituições.

A primeira diz respeito “(...) aos fundamentos narcísicos e objetivos da nossa posição de indivíduos engajados na instituição” (KAËS, 1989, p.19). Percebemos a nossa dependência em relação ao seu discurso que nos inscreve em suas malhas: “Nelas, somos arrastados pela linguagem de um grupo que nos precede e nos inscreve em suas malhas através de processos violentos, que nos colocam frente ao sofrimento de não conseguirmos que a nossa fala seja reconhecida” (KAËS, 1989, p.19). Portanto, “(...) o que na instituição permanece como sofrimento, continua sendo impensado devido ao recalque, à recusa, à reprovação” (KAËS, 1989, p.20). Notamos nesta proposição, toda violência associada aos contratos narcísicos, aos pactos denegativos nas instituições.

Uma segunda dificuldade diz respeito ao irrepresentável daquilo que está aquém do recalque. O metaquadro da cultura, da sociedade, da instituição nos leva a um descentramento narcísico onde nos deparamos com uma parte de nós que está fora de nós. A instituição nos confronta com o nosso lado mais primitivo, indiferenciado, que serve como base para o nosso ser. A instituição nos expõe à loucura, à alienação, ao mesmo tempo em que é o suporte da nossa vida criativa. O ancestral fundador é a ancoragem metapsíquica necessária como defesa contra a perda dos limites de si, a condição necessária para a formação do envelope que demarca os limites do psiquismo. Caso estas margens sejam dissolvidas, somos confrontados com o caos. Falamos aqui dos envelopes psíquicos individuais e grupais, conforme propõe Anzieu (1993).

Uma terceira dificuldade é que a instituição forma um sistema de vínculos complexos das quais o sujeito é parte interessada e integrante: estamos aqui em um sistema polinuclear de vínculos complexos, de meta-relações, de encaixes e

desencaixes, de sobreposições e conflitos. O trabalho da aparelhagem psíquica grupal (KAËS, 1997) deve dar conta dos processos intersubjetivos de ligação, de desligamento, de transformação, de vinculação, de desvinculação.

7.3.2 Sofrimento na instituição

Kaës (1989) aponta para duas ilusões sobre as instituições: a primeira é que ela é feita por indivíduos; a segunda é que ela é um senhor anônimo, mudo e todo poderoso. Para Kaës, a instituição nos confronta com uma quarta ferida narcísica: a de que a vida psíquica não é centrada exclusivamente em um inconsciente pessoal. Esta ferida narcísica pode reverter-se também nos benefícios narcísicos que podemos tirar do nosso pertencimento criativo às instituições.

No trabalho de 1987, Kaës aponta para três fontes de sofrimento nas instituições: uma primeira diz respeito ao fato institucional, em razão dos contratos, pactos, e acordos, inconscientes ou não, que nos ligam a uma realidade assimétrica. As alianças inconscientes são necessariamente violentas. Ao mesmo tempo em que nos oferecem proteção, um lugar de pertencimento, as instituições nos exigem trabalho psíquico, renúncias pulsionais, para que delas possamos fazer parte; uma segunda fonte de sofrimento é associada a cada instituição particular. Em cada realidade institucional, deparamo-nos com as perturbações de sua função instituinte na fundação. São falhas das formações contratuais pelos excessos ou pelos déficits da função instituinte ou pela inadequação dos contratos/pactos que sustentam a estrutura de organização na realização da tarefa primária; uma terceira fonte de sofrimento deriva dos obstáculos das instituições em realizarem sua tarefa primária, já que, nem sempre sua organização é compatível com a missão a que são destinadas.

Assim, “o espaço psíquico diminui com a predominância do instituído sobre o instituinte, com o desenvolvimento burocrático da organização contra o processo, com a supremacia de formações narcísicas, repressivas, negadoras e defensivas que predominam na instituição” (KAËS, 2011b, p. 64-65). A ilusão grupal é um tipo de formação defensiva descrita por Anzieu que segue esta lógica narcísica, na qual um grupo mantém seus laços como defesa contra as ameaças da realidade, fechando-se contra a realidade, em torno de um ideal.

Em 2011, Kaës introduz mais um quarto tipo de sofrimento nas instituições, agora associado ao luto de um fundador. A morte do ancestral coloca a instituição frente a um trabalho sobre o originário: “Dou o nome de trabalho do originário a uma elaboração que atravessa as relações de união/repulsa com o objeto perdido até os reparos dos mitos fundadores da instituição” (KAËS, 2011b, p.65). Este é um trabalho sobre a representação das origens, trabalho necessário para que a transmissão e a passagem entre as gerações possam se efetuar.

Os ancestrais são um dos suportes metapsíquicos de uma instituição:

(...) esses suportes consistem particularmente nas alianças fundadoras, nos reconhecimentos identitários, nos enunciados de certeza, nas ilusões nutritivas nos interditos fundamentais: esses suportes são os apoios da formação e do funcionamento da psique (KAËS, 2011b, p.65).

O excesso de idealização do ancestral fundador pode travar o processo de transmissão da vida psíquica, a partir da formação de uma ilusão grupal. Esta questão deverá ser considerada na relação entre o movimento analítico e Freud, o seu fundador. A idealização e a ilusão são uma maneira de defesa contra as adversidades do ambiente. O abandono de um líder idealizado, mesmo que pela sua morte natural, deixa seus membros sem proteção. Assim, pode ocorrer o processo de totemização: uma fantasia de que, com ele, estávamos melhor: “a manutenção de estruturas

estabelecidas pelo e com o fundador, por mais justificável que elas sejam, funciona também como uma tentativa de sobrevivência do tempo de antes” (KAËS, 2011b, p.71). No tempo do luto, a totemização e o relicário ajudam nas defesas contra os desligamentos e a desorganização psíquica, particularmente nas situações em que os vínculos atuais estão ameaçados.

7.3.3 A transmissão da vida psíquica entre as gerações nas instituições

Para Kaës (2011b), a transmissão da vida psíquica entre gerações é aquilo que assegura, na sua vertente positiva, a continuidade dos objetos, a conservação dos laços intersubjetivos. Mas também, a marca do negativo é transmitida: tudo aquilo que não pode ser contido, conservado, recordado e que não pode ser inscrito na psique dos pais é depósito na psique da criança. É pelo negativo que se inscreve o processo de transmissão dos efeitos da pulsão de morte. Kaës (2011b) toma o movimento analítico como exemplo: uma maneira de escrever a história da psicanálise encriptou as figuras incestuais dos primeiros psicanalistas. Na impossibilidade destes elementos incestuosos terem sido elaborados, as sociedades psicanalíticas transmitem esses impasses como sintomas que se repetem no *a fortiori*, quando são muito pequenas ou confinadas em regiões culturalmente isoladas.

Ao mesmo tempo em que a relação com as origens é estruturante para a transmissão da vida psíquica, também podemos observar a sua vertente alienante. A relação com o ancestral fundador é um ponto essencial na compreensão da continuidade da vida psíquica nas instituições e, evidentemente, no movimento analítico.

A sucessão entre gerações coloca para cada nova geração o luto do objeto

perdido: a formação de novas gerações é sinal de que o luto foi realizado. O luto permite que esta nova geração não fique perdida como crianças abandonadas que não querem adquirir nada por novas experiências. Para isso, para cada membro do grupo e para todos, é necessário renunciar à idealização da criança maravilhosa que continuamos a levar dentro de cada um de nós (KAËS, 2011b).

Cada geração que sucede, carrega consigo o desejo da geração anterior e do fundador. É necessária certa ruptura com este desejo herdado para que novos desejos possam ter seu devido lugar. A idealização excessiva do fundador gera um vínculo de dependência em relação a ele. A idealização nos remete a um desejo de imortalidade: a do fundador, pela sua idealização, mas também a nossa própria imortalidade. A morte marca, na instituição, a passagem do tempo e a sucessão entre as gerações. A idealização sobre a figura de Freud é, de certa forma, uma idealização sobre a nossa própria imortalidade, nas alianças inconscientes contraídas com o fundador da psicanálise e transmitidas ao longo das gerações pelo movimento analítico.

Conforme Green (1988) havia notado, a morte permanece no negativo do Eu. Quando a morte permanece no negativo, pelo pacto denegativo, pode revelar seus efeitos nocivos sobre a vida. Dar lugar à morte é essencial para que a vida possa ser mantida, renovada, transformada ao longo das gerações. Na ausência do luto, apropriar-se da herança é um ato de violência, vivido como um roubo, um sequestro perigoso. Entre os herdeiros da psicanálise, a luta pelo poder acontece em torno da legitimidade sobre a posse e a discussão em torno de quem é o verdadeiro herdeiro.

É preciso tempo para se diferenciar e separar o fundador da instituição, de quem ele foi. Dar a ele o devido tamanho, o excesso de idealização nos coloca frente a uma solidão grandiosa e onipotente, coloca-nos no caminho da imortalidade, como gostaríamos de crer, enquanto alienados. O desafio da nova geração é poder se

colocar no lugar de um fundador sem ser o fundador, pois não há ninguém que possa estar no seu lugar (KAËS, 2011b).

Para Kaës (2011b, p. 91), na vertente alienante da relação com as origens, “Quanto mais intensa for a ilusão de uma fundação absoluta e quanto mais se mantiver na relação idealizada dos projetos esperados, tanto mais a figura do fundador convoca uma imagem heroica, que seus adeptos sustentam e protegem”.

A fundação de uma instituição marca sua origem e, com isto, um ponto de ancoragem para o contrato narcísico:

Nesse movimento, a fundação indica, e a seguir, impõe um ideal, ancoragem necessária para sustentar a realização de um projeto. Portanto, para instaurar na temporalidade, um futuro. Com o abalo na fundação, produz-se uma regressão na passagem do Uno instituinte à pluralidade instável, da ordem instituída ao caos originário polimorfo. O fundador ocupa esse lugar do instituinte que se tornou fiador do instituído. (KAËS, 2011b, p. 91-92)

A fixação do instituinte sobre o instituído gera a impossibilidade de que cada nova geração possa ocupar o seu lugar no conjunto, sob a lealdade ao ancestral fundador idealizado. Neste caso, estamos mais próximos de um pacto narcísico, vertente alienante do contrato narcísico.

O estabelecimento da ancoragem também terá potencial alienante quando são apagadas as raízes sobre as quais se apoia o fundador. Cria-se o mito do autoengendramento, mais um elemento que sustentará a ilusão grupal: a ausência de inscrição do fundador em uma temporalidade que o precede alimenta um ideal narcísico onipotente que nega o ciclo da vida, entre o nascimento e a morte: não é filho de ninguém e não morrerá, assim como todos nós que pertencemos a este grupo. A autoanálise de Freud é uma base importante na formação das alianças narcísicas do movimento analítico no entorno de Freud, e será discutida na análise.

Sobre a relação do ancestral com a instauração da lei em um grupo, Kaës cita

Rosolato (1969, apud KAËS, 2011b) que diferencia a identificação com o pai morto segundo a Lei, da identificação com o Pai idealizado, formado pelo imaginário. É sob a figura do pai idealizado que se forma o ideal narcísico compartilhado, ideal de imortalidade daquele que criou a Lei e está acima dela. Já o pai morto segundo a Lei é aquele que é um representante da Lei e a ela também está subordinado, que “participa da universal Ananké” (ROSOLATO 1969, p.38, apud KAËS, 2011b, p. 92).

Assim, a desidealização de um pai imortal nos permite instaurar a Lei que permite o acesso ao simbólico em um grupo. Se pensarmos no movimento analítico, seria justamente a possibilidade de se instaurar uma Lei segundo critérios científicos e não uma Lei fundada no ideal instituinte, que se tornou instituído, e que jamais poderá ser modificada ao longo das gerações. Assim, teremos que identificar quais são os fiadores metapsíquicos: se temos na vertente alienante, a figura do ancestral fundador idealizado, por exemplo, na figura de Freud, ou, na vertente estruturante, a Lei que oferece acesso ao simbólico.

7.3.4 As posições mentais nas instituições

Kaës (2011b) distingue três tipos de posições mentais que organizam os grupos e as instituições, e que correspondem a diferentes tipos de visões de mundo. São posições que não correspondem a uma ordem evolutiva, elas se formam em determinados momentos de organização mental nas instituições.

A posição ideológica é regulada fundamentalmente pelo pacto narcísico e todas as suas características de um tipo de aliança alienante: refere-se ao domínio da onipotência, da supremacia do ideal, da tirania do ídolo, é portadora de certezas absolutas, não admite a diferença, a alteridade e interdita a liberdade de pensamento.

Pode surgir como uma defesa em momentos caóticos, e mobilizada em momentos traumáticos de luto do fundador. Esta posição aproxima-se do discurso ideológico tal como Aulagnier descreve. Esta é a posição prevalente no movimento analítico brasileiro, a partir dos anos 1970, conforme será discutido na análise deste período. Esta posição está na base do impedimento sobre a liberdade para pensar.

A posição mitopoiética sustenta uma mentalidade na representação de uma origem, dos fins últimos em uma instituição em termos mais gerais, universais. Ela fabrica um sentido para a catástrofe, é uma fábrica de sentidos aberta para as incertezas, a sua complexidade e seu processo de produção. Inscreve o grupo em uma genealogia, permitindo a possibilidade de visões contraditórias sobre o mito inicial.

A posição utópica tem como suporte uma crise e uma representação da catástrofe. Ela oscila entre a posição ideológica e a mitopoiética, entre o espaço potencial, o reconhecimento da possibilidade de pensamento e a razão delirante.

7.4 Narcisismo, negatividade e instituição

Gaillard pode nos ajudar a sintetizar uma perspectiva de compreensão das instituições, articulando os pensamentos de Bleger, Kaës e Green. Seu pensamento também nos ajuda a articular a relação entre as instituições e o metaquadro social. Este autor propõe pensarmos nas instituições “(...) a partir da primazia da negatividade, da primazia de Tânatos” (GAILLARD, 2014, p.18). No metaquadro social contemporâneo, o iluminismo, “desembocou no excesso contemporâneo que promove um individualismo furioso, ao mesmo tempo em que ataca e destrói o vínculo grupal e a figura do Outro” (GAILLARD, 2014, p. 18). As instituições têm como função estabilizar e ligar a negatividade inerente ao processo de humanização,

estabilizar o fundo onipotente do desejo de imortalidade jamais eliminado por completo e a negatividade que constitui a vertente mortífera do narcisismo, conforme descrito por Green (1988). É nas amarras da alteridade que o narcisismo se apoia para poder se colocar a serviço da vida. Esta tarefa institucional contrasta com a hipermodernidade, que peca, justamente, pela falta de oferta das amarras estabilizadas, ao psiquismo (GAILLARD, 2015).

Pelas ligações que oferece, a instituição serve como defesa contra o retorno do arcaico, imobilizado pelo instituído, conforme vimos em Bleger (1977). O retorno ao arcaico sempre é uma possibilidade, e uma ameaça para o processo de humanização.

Gaillard retoma Freud (1933):

(...) o fundo de destrutividade e de barbárie inerente à constituição do sujeito nunca é suficientemente transformado: existe uma atração pela destrutividade e pelo aniquilamento, pela abolição do desejo (o desejo do não desejo) e pela renúncia ao difícil trabalho de viver (GAILLARD, 2015, p. 20).

Apesar das resistências maciças contra este fundo de destrutividade, a hipermodernidade procura negar esta negatividade incomoda, menosprezando seu potencial destrutivo a médio e longo prazo. A primazia do gozo, do individualismo e a destruição que o acompanham seguem como uma marca da nossa contemporaneidade. A negação da história, o ataque aos vínculos de filiação desfazem os laços de ancoragem psíquica que nos ligam aos nossos ancestrais fundadores (GAILLARD, 2015).

Assim, Gaillard nos propõe que a negatividade que trabalha contra o processo de simbolização possa ter lugar nos nossos processos de análise. Este é um fio importante no trabalho de análise institucional:

Se a negatividade que trabalha ao contrário do processo de simbolização, da Kulturarbeit, não for objeto de uma atenção, e de uma consideração que autorizem sua transformação. Ela pode apenas se repetir indefinidamente, com o que se subvertem as configurações do vínculo, porque são levadas ao extremo: à massificação que

confunde, e/ou a um hiperindividualismo fragmentado.
(GAILLARD, 2015, p.21)

Nos grupos instituídos, também devemos dar o devido lugar à dimensão da negatividade como um elemento constitutivo das estruturas de organização, nos seus diversos níveis de complexidade (individual, grupal, institucional, profissional, etc.).

Quando o poder de desligamento, de destrutividade da pulsão de morte não encontra lugar na estrutura de organização, revela seus efeitos letais, tóxicos que podem colocar em perigo o grupo organizado. Ao mesmo tempo em que devemos mobilizar os recursos psíquicos individuais e grupais no sentido de integrar progressivamente a negatividade, devemos levar em consideração que sempre haverá alguns aspectos da negatividade que excederá a nossa capacidade de pensamento. Este excedente poderá inscrever-se sobre uma ligação silenciosa, sob a modalidade de um depósito, mas também haverá uma parcela que poderá ser expulsa sobre objetos externos. Aquilo que ameaça a coesão do grupo e que não pode ser metabolizado será colocado fora do campo de representação (GAILLARD, 2015) .

Assim como nos lembra Bleger (1977), o controle e a estereotipia estão a serviço da imobilização da angústia, enquanto a criatividade é a via de expressão do caos criador. A capacidade de brincar, de criar em um ambiente suficientemente seguro está a serviço da vida:

(...) Essas configurações (momentâneas) são caracterizadas por uma suspensão da ameaça assassina e de seus avatares, das desqualificações assassinas do exercício profissional, mas também da ameaça de uma deriva simbiótica e funcional. (GAILLARD, 2015, p.26).

Uma das tarefas das sociedades psicanalíticas é construir conhecimento sobre o funcionamento do psiquismo. O trabalho do psicanalista é estar em contato com o ser humano nas suas diversas dimensões, inclusive, aquelas mais violentas. Uma parte

deste contato clínico com os pacientes ficará como resto não analisado. As análises didáticas dariam conta destes restos? Esta dimensão insalubre sempre foi objeto de preocupação entre psicanalistas. Veremos na análise dos artigos que esta é uma constante no movimento analítico: quais seriam os destinos dos dejetos não assimilados na prática do consultório: as instituições psicanalíticas?

Devemos também considerar, ao menos, outras duas fontes de dejetos neste estudo. A primeira é a negatividade que é fruto do processo de institucionalização da psicanálise. A herança do movimento psicanalítico não é apenas um saber sobre o funcionamento mental, mas também um modo instituído de relações complexas que organizam a vida institucional. O processo de institucionalização, como indica Roussillon (1989), produz dejetos que são potencialmente destrutivos para o processo de organização. A mitigação destes efeitos depende do destino dado a estes dejetos, sendo uma das possibilidades, a assimilação pela elaboração.

Outra fonte são os anos mais sangrentos da ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. O fundo de destrutividade e barbárie formam um metaquadro social dominado pelos efeitos devastadores da pulsão de morte. Como lidar com o negativo produzido por uma violenta ditadura militar? Até que ponto os processos sociais puderam ser metabolizados no interior das instituições psicanalíticas? O material analisado indica que não: a realidade externa é ameaçadora para a estabilidade da psicanálise. A grande preocupação do movimento analítico é defender-se do retorno violento do arcaico. A clivagem do consultório e das sociedades psicanalíticas sobre a realidade social, conforme será discutido na análise, serve como proteção contra a contaminação dos dejetos mobilizados pela instabilidade do metaquadro social.

7.5 Freud e a institucionalização da psicanálise

Kaës dedica dois trabalhos a um estudo psicanalítico de dois grupos que serviram de suporte para Freud no processo de institucionalização da psicanálise: a *Sociedade de Quarta Feira* e o *Comitê Secreto*. A leitura destes dois trabalhos serviu como material complementar para a análise dos artigos revisados, uma vez que Kaës investiga a formação das alianças inconscientes nas origens do movimento analítico. O papel que o narcisismo joga no processo de institucionalização da psicanálise também será analisado a seguir.

7.5.1 O grupo de quarta-feira

Uma proposta de Wilhem Stekel, ex analisando de Freud, de reunir seus admiradores em um grupo de pesquisa, deu origem ao Grupo de quarta-feira em 1902, grupo que demarca o início do processo de institucionalização da psicanálise. Este grupo de admiradores, médicos, intelectuais, educadores estava insatisfeito com a psicologia, psiquiatria e educação da época. A proposta é oportuna, pois Freud tinha acabado de romper com Fliess e estava isolado após a publicação de *A interpretação dos Sonhos*, em 1900. Freud criou em torno de si um grupo fiel que serviu como um envelope psíquico grupal de pensamento, bem como de proteção e defesa contra os ataques que vinha sofrendo. A função deste grupo foi oferecer a Freud, simultaneamente, estímulo à pesquisa, mas também atender ao seu desejo de ser amado e reconhecido por uma plateia de admiradores. Várias testemunhas (NUMBERG, WITTELS apud KAËS, 1994) concordam sobre a ênfase deste grupo no investimento narcisismo em Freud. A resistência que Freud enfrentava em relação

à psicanálise, aumentou sua necessidade de proteção. Estes primeiros anos foram marcados pela ilusão grupal, tal como propõe Anzieu (1993), que assegura que o grupo e seu objeto estão em perfeita coincidência. Aqui ganha sentido a equação Freud/psicanálise. Segundo Kaës (1994), muitos autores, como M. Schur, Ph.. Roazen, afirmam que Freud foi incapaz de se distinguir de sua criação: segundo Grosskurth (apud KAËS, 1994, 2000), refutar sua teoria implicava rejeitar sua pessoa (KAËS, 1994, 2000).

As relações grupais eram fortemente mediadas pela relação com o líder: Segundo Jones (apud KAËS, 1994), havia grande expectativa de cada membro em ser especial para Freud, receber dele um paciente era como receber um presente. O investimento narcísico do líder permitia que aquele sujeito, pudesse se inscrever no grupo como um legítimo herdeiro. Mas fazer parte do grupo não bastava, todos queriam ser o filho querido de Freud. O fundador da psicanálise era o ideal inacessível e o guia que tornava possível o acesso a este ideal. Kaës (1994) diz que Freud era generoso com suas ideias, que fazia referências aos trabalhos dos seus discípulos nos seus escritos, mesmo que reivindicasse a prioridade da originalidade das concepções psicanalíticas. Kaës (1994) levanta a hipótese de que havia, na aparelhagem psíquica deste grupo, uma fantasmática psíquica oral: Freud é descrito por Numberg (apud KAËS, 1994) como aquele que oferecia tanta nutrição aos seus discípulos que eles não tinham a possibilidade de digerir tudo o que lhes era oferecido (KAËS 1994, 2000).

A ilusão repousa sobre a crença de que nem Freud nem a psicanálise iriam falhar, e que o grupo os conduziria à realização dos seus desejos. A condição para que a ilusão se sustentasse é a de que Freud e a psicanálise não fossem colocados em questão. Esta era uma ilusão necessária para a manutenção dos investimentos

narcísicos neste grupo. A ilusão grupal denegava também, os potenciais conflitos do grupo sobre a posse da psicanálise, e a partilha deste, que é o objeto comum entre os membros deste grupo. Caso este pacto denegativo fosse rompido, viria à tona o desejo suscitado pela posse de um objeto do qual Freud se apropriava da melhor parte, e do qual ele podia desfrutar sem entraves. Esta ilusão formou o pacto narcísico que era o fundo arcaico sobre o qual foram desenvolvidos os conflitos interpessoais no seio do grupo dos primeiros psicanalistas (KAËS, 1994, 2000). Os desdobramentos desta aliança poderão ser observados ao longo da transmissão da psicanálise, quando psicanalistas irão lutar entre si pela legitimidade da posse da herança freudiana.

Kaës (1994) aponta que estes conflitos eram principalmente de dois tipos: a reivindicação de prioridade da atenção de Freud e o apagamento dos irmãos. Mas há, ainda, um terceiro tipo de tensão: a relação deste grupo com o feminino. Estes homens não lutavam pela conquista das mulheres, mas pelo verdadeiro continente negro maternal a ser conquistado: o inconsciente. Kaës chama atenção para o fato de que foi uma mulher, Sabina Spielrein, quem primeiro formulou a noção de pulsão de morte. Com ela, Freud fez o mesmo que em outras situações: primeiro recusou a ideia de um de seus discípulos e depois se apropriou dela sem dar as devidas referências (KAËS, 1994, 2000).

Notamos que este é um modo de funcionamento grupal fundado sob um pacto narcísico, aliança inconsciente de bases alienantes. Este era um grupo essencialmente masculino: as figuras do duplo e do múltiplo, para Kaës, são figuras de ameaça, da morte, da dispersão do grupo. Temos aqui um tipo de reprodução assexuada onde a multiplicação narcísica do mesmo torna-se uma repetição mortífera: a falta do feminino torna a transmissão uma mera repetição do mesmo. Nestas bases alienantes, este tipo de grupo não pode existir senão pela legitimação do narcisismo (KAËS,

1994, 2000), imortalidade sustentada pela ilusão grupal.

O contrato narcísico que fundou o movimento analítico define uma condição de pensamento e um limite à liberdade de pesquisa:

(...) no grupo dos primeiros psicanalistas, a carga psíquica do contrato é tamanha que todo desvio relativo aos enunciados básicos da psicanálise, dos quais Freud é considerado o autor e o guardião, tomava imediatamente o aspecto de uma ruptura entre o ancestral fundador, ainda vivo, e o conjunto do grupo. (...) (KAËS, 2000, p.96)¹⁷.

Assim, se por um lado, os ataques exteriores mantinham a necessidade de o grupo permanecer unido, ao mesmo tempo, internamente, as diferenças eram exacerbadas e tornavam-se narcisismos das pequenas diferenças (grupo de Viena versus grupo de Zurich). As alianças inconscientes se organizaram: para proteger o grupo da ameaça dos ataques narcísicos provenientes de fora, pela resistência à psicanálise; contra as violações narcísicas internas ligadas às cisões e discórdias, que representavam ataques contra os laços e o senso dominante do grupo (KAËS, 1994, 2000).

Quanto a esta situação, Jones afirma que o ambiente de convivência neste grupo chegou a ser algumas vezes infernal por conta dos numerosos conflitos internos (KAËS, 1994). Nunberg (apud KAËS, 1994) levanta a hipótese de que estes conflitos podiam ter relação com o próprio objeto da psicanálise: no grupo, o desejo de ajudar outro semelhante os colocava frente aos seus desejos de serem eles mesmos ajudados com suas neuroses. Jones (apud KAËS, 1994) destaca que este primeiro grupo era formado por algumas pessoas com severas enfermidades psíquicas.

Articulam-se com as questões intrapsíquicas, os arranjos intersubjetivos que deverão dar conta dos aspectos que não são suficientemente mentalizados: Bleger

¹⁷ Dans le groupe des premiers psychanalystes, la charge narcissique du contrat est telle que tout écart par rapport aux énoncés fondamentaux de la psychanalyse, dont Freud est réputé être l'auteur et le gardien, prenait immédiatement l'aspect d'une rupture entre l'ancêtre fondateur encore vivant et l'ensemble du groupe.

(1993) nos lembra da tendência das instituições em sofrerem do mal que pretendem tratar. Freud e os primeiros psicanalistas precisaram se haver com suas próprias neuroses para poderem constituir um grupo de pesquisa sobre as neuroses. Foi necessário criar um espaço intermediário, deslocando o interesse do “saber sobre si” para o “saber sobre o ser humano”, a partir da mediação, no grupo, de um objeto de conhecimento comum a todos: o psiquismo humano.

Para Kaës (1994), o primeiro grupo de analistas deveria funcionar como uma espécie de grupo terapêutico, um depósito de partes não analisadas por cada um. Deveria dar conta de uma dupla tarefa: das exigências do trabalho psíquico demandado pelo inconsciente como objeto de conhecimento, para cada um dos seus membros; partilhar deste objeto de pesquisa em comum que estava em processo de ser descoberto. É sobre este pano de fundo que apareceram as rivalidades e querelas sobre a prioridade das ideias entre cada membro do grupo e Freud. Ao mesmo tempo, era necessário cuidar para que as pedras angulares de sustentação da psicanálise não desabassem, destruindo o conjunto do edifício psicanalítico, e garantir que as pesquisas pudessem prosseguir. Assim, colocou-se a tensão entre a sustentação da ortodoxia psicanalítica e a pesquisa científica frente às novas descobertas que estavam por vir. O desafio para este grupo era ser o primeiro a fazer uma nova descoberta, ter novas ideias, mas em um avanço que fosse conforme às exigências de validação da ortodoxia psicanalítica. O avalista que dava a palavra final às alterações na posição ideológica que se formaram neste grupo era Freud. Ele era o ideal, o ídolo e a ideia (KAËS, 1994).

Aqui está a tensão, a dificuldade, o paradoxo: a validação do conhecimento não se funda sobre condições intersubjetivas de validação do conhecimento, mas na subjetividade de Freud. Este modelo de institucionalização sobre a produção do

conhecimento forma a base das alianças inconscientes em torno do qual a psicanálise irá organizar-se. Qualquer alteração na psicanálise deve ser remetida a Freud e validada por ele, mesmo após a sua morte: a equação Freud/Psicanálise será transmitida pelas alianças inconscientes do movimento analítico ao longo das gerações.

Ao mesmo tempo em que o grupo fazia exigências de renúncia, cada um desejava ser o herói de uma nova descoberta original, mas corria o risco de, ao mesmo tempo, promover um ato que poderia ser interpretado como de rebelião contra o grupo. Este era um clima contrário à liberdade científica, mas qual grupo não faz assim? Kaës (1994) questiona sobre a idealização sobre a liberdade científica: há uma violência fundamental em todo grupo, que restringe a possibilidade de pensamento.

Na radicalidade do conflito, já não se tratava mais de ser o primeiro, mas de ser o único. O conflito dos primeiros psicanalistas girava em torno de cada um desejar ser reconhecido como o único filho de um pai/mãe. O corolário desta posição narcísica é ter que se haver com a persecutoriedade superegoica cruel e arcaica da figura paterna originária. Jung, Rank, Tausk, Ferenczi, Adler, foram os filhos maravilhosos, que decepcionaram Freud e foram odiados. Estes filhos deram, no grupo, sequência à rivalidade originária entre Fliess e Freud, relação fundada sobre o que Bion propôs chamar de “base de acasalamento” (KAËS, 1994).

Mas a experiência deste primeiro grupo também serviu de continente para que Freud pudesse elaborar os conflitos grupais: as relações conflitivas sensibilizaram-no. O assassinato entre irmãos, o parricídio, o incesto e seus horrores marcam a origem ao simbólico. Vemos no caráter ambivalente do totem, o reconhecimento do assassinato sobre o qual repousa a interdição, pelo negativo, no grupo sobrevivente: “(...) como toda instituição, a instituição psicanalítica nascente está baseada no pacto denegativo

originário, que incluirá e fornecerá a fonte repetitiva do movimento fundador do inconsciente”¹⁸ (KAËS, 1994, p. 384).

Segundo Kaës (1994), estes conflitos nos grupos dos primeiros psicanalistas podem ser encontrados em todos os grupos deste tipo. A condição transicional de todo espaço coletivo de pesquisa científica e de invenção nos impede de distinguir o que vem de dentro e o que vem de fora. O tempo da conclusão é o trabalho contrário ao da colusão, é o momento da separação, da apropriação, necessário para que cada indivíduo possa acessar o simbólico, reconhecer a diferenciação e a precedência das ideias. Se não houver este tempo, teremos de nos deparar com as derivantes perversas e estéreis de apropriações fraudulentas, das invejas destrutivas, dos fetichismos sobre o conhecimento científico.

Assim, para que pudesse ser fundada a primeira Sociedade psicanalítica, sediada em Viena, e a IPA, o grupo dos primeiros psicanalistas precisou transformar um objeto desconhecido e desejado, em um objeto de pesquisa partilhável, comunicável segundo a lógica dos processos secundários, baseado em avalistas que seguem critérios metodológicos de uma ciência. Quando o avalista de uma comunidade científica não são os critérios científicos, mas o ancestral fundador fica muito difícil para um grupo funcionar de outro modo senão em torno de um pensamento ideológico. As novas proposições sobre a psicanálise serão vistas como ataques paranoides à teoria e à Freud, marca que permanece transmitida ao longo da história do movimento analítico pelas alianças inconscientes.

¹⁸ Comme toute institution, l’institution psychanalytique naissante est fondée sur le pacte dénégatif originaire, qui inclura et fournira la source répétitive du mouvement fondateur de l’inconscient

7.5.2 O Comitê Secreto

Em 1908, a Sociedade de Quarta-feira foi transformada em Sociedade Psicanalítica de Viena, matriz da IPA, criada em 1910 e que teve como primeiro presidente, Gustav Jung. A ruptura com Jung, em 1913, foi marcada pela tensão extrema em torno do poder e pela eliminação dos desviacionistas. Freud chegou a apoiar um golpe contra Jung e a dissolução da IPA. A renúncia de Jung da presidência, sua saída juntamente com o grupo de Zurich, coincidiu com a eclosão da primeira grande guerra mundial em julho de 1914.

As constantes querelas na IPA e na Sociedade Psicanalítica de Viena levaram Freud a criar um grupo paralelo. Em 1912, no período que precede a primeira grande guerra, Ernest Jones propôs a Freud a criação de um Comitê, ideia bem recebida que deu origem a um comitê secreto composto por sete membros¹⁹ de confiança, cuja missão foi cuidar da sobrevivência da psicanálise. Ernest Jones (apud KAËS, 1994), homem de confiança de Freud, selecionou os membros do comitê pela fidelidade a Freud e suas ideias. Jones qualificou estes membros do comitê como um grupo de homens da mesma geração, maduros, capazes de dominar suas emoções, suficientemente engajados na psicanálise. Jones (apud KAËS, 1994) entendia que uma questão de maturidade individual seria suficiente para que estes membros se engajassem na cooperação em prol da realização de uma tarefa comum.

Nas alianças contraídas com Freud, a dificuldade de relação no âmbito das sociedades psicanalíticas era atribuída a fatores individuais, como a questão da maturidade. A dimensão coletiva era vista como um entrave à produção do conhecimento, que deveria ser superada pela maturidade individual de cada membro.

¹⁹ Jones, Ferenczi, Rank, Sachs, Abraham, Eitington, Freud

Esta é uma constante ao longo do material analisado e a análise didática é entendida como o caminho para melhorar as crises de relacionamento entre psicanalistas. O espaço do vínculo é insistentemente denegado, apesar da percepção de que algo se passa no âmbito das relações e não é apenas uma questão individual.

Para selar a aliança, Freud enviou a cada um deles um anel de ouro gravado com uma figura de origem grega. Os eleitos por Freud estavam ligados a ele através de um novo pacto narcísico: este círculo místico formou em torno de Freud uma nova esperança messiânica, vislumbrando a possibilidade de um futuro não catastrófico para a psicanálise, em contrapartida às querelas que se anunciavam desde a fundação da IPA. Era um grupo de fiéis crédulos, ligados por um ideal comum, Freud, apesar de suas diferenças individuais (KAËS, 1994, 2000).

Este grupo foi o guardião em torno de Freud e sua doutrina, como servidores de uma causa, encarregados de garantir a ortodoxia psicanalítica. No pacto narcísico, a maior ameaça é a traição, cada um de seus membros está pronto para vigiar o outro e denunciar qualquer ameaça deste tipo. Jones (apud KAËS, 1994, 2000) chegou a anunciar que, se alguém deste grupo quisesse divergir de algum dos postulados psicanalíticos, não poderia fazê-lo publicamente, mas deveria antes discutir com outros membros do grupo.

Assim, Jones pretendia manter o desejo de um ideal, de uma coerência teórica e a coesão do grupo. O aspecto ameaçador da novidade ganhou neste grupo a possibilidade de assimilação em um ambiente de confiança, ao mesmo tempo em que os laços grupais eram preservados. As mudanças neste momento, não tinham o mesmo tom afetivo persecutório, que tinham com Fliess e o grupo de *Quarta feira*. Para Kaës, o Comitê pode acessar o mundo do trabalho, ser um grupo voltado para a realização de uma tarefa, baseado em processos secundários (KAËS, 1994). Neste

pequeno grupo, protegido, a psicanálise pode ser a criança que precisa de proteção para que pudesse crescer e ganhar o mundo. Face à confiança, cada um podia “contribuir com a pesquisa do outro, se apropriar de suas ideias, dar e receber, conter e ser contido, contribuir com a cultura e criar.” (KAËS, 1994, p. 390)²⁰.

Na sua dimensão de suporte metapsíquico, o grupo deve exercer sua função de continente para Freud, ajudando o fundador da psicanálise a lidar com a violência associada ao processo de individuação durante a institucionalização do movimento analítico. No Comitê, para Jones (apud KAËS, 1994), Freud não precisava ser o único objeto transferencial de projeção da rivalidade, inveja, do desejo de ser amado e reconhecido, como no Grupo de quarta-feira, na Sociedade de Viena e na IPA. Os sete não lhe designaram o lugar de um pai da horda de psicanalistas selvagens, mas de um pai simbólico de uma fratria: para Jones este era um grupo fraternal. Jones (apud KAËS, 1994, p.391) viu a função reparadora neste comitê, onde seria possível realizar a tarefa que deveria ser cumprida pela IPA: “favorecer a ajuda mútua de seus membros pelos esforços por adquirir e propagar os conhecimentos psicanalíticos” . Este era, portanto, um ambiente grupal suficientemente bom para trocas, de criação, onde as partes psicóticas podiam ser depositadas, as angustias elaboradas e os processos secundários eram a base do pensamento.

Mas seguiam as ameaças externas, das quais este Comitê devia se encarregar de proteger Freud: “(...) está fora de questão que o Comitê cumpriu bem sua primeira tarefa que era reconfortar Freud no momento dos violentos ataques dos quais ele era objeto (...)” (JONES apud KAES, 2000, p. 99)²¹. Para Eitinton, Freud disse que o comitê lhe permitiu se libertar do peso esmagador de preocupação sobre o futuro da

²⁰ Contribuer à la recherche de l'autre, s'approprier de ses idées, donner et recevoir, contenir et être contenu, contribuer à la culture, créer.

²¹ (...) Il est hors de doute que le Comité remplit bien sa première tâche qui était de reconforter Freud lors des violentes attaques dont il était l'objet.

psicanálise, permitindo a ele seguir em frente pelo caminho que havia traçado (KAËS, 1994).

Para Kaës (1994), a função política do Comitê foi manter o poder de resolução dos conflitos da IPA nas mãos de Freud. Freud chegou a dizer para Jones, em 1912, que o futuro chefe do movimento psicanalítico poderia emergir desta sociedade secreta: seria uma pessoa em quem Freud poderia depositar sua confiança (KAËS, 1994). Este homem foi o próprio Jones, encarregado de consolidar a IPA e garantir o futuro da institucionalização da psicanálise.

Sobre a sua produção teórica desta época, *Totem e Tabu* (1913) é um momento em que Freud reelaborou sua posição pessoal na relação com seu grupo, na tripla face parricida, filicida e fratricida do complexo de Édipo. A partir desta elaboração, fundou a hipótese de uma psique de grupo no texto de 1913. (KAËS, 1994). Para Schur (apud KAËS, 2000), este foi um trabalho indiretamente dedicado à Jung. Foi um meio de ele elaborar sua própria posição pessoal de chefe da Horda, de reconhecer a dimensão violenta de toda transmissão da vida psíquica (KAËS, 1994, 2000). Uma Introdução ao Narcisismo, de 1914, também foi um importante momento desta elaboração.

Evidentemente, este não era apenas um espaço criativo harmônico: novas questões surgiram e velhas questões foram reeditadas no Comitê. Em um quadro mais amplo, as querelas no movimento analítico seguiram, até a dissolução do Comitê em 1923.

A formulação teórica sobre a psique de grupo não impediu que Freud continuasse se conduzindo como o chefe da horda: ele se intrometeu na vida pessoal e amorosa dos homens que amava. Há diversas situações que repetem uma equação: a triangulação entre Freud, um colega psicanalista e uma mulher. Uma delas tem o fim

trágico, com o suicídio de Tausk, em 1919, na triangulação com Héléne Deutsh. Para Kaës (2000), os suicídios de Tausk e Silberer tiveram, ao mesmo tempo, componentes da estrutura psíquica de cada um deles, mas também, foram suscitados pelo amor destrutivo na relação estabelecida com Freud. Feder (apud KAËS, 2000) disse que um homem abandonado por Freud poderia caminhar para a sua destruição: a exclusão

Durante a guerra, entre 1914 e 1918, o Comité teve função de apoio importante na manutenção dos laços em torno da “causa freudiana”. Kaës entende que um organizador psíquico do comitê ao longo destes anos foi o fantasma da morte de Freud, anunciado constantemente por ele mesmo. Nestes tempos difíceis, foi necessário assegurar a transmissão da psicanálise. Foi neste contexto que Hanns Sachs criou a análise didática, segundo uma modalidade religiosa: “a análise necessita de um equivalente (ao noviciado) na igreja” (KAËS, 2000, p.103).²²

A guerra esteve no centro das transformações teóricas, introduzidas pela hipótese da pulsão de morte. Este foi um tempo de desencantamento do mundo, de regressão à barbárie, mas, ao mesmo tempo, havia a necessidade vital de se reintegrar a morte com a vida. Entre 1915 e 1916, Freud produziu uma série de onze trabalhos da sua série sobre metapsicologia. Foi o momento de Freud organizar, sistematizar e transmitir a psicanálise, de garantir o futuro frente ao caos da guerra. Das devastações causadas pela morte da guerra, a vida impõe-se como necessidade de se elaborar o luto, de manter a confiança na capacidade de se substituir os objetos perdidos por novos objetos preciosos, de transformar de maneira criativa a morte, colocando ela a serviço da vida. O congresso de 1918, confiado a Ferenczi, realizado em Budapeste, mostrou que a psicanálise sobreviveu à dispersão. A psicanálise contribuiu com o tratamento dos males causados pela Guerra, como as pesquisas sobre o Trauma

²² L’analyse a besoin d’un équivalent [au noviciat] dans l’Église

conduzidas por Ferenczi. Kaës destaca que o pensamento teórico de Freud tornou-se cada vez mais intersubjetivo. Os momentos de crises sociais coincidem com o aumento no interesse sobre os fenômenos grupais. Assim também foi para Freud (KAËS, 2000).

Como nos indivíduos, podemos observar nos grupos e instituição os efeitos de transformação e de desagregação da pulsão de morte. O pacto narcísico está fundado em um narcisismo de morte, em uma cultura de morte. Ele foi sustentado e denunciado por Freud. As rebeliões contra ele foram governadas por um jogo fundamentalmente narcísico, entre o fundador e seus afiliados. O Comitê serviu de apoio, de pano de fundo entre os membros do grupo, mobilizando alianças vitais, em uma renovação do contrato narcísico e dos pactos defensivos (KAËS, 2000).

Nos vínculos, o trabalho da pulsão de morte se manifesta em dois momentos antagônicos: na instituição do vínculo e na desagregação dos laços. Enriquez analisou o trabalho da morte nas instituições: como a violência originária fundadora de uma instituição, tal como Freud descreve em *Totem e Tabu*, ele é constantemente retomado no processo de institucionalização. A instituição denuncia a possibilidade constante do assassinato de cada um do grupo. Ela se organiza para lidar com estes ataques destrutivos e construir uma proteção contra o retorno ao inerte, ao informe, às projeções persecutórias e aos ataques violentos. Mas também serve para combater os caracteres excessivos das ligações feitas pela pulsão de vida. Se os componentes de desligamento da pulsão de morte não são tolerados, os efeitos propriamente letais da pulsão de morte serão potencializados em um grupo (KAËS, 2000).

Para Kaës (2000), sob os efeitos desligantes da pulsão de morte, a distância favoreceu a constituição do Comitê em um grupo de trabalho. Mas, este modo não prevaleceu sobre o “grupo de base” do movimento analítico, onde o suporte

inconsciente permaneceu excessivamente estável. Neste segundo caso, na institucionalização da IPA, a ligação Freud/psicanálise não pode ser dissociada. (KAËS, 2000).

Desfazer a equação Freud/Psicanálise para autorizar as novas gerações a produzirem conhecimento psicanalítico é colocar a psicanálise à prova de uma produção coletiva, intersubjetiva e grupal. Uma dificuldade é poder contar com um pano de fundo, ao mesmo tempo estabilizado, mas capaz de suportar os efeitos desligantes da pulsão de morte, sem que isto represente uma ameaça de aniquilamento do grupo organizado. Freud é um avalista morto, imutável, mas imortalizado como avalista das alianças inconscientes do movimento analítico.

As condições de restrição ou de liberdade da produção do conhecimento psicanalítico em grupo dependem das alianças contraídas com Freud: quanto mais próximos estamos do pacto narcísico, mais restrita será a liberdade de pensamento. Neste caso, o avalista destas alianças será o Pai imortal que submete o grupo aos efeitos excessivos da ligação da pulsão de vida. No caso de um contrato narcísico estruturante, teremos como avalista um pai mortal submetido à Lei universal de Ananké, que permitirá ao grupo o acesso ao simbólico.

A introdução das ideias de Klein e Bion no movimento analítico brasileiro mobilizou o pacto narcísico em torno da equação Freud/psicanálise. Foi necessário garantir que as transformações propostas por estes autores não representavam uma traição a Freud. No entanto, estas mudanças não trouxeram como ganho, maior liberdade de pensamento. Muito pelo contrário, a manutenção do pacto narcísico criou em torno da “verdadeira psicanálise” um dogma em torno da teoria psicanalítica, cada vez mais fetichizada. Os laços de *pedigree* dos ascendentes de Freud tornaram-se os avalistas da pureza e da verdade da psicanálise. Esta questão será retomada no

capítulo 12, quando será discutida a “verdadeira psicanálise”.

Capítulo 8: Uma perspectiva psicanalítica sobre o movimento analítico: construção, transmissão e extensão do conhecimento.

Segundo Kaës (2011a), as Sociedades psicanalíticas não estão isentas dos efeitos do inconsciente no seu processo de institucionalização, embora marginalizem o conhecimento e o tratamento destes processos, justamente porque são os lugares onde se contraem as alianças inconscientes. Ao mesmo tempo em que elas são o lugar do conhecimento, são também o lugar da resistência e do desconhecimento. As alianças inconscientes defensivas “são mantidas a todo custo para salvaguardar interesses privados, partilhados e comuns” (KAËS, 2011a, p.90). Mas, também, as alianças formam as bases estruturantes das instituições que *constroem e transmitem* o conhecimento psicanalítico. Elas formam os limites, as fronteiras que estabelecem o campo da psicanálise, delimitando o dentro e o fora. O grupo está nas bordas da psicanálise, sua efetiva inclusão implica na *extensão* destas fronteiras e, com isto, do reordenamento das alianças inconscientes do movimento analítico.

8.1 As alianças inconscientes e a construção do conhecimento

Vista sob uma perspectiva habermasiana, a tarefa primária de uma sociedade científica é a livre produção intersubjetiva de racionalidades sustentadas a partir das proposições advindas das experiências, da possibilidade de comunicar estas experiências sem coerções internas ou externas e da possibilidade de obtenção de um entendimento sobre a correção das novas proposições. Na teoria da ação comunicativa, Habermas (2012) coloca como um dos pilares de uma comunidade

científica, o trabalho intersubjetivo de produção de consensos, em torno da racionalidade comunicativa. Os consensos deverão poder ser livremente submetidos a exames, na medida em que se estabelecem novos tipos de proposições, fundamentadas em novos exames da realidade estudada. A partir de uma hermenêutica histórico-crítica, Habermas (2012) propõe examinar as condições que impedem o livre debate, quando há algum tipo de coerção frente à possibilidade de produção de novas proposições sustentadas pelas experiências. Diferencia a coação interna, por parte de quem fala, da coação externa quando advinda de quem participa do debate. Apesar de Habermas trabalhar em uma perspectiva intersubjetiva e dialogar com autores do campo da psicanálise e da psicologia, não examina a dimensão inconsciente da intersubjetividade na formação de vínculos que se colocam em jogo na formação dos consensos. Também não trabalha com a categoria do intermediário.

A partir das contribuições de Kaës, podemos considerar que as resistências se formam e se apoiam nas alianças inconscientes. Esta constatação nos permite afirmar que as alianças inconscientes, os espaços intermediários, os vínculos estão estritamente ligados às condições de liberdade, e suas restrições, para a produção do conhecimento. Sob uma metapsicologia do terceiro tipo, além das inibições internas e externas, devemos considerar, também, um terceiro tipo: as produzidas nas formações dos vínculo intersubjetivo.

A liberdade para a construção do conhecimento, bem como suas barreiras, envolve um complexo jogo entre o consenso e o conflito. O conflito pode estar a serviço de uma construção criativa do conhecimento, possibilitando novos tipos de pensamentos em um grupo; mas também pode estar a serviço da destruição da capacidade de um grupo pensar. O consenso pode ser um fator de coesão grupal, de

confluência do pensamento; mas também tem potencial de alienação. A capacidade de uma comunidade científica poder, ou não, realizar sua tarefa primária, de construção do conhecimento, depende do suporte que as comunidades científicas dão para os processos de pensamento: quando conseguem sustentar conflitos, de maneira que eles sejam processos criativos de pensamento; quando o consenso não é fixado no lugar do dogma, impedindo a capacidade de pensamento em um grupo.

As alianças inconscientes favorecem certa condição de coesão, permitindo que um grupo trabalhe junto, ao mesmo tempo em que são sempre coercitivas, e dependendo do grau de coerção, impedem que a pluralidade seja a base do pensamento:

Uma vez assumida em sua finalidade, a aliança – consciente ou inconsciente – é criadora de um acordo e de um consenso. Mas deve-se também avaliar a contrapartida e o custo, o que ela deixa de lado exatamente para evitar o conflito, a confrontação, a discórdia, o confronto nas diferenças e entre a aliança corre então o risco de amputar a pluralidade irreduzível, sem a qual o pensamento não pode formar-se e nem ser transmitido (KAËS, 2014, p.13).

O trabalho de pensamento, base sobre a qual se constrói o conhecimento, é fundamentalmente um trabalho plural, coletivo, sobre o qual o sujeito se apoia. Para Kaës (2005b), “(...) nenhum pensamento é possível sem a precedência de outros sujeitos pensantes, sem a preexistência de formações coletivas do pensamento sobre as quais o sujeito poderá se apoiar” (KAËS, 2005b, p.321)²³. A base para a formação e transmissão do pensamento, em Kaës, será justamente a capacidade das alianças inconscientes sustentarem a pluralidade de vozes, a partir de alianças estruturantes que possam ser continentes para os conflitos.

²³ Em tradução livre do espanhol: “ningún pensamiento es posible sin la precedencia de otros sujetos pensantes, sin la preexistencia de formaciones colectivas del pensamiento sobre las que el sujeto podrá apoyarse.

8.1.1 A posição ideológica

É necessário diferenciar o consenso, na sua vertente alienante, da sua vertente estruturante: o primeiro, produzido pelo discurso ideológico, o segundo, produzido a partir de condições de liberdade do pensamento. Segundo Aulagnier, o discurso mítico forma o consenso em um grupo, dá sentido para sua existência, mas prende o grupo a um mesmo discurso que preserva a voz do fundador. Habermas (2012) também questiona o discurso ideológico, na medida em que não é um discurso livre. Para este autor, o discurso ideológico se contrapõe ao discurso consensual, fruto da liberdade de pensamento.

Freud (1921) já havia notado a tendência nos grupos, de selarem consensos em torno de uma posição que atualmente chamamos de “ideológica”. Descreveu este fenômeno como “narcisismo das pequenas diferenças”, quando os traços libidinais garantem a unidade do grupo pela homogeneidade, enquanto a agressividade é direcionada para fora, para outros grupos. A Igreja católica será dura e inclemente com aqueles que a ela não pertencem e, portanto, não compartilham do mesmo ideal. O mesmo processo grupal poderia ser observado se “(...) diferenças entre opiniões científicas chegassem um dia a atingir uma significação semelhante para grupos, o mesmo resultado se repetiria mais uma vez com esta nova motivação” (FREUD, 1920, p. 125).

Para Kaës (2014, p. 14), “(...) a aliança é construída contra um inimigo, contra o estranho, contra terceiros (...)”. Aceitar o diferente, o novo, e no caso de uma sociedade científica, um novo conhecimento, um novo pensamento, significa confrontar as alianças inconscientes que formam as bases de coesão destas sociedades. Nas alianças inconscientes alienantes, Kaës (2014) aponta para os efeitos

paralisantes do pensamento: “(...) estas metadefesas são muitas vezes construídas e geradas ao custo de amputações psíquicas consideráveis contra o pensamento, contra a concepção de realidade” (KAËS, 2014, p.18).

Na posição ideológica, uma comunidade se organiza em torno da fé e de uma *ideia* onipotente, frente a um *ideal* absoluto e a um *ídolo*, líder que protege da morte. São formações cuja base serão identificações narcísicas muito fortes que se colocam em defesa contra as ameaças da dúvida, da incerteza. O pacto narcísico se organiza em torno da formação de consensos que repetem incessante a mesma posição, o mesmo discurso, as mesmas ideias. Vemos, neste caso, o efeito mortífero da pulsão de morte, como uma eterna repetição sem transformação.

O pacto narcísico, base da posição ideológica, organiza-se em torno do polo isomórfico que, segundo Kaës (1997), diz respeito a uma tendência de equalização entre o aparelho psíquico individual e o aparelho psíquico grupal. Como efeito, o sujeito já não pode mais diferenciar-se de seu grupo:

Nesse caso de figura, não é possível distância alguma entre a posição designada pelo conjunto e a posição do sujeito, ele não pode senão repetir incansavelmente as mesmas posições, os mesmos discursos, os mesmos ideais. São derivas extremas das várias formas de abandono de pensamento, de alienação do ideal. Essa forma particular do narcisismo de morte se caracteriza – como sugeriu A. Green – pelo trabalho de desobjetalização. Essa secagem narcísica do investimento do objeto, esse refluxo do narcisismo para representações imaginárias do ego, se produz quando a instituição e o sujeito não conseguem entreter seus interesses narcísicos em um contrato identificatório de um processo e subjetivação. (KAËS, 2011a, p.93)

O pacto narcísico forma uma ilusão grupal de totalidade, de unidade, de coesão extrema que não deixa brechas para lacunas e aberturas para o mundo. O consenso torna-se certeza. Não deixa, assim, espaço para o conflito criativo para a diferença, para o pensamento. Quando prevalece a posição ideológica nas alianças inconscientes, os vínculos se dão em torno de não se pensar nisso:

A ideologia não é só uma organização defensiva contra a dúvida e a incerteza, o saber inaceitável ou à falta de saber. Ela é, ao mesmo tempo, uma construção de certezas elementares requeridas para ensejar uma ação, assegurar a coesão do grupo e a integridade de um pensamento coletivo que deve permanecer imutável (KAËS, 2014, p. 19).

No campo do conhecimento, podemos aproximar a posição ideológica descrita por Kaës da ilusão que, segundo Freud (1933 [1932], p. 193), uma *weltanschauung* pode oferecer para uma sociedade:

Em minha opinião, a *weltanschauung* é uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo.

Para Freud (1933 [1932]), a posse de uma *weltanschauung*, como a descrita acima, é um dos desejos ideais dos seres humanos. Ela vem a atender uma necessidade infantil de proteção frente às vicissitudes da realidade, sob o custo da proibição do pensamento. A religião soube aproveitar esta necessidade narcísica do ser humano para sustentar sua autopreservação ao longo da história. Da mesma maneira, o conhecimento aproxima-se de um dogma religioso, quando temos o pacto narcísico prevalecendo em uma comunidade, como foi o caso do movimento analítico brasileiro durante o período aqui analisado.

8.1.2 Pensar em grupo

O abandono de uma ilusão narcísica de completude gera a necessidade de buscar o objeto no mundo. A falta gera a necessidade de se pensar. A dúvida é a base da investigação científica:

(...) para que a pulsão de investigação cumpra seu movimento até o objeto, para que possa ser investida como tal, é

preciso que se instaure o reconhecimento da falta do objeto. (...) a perda da certeza, o nascimento da dúvida, são uma das condições do trabalho do pensamento (...) (KAËS, 2005a, p. 328)²⁴.

A chegada de um novo irmão impõe à criança a necessidade de se pensar sobre a origem, o final, a vida e a morte. Esta crise nos defronta com “(...) a raiva narcísica dos limites (...)” (KAËS, 2005a, p.329)²⁵, com a perda da ilusão de que somos únicos e nos obriga a pensar sobre a diferença entre as gerações. É a realidade do ciclo da vida se impondo sobre a nossa ilusão de imortalidade. Mas, ao mesmo tempo, nos coloca sob uma condição de necessidade: para sobreviver, precisamos encontrar uma solução para lidar com a falta, é o trabalho do pensamento que fará a nossa mediação com o mundo.

O trabalho de investigação se diferencia da ilusão justamente porque nele devemos nos curvar ao objeto que buscamos conhecer, e, que, pode ou não, não corresponder àquilo que imaginamos. Uma *weltanschauung* da ciência nos confronta com a alteridade do objeto, que nos exige o trabalho de pensar:

(...) mediante a observação, ora num ponto, ora noutro, encontramos algumas coisas novas; mas, no início, as peças não se completam. Fazemos conjecturas, formulamos hipóteses, as quais retiramos quando não se confirmam, necessitamos de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, renunciemos às convicções precoces, de modo a não sermos levados a negligenciar fatores inesperados, e, no final, todo nosso dispêndio de esforços é recompensado (...) (FREUD, (1933 [1932], p.211).

Além do objeto, a investigação científica nos confronta com outra alteridade: a do grupo. Quando compartilhamos do mesmo interesse que outros, encontramos no espaço coletivo, também, um lugar de pensamento, que complementa o trabalho solitário acima descrito por Freud. Neste caso, o consenso e o conflito adquirem um

²⁴ Em tradução livre do espanhol: Para que la pulsión de investigación cumpla su movimiento hacia el objeto, para que pueda ser investida como tal, es preciso que se instaure el reconocimiento de la falta de objeto (...). La pérdida de la certeza, el nacimiento de la duda son una de las condiciones del trabajo de pensamiento (...)

²⁵ Em tradução livre do espanhol: (...) la rabia narcísica de los límites (...)

novo sentido. O consenso pode ser dessacralizado e entendido como uma construção de regras intersubjetivamente compartilhadas, produzidas a partir de aproximações com a realidade. É, portanto, passível de transformações pelo trabalho do pensamento individual e coletivo.

Tolerar esta ferida narcísica torna possível ao grupo e a cada um abdicar de uma posse narcísica sobre o objeto, para poder estabelecer contato com a realidade: “Uma *weltanschauung* erigida sobre a ciência possui, excetuada a sua ênfase no mundo externo real, principalmente traços negativos, tais como a submissão à verdade e a rejeição às ilusões” (FREUD, 1933, p.220).

O espírito livre de Freud, seu questionamento dos recursos aplicados no tratamento da histeria foi fundamental para que fizesse uma ruptura epistemológica com a medicina e fundasse a psicanálise. A clínica foi a base sobre a qual Freud ergueu sua metapsicologia, esta última considerada por ele como o topo da pirâmide, passível de transformações sem que sua estrutura fosse abalada. Freud reviu constantemente sua teoria na medida em que novas experiências e diálogos foram trazendo novas contribuições. Mas, a passagem de um trabalho solitário para um trabalho solidário depende de um sofisticado aparelhamento grupal institucional que funciona sob outra lógica. Aquilo que era vantagem e foi essencial para o nascimento da psicanálise pode se tornar, paradoxalmente, a causa de sua morte. A cristalização da posição de Freud, na figura do herói revolucionário, pode funcionar como uma aliança inconsciente alienante, de uma comunidade, reunida em torno de bases narcísicas sobre a figura de um líder, contra as incertezas e os perigos do contato com a realidade. A formação de um corpus ideológico no movimento analítico mantém a unidade do grupo como um corpo.

Daí o risco de a psicanálise instituir-se como ideia onipotente, e defesa contra o pensamento. Quando o avalista do contrato narcísico das sociedades psicanalíticas é a figura idealizada de Freud, teremos um pacto narcísico, que reúne um grupo em torno da preservação do discurso ideológico de um líder, que deverá ser mantido vivo. O custo da coesão deste grupo é a amputação da possibilidade do pensamento, de diferenciação sobre o discurso sagrado, a impossibilidade de se fazer o luto necessário para a formação de uma nova geração.

O não saber do pacto denegativo refere-se à comunidade de denegação, das exigências daquilo que não se deve saber por ser ameaçador ao grupo. Neste caso, são mantidos bolsões de elementos não passíveis de serem mentalizados, elaborados e transformados pelo grupo. É possível que a própria questão do grupo tenha sido mantida neste lugar ao longo de muitos anos, na história da psicanálise, justamente pelos riscos e ameaças que a investigação destes fenômenos poderia trazer às alianças inconscientes alienantes, que se estabeleceram ao longo da institucionalização da psicanálise.

Avalistas meta sociais, pautados em critérios científicos de construção do conhecimento, podem oferecer condições menos alienantes para as alianças inconscientes. São alianças construídas sobre uma Lei estruturante à qual todos nós estamos submetidos. A abertura às transformações advindas das experiências clínicas depende da capacidade de uma comunidade científica em oferecer aos seus participantes o acesso ao simbólico. Neste sentido, Habermas nos abre uma interessante perspectiva para pensar em avalistas metassociais no campo das ciências, quando destaca a importância da força de convencimento de um argumento, independente daquele que o proferiu. Os avalistas seriam as regras intersubjetivamente compartilhadas por uma determinada comunidade científica, que

podem ser reexaminadas na medida em que novas proposições nos oferecem a possibilidade de um reexame das condições normativas vigentes. O consenso seria obtido, assim, pela força de argumentação de uma ideia, e não pela coação do discurso ideológico.

Aqui, encontramos a vertente criativa e o potencial de pensamento em um grupo. Ao mesmo tempo em que o Outro, os outros, o grupo nos impõe barreiras ao nosso narcisismo, eles também se oferecem como um espaço de copensamento. Diversos psicanalistas, como Bion, Aulagnier Torok, entre outros, nos indicam que o Outro nos insere no mundo do pensamento: a ausência da mãe força a criança a pensar, mas, também, a mãe oferece uma palavra para quem não sabe falar, um pensamento para quem não tem uma aparelhagem de pensar pensamentos. É sobre o psiquismo da mãe que a aparelhagem psíquica da criança é construída. Assim, “(...) nos vemos novamente introduzidos em uma genealogia intersubjetiva da capacidade de pensar (...)” (KAËS, 2005a, p. 330²⁶).

Nos grupos, contamos para pensar, não somente com nossa a aparelhagem, mas com a de um Outro, e com a aparelhagem formada no espaço do grupo. Para Freud (1920), as grandes descobertas da ciência acontecem quando um sujeito trabalha em solidão. Mas ele pergunta o quanto este grande pensador deve ao estímulo do grupo, “(...) e se eles não fazem mais do que aperfeiçoar um trabalho mental em que os outros tiveram parte simultânea” (FREUD, 1920, p. 108). Aqui, o caráter de copensante do grupo na construção do conhecimento é explicitado, mas não é teorizado.

Em grupos terapêuticos, Kaës (2005a) observa que o trabalho psíquico feito pelo grupo como um todo, ou por um sujeito específico, são disponibilizados no

²⁶ Em tradução livre do espanhol: (...) Nos vemos nuevamente introducidos en una genealogía intersubjetiva de la capacidad de pensar (...)

espaço do grupo para cada um dos membros do grupo:

O pensamento só pode desenvolver-se se o aparelho emprestado do outro – a mãe, o grupo – está, no momento oportuno, disponível para pensar os pensamentos. Nos grupos (...), esta função de porta-palavra e de aparelho para pensar os pensamentos é alternativamente cumprida por diferentes membros do grupo (...) (KAËS, 2005a, p.333)²⁷

Para Bleger (1993), a estereotipia dos papéis em um grupo é sinal de que um grupo está doente. A possibilidade de circulação dos papéis indica a vitalidade do grupo. O saber pode circular quando não está cristalizado no lugar do líder: qualquer um pode pensar, proferir livremente um novo argumento. Suportar o conflito é a base para a operacionalidade de um grupo e, neste contexto, o consenso ganha um novo sentido, pois é fruto de um trabalho de pensamento coletivo. A dúvida é tolerável e não produz seus efeitos devastadores sob o efeito do ódio narcísico ligado ao desejo de completude: “A tolerância frente à perda de referentes e ante os conflitos será em todos os grupos uma experiência que os participantes deverão elaborar. O jogo é com frequência um caminho para essa elaboração ” (KAËS, 2005a, p.336)²⁸.

O polo homomórfico do grupo dá sustentação para a alteridade. Ele comporta a possibilidade de diferenciação entre as psiques do sujeito singular e a aparelhagem psíquica do grupo. Ele permite ao grupo trabalhar em torno da realidade e dá suporte à capacidade de pensamento para cada sujeito do grupo, como um sujeito, ao mesmo tempo único e, também, um sujeito do grupo.

Outro fator essencial para a coesão grupal é a confiança. A respeito disto, Habermas fala das ações estratégicas, onde há a dissimulação ou a não explicitação de

²⁷ Em tradução livre do espanhol: El pensamiento solo puede desarrollarse si el aparato prestado del otro – la madre, el grupo - está, en el momento oportuno, disponible para pensar los pensamientos. En los grupos (...), esta función de porta palabra y de aparato los pensamientos es alternativamente cumplida por diferentes miembros del grupo (...)

²⁸ Em tradução livre do espanhol: La tolerancia ante la pérdida de referentes y ante los conflictos será en todos los grupos una experiencia que los participantes deberán elaborar. El juego es a menudo una vía para esta elaboración.

intenções para que seja obtido um determinado fim. Estas ações podem estar a serviço da obtenção de um benefício próprio²⁹, tornando-se instrumentos de dominação sobre um grupo. Para Kaës (2005a, p. 334)³⁰,

(...) A experiência da confiança consiste em trazer ao espaço grupal, desconhecido e, portanto, potencialmente hostil, objetos do próprio mundo interno, em tolerar que os outros os transformem, os deixem de lado, os ataquem, os enriqueçam com valores novos. A instauração da confiança implica sempre a experiência de que os pensamentos sobreviveram ao ataque ou à indiferença (...).

Sob estas condições, após um sofisticado trabalho coletivo de construção de confiança, um grupo poderá restaurar sua capacidade de pensamento. No grupo, precisamos viver, pensar e suportar a experiência da nossa solidão: no polo homomórfico, é mobilizada a nossa capacidade de estarmos sós na presença de outros. O ganho que se pode obter frente a tantas renúncias é a possibilidade de realizar um trabalho de copensamento, de coconstrução. O prazer de pensar juntos está ligado à experiência de satisfação que se tem em poder compartilhar com outros, um mesmo objeto de investimento libidinal, em poder construir sinergias de pensamento que nos ajudam a lidar com a solidão de estarmos sós. Eis, aqui, o conhecimento como um objeto intermediário. A partir da confiança, temos a identificação com a atividade de pensamento do outro, o prazer de resolver com o outro os enigmas da vida que nos fazem semelhantes:

A experiência do encontro com o pensamento de outro, posto que não se trata de impor a própria “verdade” em um vínculo de rivalidade no qual o objeto de pensamento passa ao segundo plano, pode oferecer um prazer intenso, no qual se cria a certeza de poder existir um momento compartilhado, como na concomitância e no jogo recíproco do prazer sexual. Esses instantes de encontro oferecem aos protagonistas uma imagem identificatória, baseada no

²⁹ Elas não são necessariamente voltadas para a obtenção de um benefício próprio, também podem ter como intenção a promoção da ajuda ao outro.

³⁰ Em tradução livre do espanhol: (...) la experiencia de la confianza consiste en aportar en el espacio grupal, desconocido y por lo tanto potencialmente hostil, objetos del propio mundo interno, en tolerar que los otros los transformen, o los dejen de lado, o los ataquen, o los enriquezcan con valores nuevos. La instauración de la confianza implica siempre la experiencia de que los pensamientos han sobrevivido al ataque o a la indiferencia. (...)

triunfo maniaco contra a separação (MIJOLLA, apud KAËS, 2005a, p.340)³¹.

A possibilidade de construção e sustentação de um espaço transicional é um grande desafio que implica em renúncias narcísicas. Somente assim, o espaço do grupo pode ser pensado, questionado, trabalhado, transformado.

Do ponto de vista institucional, entendemos que a construção do conhecimento é um movimento dialético constante entre o instituinte e o instituído. O instituinte mobiliza o arcaico, aquilo que foi imobilizado pelos instituído. Qualquer mudança no instituído, na instituição, implica na mobilização do arcaico em cada um de nós. Um lugar para o instituinte sobre a regulamentação de uma lei estruturante, o luto em relação ao ancestral fundador são alguns exemplos de como Tânatos pode estar a serviço da vida:

Os rearranjos necessários à manutenção de uma estrutura viva supõem deixar uma parte ao desligamento criativo, à “pulsão anarquista”, (Zastzman, 1988). É, por conseguinte, a presença de uma conflitualidade suficientemente ritualizada que potencializa os movimentos de abertura. (GAILLARD, GIMENEZ, 2013/2014 P.326)³²

O enquadre institucional instaurado sob o prisma de uma Lei estruturante, apoiado em avalistas ao qual todos estão submetidos, oferece condições de suporte para uma necessária conflitualidade, suficientemente contida, não pela ideologia ou por processos alienantes, mas por processos estruturantes, a serviço da vida. Sob a submissão à Lei, os processos de desligamento da pulsão de morte ganham sua possibilidade de expressão. A alteridade do objeto e do grupo impõe limites ao nosso

³¹ Em tradução livre do espanhol: La experiencia libre del encuentro con el pensamiento de otro, puesto que no se trata de imponer la propia “verdad” en un vínculo de rivalidad donde el objeto de pensamiento pasa al Segundo plano, puede ofrecer un placer intenso, donde se crea la certeza de poder existir un momento compartido, como en la concomitancia y el juego recíproco del placer sexual. Esos instantes de encuentro ofrecen a los protagonistas una imagen identificatoria fundada sobre el triunfo maniaco contra la separación.

³² Em tradução livre do francês: Les remaniements nécessaires au maintien d’une structure vivante supposent de laisser une part à la déliaison créative, à la « pulsion anarchiste » (Zaltzman, 1998). C’est, dès lors, la présence d’une conflitualité suffisamment ritualisée qui potentialise les mouvements d’ouverture.

narcisismo, a ponto de entendermos que somos sujeitos de um grupo, em um mundo que nos precede, nos inscreve e nos sucede. Cada um de nós não é o único “rei bebê”, no grupo nos deparamos com outros e com o mundo. Um grupo de reis bebês exige que a realidade deve se submeter aos nossos desejos: “Ora, se ele não é forçado na ordem da alteridade, este narcisismo, então, tira proveito de uma inflação fálica e se torna mortífero (GAILLARD, GIMENEZ, 2013/2014 , p 327) ³³”.

A condição de vida de um grupo se dá, paradoxalmente, no quanto ele consegue suportar a morte.

8.2 As alianças inconscientes e a transmissão do conhecimento

O que herdaste de teus pais, a fim de possuí-lo, busca ganhá-lo. (Goethe, citado por Freud em *Uma introdução ao narcisismo*, 1914.)

Sob as regras impostas pelo contrato narcísico, cada novo membro do grupo é herdeiro, portado e transmissor de uma cadeia intergeracional que dará as bases para a sua constituição e manutenção do grupo. Deverá ser fiel aos valores do grupo, ao discurso herdado do qual será portador, em troca de um lugar de pertencimento e proteção. No caso do movimento analítico ligado à IPA, cabe aos Institutos de Psicanálise, a tarefa de inscrever os novos psicanalistas no contrato narcísico das Sociedades psicanalíticas. Este trabalho é feito a partir de um longo período de formação do tripé, que oferece as bases da prática analítica: o estudo da teoria psicanalítica; a prática supervisionada por um profissional habilitado; a análise didática com um analista credenciado para a realização desta prática.

33 Or, s’il n’est pas contraint dans l’ordre de l’altérité, ce narcissisme joue alors d’une inflation phallique et se fait mortifère.

Nas Sociedades psicanalíticas associadas à IPA, há um controle bastante rígido em relação às exigências normativas necessárias para que um candidato possa ser considerado um psicanalista. Estas condições foram construídas ao longo do processo de institucionalização da psicanálise. A preocupação de Freud com a análise selvagem sempre foi um tema debatido desde os primórdios: quais os critérios necessários para que alguém seja considerado um psicanalista? Quais as exigências para que alguém possa ser reconhecido um legítimo membro do grupo? Como conquistar um lugar de pertencimento, inscrevendo-se no movimento analítico? Na vertente do negativo: o que fica de fora, para que o contrato narcísico seja sustentado?

O novo é uma ameaça ao estabelecido: pela sua condição de desconhecido; pelo perigo de trazer à tona, o negativo; pelo risco de não aderir ao contrato narcísico. Em instituições, esta relação potencialmente conflitiva pode ter como desfecho três possibilidades: a adesão do novo membro ao contrato previamente estabelecido pela adaptação deste novo membro ao contrato vigente; certa margem de negociação entre o novo membro e o contrato previamente estabelecido; uma incompatibilidade entre ambos que pode gerar a expulsão do novo ou mesmo a dissolução do grupo. (ROUCHY, DESROCHE, 2005).

A análise didática é um momento central no processo de formação e inscrição do psicanalista no contrato narcísico. Sua origem associada à adesão a uma seita religiosa já foi apontada acima. Kaës (2011a) interessou-se em estudar a história do movimento analítico, e da invenção dos seus dispositivos clínicos, a partir da indagação sobre as formações defensivas observáveis na situação analítica. O enquadre de uma análise didática, pode fundar-se na negação e no corecalque, que reforça as alianças inconscientes internas da dupla, em torno de denegar aquilo que pode ameaçar a cada um da dupla, à dupla de trabalho, e às próprias instituições

psicanalíticas.

O enquadre de uma análise didática apoia-se no enquadramento institucional de uma Sociedade de Psicanálise; em uma esfera mais ampla, estes enquadres apoiam-se no metaquadro formado pelo movimento analítico e social. Estes níveis de enquadramento estabelecem entre si uma relação de encaixe, de empacotamento, onde um nível ele contém o outro. As alianças inconscientes estão apoiadas nestes enquadres. Por se tratarem de elementos psíquicos, eles dão suporte ao processo analítico, ao mesmo tempo em que poderão ser transformadas ao longo do processo. Sempre haverá, nestas alianças, traços transmitidos ao longo das gerações, alguns analisados e outros não. Alguns destes traços transmitidos no processo de formação, dizem respeito aos primórdios do processo de institucionalização da psicanálise. A ligação com os ancestrais forma uma cadeia de vinculações entre o passado e o presente. Elementos não processados ao longo da história do movimento analítico serão transmitidos ao longo das gerações. Aquilo que não pode ser elaborado coletivamente das transferências residuais e das experiências traumáticas é transmitido entre as gerações pelo negativo:

Aqui ainda, a fundação de uma associação psicanalítica está não apenas situada em um contexto histórico atual, mas também se acha em continuidade de transmissão com objetos inconscientes e experiências recalçadas ou denegadas, sobrevividas do grupo dos primeiros psicanalistas. (KAËS, 2011b, p.90-91)

Os efeitos destes conteúdos não analisados, transmitidos pelo negativo, poderão influenciar o processo de análise didática. Kaës (2011b) lembra que, em grupos pequenos ou isolados, do movimento analítico, são reproduzidas as relações incestuosas dos primeiros analistas. Uma análise didática é, simultaneamente, um trabalho de formação profissional e de desenvolvimento pessoal. A vida profissional de um psicanalista está estritamente relacionada à sua personalidade e vida pessoal.

Talvez tenhamos poucas profissões, nas quais a identidade pessoal e a identidade profissional estejam tão próximas como para o psicanalista. O processo de institucionalização da psicanálise teve que dar conta desta questão: a clivagem necessária entre os espaços da análise didática e das comunidades psicanalíticas. A excessiva proximidade entre estas esferas pode estar associada ao polo isomórfico em um grupo. Freud expôs sua intimidade para escrever *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Analisou sua filha Anna, apesar das recomendações aos médicos que exercem psicanálise. A isomorfia dos grupos psicanalíticos é uma questão ao longo de sua história: a colusão entre o psiquismo individual e grupal geram relações não mediadas pelo simbólico e, em alguns casos, incestuosas.

Os processos de filiação se dão pela inscrição em linhagens, formadas em torno de figuras conhecidas e respeitadas. Na linhagem de transmissão, o pedigree (SILVEIRA, 2007) garante o lugar de pertencimento, oferece ideais de identificação, delimita o dentro do fora, inscrevendo um psicanalista na linhagem de ancestrais. Garante privilégios aos que fazem parte do grupo, estabelecem hierarquias na divisão de poder. O contrato narcísico, em bases isomórficas, exige do novo psicanalista a adesão ao grupo, em bases de identificação alienantes, com a incorporação da figura de seus ascendentes: não há, neste caso, a possibilidade de uma nova geração estabelecer-se senão por identificações narcísicas empobrecedoras, “Na posição ideológica, (...) não fazemos outra coisa, senão repetir sem transformação o que nos acontece; é o resultado de uma transmissão direta, bruta, da origem, e nós a transmitimos tal e qual” (KAËS, 2011b p.95).

O processo analítico mobiliza, por sua natureza, um processo de regressão do analisando, acessando dimensões profundas da psique. A questão do poder deve ser analisada com cuidado, pois encontramos, nesta situação, uma condição propícia para

a dominação do mais forte sobre o mais fraco, neste caso, marcado pela hierarquia institucional. Não se trata apenas de uma mera transmissão de conhecimento, da aquisição de valores, mas, também, de uma inscrição que se dá a partir de alianças inconscientes que determinam o lugar de cada um no grupo.

Para que seja estruturante, o analista didata deve oferecer a possibilidade de seu analisando ter acesso ao simbólico, a uma Lei estruturante à qual ele mesmo também está submetido. O acesso de cada sujeito do grupo ao universal exige um processo de singularização que vai questionar a colmatagem entre o sujeito singular e o grupo na sua dimensão alienante. Tal descolamento dará ao sujeito a possibilidade de subjetivação: “(...) Tornar-se um Eu é inventar uma temporalidade do projeto e tornar-se diferente para o grupo e para os sujeitos que são ao mesmo tempo os elos, os servidores, os beneficiários e os herdeiros.” (KAËS, 2014, p. 65). Eis as bases de um grupo sob o polo homomórfico: a possibilidade de identificações pelo processo de introjeção, que favorece o enriquecimento da formação do Eu.

Quando o polo homomórfico prevalece, o grupo pode beneficiar-se da mediação oferecida pelo objeto comum de interesse: o conhecimento sobre a mente humana. A tarefa comum pode oferecer uma defesa necessária contra os ataques violentos, muitas vezes presentes em situações de crise, e que são voltados para a esfera pessoal de cada psicanalista. É muito comum entre psicanalistas, a desqualificação à pessoa que proferiu determinado argumento, ou pelo contrário, sua idealização, sendo muitas vezes desconsiderado o argumento em si. Manter o embate em torno de ideias, e não de pessoas, torna-se um grande desafio, em grupos de psicanalistas.

A condição de surgimento de uma nova geração é o luto em relação às gerações anteriores, e ao ancestral fundador. O polo homomórfico coloca o contrato

narcísico em questão, e impõe a ele a necessidade de flexibilidade para uma constante renegociação. Cada nova geração confronta o grupo com o negativo ao questionar o contrato vigente, trazendo à tona aquilo que foi deixado de lado para que o grupo pudesse manter-se coeso. O conflito entre gerações pode derivar da impossibilidade de negociação: seja pela imposição à nova geração, do contrato vigente, sob risco de aniquilação do processo de subjetivação; seja pela impossibilidade da nova geração aderir ao contrato, ameaçando a dissolução do grupo. Cada nova geração vai testar a capacidade das alianças inconscientes darem continência aos conflitos e impõe ao contrato narcísico a necessidade de que ele seja transformado. Os avalistas do contrato terão importância decisiva como parâmetros de pacificação dos embates. Na vertente alienante, serão pacificados pelo direito do mais forte, pela adesão ao discurso mítico do ancestral fundador; na sua vertente estruturante, os fiadores meta sociais do direito da comunidade, poderão servir como parâmetros na pacificação dos conflitos.

Quanto mais frouxo for o contrato narcísico, maior será a violência e o risco de desintegração do grupo na transmissão. Neste caso, a fragilidade do contrato, pode colocar em risco a coesão grupal, ou pode lançar o grupo sob a dominação de um tirano; por outro lado, quanto mais rígido for, mais nos aproximamos da impossibilidade de que cada geração faça muito mais do que transmitir para a geração seguinte o discurso ideológico do qual é herdeiro e portador. Instala-se, neste último caso, o circuito mortífero de repetição ao longo das gerações.

Estamos assim diante de duas questões: como garantir ao contrato narcísico, que comporta uma parte de violência estruturante pelo fato do qual ele é imposto, não venha a ser um contrato de violência destrutiva, um contrato de narcisismo de morte? Correlativamente, como pode ser assegurada a estruturação narcísica do sujeito e do contexto quando o contrato fracassa, ou quando é deficitário ou avariado? (KAËS, 2014, p. 66).

Há um delicado equilíbrio entre a dimensão estruturante de uma aliança e sua face defensiva e alienante. A transmissão da psicanálise acontece no complexo jogo entre a continuidade de um trabalho iniciado por Freud, a necessidade de protegê-lo de certo grau de violência destrutiva a que a psicanálise foi, e é submetida, e o risco de aniquilamento das novas gerações.

Nas hierarquias estabelecidas em uma instituição, os novos deverão submeter-se às relações de poder previamente estipuladas. Em situações de maior rigidez hierárquica, são formados contratos de adesão, quando as partes mais frágeis devem aceitar os termos impostos pelos detentores do poder. Para Kaës (2014, p.35), “Sem o dom da contrapartida, a aliança coloca um dos parceiros em dívida até o ponto do drama da insolvência”. Quando o avalista do contrato não é a Lei, como um terceiro mediador, mas uma lei estabelecida por uma das partes e imposta ao outro, uma das partes será eterna devedora, mesmo que tenha aderido ao contrato. Não há neste caso um mediador simbólico, mas sim os efeitos alienantes da sua ausência. Uma das maneiras de saída para este impasse é a traição. Assim foram acusados aqueles que não aceitaram os termos do contrato imposto por Freud ao seu grupo, como Jung.

A traição mantém, paradoxalmente, uma relação, na ruptura incompleta de uma aliança. Assim, um grupo deve proteger-se dos efeitos devastadores da traição: o juramento, os anéis de ouro distribuídos entre os fiéis cavaleiros, em torno de Freud, formaram um grupo nuclear encarregado de proteger a psicanálise, sob a sombra da traição de Jung, ligando cada um dos herdeiros a um laço de fidelidade com o ancestral. Jung, herdeiro do trono, que recusou o contrato imposto por Freud, aponta para a ameaça de traição dos ascendentes. Forma-se assim, no movimento analítico, um contrato de adesão, frente à ameaça de traição das futuras gerações. As rupturas violentas em torno de novas escolas, que se organizam em torno de nomes (escola

Kleiniana, Bioniana, Lacaniana, Winnicottiana...), são um indicador deste modo narcísico de institucionalização do movimento analítico.

Freud criou em torno de si, um grupo bastante fiel à doutrina por ele estabelecida. Os laços de fidelidade a Freud podem se colocar em oposição à instituição de uma Lei estruturante. O avalista metafiador da psicanálise oscila entre a sacralização do discurso de Freud e o estabelecimento de um contrato regido sob as normas de um processo científico de investigação. Somente um meta-fiador intersubjetivamente construído e compartilhado poderá tornar-se um mediador simbólico, que garante a institucionalização de um espírito livre, e nesse caso, cada herdeiro, servidor e beneficiário, poderá herdar e possuir a psicanálise, a fim de tomá-la:

A reinscrição na genealogia passa pelo trabalho da identificação com o pai mortal. Isso supõe que o filho em cada um dos membros da instituição ou da associação seja capaz de pensar o pai morto segundo a Lei. Contra esse trabalho, o processo de ancestralização serve à colocação em posição defensiva, antiluto, de um fundador absoluto. Trata-se de criar para si um ancestral imortal, e de cada um ser, em si mesmo, imortal. (KAËS, 2011b, p.94).

A identificação com o pai mortal oferece aos sujeitos do grupo um ideal de ego estruturante, sob a mediação de uma Lei estruturante. Mas, torna necessário renunciar ao ideal narcísico em torno da imortalidade, ilusão muitas vezes sustentada pelo grupo. Para que este grupo sobreviva humanizado ao longo do tempo, é necessário que o ego destaque uma parte da libido voltada para si, para investir no objeto. A alteridade, mais uma vez é a condição que permite a um grupo sua continuidade em bases não alienantes, sob o custo da perda da fantasia de imortalidade de cada um dos seus integrantes, e da ilusão do grupo, sob a submissão às Leis estruturantes, sob a castração de privilégios herdados e transmitidos ao longo de gerações.

8.3 As alianças inconscientes e a extensão da psicanálise

Para Kaës (2015), toda tentativa de extensão da psicanálise é sempre acompanhada de resistência: trabalhos com novas populações, como crianças, adolescentes, casos limites; trabalhos com novos dispositivos clínicos, como atendimento a casais, famílias, grupos. Os momentos de reinvenção da psicanálise são momentos críticos, pois envolvem tanto resistências associadas à racionalidade, como inconscientes.

Apoiado em Bachelard, Kaës (2015, p.38) diferencia os obstáculos epistemológicos dos epistemofílicos:

Os primeiros estão ligados a problemas da consciência, objetiváveis pelo funcionamento da razão: eles se manifestam diante do questionamento dos conhecimentos já definidos pelas novas descobertas. Os segundos revelam obstáculos constituídos pelas representações inconscientes e os investimentos pulsionais e afetivos associados aos objetos da consciência.³⁴

Os obstáculos epistemofílicos dizem respeito às resistências individuais e coletivas da extensão da psicanálise. A resistência no nível institucional varia conforme a cultura do grupo de psicanalistas. As instituições formam um corpo de certezas e princípios que as organizam, e garantem sua autoconservação. Garantem sistemas de privilégios e distribuem o poder na instituição. Quando o *establishment* é ameaçado, são mobilizadas as alianças institucionais defensivas em torno da manutenção da doutrina prevalente. São defesas contra a angústia provocada pela mudança do paradigma vigente, que ameaçam uma concepção prevalente de inconsciente e sujeito do inconsciente. Um estudo crítico e histórico da psicanálise poderá dar conta das resistências e dos mecanismos de defesa que a extensão suscita.

³⁴ Em tradução livre de: Les premiers sont liés à des problèmes de la connaissance objectivables par le travail de la raison : ils se manifestent devant la mise en question des connaissances déjà établies par de nouvelles découvertes. Les seconds révèlent des obstacles constitués par les représentations inconscientes et les investissements pulsionnels et affectifs associés à l'objet de la connaissance.

(KAËS, 2015)

O estudo do inconsciente é sempre acompanhado de um movimento de resistência. Freud enfrentou resistências para fundar a psicanálise: seus estudos sobre o inconsciente impuseram uma terceira ferida narcísica ao Eu, como não sendo o centro da vida psíquica³⁵. O movimento analítico instituiu-se em torno destas fronteiras, deixando imobilizando pelo seu enquadramento, o saber sobre outras dimensões do inconsciente. A clínica dos grupos não foi uma questão para Freud, a questão do grupo sempre foi alvo de resistências intensas ao longo da história do movimento analítico. Esta resistência está associada à quarta ferida narcísica do Eu: segundo Kaës (2015), o grupo revela um descentramento insuportável, de que o psiquismo se estende para além do intrapsíquico.

A extensão da psicanálise coloca o problema da (re)delimitação das fronteiras inicialmente estabelecidas por Freud. Herdeira da psicologia do seu tempo, a psicanálise carrega, nas marcas de sua fundação, a dicotomia entre o conhecimento sobre o indivíduo e o conhecimento sobre os agrupamentos humanos. Do ponto de vista das alianças inconscientes, sua extensão, confronta a psicanálise com o seu negativo, aquilo que foi deixado de fora, para que pudesse se estabelecer como um projeto coletivo de trabalho, em torno do estudo do intrapsíquico. Pensar sobre as alianças inconscientes, presentes na institucionalização do movimento analítico, implica a dissolução da equação “Freud/psicanálise”, introduzindo a mortalidade do sujeito e a continuidade de sua obra: o ciclo da vida e da morte do sujeito, da continuidade do grupo. Implica, portanto, certa “desnarcisação” do movimento analítico, desviando seus investimentos da equação “Freud/psicanálise” para uma equação “Ser humano/psicanálise”. Neste segundo caso, o interesse deve ser voltado

³⁵ A primeira ferida é derivada do heliocentrismo e a segunda da teoria da evolução das espécies.

prioritariamente para o ser humano, seu objeto do conhecimento, e não para a autopreservação narcísica do movimento analítico e dos seus membros.

A extensão da psicanálise para outras realidades sociais, culturais, institucionais, econômicas, distintas das inicialmente estabelecidas, sempre foi uma questão para o movimento analítico. Na expansão para condições sociais distintas da burguesia, Freud entendia que a psicanálise pouco poderia fazer pelos pobres, mesmo que muitos deles sofressem de neuroses extremamente graves. Para Freud, mais cedo ou mais tarde, haveria uma consciência social de que o pobre tem o mesmo direito de acesso à saúde e, para isto, seriam fundadas instituições de atendimento gratuito. No entanto, haveria a necessidade de adaptação da psicanálise a esta situação: “precisaremos buscar as formas mais simples e inteligíveis de expressar nossas doutrinas teóricas” (FREUD, 1919, p.210). Neste mesmo texto, Freud afirma que os pobres estariam menos prontos para aceitar a dura realidade que os espera após o enfrentamento das neuroses. Neste caso, Freud propõe simultaneamente à análise, a realização de, um trabalho filantrópico assistencialista aos pobres.

Parece mais fácil para a psicanálise, aceitar ser utilizada para a compreensão de situações distintas da originalmente estabelecida, como, por exemplo, a aplicação da psicanálise a situações extraclínicas, do que aceitar as modificações exigidas a ela, quando falamos de sua extensão a outras populações, e à utilização de novos métodos de investigação do inconsciente. Enquanto a primeira situação é uma mera transposição do que já é conhecido, a segunda exige modificações, que colocam em questão a delimitação das fronteiras que separam o dentro e o fora. Coloca em questão, também a unidade narcísica sobre a qual a psicanálise está estabelecida. Até que ponto a psicanálise pode ampliar suas fronteiras e se modificar, sem que seja descaracterizada como tal?

O “ouro puro” da psicanálise (FREUD, 1919), frente à necessidade de sua extensão, levanta a questão da sua pureza, contaminação e diluição. O contrato narcísico do movimento analítico deverá preservar a pureza da psicanálise, o negativo coloca a psicanálise frente àquilo que a ameaça, sua diluição, dispersão, descaracterização. O grupo “cobre”, quando é o negativo não elaborável, ameaça dissolver a pureza do outro da psicanálise. As alianças inconscientes encarregadas de preservarem o “ouro puro” da psicanálise configuram um espaço do sagrado que garante o fundamento do vínculo do grupo, mas cujo resultado é a fetichização sobre saber psicanalítico. Destas alianças formou-se a “verdadeira psicanálise”, organizada em torno da fetichização de um dogma que manteve as bases narcísicas das alianças inconscientes, e impediu que o grupo fosse pensado em termos psicanalíticos, conforme será analisado mais adiante.

O trabalho analítico exercido sobre bases distintas das originalmente estabelecidas por Freud é chamado de psicoterapia, o trabalho com grupos é chamado de “psicoterapia dos pobres”. A extensão da psicanálise nos coloca em contato com aquilo que foi deixado de fora, para que os laços com Freud pudessem ser estabelecidos: laços de nobreza, de pedigree, de pureza. Expandir a psicanálise é, em certa medida, um ato de transgressão, de traição a Freud.

As alianças sociais, políticas, ou religiosas e científicas necessitam de avalistas para assegurar a solidez de seu objeto, objetivos e termos (KAËS, 2014). Estes avalistas regulamentam as sanções associadas ao desrespeito, às rupturas ou à traição. São os garantidores meta sociais que legitimam os enquadres sociais. Nas sociedades teocráticas, o avalista é Deus. Nos regimes totalitários, a trilogia da Ideia, do Ideal e do Ídolo. No caso da psicanálise, Freud é o ídolo, a ideia e o ideal. Quando o ouro puro da psicanálise é a “verdadeira psicanálise”, e não o ser humano, o

principal avalista do contrato narcísico é o dogma, sustentado por alianças defensivas alienantes. Neste caso, a expansão da psicanálise fica inviabilizada por conta das bases narcísicas mortíferas.

A extensão da psicanálise nos remete a indagar sobre onde devemos ancorar os parâmetros para estabelecer os limites da psicanálise: na tradição, na ortodoxia criada por Freud? Ou no seu espírito científico, que nos permite compreender o humano e as diversas possibilidades de manifestações do inconsciente?

A “desnarcisação” do movimento analítico implica no desvio da libido voltada para a defesa de suas instituições, dos seus dogmas, em direção ao seu objeto de estudos. Quando analisamos o funcionamento mental, mesmo na clínica dual, podemos verificar o caráter extensivo do psiquismo humano, que não está limitado ao intrapsíquico. Quando analisamos o grupo, verificamos outras dimensões do psíquico que não puderam ser acessadas pelo dispositivo original da psicanálise. Temos, no movimento analítico, uma história que lhe dá densidade para suportar a ampliação de suas fronteiras, sem que isto represente a ameaça de sua dissolução.

A psicanálise pode posicionar-se frente às outras ciências, encontrar seu lugar, nem acima nem abaixo, nem menos, nem mais ciência, respeitando as especificidades que o seu objeto de estudos exige. Dentro do campo de domínio das ciências, apoiada em uma Lei estruturante, e não de uma lei local, pode oferecer sustentação para os investimentos no seu objeto de estudos: o psiquismo humano.

Sob o prisma da teoria da complexidade, encontramos no fenômeno humano, um objeto complexo, que a psicanálise oferece contribuições para compreender, dentro dos seus limites e potencialidades. No contato com a complexidade do fenômeno humano, é necessário que encaremos outra ferida narcísica: de que a psicanálise não é o centro do conhecimento científico sobre o humano.

Capítulo 9: O narcisismo em Freud, um analisador do movimento analítico

Se o nome da psicanálise não pode ser dissociado de Freud, deve-se também ao fato de que Freud, no mínimo, foi ambíguo em aceitar separar-se de sua criação. O grande investimento narcísico de Freud na formulação da psicanálise deixará suas marcas no processo de institucionalização da psicanálise. No movimento analítico, o narcisismo coloca-se neste complexo jogo de transmissão entre as gerações, entre o sujeito do grupo e o seu grupo. Um exame crítico e pormenorizado do conceito psicanalítico de narcisismo pode ajudar-nos a compreender a formação das alianças inconscientes que regem a transmissão da vida psíquica entre as gerações nas sociedades de psicanálise.

O trabalho *Uma introdução ao narcisismo* (FREUD, 1914), foi escrito durante um período institucional bastante complicado. A ruptura com Jung, a escrita sobre a história do movimento analítico, marcam este difícil momento de institucionalização da psicanálise. Freud não esconde sua dificuldade em produzir o texto. No pano de fundo, as conturbadas relações no movimento analítico levam Freud a elaborar sua relação com a transmissão da psicanálise.

A teoria proposta por Freud, em 1914, será de grande valia para ajudar a compreender certos fenômenos que podem ser observados na institucionalização do movimento analítico e sua transmissão. A formulação do conceito de “narcisismo” será tomada como uma espécie de analisador para compreender certos fenômenos da transmissão da vida psíquica nas sociedades psicanalíticas.

Introduzindo sua teoria sobre o Narcisismo, Freud busca levar adiante o que havia inicialmente proposto sobre sua teoria das pulsões, desenvolvida a partir da

clínica da neurose, quando formulou sua primeira hipótese de oposição entre pulsões sexuais e pulsões do Eu. Colocando sua teoria à prova de outras patologias, como a esquizofrenia, ao mesmo tempo em que é contestado por Jung sobre a existência de uma dualidade pulsional, Freud (1914, p.20) segue no “inevitável prosseguimento de uma primeira hipótese, que separava instintos³⁶ sexuais de instintos do Eu”.

Com a teoria sobre o narcisismo, Freud mantém a diferenciação entre estes dois tipos de pulsões, mas em relação às pulsões sexuais, ele propõe que, além da libido ligada ao objeto, existe uma parcela que é direcionada para o Eu. Com esta distinção, procura dar conta dos processos neuróticos e psicóticos. Assim, o Eu recebe tanto investimentos das pulsões do Eu como da libido. Mesmo assim, Freud insiste em manter a dualidade pulsional nos seus termos originais: “vários pontos em favor da hipótese de uma diferenciação original entre instintos sexuais e instintos do Eu” (FREUD, 1914, p.20). Seu principal apoio será encontrado na biologia: “Considerações *biológicas*³⁷ se fazem valer em seu favor. O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente à qual serve contra ou, de todo modo, sem a sua vontade” (FREUD, 1914, p. 20).

Este trecho é central na construção do conceito de contrato narcísico proposto por Piera Aulagnier, e na concepção de sujeito proposta por Kaës: “Freud percebe a dupla determinação tópica, econômica e dinâmica da psique, a dupla lógica que constitui o sujeito, para ele mesmo seu próprio fim; ele, herdeiro e beneficiário da cadeia” (KAËS, 1997, p. 40). Neste trecho, Kaës explicita o caráter intersubjetivo da noção de sujeito em Freud.

O “duplo estatuto do sujeito” apoia-se no trabalho do biólogo alemão

³⁶ Na primeira tradução das obras completas de Freud para o português, a Imago editora optou por traduzir o termo “Trieb”, como “instinto”. Nas outras traduções, o termo será “pulsão”. O termo aqui utilizado será “pulsão”; serão mantidas as traduções originais que utilizam o termo “instinto”.

³⁷ Grifos meus

Friedrich Leopold August Weismann. A dualidade pulsional seguirá esta dupla determinação biológica:

(...) (o indivíduo) vê a sexualidade mesma como um de seus propósitos, enquanto uma outra reflexão mostra que ele é tão somente um apêndice de seu plasma germinal, à disposição do qual ele coloca suas forças, em troca de um bônus de prazer — o depositário mortal de uma (talvez) imortal substância, como um morgado, que possui temporariamente a instituição que a ele sobreviverá. A distinção entre instintos sexuais e do Eu apenas refletiria essa dupla função do indivíduo. (FREUD, 1914, p. 20)

A dualidade pulsional é refletida na diferenciação entre uma pulsão de autoconservação, que reflete, no psíquico, a instância biológica do “soma”, enquanto a pulsão sexual estaria ligada ao “plasma germinal”.

Em “Além do princípio do prazer (1920)”, a distinção proposta por Weismann será mantida para sustentar o novo dualismo pulsional. O nome do Biólogo alemão não havia sido citado por Freud em 1914, mas, em 1920, Freud explicita que Weismann “(...) introduziu a distinção da substância viva em partes mortais e imortais” (FREUD, 1920, p.65). A partir desta nova leitura do trabalho de Weismann, Freud (1920) vai diferenciar a pulsão de vida e a pulsão de morte:

O que nos impressiona nisso é a inesperada analogia com nosso próprio ponto de vista, ao qual chegamos ao longo de caminho tão diferente. Weismann, encarando morfológicamente a substância viva, enxerga nela uma substância que está destinada a morrer – o soma, corpo que separado da substância relacionada com o sexo e a herança – e uma parte imortal – o plasma germinal, que se relaciona com a sobrevivência da espécie, com a reprodução (FREUD, 1920, p.65).

Freud (1920) discorda de Weismann, quando o biólogo entende que a diferenciação entre as substâncias somente aparece quando há reprodução sexuada. Assim, a morte seria uma aquisição tardia, enquanto para Freud, a dualidade vida/morte acontece desde os primórdios da vida. Mesmo assim, “A notável semelhança entre a distinção weizmanniana de soma e plasma germinal e nossa

separação dos instintos de morte dos instintos de vida persiste e mantém a sua significância” (FREUD, 1920, p.69).

Entendo que a distinção entre o soma, uma substância mortal e o plasma germinal, uma substância imortal, será central na sustentação da dualidade das pulsões mantida por Freud ao longo do seu trabalho. Quando Freud reelabora sua teoria pulsional, retraduz seus pressupostos metapsicológicos, alterando a qualidade das pulsões em jogo, nos termos de uma divisão entre o soma e o plasma germinal. A transmissão da vida biológica encontra seu correspondente na transmissão da vida psíquica através das finalidades das pulsões.

Este aspecto da teoria Freudiana não foi aprofundado por Kaës. Apesar de ser uma teoria biológica, pude encontrar coerência na leitura do trabalho de Freud em relação ao seu pensamento ter sido influenciado pela perspectiva waismaniana na compreensão da transmissão da vida psíquica e da formação dos agrupamentos humanos.

Freud (1914) vê a biologia como campo distinto do conhecimento, mas que, num futuro, poderia oferecer os alicerces para a psicologia, traduzindo em processos químicos, os processos psíquicos elucidados pela psicanálise:

(...) é preciso não esquecer que todas as nossas concepções provisórias em psicologia devem ser, um dia, baseadas em alicerces orgânicos. Isso torna provável que sejam substâncias e processos químicos especiais que levem a efeito as operações de sexualidade e proporcionem a continuação da vida individual naquela espécie. Tal probabilidade, levamos em conta ao trocar as substâncias químicas especiais por forças psíquicas especiais (FREUD, 1914, p.21).

Evidentemente, Freud vai voltar seu interesse para os processos psíquicos, sem esperar, no momento em que produz o seu trabalho, que a biologia possa lhe trazer maiores contribuições. A continuidade da vida acontece através do outro, do grupo, da instituição ou, em última instância, na espécie quando, na verdade, o

indivíduo é apenas o portador momentâneo, ser mortal, de uma substância, que a ele antecede e que a ele sobreviverá.

Para Freud, é necessário ultrapassar as fronteiras do narcisismo e voltar a libido para os objetos, pois um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas o excesso de libido voltada para o Eu provoca sofrimento:

Tal necessidade surge quando o investimento do Eu com libido superou uma determinada medida. Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar. (FREUD, 1914, p. 29)

Ao estudar a vida amorosa, Freud distingue dois tipos de escolha de objeto, a narcísica e a de apoio a primeira apoiada nele próprio e a segunda, na mulher que o cria. Estas primeiras escolhas podem determinar futuramente sua escolha de objeto. Embora ambas as escolhas estejam abertas a todos os seres humanos, Freud faz uma diferenciação de gênero, quando diz que mulheres tendem a ter uma escolha de objeto mais narcísica enquanto os homens fazem escolhas de objeto mais do tipo “de apoio”. Enquanto os homens retiram grandes quantidades de libido do seu Eu voltando-as para suas mulheres amadas, a necessidade das mulheres “não reside tanto em amar quanto em serem amadas” (FREUD, 1914, p.34).

Tal diferenciação está associada a um contexto biologicamente complicado no qual há, por um lado, um gênero ativo que busca, no objeto, seu alvo, enquanto do outro, um gênero passivo que se torna objeto especializado em atrair para si o interesse do gênero ativo a partir de uma espécie de sedução, quando convida o gênero ativo, a reviver os momentos primitivos de sua vida. Assim, neste jogo, a libido segue sua meta de manter a reprodução da espécie e a continuidade do plasma germinativo. Na mulher, em um segundo momento, a libido volta-se para o objeto, também no curso de reprodução, quando, a partir do seu próprio corpo, surge uma

criança como um “Outro”, que se torna seu objeto de amor.

As escolhas narcísicas de objeto serão realizadas: conforme a pessoa é; o que ela mesma foi; o que ela gostaria de ser; aquilo que foi parte dela mesma. As escolhas segundo o tipo de “apoio” serão realizadas conforme: a mulher nutriz; o homem protetor. Podemos concluir, assim, dentro de uma perspectiva de continuidade da espécie, que a libido voltada para o Eu forma um jogo com a libido de objeto na complementariedade entre o feminino e o masculino, cumprindo assim o seu destino de manutenção da vida que se reproduz a cada geração.

No entanto, do ponto de vista psíquico, as coisas se complicam quando analisamos mais atentamente a questão da transmissão entre as gerações. Embora a libido tome outros destinos ao longo do desenvolvimento, o canal que leva a libido para o Eu permanece aberto durante toda vida sendo catexizado novamente no momento do nascimento dos filhos:

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com os filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil. (FREUD, 1914, p.36)

A questão do narcisismo, vista sob esta perspectiva, coloca para a sexualidade e a transmissão da vida, uma situação paradoxal: a reprodução está a serviço da conservação daquilo que é imortal, o plasma germinal, ao mesmo tempo em que marca o reinvestimento libidinal no Eu do progenitor, que é apenas um apêndice mortal. São indivíduos mortais, com forte carga narcísica, dando continuidade ao que é imortal. Se a libido retorna neste momento ao Eu, unindo-se novamente às pulsões do Eu, a ferida narcísica, jamais curada, realimenta o desejo de imortalidade do Eu.

Mas, afinal, o que sobrevive: o soma/Eu/narcísico ou o plasma germinal/espécie/investimento objetal? Caso não possa ser renunciado, o desejo de imortalidade do Eu do progenitor prevalecerá sobre a continuidade da espécie.

Este paradoxo pode servir como modelo de compreensão para o paradoxo vivido por Freud no que diz respeito à transmissão da psicanálise: a psicanálise é algo que fez parte de Freud: foi gestada em sua cabeça, é uma parte dele, é indissociável dele. Temos, neste caso, um investimento do tipo narcísico no surgimento da psicanálise. Não partimos de uma reprodução sexuada, mas de uma produção assexuada que será reproduzida: considerarmos que um dos momentos de fundação da psicanálise foi a autoanálise de Freud. Temos aí, o apagamento da transmissão entre as gerações, de ver Freud como um herdeiro, portador e transmissor: Freud é o próprio “ouro puro da psicanálise”, sua substância imortal, seu plasma germinal. Não há um pai e uma mãe, uma herança que marque a temporalidade em uma linha de transmissão, uma ruptura que dê um novo rumo ao que já vinha. Isto situa Freud e a psicanálise no registro de uma atemporalidade e, portanto, de uma imortalidade.

Apoiado nos trabalhos de Green e de Kaës, eu proponho chamar de **transmissão narcísica da morte**, um modelo de transmissão apoiada nos investimentos de perpetuação do Eu/soma, quando este fica amalgamado ao plasma germinal. Cada nova geração será herdeira do narcisismo do seu antecessor e assumirá para si o mesmo direito de perpetuar o seu Eu, em um tipo de transmissão baseada sobre o narcisismo de morte, que está a serviço do desejo de imortalidade do Eu. Nestes termos, todo investimento libidinal permanece voltado para a imortalidade da unidade “soma/plasma germinal”. Este tipo de transmissão é construído em bases alienantes, de bases defensivas, contra as renúncias impostas pela realidade, para a continuidade da vida: a diferenciação entre uma parte mortal e uma imortal. Neste

caso, desaparecem as diferenças entre as gerações, a perspectiva de continuidade da vida em cada nova geração. Neste modelo, são formados pactos narcísicos em torno de uma ilusão grupal de imortalidade do Eu.

Opõe-se a este tipo de transmissão, uma **transmissão narcísica de vida**, que garante a diferenciação entre uma parte mortal e outra que sobreviverá. Esta diferenciação é necessária para a ligação de cada um com seu grupo, sua espécie suas raízes de filiação, ao mesmo tempo em que permitem a temporalidade, o surgimento de novas gerações, que aceitam a finitude da vida, a perenidade do Eu, e oferecem lugar de transmissão para as gerações seguintes.

Quando a psicanálise institui-se em torno da conservação e transmissão da equação Freud/Psicanálise, une o soma ao plasma germinal e organiza-se em torno de uma transmissão narcísica da morte. Nesta perspectiva, observamos o apagamento de suas heranças na medicina, na psicologia, na sociologia, na filosofia, a configuração de um campo único e, em alguns momentos, acima de todos os outros. Eliminamos, também, uma perspectiva de transmissão narcísica de vida, que garante a possibilidade de ser instituída uma alternância entre as gerações pela morte do soma freudiano, mas pela continuidade da psicanálise pelas novas gerações. A mortalidade do soma de Freud permite que outros possam tomar seu lugar sem usurpá-lo na medida em que não tomam para si o corpo de Freud, mas a psicanálise. Desfazer a equação soma de Freud/psicanálise plasma germinal é fundamental para uma transmissão narcísica de vida da psicanálise

Nesta complexa relação entre soma e plasma germinal, ao mesmo tempo em que um se coloca em oposição ao outro, um também é estritamente dependente do outro. Possivelmente, assim como temos a pulsão de vida e a pulsão de morte, os dois tipos de transmissão não são excludentes, mas complementares, como dois polos que

se entrelaçam. Assim será visto pelos pais o bebê, no início da sua vida, quando o soma ainda é incipiente:

Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. (FREUD, 1914, p.37)

O mesmo também acontece com os pais, com o nascimento dos filhos:

No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora (FREUD, 1914, p.37).

Nos momentos de criação, de transmissão, de geração, de surgimento do novo, o bebê depende do investimento narcísico que os seus pais realizam para que ele possa sobreviver. Certo grau de ilusão de imortalidade pode oferecer proteção necessária contra as vicissitudes da realidade. Assim como, a psicanálise dependeu do investimento narcísico de Freud para que pudesse ser defendida dos ataques que sofrera desde os seus primórdios. Talvez, em dado momento, seja necessária a formação de um pacto narcísico em torno da imortalidade, até que o insipiente Eu possa suportar as vicissitudes da vida.

Mas temos aqui um ponto delicado na questão do narcisismo: na medida em que se desenvolve, uma nova geração pode correr sérios riscos, caso não este pacto não seja refeito em termos de um contrato narcísico. É necessário por parte dos pais, a renúncia sobre os investimentos voltados para a preservação do Eu e a aceitação da continuidade da espécie em um Outro. Neste processo, teremos a possibilidade de separação entre o plasma germinal e o soma.

9.1 A pulsão de morte e o narcisismo

Em *Além do princípio do prazer* (1920), a diferença entre as pulsões do Eu e as pulsões sexuais deixa de ser uma diferença qualitativa entre os dois tipos de pulsões para ser caracterizada como diferença topográfica. Neste texto, Freud assume de maneira definitiva o caráter libidinal da pulsão de autoconservação. Libido será a pulsão conservadora de todas as coisas, inclusive da união entre as células que formarão o soma. A libido narcísica seria a responsável pela manutenção da unidade:

Mas ainda nos é necessário enfatizar o caráter libidinal dos instintos de autoconservação agora que nos estamos aventurando ao novo passo de reconhecer o instinto sexual como Eros, o conservador de todas as coisas, e de derivar a libido narcísica do ego dos estoques de libido por meio da qual as células do soma estão ligadas umas às outras. (FREUD, 1920, p. 47)

A pulsão sexual é conservadora do soma, substância mortal que é veículo do plasma germinal, substância imortal. Ao unificar as pulsões do Eu e sexuais em uma única pulsão, Freud pode recolocar a dualidade pulsional em novos termos:

Mas agora, subitamente, nos defrontamos com outra questão. Se os instintos de autoconservação são também de natureza libidinal, talvez não existam quaisquer outros instintos, a não ser os libidinais? Agora a oposição se dá entre os instintos de vida e os instintos de morte. (FREUD, 1920, p. 47)

Esta tendência à união, à autoconservação surge como uma força conservadora que se contrapõe à tendência de todo ser vivo que é a busca de retorno a um estado inorgânico.

Se tomarmos como verdade, que não conhece exceção, o fato de tudo o que vive morrer por razões internas, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que ‘o objetivo de toda vida é a morte’, e, voltando o olhar para trás, que ‘as coisas inanimadas existiram antes das vivas’. (FREUD, 1920, p. 56)

Freud observa que o agrupamento das células as ajuda a sobreviverem, mesmo

que cada uma delas tenha morrido individualmente. A pulsão de vida toma a outra célula como seu objeto, neutralizando parcialmente a pulsão de morte. A neutralidade é parcial uma vez que a união entre as células visa à defesa contra as ameaças externas que colocam em risco aquela coesão. A complexificação dos organismos não está ligada a uma pulsão que os levaria ao desenvolvimento, mas como uma reação defensiva às ameaças impostas pelo exterior.

No entanto, o caminho inevitável daquele organismo será a morte, mas não por ameaças externas e sim por uma tendência que lhe é própria, seguindo o seu próprio caminho para a morte. Assim,

Não temos mais de levar em conta a enigmática determinação do organismo (tão difícil de encaixar em qualquer contexto) de manter sua própria existência frente a qualquer obstáculo. O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo (FREUD, 1920, p. 57).

Neste ponto, Freud dá um novo caminho ao paradoxo anteriormente apontado, quando a libido voltava-se para a autopreservação durante a transmissão entre as gerações. Ainda que a pretensão narcísica do ser humano seja a sua imortalidade, biologicamente, a autoconservação será apenas um caminho que favorece a complexificação da vida. Será uma tendência conservadora de Eros que estará submetida a uma força mais básica, que leva o soma por vias internas, ao seu desfecho inevitável.

O paradoxo será recolocado neste momento entre Eros e Tânatos:

Assim, originalmente, esses guardiões da vida eram também os lacaios da morte. Daí surgir a situação paradoxal de que o organismo vivo luta com toda a sua energia contra fatos (perigos, na verdade) que poderiam auxiliá-lo a atingir mais rapidamente seu objetivo de vida, por uma espécie de curto-circuito.(FREUD, 1920, p.57)

O complexo jogo entre soma e plasma germinal permanece como base para a

compreensão da dualidade pulsional, no entrelaçamento entre a vida e a morte:

(...) a totalidade do caminho do desenvolvimento para a morte natural não é percorrido por todas as entidades elementares que compõem o complicado corpo de um dos organismos mais elevados. Algumas delas, as células germinais, provavelmente retêm a estrutura original da matéria viva e, após certo tempo, com todo o seu complemento de disposições instintuais herdadas e recentemente adquiridas, *separam-se do organismo como um todo*³⁸. Essas duas características podem ser exatamente aquilo que as capacita a ter uma existência independente. Sob condições favoráveis, começam a desenvolver-se, isto é, *a repetir o desempenho a que devem sua existência*³⁹, e, ao final, mais uma vez uma parte de sua substância leva sua evolução a um término, ao passo que outra parte reverte novamente, como um germe residual novo, ao início do processo de desenvolvimento. Essas células germinais, portanto, trabalham contra a morte da substância viva e têm êxito em conseguir para ela o que só podemos encarar como uma imortalidade potencial, ainda que isso possa significar nada mais do que um alongamento da estrada para a morte (FREUD, 1920, p. 57-58).

A vida cria suas estratégias de ludibriar a morte, pela separação entre uma parte mortal e imortal, ainda que Freud admita que esta é uma batalha fadada ao desfecho inevitável. A imortalidade se dá pela repetição daquilo a que deve sua existência. Freud consegue devolver ao plasma germinal sua condição de “potencial” imortalidade, enquanto o soma permanece como um veículo de transmissão e tem como destino o retorno imediato ao estado inorgânico. A célula germinal é, ao mesmo tempo, retentora da estrutura original que será mantida viva pela repetição e das disposições herdadas e recentemente adquiridas. As bases reprodução deste plasma parecem ser assexuadas, pois não há referências de que este soma deverá outra célula, à qual deverá se unir, para que a transmissão seja possível. Parecem, sobretudo, bases narcísicas de reprodução do mesmo, sem a diferenciação entre o masculino e o feminino.

As verdadeiras pulsões de vida serão aqueles que garantirão a conservação

³⁸ grifos meus

³⁹ grifos meus

daquilo que é potencialmente imortal, mesmo que eles tenham, em si, que carregar o paradoxo autoconservação/autodestruição. O narcisismo será uma característica das células germinais:

As próprias células germinais se comportariam de maneira completamente 'narcisista', para empregar a expressão que estamos acostumados a utilizar na teoria das neuroses para descrever um indivíduo total que retém sua libido em seu ego e nada desembolsa dela em catexias de objeto. As células germinais exigem sua libido, a atividade de seus instintos de vida, para si mesmas, como uma reserva para sua posterior e momentosa atividade construtiva (FREUD, 1920, p.70)

Ao examinar este trabalho de Freud, apesar da mudança na teoria das pulsões, não observamos motivos que nos levem a deixar de considerar o paradoxo inicialmente apontado em relação ao que se passa do ponto de vista da tendência narcísica à autoconservação que visa, em última instância, à imortalidade pela reprodução do mesmo, ainda que esta luta seja em vão. O soma contém, em si, uma tendência que o leva ao estado inorgânico, mas também percebemos que nele atua uma força narcísica de superproteção que se encarrega de manter a unidade. Freud mantém a possibilidade de que exista na transmissão entre as gerações, um tipo de energia conservadora que sustenta a imortalidade, ainda que esta força esteja assentada, em um nível mais profundo, na tendência de retorno ao inorgânico. Assim, Freud sustenta as esperanças narcísicas de que cada sujeito é portador de certa imortalidade, que vai ludibriar a morte.

9.2 O narcisismo como analisador da transmissão da psicanálise.

Se tomarmos a relação entre o plasma germinal e o soma como um analisador da psicanálise, teremos então um modelo de transmissão que deve preservar pela repetição o núcleo imortal, mesmo que em estruturas superiores mais complexas do

que as originárias. A essência deve ser preservada, enquanto por outro lado, tudo aquilo que é soma será mortal.

Observamos frequentemente no trabalho de Freud exemplos baseados no modelo embrionário, de situações em que a ontogênese reproduz a filogênese. No modelo embrionário, o imortal será assimilado em estruturas superiores mais complexas ao longo das gerações sem que ele deixe de existir por completo. Um dos exemplos a ser citado em Freud (1921, p. 155) é quando ele diz: “Tentei demonstrar que os destinos desta horda deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana (...)”.

Este modelo de transmissão será recolocado nas Sociedades Psicanalíticas, quando é discutida a sua transmissão. A busca pelo “ouro puro” da psicanálise proposta por Freud que se recolocará como questão na busca pela “verdadeira psicanálise”, será a busca daquilo que permanece imortal, assim como o plasma germinal. Este movimento é central nos momentos de crise. O “ouro puro” deverá ser preservado. Caberão às novas gerações analisarem quais as novas camadas que podem ser adicionadas ao que foi inicialmente proposto por Freud, e o que pode representar ameaça de contaminação e destruição. O ouro puro que liga a psicanálise às suas origens, em Freud, será indestrutível neste modelo de transmissão. Por sua condição de fundador, Freud será perpetuado como fiador da vida psíquica entre as gerações, na medida em que sua origem deve a ele sua existência.

Baseada em alianças inconscientes defensivas, a transmissão narcísica da morte será um modo de preservar a imortalidade da equação Freud/psicanálise, e na qual, as novas gerações poderão tomar benefícios narcísicos. Nestas situações, poderemos observar, a seguir, outro analisador do movimento analítico: o “medalhão”, avatar desta modalidade de transmissão muito comum nas sociedades de

psicanálise brasileiras. São analistas didatas mais velhos, cultuados por um grupo de analistas mais jovens que orbitam ao seu redor.

Capítulo 10: A formação das Sociedades Psicanalíticas Brasileiras

A seguir serão apresentados alguns elementos que formam o metaquadro institucional e social do movimento analítico brasileiro que servirão de suporte para as alianças inconscientes.

O processo de institucionalização é, também, um processo de construção de domínio, de poder em torno da psicanálise. No período aqui analisado, no Brasil, entre 1967 e 1976, a Psicanálise institui-se fundamentalmente em torno quatro grupos associados à IPA40: em São Paulo a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, SBPSP; no Rio de Janeiro, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, SPRJ e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, SBPRJ; em Porto Alegre, a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, SPPA. A partir de meados dos anos 1970, com a difusão da psicanálise, as organizações independentes ganharam cada vez mais força, e a psicanálise brasileira passou a ser, cada vez menos, uma prática controlada exclusivamente pela IPA.

As narrativas da história do movimento analítico brasileiro são atravessadas pela discussão política em torno do domínio sobre a psicanálise. Grupos independentes, ou ligados às universidades, tendem a ter uma visão mais crítica sobre as filiadas à IPA, enquanto os filiados tendem a defender suas Sociedades⁴¹. Estas diferenças marcam o espírito do que foi o período analisado: o conflito entre a posse da “verdadeira psicanálise” e a luta das “forças progressistas” contra a ortodoxia da IPA (SILVEIRA, 2007).

⁴⁰ No Rio de Janeiro, em 1953, o Instituto de Medicina Psicológica, IMP, não vinculado à IPA, já oferecia formação alternativa em psicanálise a profissionais não médicos.

⁴¹ Uma exceção é Vianna (1994), filiada à SBPRJ que relata o envolvimento de psicanalistas cariocas com o regime militar.

O contexto político do período foi examinado com mais atenção no trabalho realizado em 2007. Será retomado aqui como o pano de fundo que forma o metaquadro político-social das instituições psicanalíticas brasileiras. Na narrativa da institucionalização da psicanálise, foi dada especial ênfase às referências sobre os autores dos artigos revisados, bem como dos psicanalistas envolvidos no trabalho com grupos. A maior parte dos artigos revisados foi escrita por paulistas e cariocas, portanto, foi dada especial atenção a estas duas regiões.

10.1 O período pré-institucional, até 1950

A psicanálise foi introduzida no Brasil por médicos psiquiatras interessados no trabalho de Freud. Júlio Porto-Carreiro é considerado o mais importante precursor da psicanálise no Brasil, a partir de 1918. Os primeiros trabalhos brasileiros foram realizados no contexto universitário e de hospitais psiquiátricos, no Rio de Janeiro. A expansão da psicanálise enfrentava um grande limite no início, pois em solo brasileiro, do tripé de formação, só estavam disponível os textos escritos por Freud. A impossibilidade de ser realizada a análise didática e a prática supervisionada segundo os critérios da IPA impedia a formação em psicanálise no território brasileiro. Segundo Perestrello (1987), o próprio Porto-Carrero designava estas primeiras práticas psicanalíticas como “psicanálise selvagem”. A chegada da psicanálise no Brasil gerou forte resistência por parte da comunidade médica. No Rio de Janeiro, Porto-Carrero era acusada de charlatanismo e imoral. Anos mais tarde, médicos psicanalistas cariocas acusaram psicanalistas não médicos de charlatanismo (OLIVEIRA, 2006).

Em São Paulo, o pioneiro da psicanálise foi Franco da Rocha que tinha, no

início do século XX, entendimento sobre a loucura como sendo uma doença social. Baseava suas hipóteses em uma concepção higienista sobre esta questão. Em 1898, fundou o primeiro hospital psiquiátrico em São Paulo, o Juqueri, e realizou diversas experiências: em uma delas, os pacientes internados moravam com as famílias dos funcionários. Em São Paulo, a psicanálise sofria grande oposição por parte da psiquiatria organicista, principalmente do grupo ligado ao psiquiatra Pacheco e Silva, que estruturou o sistema psiquiátrico paulista (OLIVEIRA, 2006).

O médico psiquiatra paulista Durval Marcondes foi o pioneiro da institucionalização da psicanálise no Brasil. Influenciado por Franco da Rocha, trocou correspondências com Freud nos anos 1920 e 1930. Tentou fundar em 1927 a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise, SBP, com paulistas e cariocas, e publicou a primeira edição da Revista Brasileira de Psicanálise, RBP. A ausência de analistas didatas e supervisores impediu que a SBP e a RBP prosperassem (OLIVEIRA, 2006).

No período pré-institucional, havia diferenças importantes entre os paulistas e os cariocas: os cariocas não tinham interesse em se filiarem à IPA, pois desejavam manter a autonomia e recusavam se submeter à análise didática. Criticavam os paulistas pela não exclusividade médica da prática psicanalítica (OLIVEIRA, 2006).

Os pioneiros da psicanálise no Brasil, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, desenvolveram os primeiros trabalhos inspirados na psicanálise no contexto de hospitais universitários, e nas instituições públicas de saúde, educação e previdência. Todas estas instituições atendiam a um grande público, fundamentalmente de pessoas com baixo poder aquisitivo. Marcondes era médico higienista de formação e sempre teve preocupação em difundir a psicanálise para o maior número de pessoas (OLIVEIRA, 2006).

Os trabalhos de Freud sobre a cultura já despertavam o interesse de brasileiros desde o início do século XX. Marcondes assumiu uma cadeira de psicanálise na Escola Livre de Sociologia e Política, ensinando a psicanálise na formação de sociólogos. Ao mesmo tempo em que havia uma preocupação com questões sociais, com o atendimento ao sofrimento humano em condições precárias de vida, a concepção prevalente era higienista, de adaptação e de ajuste à sociedade. A psicanálise estaria a serviço do controle adequado das pulsões sexuais visando melhor ajustamento psíquico individual ao convívio social (OLIVEIRA, 2006).

Os primeiros trabalhos psicanalíticos com grupos no Brasil surgiram neste contexto: a necessidade de psiquiatras atenderem a um grande número de pessoas, em instituições públicas. Assim, foram introduzidas técnicas alternativas de tratamento, como psicoterapias breves e realizadas em grupos. O pioneiro do trabalho com grupos no Brasil é Alcyon Baer Bahia que retorna ao Rio de Janeiro em 1950, após formação em psicanálise em Buenos Aires e implementa no Serviço Nacional de Doenças Mentais, SNDM, o primeiro grupo de psicoterapia psicanalítica inspirado em Bion e Pichón-Rivière. Bahia nomeia seu trabalho como sendo psicanalítico. Experiências como as de Bahia foram realizadas por diversos outros pioneiros cariocas, gaúchos e paulistas das Sociedades de Psicanálise brasileiras afiliadas à IPA, no período simultâneo ao do surgimento das Sociedades filiadas à IPA. A primeira geração de psicanalistas brasileiros é formada, fundamentalmente, por psiquiatras, muitos deles foram fazer formação na Argentina e na Inglaterra, e retornaram ao Brasil para trabalhar no serviço público (SILVEIRA, 2007).

10.2 A institucionalização da psicanálise no Brasil:

10.2.1 A primeira geração: anos 1940 e 1950

O início da institucionalização da psicanálise brasileira está relacionado ao contexto da segunda guerra mundial. A impossibilidade de ser implementado um Instituto de Psicanálise em solo brasileiro, pela ausência de analistas ditadas e supervisores credenciados pela IPA, impedia a formalização de Sociedades Psicanalíticas brasileiras. O mesmo problema era enfrentado por outros países americanos. As dificuldades impostas pelo período pré-guerra obrigaram psicanalistas europeus, principalmente judeus a emigrarem, principalmente para os Estados Unidos e a Argentina.

10.2.1.1 São Paulo

Para São Paulo, por recomendação de Ernest Jones, veio em 1936 Adelheid Lucy Koch, médica judia recém-formada psicanalista em Berlim. Koch foi a primeira analista didata em solo brasileiro, tendo analisado Marcondes, Frank Philips, Virghinia Bicudo, fundadores da SBPSP. Em 1944, foi constituído um grupo psicanalítico de São Paulo, presidido por Marcondes. As atividades deste grupo, incluindo as análises didáticas, foram inicialmente realizadas no consultório de Marcondes (OLIVEIRA, 2006).

Provavelmente, Marcondes fez análise didática com Koch em seu próprio consultório. Segundo Oliveira (2006, p. 223), “Graças ao zelo de Adelheid Koch e

Durval Marcondes, chegamos em 1950 com a primeira geração de analistas brasileiros formados mais ou menos segundo os princípios e regras da IPA”. O reconhecimento oficial da SBPSP aconteceu em 1951. Esta geração era formada pelos médicos Koch, Marcondes, Darcy Uchôa, Flavio Dias, Isaías Melsohn e Henrique Mendes, além de Virginia Bicudo, Lygia Amaral e Frank Philips, psicanalistas não médicos. Segundo Oliveira (2006), era uma geração que pertencia a uma classe social abastada, ligada à “aristocracia do café”. As raízes dos cafezais estão associadas à escravidão dos negros no Brasil, e, após sua abolição, às correntes imigratórias da Europa e Ásia, no final do Século XIX e início do XX. Mas havia, ao menos, duas exceções de peso na SBPSP.

A primeira é Frank Philips, australiano que viveu grande parte de sua infância nos Estados Unidos. Após nove anos de análise didática com Koch, mudou-se para Londres e, na British Psychoanalytical Society, BPS, fez análise didática com Melanie Klein e Bion, frequentou os cursos do Instituto e fez estágio em instituições controladas pelos kleinianos, como Tavistock. Foi referência para os analistas brasileiros que fizeram sua formação em Londres. É o principal responsável pelo kleinismo difundido no Brasil a partir dos anos 1950, e pela difusão do trabalho de Bion, a partir de 1969, quando retornou à SBPSP como analista didata, “o que faz dele uma espécie de personagem mítico, ao mesmo tempo admirado pelos seus discípulos e detestado pelos adversários” (OLIVEIRA, 2006, p. 215).

Outro nome é Virginia Leone Bicudo, filha de pai de origem negra. Após retornar de Londres, em 1959, segundo Oliveira (2006), encarnou a renovação, rompendo com a ortodoxia freudiana representada por Marcondes e Koch, introduzindo na SBPSP as ideias de Bion. Sobre sua importância na institucionalização da SBPSP, segundo Oliveira, “Foi também Bicudo quem colocou

em funcionamento os dispositivos de seleção e formação, assim como os de estruturação da Instituição” (OLIVEIRA, 2006, p.253).

10.2.1.2 Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, após o término da guerra, em 1948 chegaram dois analistas europeus, ambos recomendados por Ernest Jones: Mark Burke, psicanalista judeu de origem polonesa, membro da Sociedade Britânica de Psicanálise, introdutor do estudo da obra de Klein no Rio de Janeiro (Vianna, 1994); Werner Kemper, alemão da Sociedade de Berlim, onde, segundo Vianna (1994, p.142), “trabalhava durante os anos de guerra sob compromisso e comprometimento com o regime nazista”. Coimbra (1995) também afirma que há evidências da relação de Kemper com o regime nazista. Apesar de ter trabalhado no Institut Göering, fundado pelo primo do Marechal Hermann Göering, poderoso ministro de Hitler, de ter sido diretor da policlínica deste instituto, Kemper foi, segundo Velloso (2007), considerado por John Rickman o único psicanalista alemão apto a desempenhar função didática no pós-guerra. As origens de Kemper, segundo Vianna (1994), foram amplamente ignoradas pelos psicanalistas cariocas pioneiros. As querelas são inúmeras: Kemper foi acusado por Burke e seu grupo de ser ditador e tornar sua esposa analista didata sem a devida formação; Burke foi acusado por Kemper de ser louco e enlouquecer seus pacientes.

O resultado é a formação de dois grupos. O primeiro é fundado por Kemper, a, SBRJ, reconhecida em 1955 pela IPA. Kemper é uma figura bastante controversa na psicanálise carioca. Vianna compara sua figura a Hitler, por ter concentrado o poder da psicanálise carioca por mais de uma década: “Era, ao mesmo tempo, e perante os mesmos alunos, analista-didata, supervisor, docente único e dirigente máximo”

(KEMPER, J. 1986, apud VIANNA, 1994). Dentre os outros fundadores da SPRJ, destacam-se Ernesto La Porta, Adolpho Hoirish, Leão Cabernite e Portela Nunes.

Burke retornou em 1953 à Inglaterra. Seus analisandos terminaram a formação na SBPSP e na Argentina. Este grupo, somado a analistas que fizeram formação na Argentina, na Inglaterra e alguns ligados à SBPSP, juntaram-se para fundar a SBPRJ, reconhecida pela IPA em 1959 como Sociedade autônoma (SILVEIRA, 2007). Fizeram parte desta primeira geração da SBPRJ, Alcyon Bahia, Danilo e Marialzira Perestrrelo, Edgard de Almeida, Manoel Thomás Lyra, Walderedo Ismael de Oliveira, Mário Pacheco de Almeida Prado.

Mário Pacheco de Almeida Prado, da primeira geração de psicanalistas da SBPRJ, para defender-se, faz questão de ressaltar sua origem na aristocrata colonialista, durante o conturbado período de crises pelas quais passaram as Sociedades Psicanalíticas Brasileiras nos anos 1980: “(...) meu amor à verdade vem de berço e de quatrocentos anos de Brasil – é anterior à própria psicanálise. Vem dos campos verdes que meus antepassados ajudaram a desbravar e a mudar o Tratado de Tordesilhas!” (VIANNA, 1994, p. 82). Vianna, opositora de Pacheco, pesquisou as origens do sobrenome Prado, trazendo à tona o traço denegado pelo herdeiro colonizador: “Bartolomeu Bueno Prado (S.P>, MG? - 1768) efetuou grandes matanças de negros no Quilombo dos Palmares (...). (VIANNA, 1994, p.87)”.

10.2.1.3 Porto Alegre

Mario Martins, pioneiro do movimento analítico de Porto Alegre, fez sua formação na Argentina, tendo sido analisado por Angel Garma, espanhol que imigrou para a Argentina em 1938, fugindo do nazifacismo. Martins retornou a Porto Alegre

em 1947 e, ao longo dos anos 1950, juntou-se a outros pioneiros da SPPA: Cyro Martins e José Jaime Lemmertz que também fizeram formação na Associação Psicanalítica Argentina, APA; Celestino Prunes, analisando de Kemper. Estes são os quatro primeiros analistas didatas da SPPA, reconhecida como filiada da IPA em 1963. David Zimmermann, analisando de Martins, faz parte da primeira geração de membros associados da SPPA. Desde suas origens, trazida da Argentina, predominou na SPPA a vertente kleiniana da psicanálise (SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE, 2014).

10.2.2 Intercâmbio com a Inglaterra e Argentina: anos 1950

Uma alternativa à escassez de analistas didatas no Brasil, ao longo dos anos 1950, foi a busca por formação na Argentina e Inglaterra. Para Londres, foram principalmente os paulistas. Psicanalistas não médicos, como Frank Philips, Lygia Amaral, Virginia Leone Bicudo, fizeram formação na BPS, por esta Sociedade aceitar não médicos, diferente da APA (OLIVEIRA, 2006).

A Clínica Tavistock de Londres era conhecida por ser um local onde eram realizadas diversas práticas fora da ortodoxia psicanalítica. No contexto de reconstrução da Inglaterra no pós-guerra, oferecia serviços no campo da saúde mental. Segundo Rustin (1985, p. 154), “(...) Esta instituição era explicitamente missionária na sua atitude com a psicanálise (...)”⁴² tendo diversos meios de difundir e transmitir o conhecimento psicanalítico, inclusive com grupos”. Neste período, diversas experiências de trabalhos com grupos foram realizadas, incluindo os trabalhos de Bion e Foulkes. Há registros de que diversos psicanalistas brasileiros em formação em

⁴² (...) This institution has been explicitly missionary in its attitudes to psychoanalysis (...)

Londres estiveram nessa clínica, como Amaral, Bicudo, Philips, fundadores da SBPSP e Edgard de Almeida, fundador da SBPRJ (SILVEIRA, 2007).

Segundo Figueira (1994), Jones tinha uma atitude negativa em relação à Tavistock. Esta não era a única oposição britânica frente à prática clínica fora da ortodoxia psicanalítica regulamentada pela IPA: Klein também foi uma opositora ao trabalho com grupos, levando Bion a abandonar suas experiências neste campo (SILVEIRA, 2007). Bion não fazia menção ao seu trabalho com grupos como sendo psicanalítico. Considerou seu trabalho com grupos um trabalho de psicologia social. A relação entre Tavistock e a Sociedade Britânica de Psicanálise exemplifica a formação de projetos paralelos entre a clínica tradicionalmente estabelecida segundo padrões da IPA, e os trabalhos sociais realizados fundamentalmente através de grupos. (SILVEIRA, 2007)

A Associação Psicanalítica Argentina, APA, em Buenos Aires, também recebeu inúmeros psicanalistas brasileiros buscando formação, principalmente os de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. A APA foi a primeira Sociedade Psicanalítica filiada à IPA reconhecida na América Latina, em 1949. Devido à proximidade geográfica, o intercâmbio entre a APA e a SPPA foi intenso: Velloso (2007) cita a ida de Bleger e Enrique Pichon-Rivière, a Porto Alegre, pioneiros no trabalho com grupos na América do Sul.

No final dos anos 1930, Pichon Rivière havia iniciado suas experiências com grupos no Hospital psiquiátrico Las Mercedes por conta das limitações de atendimento nestas condições (Velloso, 2007). Pichon realizou uma ruptura epistemológica com a psicanálise rumo à psicologia social no seu trabalho com grupos. Psicanalistas brasileiros fizeram formação com Pichon e tiveram contato com seu trabalho de grupos. Psicanalistas argentinos permaneceram durante muito tempo

como referência para brasileiros tanto no trabalho com grupos, como para a clínica tradicional⁴³.

10.2.3 As segundas e terceiras gerações: anos 1950 e 1960

Da segunda geração de analistas da SBPSP, destacam-se Luiz de Almeida Prado Galvão, David Ramos e Eduardo Etzel. Segundo Oliveira (2006) para esta geração, formada entre 1950 e 1960, “(...) a prática permanecia aberta a diversas experimentações e o princípio da heterogeneidade prevalecia (...)” (p.249). Era uma geração orgulhosa de sua independência para novas experiências. Foram influenciados por nomes como Uchôa e pela prática em instituições psiquiátricas, principalmente o Hospital Juqueri. Poucos deles se deixaram seduzir por Philips, a partir dos anos 1970. Galvão foi um dos poucos desta geração que assumiu cargos institucionais na SBPSP, tornando-se analista didata e o primeiro redator da RPB. A maioria deles “possuia uma visão bastante crítica da instituição” (OLIVEIRA, 2006, p.250).

Segundo Oliveira (2006), a terceira geração da SBPSP foi formada entre 1960 e 1970. Foram alunos do primeiro curso oferecido pelo Instituto, aberto em 1961. Os anos 1960 são o período de consolidação das instituições psicanalíticas brasileiras, ao mesmo tempo em que são sedimentadas as relações de poder. Por volta de 1960, (VELLOSO, 2007) um grupo de analisandos de Margaret Gill, dentre eles, João Gomes Mariante, insatisfeitos com o hermetismo da SBPSP, representados por José Fernando Pontes, foram procurar Leon Grinberg em Buenos Aires. Pontes solicitou ao

43 Com a crescente rigidez das normativas impostas pela IPA no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, houve uma importante ruptura na Associação Psicanalítica Argentina, APA, culminando com a saída de dois grupos de psicanalistas, o Plataforma e o Manifesto. Muitos destes analistas, fundadores desta Associação, desenvolviam trabalhos com grupos. (SILVEIRA, 2007).

então secretário Geral da IPA o reconhecimento oficial deste grupo de estudos. Argumentou que havia somente quatro analistas didatas oferecendo formação na SBPSP. Chegando a São Paulo, Pontes foi intimado a prestar esclarecimentos na SBPSP, mas por pressão da IPA, a SBPSP foi obrigada a ampliar seu quadro de analistas didatas, incluindo nove analistas, dentre eles, Margaret Gill, David Ramos, Laertes Ferrão, Luis Galvão: “Deste modo, foi evitada a cisão em São Paulo” (VELLOSO, 2007, p. 32).

Entre 1963 e 1975, Bicudo permaneceu na direção do Instituto ligado à SBPSP:

É verdade que entre 1961 e 1970, 61 candidatos foram aceitos no Instituto, mas é verdade também que quanto mais a Sociedade crescia, mais ela se fechava sobre si própria e o poder ficava centralizado, fazendo desaparecer aquilo que a caracterizava e que os antigos chamavam de “o espírito familiar” (OLIVEIRA, 2006, p. 253).

Armando Ferrari e Ferrão, tiveram “um percurso institucional fulgurante” (OLIVEIRA, 2006, p.255). Em 1969 Ferrão foi nomeado presidente da SBPSP. Desta geração também fazem parte diversos fundadores da Sociedade Paulista de Psicoterapia Analítica de Grupos, dentre eles, Bernardo Blay Neto e Luiz Miller de Paiva. Diferente da geração anterior, esta esteve mais envolvida com a vida societária.

No Rio de Janeiro, na SPRJ, Leão Cabernite, analisando de Kemper, psicanalista da segunda geração esteve no centro do caso Almicar Lobo, episódio que será discutido adiante como analisador da relação entre as Sociedades Psicanalíticas Cariocas e a ditadura Militar brasileira durante os anos 1970.

10.3 O contexto social

10.3.1 A psicanálise, entre a psicologia e a psiquiatria: anos 1950, 1960

Entre 1950 e 1960, quando foram fundadas as primeiras sociedades Psicanalíticas Brasileiras, a psicanálise disputou terreno com a medicina, campo de trabalho instituído e marcado por forte corporativismo, e a psicologia, campo que estava surgindo e em processo de regulamentação. A tensão entre estas fronteiras marca uma disputa de poder em torno da prática clínica no campo da saúde mental no Brasil.

10.3.1.1 A psicanálise e a medicina: anos 1950

A psicanálise chegou ao Brasil, e iniciou seu processo de institucionalização, realizado principalmente por psiquiatras insatisfeitos com os recursos da psiquiatria da época. Até 1976, nas filiadas brasileiras ligadas à IPA, a psicanálise permaneceu como prática exclusivamente médica, exceto na SBPSP, fundada com a participação de diversos psicanalistas não médicos. No meio médico, a psicanálise sofreu muita resistência de psiquiatras e médicos de maneira geral.

O Congresso Latino-Americano de Saúde Mental organizado por Pacheco e Silva e Durval Marcondes, em 1954, em São Paulo, é um exemplo do clima de disputa por território que marcou este período. A luta se dava em torno do monopólio de formação e o controle do mercado de trabalho para a prática clínica. Havia a presença de todas as correntes psiquiátricas, bem como a psicanálise e a psicologia.

Havia representantes de diversos países das Américas⁴⁴, bem como de Portugal e Espanha. Um grupo de psiquiatras rebelou-se contra a prática clínica não médica, principalmente contra psicanalistas não médicos e psicólogos. Este grupo era contra o reconhecimento da IPA como órgão responsável pela regulamentação da psicanálise. Para eles, somente as universidades médicas teriam legitimidade para formar clínicos no campo da saúde mental. Dentre diversas proposições polêmicas de uma comunicação apresentada por Flaminio Fávoro e Tarcizo Cintra, destacam-se duas:

(...) 5) A obrigatoriedade da chamada ‘análise didática’, sobre ser absurda, é ridícula e atentatória contra a idoneidade científica e moral de todos os médicos, particularmente os psiquiatras que, por sua comprovada competência, idoneidade moral e distinta conduta explícita, sejam como tais considerados e respeitados.

(6.) Se necessário, uma Comissão de professores do próprio curso de pós-graduação fará a seleção prévia dos candidatos à especialização psiquiátrica, inclusive, pois, a psicanalítica, ou não conferirá o título a quem ela não julgar merecedor, por motivo sejam de ordem científica, sejam de natureza moral (OLIVEIRA, 2006, p.180).

A psicanálise era vista por estes psiquiatras como um instrumento de ajustamento. Submeter-se a esta prática seria desrespeitar os médicos e seus elevados padrões de idoneidade científica e moral. Manifestações nacionalistas eram típicas desta época, a intromissão da IPA seria uma afronta à soberania nacional e, evidentemente, ao corporativismo da medicina (OLIVEIRA, 2006).

O caráter corporativista aparece disfarçado de apelos científicos, morais e nacionalistas. O mercado de psicoterapias estava em franca expansão e controlar a formação e prática seria a garantia de dominar um mercado altamente lucrativo. A disputa se dava, por um lado, contra o monopólio da IPA sobre a psicanálise e por outro, contra a concorrência com a psicologia, que estava em processo de

⁴⁴ Pichon Rivière esteve presente nesse encontro

regulamentação. As psicoterapias, e a psicanálise, para este grupo, seriam consideradas como práticas ilegais da medicina. Nos anais do congresso, os psiquiatras Maurício de Medeiros (Rio de Janeiro) e Nelson Pires (Salvador) propuseram no texto final uma moção não aprovada onde consideravam a prática de psicoterapia, inclusive a da psicanálise, uma prática médica, e o exercício destas práticas por não médicos, seria considerado infração penal (OLIVEIRA, 2006). A querela extrapolou os limites do campo médico e ganhou o campo jurídico-político sobre a regulamentação da clínica psicológica.

10.3.1.2 Primeira tentativa de regulamentar a psicanálise: anos 1950

Segundo Oliveira (2006), a não regulamentação da psicanálise como profissão gerava insegurança, inclusive nos psicanalistas estrangeiros, médicos e não médicos, acusados de charlatanismo e prática ilegal da medicina em território brasileiro. O clima de tensão política e denúncia, no cenário nacional, com o suicídio de Vargas em 1954, afetava o movimento analítico em processo de institucionalização. No Rio de Janeiro e em São Paulo, tiveram que responder na justiça por suas práticas. Kemper teve seu consultório invadido por policiais e médicos do Ministério da Saúde, sob acusação de prática ilegal da medicina.

Marcondes intercedeu no sentido contrário ao corporativismo médico, lembrando que a psicanálise organizou-se fora da medicina. Outro argumento foi o de que os médicos já não conseguiam suprir às demandas tradicionais e não dariam conta de mais esta prática (OLIVEIRA, 2006).

Foi necessário delimitar as fronteiras da psicanálise com a medicina e a psicoterapia. Para Marcondes, a psicanálise seria regulamentada pela IPA, órgão

legitimamente instituído e reconhecido por Freud. As psicoterapias seriam as outras técnicas, ramificações da psicanálise, que poderiam ser utilizadas em cursos de especialização, como o oferecido na Universidade de São Paulo, aberto a médicos, psicólogos, sociólogos (OLIVEIRA, 2006).

Em 1957, o Ministério da Saúde emitiu o Aviso número 257, com normas que regulavam o exercício da psicanálise (OLIVEIRA, 2006). Havia seis normas que, resumidamente, mantinham a exclusividade dos centros filiados à IPA e aceitavam não médicos. Caberia aos médicos indicar pacientes para os psicanalistas não médicos, sendo os médicos os responsáveis pelos casos indicados. Caberia ao analista não médico realizar apenas o trabalho de análise, sendo a situação somática de responsabilidade do médico. Caso o analista não seguisse as normas prescritas, seria responsável pela prática ilegal da medicina. Esta autorização conferia à psicanálise seu campo de estudos como o psiquismo de natureza não biológica. Configurando como um campo próprio de saber:

Em resumo, esse processo teve quatro consequências importantes para o movimento psicanalítico. Inicialmente, delimitou o campo teórico da psicanálise, como saber autônomo e inscrito no campo da psicologia e próximo da vertente comportamental. Como segunda consequência, reafirmou a legitimidade da IPA, como única instituição autorizada a definir aquilo que é da ordem da formação e da prática psicanalítica, designação esta que, se de um lado teve a vantagem de esvaziar os argumentos de caráter nacionalista, de outro, atribuiu a esta instituição o monopólio da formação e, de certa maneira, “impôs” a todos aqueles que queriam praticá-la submeter-se a ela. Terceira consequência: ultrapassou o próprio campo da psicanálise ao circunscrever todas as outras formas de práticas psicoterapêuticas emergentes neste saber. Em fim, última consequência: por esse Aviso, o movimento paulista se diferenciou no seio da comunidade psicanalítica nacional, fortemente contrária à prática dita leiga (OLIVEIRA, 2006 p. 189).

Este Aviso não virou lei, mas tornou-se um símbolo do combate pessoal de Marcondes pela regulamentação da psicanálise. A partir deste momento, a psicanálise

ganhou autonomia em relação à medicina e tentou submeter as demais psicoterapias ao seu campo de domínio.

Nos anos 1970 a discussão sobre a regulamentação da psicanálise foi retomada, quando a polêmica girou em torno da “verdadeira psicanálise” em litígio com as psicoterapias.

10.3.1.3 A psicanálise e a psicologia: anos 1950 e 1960

Psicanalistas tiveram grande importância na implementação da psicologia em São Paulo. O Curso de especialização em Psicologia Clínica foi criado na Universidade de São Paulo, USP, em 1954. Segundo Oliveira (2006), diversos psicanalistas ligados à SPBSP participaram deste curso oferecido pelo Departamento de Filosofia⁴⁵. Durval Marcondes contribuiu com a fundação e institucionalização da psicologia em São Paulo. O objetivo era formar psicólogos clínicos, desafio enfrentado no embate com médicos que lutavam pelo domínio do trabalho clínico no campo da saúde mental. Psiquiatras pressionaram a direção da Faculdade contra a abertura da psicologia para o trabalho clínico. Em diversos momentos, o curso foi ameaçado de fechamento, funcionando precariamente até 1962, quando a profissão de psicólogo foi regulamentada. A formação era baseada no tripé “estudo teórico – prática supervisionada – análise pessoal”. Além das aulas teóricas, os alunos faziam atividades práticas em serviços públicos de atendimento, e eram atendidos em grupo no primeiro ano e faziam atendimento individual no segundo. Alunos aprenderam a trabalhar com grupos de orientação bioniana, introduzidos por Lygia Amaral em 1955. Em 1962, foi inaugurada a clínica psicológica da USP sob a direção de Durval

⁴⁵ Desde 1940 o trabalho de Freud já era ensinado nesse Departamento.

Marcondes, onde eram realizados atendimentos em grupo (OLIVEIRA, 2006).

Em 1968, com o acirramento da ditadura militar e a polarização entre direita e esquerda, as instalações universitárias são tomadas, inclusive a Faculdade de Psicologia da USP e a clínica psicológica:

Em meio a um clima tenso e polarizado, a clivagem direita/esquerda foi inevitável, assim como a disputa entre as duas escolas, psicanalítica e experimental. De um lado, o movimento conduzido por representantes da psicologia experimental, assumiu posições de esquerda, de outro Marcondes e a equipe técnica da clínica se posicionaram contra a proposição de uma comissão partidária, solidarizando-se com Anita Cabral⁴⁶ e reagiram contra a ocupação da clínica (OLIVEIRA, 2006, p.176).

Os psicanalistas eram considerados como reacionários, conservadores, defensores de um saber “burguês” e elitista. Esta pressão forçou a saída de diversos membros da SBPSP que trabalhavam na clínica, invadida pela polícia para a desocupação, em dezembro de 1968. Este episódio contribuiu para associar a imagem da psicanálise à direita reacionária. Após este episódio, Durval Marcondes permaneceu na estruturação da Pós Graduação às vésperas de sua aposentadoria. (OLIVEIRA, 2006).

No Instituto Sedes Sapientiae, foi fundado em 1953, o primeiro curso de psicologia. Madre Cristina criou nesta instituição uma clínica psicológica. Esta instituição tinha reputação de esquerda e formava psicoterapeutas não médicos. Este Instituto foi outro local onde a psicanálise encontrou ambiente para se desenvolver, mesmo antes da fundação do curso de psicanálise, em 1976. (OLIVEIRA, 2006).

A psicoterapia era uma alternativa de trabalho clínico para psicólogos que não tinham formação em psicanálise de referência psicanalítica, não seguiam os preceitos rígidos de formação da IPA e eram consideradas como alternativa menos “profunda”, voltada para curar pessoas, educar crianças, e corrigir desvios do comportamento

⁴⁶ Diretora da Faculdade de Psicologia, cuja demissão era reivindicada pelos estudantes.

adulto. A partir dos anos 1960, houve uma grande expansão de demanda por psicoterapia, e pela disputa com a psicanálise pelo mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2006).

10.3.2 A ditadura militar e as sociedades psicanalíticas brasileiras: anos 1960 e 1970

O período entre 1967 e 1976 foi marcado no contexto político pela ditadura militar que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. No dia 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional n. 5, chamado A.I. 5, quando o governo militar assumiu o controle integral sobre a sociedade brasileira. Este é o início dos “anos de chumbo” que seguiram até 1974, com o final do governo do Presidente Garrastazu Médici. Segundo Vianna (1994, p.30), “Médici exerce o governo mais sanguinário da história do Brasil”.

A ditadura militar e os “anos de chumbo” formam o pano de fundo do período aqui estudado. A polarização política entre os favoráveis ao regime militar e seus opositores tornou-se cada vez mais acirrada após a promulgação do A.I. 5. Muitos opositores foram perseguidos, torturados, mortos, exilados. Para os que ficaram no Brasil, sob brutal censura, “a ordem era: calar-se!”(OLIVEIRA, 2004, p. 240). Estes anos também foram marcados por um grande crescimento econômico, do qual a psicanálise pode beneficiar-se, por conta do grande aumento de demanda das práticas “psi” (OLIVEIRA, 2004).

Oficialmente, as sociedades psicanalíticas brasileiras assumiram uma posição apolítica e de neutralidade científica. Negavam envolvimento nas questões sociais e políticas em prol da preservação da psicanálise. Hélio Pellegrino, psicanalista da SPRJ, opositor ao regime, foi preso após ser enquadrado na Lei de segurança

nacional. A SPRJ negou intervir em seu favor. A SBPSP, quando solicitada a manifestar solidariedade pela prisão do colega uruguaio Marcelo Viñar em 1972, posicionou-se como uma sociedade científica que não tratava de assuntos com implicações políticas. Durante os anos de chumbo, a “neutralidade psicanalítica” das Sociedades não correspondia à posição de diversos psicanalistas, havendo nos seus quadros, opositores e apoiadores do regime (VIANNA, 1994).

O caso Almicar Lobo é um analisador da posição das instituições psicanalíticas cariocas do período. Lobo, de codinome Cordeiro, era médico do exército, tendo trabalhado entre 1970 e 1974 nos aparelhos de tortura do exército no Rio de Janeiro, fato que o próprio Lobo confirmou após o fim da ditadura militar. Esteve presente durante a tortura de diversos presos políticos, incluindo o ex-senador Rubens Paiva. Lobo fazia análise didática com Leão Cabernite, da SPRJ, ex-analisando de Kemper. Uma denúncia anônima foi feita pela revista argentina *Questionamos*, coordenada por Marie Langer. A denúncia foi encaminhada para a IPA, para a Sociedade Psicanalítica Francesa e para as sociedades cariocas. Esta denúncia teria sido feita por Helena Vianna, da SBPRJ, fato confirmado após o final da ditadura. (VIANNA, 1994)

O que se seguiu após a denúncia foi uma tentativa das duas Sociedades Cariocas em proteger o candidato torturador e punir a denunciante, em nome da defesa da psicanálise brasileira. Após a apresentação de documentos do exército declarando a idoneidade de Lobo, a IPA foi notificada de que o candidato estava sendo caluniado e não haviam suspeitas fundamentadas contra ele. Com aval da IPA, Lobo pode dar sequência à sua formação. Vianna foi coagida a calar-se sobre os acontecimentos (VIANNA, 1994).

Com o final da ditadura, após os anos 1980, as sociedades cariocas passaram

por um período de grande crise com a abertura das denúncias de conivência dos seus diretores com o regime militar. Vianna (1994) propõe um paralelo entre o regime nazista, a ditadura militar brasileira e as sociedades cariocas. Uma série de denúncias mostraram que, durante os “anos de chumbo”, os grupos que comandavam as Sociedades cariocas enriqueceram, beneficiando-se de uma aliança com o regime da ditadura. Manoel Moreira Lyra, um dos fundadores da SPRJ, envia em 12 de maio de 1980 uma carta a todos os membros desta Sociedade:

(...) O movimento de contestação e resistência ao clima de arbítrio, que imperava em nossa Sociedade, começou com um tímido gesto de apresentar uma chapa de oposição à oficial (do conselho) em 1977, movimento que posteriormente se avolumou, se transformou numa força de grupos aglutinados, de tal grandeza, que terminou por derrubar a dinastia que reinava há dezenove anos, e era dona incontestada da sociedade, que geria como se fosse uma granja sua. Era uma igreja de gurus que se aproveitou dos omissos (entre os quais me incluo) e que, usando de métodos pouco escrupulosos, que variavam da intimidação à bajulação, de pretenciosas falsas promessas ou ameaças de barrar acessos na formação ou promoção de carreiras, levaram a Sociedade a uma desagregação moral, científica, política e econômico-financeira sem precedentes. Entre as ameaças e intimidações não faltaram aquelas de ordem policiaesca, quando foram erigidos tribunais, no melhor estilo da Inquisição, e que prosperaram principalmente à sombra dos regimes obscurantista de triste memória de Médici e Geisel, quando a polícia política (com a qual nossa igreja tinha ligações) era usada para ameaçar entidades científicas das maneiras só mais amplamente conhecidas após certa abertura do Governo Figueiredo (...) (VIANNA, 1994, p. 72-73).

Segundo Oliveira (2006), a SBPSP não sofreu perseguição política do regime militar, ao contrário da Argentina e Uruguai. Durante “os anos de chumbo”,

Sendo o único organismo de formação dispendido de um prestígio local, dominado de forma esmagadora por uma corrente teórica e técnica, e selecionando apenas aqueles capazes de reproduzi-la, é evidente que até meados dos anos 1970, a SBP de São Paulo não atravessasse muitos conflitos internos. Ora, e que poderia fazer face a toda poderosa direção do Instituto, dirigido por Virginia Bicudo e seu grupo de analistas didatas, sobretudo quando no seio dessa corporação todo mundo encontrava seu quinhão? (OLIVEIRA, 2006, p.263)

Os estatutos novos promulgados em 1969 marcaram o início de uma nova época de domínio do grupo bioniano na SBPSP. A aposentadoria de Marcondes e Koch, e a ascensão de Bicudo e Philips é o marco do surgimento de uma nova bandeira: a “verdadeira psicanálise”, que visava garantir à psicanálise o lugar da nobreza das práticas “psi”, em detrimento do “cobre” das psicoterapias:

A partir de 1970, ainda que a divisão entre aqueles que se diziam alternativos e os defensores da “verdadeira psicanálise” atingisse seu ponto culminante, para esses últimos era chegado o tempo de preservar o vasto império (OLIVEIRA, 2006, p. 266)

Na sucessão entre as gerações, o ouro puro da psicanálise ganhou nova roupagem: a “verdadeira psicanálise”, encarnada, em São Paulo segundo depoimentos (OLIVEIRA, 2006), por Philips, pela filiação direta com Bion e Klein. Segundo Oliveira, a formação paulista restringiu-se cada vez mais à experiência clínica. Philips travava uma batalha contra a reflexão teórica, sendo considerada “posição de defesa” nociva ao tratamento. As críticas a Philips eram reduzidas a interpretações psicologizantes. Este período é marcado pela fragilidade da produção teórica original, havendo apenas uma cópia da produção estrangeira: “Curiosamente, ela parecia sofrer do mesmo mal-estar intelectual do qual fala Schwarz, o ‘caráter imitativo’ de nossa vida cultural” (OLIVEIRA, 2006, p.275). Segundo Oliveira, uma produção ou estilo local eram coisas impensáveis nos anos 1970.

A valorização da clínica trouxe ganhos financeiros para analistas ditadas:

Somos obrigados a constatar que esse superinvestimento na experiência clínica, se ele não representou uma produção singular, falta da qual muitos se ressentem hoje em dia, permitiu, em contrapartida, a diversos analistas de enriquecer. (OLIVEIRA, 2006, p. 269)

A verdadeira psicanálise converteu o ouro puro, em riqueza, literalmente. Segundo Oliveira (2006), quanto mais Philips ganhava importância, mais atribuía a si

o título de doutor, que segundo Roberto da Matta, citado pela autora, serve para expressar sinal de nobreza, de poder de autoridade na cultura brasileira. Philips chegou a cobrar em uma supervisão o dobro do que havia sido pago a Bion, quando ele esteve no Brasil. Assim, cada vez mais, a clínica psicanalítica dos membros da SBPSP distanciava-se de um projeto de saúde pública, base de sua chegada ao Brasil, para atender à alta burguesia tradicional ou emergente no “milagre econômico”. Cada vez mais, a psicanálise deixa de ser para todos, pois exige “certo nível intelectual” (OLIVEIRA, 2006).

A “privatização” da psicanálise para o âmbito do consultório particular, o mergulho no “intrap síquico” sob a justificativa de uma suposta neutralidade científica apolítica, sustentou a estrutura institucional de uma política baseada na manutenção de privilégios adquiridos pelas relações de poder. Estas estruturas estavam, provavelmente, apoiadas no regime vigente, uma vez que, com o final da ditadura militar, ocorreram diversas crises nestas instituições.

Além das crises cariocas citadas acima, elas tem início em São Paulo a partir de 1976 com a fundação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, que contou com a participação de diversos analistas da SBPSP. A crise estendeu-se até os anos 1980, quando a SBPSP sofreu intervenção da IPA, tendo sido forçada novamente a formar novos analistas didatas. A intervenção da IPA teve como objetivo dismantelar a hegemonia do grupo bioniano. (OLIVEIRA, 2006)

10.4 As sociedades brasileiras de grupo: anos 1950 e 1960

O principal fator que levou à introdução das práticas grupais no Brasil foi a necessidade de aumentar a demanda por atendimento nas diversas instituições onde

trabalhavam como psiquiatras, vários psicanalistas. Segundo Martins, (apud SILVEIRA, 2007, p.123),

(...) poderíamos descrever a primeira fase como aquela de proliferação dos grupos terapêuticos em Instituições Públicas: Instituto de Psiquiatria (no departamento chefiado por Walderedo I. Oliveira); Serviço Nacional de Doenças Mentais (no Ambulatório de Psicoterapia de grupo, chefiado por Alcyon Bahia); Hospital Pinel (no Setor de grupoterapia chefiado por Galina Schneider).

No contexto do atendimento público, era impossível trabalhar com a psicanálise tradicional. Pretendia-se estender os benefícios da psicanálise ao maior número possível de pessoas e o trabalho com grupos era uma opção, além dos trabalhos de curta duração, como as psicoterapias breves. Diversos psicanalistas fundadores e pioneiros das quatro Sociedades brasileiras trabalhavam com grupos neste contexto: da SBPRJ, Alcyon Bahia, Walderedo Ismael de Oliveira, Edgard de Almeida, Mario Pacheco de Almeida Prado; da SPRJ, Ernesto La Porta, Adolpho Hoirish, Werner Kemper, Leão Cabernite, Portela Nunes; Na SPPA, Davi Zimmermann, Cyro Martins; da SBPSP, Bernardo Blay Neto, Oscar Rezende de Lima, Laerte Ferrão. Psicanalistas fundadores da SBPSP não médicos, trabalhavam com grupos: Lygia Amaral, Virginia Leone Bicudo (SILVEIRA, 2007).

Se a prática com grupos era comum, não era óbvia a aceitação desta prática nas Sociedades de psicanálise. A psicanálise encontrou proteção nas normativas da IPA, que não incluíam trabalhos com grupos: estes seriam considerados como uma psicoterapia derivada da psicanálise. Diversos termos foram utilizados para designar esta modalidade de trabalho, sendo os mais comuns, psicoterapia de grupos, psicoterapia analítica de grupos, grupoterapia analítica de grupos.

A alternativa encontrada foi a criação de Sociedades específicas para o trabalho com grupos, nos moldes das filiadas à IPA. O Rio de Janeiro manteve a

divisão em duas Sociedades. A primeira Sociedade de grupos Brasileira foi a Sociedade Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupos, fundada por Bahia e Oliveira, em 1958, no Instituto de Psiquiatria da Universidade Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Esta Sociedade mudou o nome para “Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado da Guanabara, e posteriormente, do Estado do Rio de Janeiro, ficando conhecida como SPAG-E. Rio.” (SILVEIRA, 2015. p. 261); Em 1961 a Sociedade de Grupoterapia Analítica do Rio de Janeiro foi fundada por Kemper.⁴⁷ Estas duas Sociedades aceitavam somente membros das filiadas à IPA, sendo, portanto, exclusivamente médicas. O mesmo aconteceu em Porto Alegre, onde foi fundada a Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos de Porto Alegre, em 1958. Os psiquiatras David Zimmermann, Cyro Martins e La Porta trabalhavam no Hospital Psiquiátrico São Pedro e realizavam psicoterapia de grupos nos seus consultórios. Em São Paulo, foi criada em 1960, a Sociedade Paulista de Psicologia e Psicoterapia de Grupo, Presidida por Bernardo Blay Neto. A maioria dos membros era ligada à SBPSP, embora fosse a única das quatro a não ser exclusiva para psicanalistas e médicos. O Hospital Psiquiátrico do Juqueri foi um grande polo de trabalhos com grupos. Blay ajudou a fundar, em 1966, a Sociedade de Psicoterapia de Grupos de Minas Gerais (SILVEIRA, 2015).

As sociedades grupalistas criaram em 1963 uma Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupos, a ABPAG, antes mesmo das Sociedades de Psicanálise criarem a ABP, em 1967. Em 1968, a ABPAG tinha 140 sócios das quatro sociedades. A grande maioria era formada por médicos psicanalistas filiados às Sociedades de Psicanálise.

Segundo Castellar (1987), o aumento da demanda por psicoterapias a partir

47 Um terceiro grupo foi fundado no Rio de Janeiro em 1974, a Sociedade de Psicoterapia de Grupos, SPAG-RJ

dos anos 1960, também repercutiu no interesse pela terapia grupal. A extensão da prática de grupos no Brasil não foi acompanhada de um desenvolvimento teórico/técnico/metodológico consistente. O trabalho era meramente técnico, com pouco respaldo teórico/metodológico. Estas Sociedades não institucionalizaram de maneira consistente a formação de analistas de grupo, diferente da formação clássica em psicanálise (SILVEIRA, 2007). Tão pouco as produções teóricas destas Sociedades chegam a tornar-se referência no campo do trabalho com grupos no Brasil.

10.5 As sociedades brasileiras de psicanálise e o grupo: anos 1960 e 1970

Os congressos da ABPAG eram realizados após o encerramento dos Congressos de Psicanálise. A sessão de encerramento da primeira Jornada Brasileira de Psicanálise, realizada em 1967, organizada por Virginia Bicudo, foi, também a sessão inaugural do V Congresso Latino-americano de Psicoterapia de Grupo, em São Paulo. Havia uma relativa aceitação do trabalho com grupos ao longo dos anos 1960, sendo cada vez menos aceito no movimento analítico ligado à IPA partir dos anos 1970. Corresponhia a um nicho científico específico do movimento analítico, mas estes psicanalistas buscavam obter validação dos colegas das Sociedades de Psicanálise a que pertenciam (SILVEIRA, 2007).

Segundo Franco Filho, (apud SILVEIRA, 2015) o trabalho com grupos era estigmatizado, considerado como psicanálise dos pobres, além de ser considerado como uma psicoterapia menos profunda do que a psicanálise. Segundo Júlio de Mello Filho, o grupo era visto como um ambiente “promíscuo”, “contaminado”, contrário à “pureza” da psicanálise. Bastos (SILVEIRA, 2015) relata que seus praticantes eram

vistos como “transviados” pelos psicanalistas conservadores.

Dentro da polarização política característica do período, Coimbra (1995) afirma que o trabalho com grupos atraia os psicanalistas mais progressistas, enquanto seus opositores eram formados pelas alas conservadoras das Sociedades de Psicanálise. Esta proposição não pode ser sustentada, quando constatamos que diversos psicanalistas da ala conservadora, e da direita eram membros da ABPAG (SILVEIRA, 2007). Segundo Oliveira (2006), em outubro de 1968, foi realizado em Porto Alegre o primeiro Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo, presidido por David Zimmermann, que “tem como presidentes de honra o psicanalista Werner Kemper e diversas autoridades militares, entre as quais o presidente da República, Artur da Costa e Silva (OLIVEIRA, 2006, p. 341).” Na ata deste Congresso há menção a autoridades militares, mas não à presença de Costa e Silva. Um importante tema discutido é a regulamentação do ensino da psicoterapia analítica de grupos, segundo Cabernite, para protegê-la dos “aventureiros, charlatães delirantes e dos famosos ‘meio-profissionais’, que são os pretensos ‘ases’ da pesquisa” (CABERNITE, 1968, p. 35).

Além das questões políticas e científicas, havia também a questão da reserva de mercado. Segundo depoimento de Waldemar Fernandes (apud SILVEIRA, 2015), os trabalhos com grupos representavam uma grande concorrência ao trabalho psicanalítico tradicional, por oferecerem um custo bem mais reduzido, atraindo potenciais analisandos do trabalho tradicional. Era uma atividade altamente lucrativa, quando realizada no contexto privado, por comportar um grande número de pacientes simultaneamente.

O trabalho com grupos foi recebido de maneira diferente em cada Sociedade Psicanalítica. A SBPRJ recebeu com frieza o trabalho com grupos por não ser bem

visto por Melanie Klein. Walderedo Ismael de Oliveira, presidente desta Sociedade, foi um grande líder na tentativa de implementar o trabalho com grupos. Mario Pacheco de Almeida Prado mudou sua posição, de favorável a um grande opositor desta prática. Aparentemente, a SBPRJ foi a maior opositora ao trabalho com grupos no Brasil. Kemper, da SBRJ esteve envolvido com a ABPAG. Não foi possível levantar informações sobre a aceitação do trabalho com grupos nesta Sociedade, após o retorno de Kemper à Alemanha, em 1967. A SPPA teve boa aceitação inicial: em 1964, o Instituto de Psicanálise da SPPA ensinava psicoterapia de grupos aos alunos do último ano, em convênio com a Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupos, de Porto Alegre. Zimmermann lutou pela inclusão do trabalho com grupos no programa dos Institutos de Psicanálise. Em São Paulo, o Instituto ligado à SBPSP excluiu do seu programa a psicoterapia de grupos em 1971, quando o programa foi reformulado para a inclusão do trabalho de Bion no 4º ano: sinal dos tempos da “verdadeira psicanálise”. (SILVEIRA, 2015).

No período de consolidação das fronteiras do movimento analítico brasileiro, o trabalho com grupos representou um ponto complicado na delimitação entre o dentro e o fora. Segundo Figueira (1994) as cisões do movimento analítico levam a considerações do tipo “dentro” e “fora”. A delimitação entre os espaços internos e externos do movimento analítico é uma marca do período estudado. Este assunto torna-se mais delicado, quando consideramos o contexto social da ditadura militar no Brasil, neste período.

Capítulo 11: Análise dos artigos, 1967 a 1970

Em 1967 as quatro sociedades psicanalíticas brasileiras fundam a Associação Brasileira de Psicanálise, ABP. Neste ano, por iniciativa do grupo paulista, passa a ser publicada periodicamente a Revista Brasileira de Psicanálise, RBP, a primeira revista psicanalítica periódica de circulação nacional. Este ano marca o final da institucionalização da psicanálise no Brasil, pela consolidação de suas instituições. Serão analisados, a seguir, os artigos publicados na RBP.

11.1 A institucionalização da psicanálise, na RBP

11.1.1 Freud e a descoberta da psicanálise.

O trabalho de Ferrão, publicado em 1968, sobre a autoanálise de Freud e o Caso Dora, servirá como principal base para a compreensão sobre a formação das alianças inconscientes contraídas com Freud no contexto do movimento analítico brasileiro. Segundo este autor, o sofrimento e o isolamento de Freud estão nas bases da invenção da psicanálise: “(...) Existe a prova evidente de que, durante dez anos aproximadamente (coincidindo mais ou menos com a última década do século), (FREUD) sofreu em um grau considerável, de uma psicose” (FERRÃO, 1968, p. 258-259). Após a perda do pai, em 1897, em carta a Fliess, Freud (apud FERRÃO, 1968, p. 258) escreve: “(...) ‘Agora me sinto completamente desamparado’”.

Neste quadro de isolamento e sofrimento intenso, “A morte do pai constituía o estímulo para converter o interesse científico que sentia pelos mecanismos de seus sonhos em uma autoanálise regular e implacável” (FERRÃO, 1968, p. 258). Esse

autor cita uma correspondência de Freud com Fliess, sobre sua autoanálise: “Faz-se mais dura do que qualquer outra. Mas terei de levá-la a cabo e, mais ainda, constitui uma contraparte necessária de meu trabalho (terapêutico)” (FERRÃO, 1968, p. 258). Ferrão explicita a dupla missão de Freud: dar conta de sua própria neurose e decifrar os mistérios do funcionamento mental. Durante a fase mais aguda de sua neurose, entre 1897 e 1900, é que Freud escreveu a parte mais original do seu trabalho: “Há uma relação inequívoca entre os dois fatos” (FERRÃO, 1968, p. 259).

Isolado da comunidade científica, Freud podia contar com dois suportes: o amor de sua família e a parceria com Fliess. Segundo Ferrão (1968), Freud estabeleceu com ele uma notável dependência. No vínculo com Fliess, “Freud pode ir ao encontro de segredos terríveis cuja revelação o atemorizava” (FERRÃO, 1968, p. 259): a hostilidade contra seu pai que se repetia de maneira inconsciente na relação com Fliess.

O contato com as profundezas do sofrimento de Freud serão transformadas na produção criativa da psicanálise. Ferrão (1968) cita Jones, que enaltece o caráter heroico com que Freud enfrentou esta situação adversa:

Freud empreendeu a façanha mais heroica de sua vida: a psicanálise de seu próprio inconsciente. (...) ⁴⁸ Mas aí está, frente a nós, o caráter único da façanha. Uma vez realizada, o tem sido para sempre. Porque ninguém mais poderá ser já o primeiro a explorar tais profundezas. (JONES, apud FERRÃO, 1968, p.260).

Freud foi o primeiro homem a vencer a barreira das resistências para acessar seu próprio inconsciente. Os efeitos terapêuticos da autoanálise são brevemente relatados por Ferrão: Freud relata que sua autoanálise lhe fizera muito bem, e que ele se encontrava muito melhor do que há quatro ou cinco anos antes, em Carta a Fliess de 2 de março de 1899 (FERRÃO, 1968).

⁴⁸ Corte meu, no texto originalmente citado por Ferrão

A cura de Freud segue, simultaneamente, pela elaboração das suas fantasias pessoais e pela elaboração da teoria psicanalítica. Ferrão dá diversos exemplos de como as duas coisas vão caminhando juntas até a Interpretação dos sonhos, entre eles: “(...) foi a observação e investigação de seus próprios sonhos o material que mais utilizou em seu livro” (FERRÃO, 1968, p. 262).

Galvão lembra que Freud chegou a expressar que esta mesma jornada poderia ser realizada por qualquer um: “(...) toda pessoa sincera, mais ou menos normal, e que sonhasse bastante, poderia adiantar grande trecho no caminho da autoanálise, e considerou a interpretação onírica como a via régia que conduz ao inconsciente” (GALVÃO, 1968, p. 264).

Apesar desta proposição de Freud, a clínica psicanalítica instituiu-se fundamentalmente como uma relação dual. A investigação clínica teve importância decisiva na validação heurística do modelo de funcionamento do psiquismo humano formulado por Freud, bem como no aperfeiçoamento do manejo clínico. Segundo Ferrão, na clínica, Freud pôde comprovar que suas experiências anteriores e o seu autoconhecimento poderiam servir de base para a compressão sobre o ser humano:

Teve a oportunidade de comprovar, na análise de Dora, o que já conhecera em sua própria autoanálise. A riqueza dessa história não fica só nisso, e pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que, no caso de Dora, Freud passou revista a todas as suas ideias e achados empíricos dos anos anteriores e que culminaram na sua autoanálise (FERRÃO, 1968, p. 267)

Foi necessário fazer a passagem da autoanálise para uma clínica dual, para que Freud pudesse criar a técnica e o método psicanalítico. Para Ferrão, ao enfrentar seus fantasmas, o autoconhecimento de Freud permitiu que ele pudesse ir mais a fundo no Caso de Dora:

(...) E é fato, hoje, sabidamente reconhecido que os ‘pontos cegos’ do analista dificultam seu ‘insight’ para mecanismos

semelhantes dos pacientes e que a maior elaboração dos processos psíquicos inconscientes do psicanalista amplia sua capacidade de enxergar o interior do paciente (...) (FERRÃO, 1968, p.271).

No entanto, segundo Ferrão, as duas análises sofreram do mesmo limite: “(...) ambas sofreram do mesmo defeito – a falha na análise da transferência” (FERRÃO, 1968, p. 271). Na relação com Fliess, a neurose de transferência não pode ser observada, isto só foi possível na relação dual. Ferrão considera este o recurso mais poderoso da técnica analítica. Fazendo uma análise crítica do Caso Dora, Freud pôde perceber a importância da neurose de transferência:

Mas, a análise crítica retrospectiva, por ele feita do ‘Caso de Dora’, permitiu-lhe penetrar mais fundamentalmente no problema da transferência e abrir novos caminhos para a terapia e a investigação psicanalítica. Pôde entender melhor e utilizar-se desse instrumento da técnica, que permitia ao paciente sentir e reviver na situação analítica relações objetais que estavam sepultadas no inconsciente e, em consequência, a técnica deveria evoluir para chegar até a fase da ‘neurose de transferência’ e suas interpretações (FERRÃO, 1968, p.270).

Freud nunca teve sua neurose de transferência analisada por um Outro. São evidentes os limites da autoanálise:

(...) seria pouco razoável esperar que a autoanálise de Freud, privado da colaboração de um analista objetivo e sem a valiosa ajuda derivada mais tarde do estudo das manifestações da transferência, chegasse a se completar (JONES, apud FERRÃO, 1968 p.271).

Ainda segundo Ferrão, mesmo com este limite, a autoanálise de Freud também serviu como sua análise didática: “Entretanto, mais uma vez esse homem genial lançava, com sua autoanálise, um princípio fundamental da formação psicanalítica futura – o da análise didática” (FERRÃO, 1968, p. 271). Pela totemização de Freud, Ferrão desconsidera que se trata de uma análise didática pautada em fundamentos narcísicos, e não na alteridade da relação com um Outro, na qual Freud pôde, de fato, viver suas relações objetais sepultadas no inconsciente, a ponto de poder elaborá-las?

Não seria justamente na relação com a psicanálise e o movimento analítico?

Os pontos cegos de Freud serão corecalcados no pacto denegativo. As partes não analisadas, fundamentalmente narcísicas de Freud, formarão as bases destas alianças inconscientes. Os limites entre o ideal de um cientista castrado, condição para a genialidade de Freud e o gênio narcísico onipotente, são tênues. São comuns autores que ressaltam a imagem idealizada da figura do fundador da psicanálise, bem como a denegação dos limites a que Freud estava submetido por sua condição de pioneiro. A autoanálise de Freud, a ruptura com a medicina, o isolamento, o ato heroico como superação para o seu sofrimento, são apresentados em termos de um gênio que trabalha sozinho durante o período de descoberta da psicanálise. As marcas das origens de filiação da psicanálise são apagadas.

Segundo Galvão (1967a):

Repudiado, caluniado, injuriado, Freud, qual um gigante, a tudo suportou, e foi levando adiante suas pesquisas, sistematizando-as, estabelecendo princípios, leis gerais a respeito da vida mental; com espírito aberto, sem dogmatismos, corrigia-se, reformulava, redefinia, tendo a constante preocupação de investigar para esclarecer, investigar para modificar, investigar para construir (GALVÃO, 1967a, p. 47.)

Nota-se na narrativa de Galvão, simultaneamente, o caráter investigativo e heroico de Freud, que é capaz de reformular seu trabalho, revelando sua humildade que serve de base para o seu espírito científico, ao mesmo tempo em que é o herói totemizado que enfrenta sozinho a todos. Em relação aos outros autores, Uchôa (1970) apresenta uma imagem menos idealizada e destaca mais os aspectos científicos de Freud. O método científico baseado na neutralidade do observador é citado como fundamental para que Freud pudesse investigar o funcionamento psíquico humano:

Sua atitude era objetiva, empírica, interrogativa, e, mesmo diante dos fenômenos de transferência e contratransferência, procurou sempre conservar, com a sensibilidade empática necessária para a captação da problemática do paciente, a

objetividade, o “não envolvimento”, condição para uma observação rigorosa e para uma interpretação adequada do material que estava sendo trazido. (UCHÔA, 1970, pág. 514).

Este autor destaca que, principalmente até 1923, Freud orientou-se pelos postulados das ciências naturais. Este modelo de ciência é a principal referência epistemológica para os autores revisados: a objetividade, e, principalmente, a neutralidade da ciência ganham características bastante específicas no contexto da ditadura militar.

Na formação das alianças inconscientes do movimento analítico, podemos encontrar vários dos elementos discutidos acima: a relação entre Freud e seu pai; o espírito científico do livre pensador que tenciona com a figura onipotente do ideal narcísico; o homem solitário na relação conturbada com o grupo.

O sofrimento de Freud ao enfrentar suas próprias resistências e as resistências sociais será recompensado com a descoberta da psicanálise. Como transformar uma produção do conhecimento inicialmente centrada na figura de um único homem, em um projeto coletivo, será o grande desafio do processo de institucionalização da psicanálise.

11.1.2 A institucionalização e expansão do movimento analítico

No período analisado, entre 1967 e 1976, o movimento analítico brasileiro está praticamente restrito às organizações associadas à International Psychoanalysis Association, IPA. Segundo Marcondes (1967, p. 303):

Tendo por fim não somente o estudo e o aprimoramento de seu método psicológico, como também preservá-lo dos abusos e das deturpações que poderiam ocorrer, Freud fundou, com seus primeiros discípulos, a Associação Psicanalítica Internacional que, posteriormente, veio a ter filiais em todo o mundo e que tomou a si

a organização e a administração do ensino da psicanálise, com a formação de psicanalistas moral e tecnicamente capazes.

No processo de institucionalização da psicanálise, na passagem de um trabalho individual de Freud para um trabalho grupal do movimento analítico, o grupo terá como missão levar adiante o trabalho inicialmente produzido individualmente por Freud. A proteção contra o abuso e as deturpações do “ouro puro” da psicanálise estão no centro da missão destas Sociedades.

Assim como Marcondes, Uchôa (1970, p.512) também chama de “discípulos” os primeiros colaboradores de Freud: “a colaboração de seus discípulos”. O caráter sagrado da missão do primeiro agrupamento de psicanalistas é evidente em Galvão:

Mas Freud crucificado, que pagou o tributo por ter dado este passo decisivo, teve a felicidade de viver o suficiente para ver um regimento de homens que captaram a sua mensagem, tomar sua bandeira e levar aos seus países, em seus próprios idiomas, aquilo que o mestre imortal começava a explicar à humanidade (GALVÃO 1967a, p. 47).

O discurso de Galvão, pela linguagem utilizada, aproxima o movimento analítico de uma missão religiosa, como as que chegaram ao Brasil durante o período de colonização. Freud aparece descrito na figura de Jesus Cristo. Tomando o cristianismo como metáfora, Freud, crucificado, sofreu por nós: pela nossa incapacidade de aceitar as revelações divinas, pela resistência à psicanálise. Um grupo especial de homens sensíveis captou sua mensagem e foi encarregado da missão de levar a palavra sagrada, difundindo o “evangelho”. Na expansão da psicanálise, a referência às bandeiras nos remete às missões de bandeirantes responsáveis pela expansão do território brasileiro: levar a bandeira da coroa portuguesa para o interior do Brasil, catequisar os nativos, expandindo o território de domínio português e a fé cristã.

Caberá às Sociedades ligadas à IPA, no Brasil, sob as cores da história local, dar sequência a esta missão global de difusão da palavra freudiana. Este tipo de narrativa sobre a missão da psicanálise é condizente com o metaquadro social de um país cujas origens são coloniais. O grupo especial vai contrair com Freud uma aliança defensiva, contra os ataques externos à psicanálise, e também estruturante, que deverá organizar a expansão da psicanálise pelos territórios e sua transmissão ao longo do tempo. A missão é preservar não somente a psicanálise, mas garantir, também, a imortalidade da equação Freud/psicanálise.

As bases narcísicas em torno de investimentos libidinais voltados para um ideal comum, empobrecedoras do Eu, provavelmente não são um mecanismo estranho a Galvão: Freud já havia elucidado em *Psicologia das massas e análise do Eu* de 1921, quando analisa justamente o empobrecimento do Eu imposto pelos grupos religiosos e o exército.

Sob a perspectiva descrita por Galvão a ilusão grupal constitui alianças inconscientes alienantes, fundadas sobre a transmissão narcísica da morte. Esta modalidade de aliança alienante enclausura o espírito científico freudiano na missão de perpetuar a unidade Freud/psicanálise. A preservação de um ideal, de uma ideia e de um ídolo formam as bases das alianças no grupo. A impossibilidade do luto sobre a figura do ancestral fundador imortal, a separação entre Freud e a psicanálise, restringem autorização deste grupo a exercer o espírito científico, e realizar o trabalho do pensamento. Em artigo publicado na RBP, o então presidente da IPA, Van der Leeuw, (1968, p.288), refere-se à psicanálise como sinônimo do trabalho de Freud: “Se tivermos sucesso, estaremos não só colaborando com nossa sociedade, mas ainda promovendo o trabalho de Freud. (...) Isto torna difícil a promoção do trabalho de Freud(...)”.

O conflito entre a reprodução de um discurso incorporado e a liberdade para pensar é um tema central do movimento analítico. Ramos (1967b) coloca este conflito a partir de sua negação:

“Realizar a aspiração de Freud é o dever dos psicanalistas de hoje, do mundo inteiro... *não*⁴⁹ como uma demagógica homenagem póstuma ao surpreendente sábio, mas como um imperativo do próprio desenvolvimento científico...” (RAMOS 1967b, p. 110a).

11.1.3 A identificação com Freud

A colusão Eu/soma de Freud e psicanálise impede que a morte tenha lugar na transmissão da vida psíquica. Como é possível sustentar, simultaneamente, as “aspirações de Freud” e instituir um processo de pensamento, sem que o luto sobre ancestral fundador idealizado tenha sido realizado?

Para Galvão, este paradoxo é resolvido pela identificação narcísica de cada membro do grupo com a figura de Freud:

E este batalhão de pioneiros assumiu resolutamente o compromisso de lutar pelas novas ideias, revivendo quiçá o próprio calvário que Freud palmilhou; tinham estes pioneiros o mesmo compromisso com a verdade e as qualidades pessoais daqueles que podem sintonizar-se rapidamente e antes do que todos com o que se constitui numa inovação, cujas dimensões e alcance puderam detectar como prioridade. Foram homens de características especiais, certamente: inteligência aberta às novas conquistas, espírito progressista e inconformismo diante dos dogmas, segurança suficiente para admitir suas próprias insuficiências inerentes à condição humana e a determinação de ajudar o homem no seu sofrimento e dor. (GALVÃO, 1967a, p. 47)

O espírito libertário progressista é um traço de identificação narcísica com a figura de Freud que, paradoxalmente, no espaço do grupo, adquire a condição de “batalhão”. São homens qualificados com diversos traços narcísicos, associados a

⁴⁹ grifos meus

figuras ideais, inclusive como libertários, enquanto os dogmas e o sectarismo serão atributos dos “de fora”, opositores da psicanálise.

Nos grupos ideológicos, prevalece o polo isomórfico, formado com base na homogeneidade e indiferenciação, na tendência à equalização entre os psiquismos do grupo e do sujeito do grupo. A ilusão grupal oferece proteção contra “(...) a hostilidade do ambiente, a dificuldade de manter uma prática que requer muito investimento psíquico e suscita enorme angústia” (KAÉS, 2011b, p. 71), como é o caso da psicanálise.

A renúncia narcísica necessária ao pensamento científico contra o dogma ganha, na adesão ao grupo, outra possibilidade de satisfação. Os ganhos deste grupo serão mais pela identificação narcísica com Freud do que associados à alegria de poder pensar juntos. Desta forma, Galvão anuncia, no traço de identificação com a imortalidade de Freud, a possibilidade de imortalidade aos que fazem parte deste grupo: “Renunciaram conscientemente às glórias efêmeras e desta forma conquistaram o lugar de honra que lhes cabe por direito de se perpetuarem na História” (GALVÃO 1967a p. 48). Também para o “batalhão”, a imortalidade é o ganho narcísico esperado: como em Freud: os limites, entre o gênio cientista castrado e o gênio imortal onipotente, são tênues.

Na ilusão grupal de uma fundação absoluta, a imagem heroica do fundador será mantida e protegida pelos sucessores e estende-se aos pioneiros da psicanálise. A identificação será com a figura onipotente do ancestral, não com o Freud cientista, aquele que participa da universalidade da Ananké, que pode pensar, investigar, descobrir, reformular.

Segundo Van der Leeuw (1968, p. 288):

Desde o início, o propósito de cada uma das sociedades psicanalíticas foi preservar e desenvolver o trabalho de Freud no

máximo da nossa capacidade. A possibilidade de sermos capazes de continuar a executar essa tarefa dependerá do clima emocional reinante dentro das nossas sociedade psicanalíticas e entre elas em geral.

Não seria, justamente, o antagonismo entre preservar o trabalho de um homem e desenvolver um trabalho em grupo, uma das fontes de conflito ao qual ele se refere, nas Sociedades? A totemização construída sobre Freud, de um homem genial – que se autoanalisa, trabalha sozinho – alimenta a equação Freud/psicanálise. Quando discute as correntes da psicanálise em 1970, no contexto da introdução das ideias de Bion em São Paulo, Uchôa explicita esta condição da psicanálise: “A descoberta da Psicanálise e dos grandes marcos de sua evolução se devem, em grande parte, ao gênio de Freud, mas este aspecto demasiado pessoal dele influiu paradoxalmente, em seu desenvolvimento subsequente (...)” (Uchôa, 1970, p.531).

Para que o grupo possa pensar sobre a psicanálise será necessário desfazer esta equação e entender a psicanálise como fruto de uma produção intersubjetiva. Há uma grande diferença entre fazer ciência sozinho e em grupo. Para poder pensar com mais de um outro, será necessária a renúncia narcísica deste ideal onipotente. É necessário submeter-se às leis de se fazer ciência e produzir conhecimento com mais alguém. Se Freud, como cientista, aceitava a renúncia para reformular seu trabalho, como membro de um grupo, não renunciou à posse da psicanálise. Garantir o espírito científico livre em um grupo não será tarefa simples para a psicanálise, desde os seus primórdios. A difícil missão de sustentar, ao mesmo tempo, a institucionalização da psicanálise e garantir as liberdades individuais, a possibilidade de pensamento, no contexto do grupo, será constante fonte de conflitos.

11.1.4 A chegada da psicanálise ao Brasil

Nas primeiras edições da RBP foi possível identificar apenas publicações sobre a origem da SBPSP. Neste período, a Revista estava sob direção do grupo paulista e grande parte dos artigos foi escrita por psicanalistas ligados a esta Sociedade.

Assim como o grupo de quarta feira, o interesse de Marcondes sobre a psicanálise deve-se ao seu caráter inovador sobre os recursos da psiquiatria da época, cuja consulta terminava invariavelmente “numa receita ou pedido de internação em hospital psiquiátrico” (BLAY NETO 1968, p. 399). Entusiasmado com a perspectiva de dar um novo sentido à sua atividade científica, o jovem psiquiatra dá início a uma trajetória de mais de 30 anos para que seja obtido o primeiro reconhecimento oficial da IPA:

Nesta luta, Durval Marcondes usou o vigor de sua juventude, sua inteligência e sensibilidade, negando-se ao conforto de uma vida fácil, oriunda das acomodações sedutoras, porque, com sua envergadura de cientista e pesquisador, só tinha compromisso com a verdade científica (GALVÃO 1967 a, p. 49).

(Marcondes) Entusiasma-se com as perspectivas da nova doutrina. Estuda, lê, pesquisa. Procura, agora, dar novo sentido à sua atividade científica, isto é, estabelecer uma relação entre a doença e sua causa. (BLAY NETO, 1968, p. 398)

São diversos os paralelos estabelecidos entre o caminho percorrido por Freud e a trajetória de Marcondes em solo brasileiro. Ao mesmo tempo em que há uma busca pela inovação, há também a necessidade de enfrentar “entraves das inibições emocionais que se expressam na mentalidade refratária ao que é novo” (GALVÃO 1967^a, p. 48). Segundo Blay Neto, “data dessa época a incompreensão e revolta que sua atividade fez surgir. Hostilidade, ciúme, despeito, ironia, o perseguem diariamente” (1968, p. 399). Após um discurso de homenagem de Blay Neto, quando

Marcondes é premiado no Lions Clube de São Paulo, o fundador da SBPSP agradece:

Para quem veio se acostumando com a vida toda a sentir reserva e até mesmo o desprezo de seu semelhante, vosso gesto ultrapassa a mera significação de um aplauso e assume o sentido de um consolo e de uma reparação (MARCONDES, 1968, p. 401).

Tal como Freud, Marcondes encontrou resistência à psicanálise no meio médico e na universidade:

Pode-se avaliar suas dificuldades nesta época, pois estava a clamar pela necessidade de um centro de ensino de uma ciência recebida com muitas suspeitas e resistências pelo ambiente científico em geral. Para muitos, a psicanálise ressumava charlatanismo (GALVÃO, 1967a p. 53).

As portas da Universidade lhes são fechadas, ironia e chacotas se sucedem. Luta sozinho contra aqueles que, acomodados no conservadorismo, sentem-se incomodados com as novas ideias que tornam as existentes obsoletas. (BLAY NETO, 1968, p. 399)

Em homenagem realizada no IPUSP, o professor Ryad Simon agradece Marcondes:

Todos sabemos de sua combatividade e firmeza em prol da propagação e enraizamento das ideias revolucionárias da psicanálise em nosso meio, que tanta celeuma e escândalo provocaram em outra época e lhe valeram tantos e tamanhos sacrifícios pessoais (SIMON, 1970, p. 133).

O questionamento sobre a cientificidade da psicanálise e a busca pela sua validação científica é uma questão recorrente:

De seu velho professor, Franco da Rocha, Durval Marcondes recebeu as seguintes mensagens proféticas, quando a ciência oficial se opunha ao desenvolvimento de suas primeiras atividades, na divulgação e tentativas de implementação do primeiro psicanalítico entre nós: 'há de chegar um dia em que a psicanálise será coisa assentada e sabida, aceita por todo mundo. Os próprios detratores dirão: não fui nunca contrário a ela; sempre a aceitei; era lá um ou outro tópico que provocava dúvida, mas sempre admirei' (GALVÃO, 1967, p.49)

O principal avalista que trará legitimidade ao movimento analítico brasileiro será o reconhecimento de Freud e a aprovação e legitimidade dos psicanalistas europeus sobre trabalhos em território brasileiro. São frequentes as menções a

comunicações vindas do exterior sobre o reconhecimento da prática local: “Em 1927, com amigos, funda a primeira Sociedade Brasileira de Psicanálise. Mereceu carta pessoal de Freud, em 1928” (BLAY NETO, 1968, p. 399).

Galvão cita que, em 1934, Marcondes recebeu uma carta de A. A. Brill, presidente da Sociedade Psicanalítica de Nova York, solicitando condições de trabalho a emigrados europeus fugindo da perseguição nazista. Marcondes tentou alocá-los na Universidade de São Paulo sem sucesso, pois sua tentativa “não chegou a ser compreendida” (GALVÃO, 1967a, p. 54).

Assim como na Europa, no Brasil, o caminho trilhado por Marcondes foi fundar uma organização independente das universidades e serviço público, ligada à IPA, que desse suporte para o trabalho clínico exercido nos consultórios particulares. Estabelecida fora das universidades, era necessário criar um Instituto de ensino estruturado segundo as condições regulamentadas pela IPA.

É, entretanto, a preocupação com o ensino da psicanálise, nos moldes preconizados pela Associação Psicanalítica Internacional, que vai marcar de vez a obra pioneira de Durval Marcondes, na implantação da Psicanálise ente nós. Convencido, desde o início de sua atividade na clínica psicanalítica, da importância da análise pessoal do futuro terapeuta, Durval Marcondes passou a concentrar toda sua preocupação na vinda de analistas didatas para São Paulo, que se incumbissem na formação de psicanalistas, segundo as exigências que se consolidavam na Associação Psicanalítica Internacional (GALVÃO, 1967a, p. 52).

Conforme discutido em trabalho anterior (SILVEIRA, 2007), nas raízes de filiação, a pureza dos laços será importante na manutenção do *pedrigree*. Galvão apresenta Koch, primeira analista didata brasileira: “(...) Ingressou como candidata do Instituto da Sociedade Psicanalítica de Berlim em 1929, fazendo sua análise didática com o dr. Otto Fenichel, nome de projeção no cenário psicanalítico internacional, pela maciça e erudita obra que compôs (...)” (GALVÃO, 1967a, p. 55).

Koch foi supervisionada por Salomé Kempner e Tereza Benedek, “nomes de destaque no panorama psicanalítico” (GALVÃO, 1967a, p. 56); “Ernest Jones e Fenichel, nomes de peso no cenário psicanalítico internacional, deram o direito à Dra. Koch formar psicanalistas no Brasil” (GALVÃO, 1967a, p.58). Segundo Galvão (1967a), a reputação internacional da Dra. Koch permitiu que a SBPSP recebesse o reconhecimento pela IPA.

Relações incestuosas nos pequenos grupos de psicanalistas, mencionadas por Kaës, transmitidas pelo pacto denegativo, são observadas no início da institucionalização do movimento analítico paulista:

Recebendo todo o apoio de Durval Marcondes, a Dra. Koch instalou-se no consultório particular deste, que se transformou na sede primária do Instituto de Psicanálise de São Paulo. Já em outubro deste mesmo ano, a Dra. Koch começou a análise didática de seus primeiros candidatos alunos. (GALVÃO, 1967a, p.57).

Um destes candidatos era Marcondes que, pelo que indica o trecho, fez sua análise didática no seu próprio consultório, que ficava na sua casa. Tal como Freud em Viena, a origem do movimento analítico em São Paulo encontra seu refúgio na casa do pioneiro: foi em torno da mesa de jantar da casa de Marcondes que aconteceram as primeiras discussões científicas da Sociedade paulista: “Um fato que não pode deixar de assinalar é que as reuniões do novel grupo psicanalítico de São Paulo realizaram-se, por muitos anos, na própria casa de Durval Marcondes, em torno de sua mesa de jantar” (GALVÃO, 1967a, p. 58).

Se a universidade é um ambiente científico hostil, a casa de Marcondes é relatada como um local familiar acolhedor. Marcondes é unanimemente descrito como um homem generoso e acolhedor: “(...) Homem como poucos, como a poucos homens os princípios da verdade, liberdade e generosidade se aplicam e encontram ressonância autêntica” (SIMON, 1970, p.133). Galvão descreve a Sra. Marcondes:

Pessoa de extrema sensibilidade e fidalguia, que soube receber como ninguém aqueles que para sua casa se dirigiam, a fim de terem um lugar para as discussões científicas. Até hoje, quando sua casa deixou de ser a sede da Sociedade, para lá convergem os jovens analistas de São Paulo, que encontram o sorriso acolhedor de d. Herminda e aquela mesma sala, cujos móveis, ornamentos e ambiente conservam a graça e a espiritualidade que um dia os alunos ingleses encontraram em casa de Mr. Chipps... (GALVÃO 1967a, p. 58)

Marcondes viveu dificuldades com o grupo que ajudou a criar. Segundo Simon (1970, p.134), sofreu, “fora e dentro de suas fronteiras de trabalho, infundáveis ataques; estes, oriundos de dentro de seu campo, talvez mais dolorosos e difíceis de suportar”. As homenagens e aposentadoria de Marcondes e Koch em 1970 marcam a ascensão do grupo bioniano, que assume o comando da SBPSP.

As alianças inconscientes contraídas localmente são baseadas na herança de uma nobreza fidalga, em um grupo missionário seletivo, especial, encarregado de reproduzir na colônia aquilo que havia sido importado da metrópole europeia. A psicanálise instituiu-se como uma prática privada, desenvolvida principalmente em consultórios particulares. Os analistas desta prática vêm da metrópole. A ilusão grupal garante, mais uma vez, a coesão frente a um contexto hostil. O preço da fidalguia é a manutenção da pureza frente ao risco da mestiçagem com a cultura local. A nobreza europeia, a herança do ouro puro, marcam a linhagem de transmissão narcísica do movimento analítico brasileiro.

11.1.5 A psicanálise no contexto social brasileiro

Além de uma atividade científica, a psicanálise é, também, uma atividade econômica e profissional. Deve, assim, seguir a regulamentações externas à IPA, associadas ao contexto jurídico político brasileiro. David Ramos (1967b) apresenta a

psicanálise como um campo independente que surge a partir da medicina e que dá suporte a uma profissão: o psicanalista. Segundo Galvão (1967b p. 252), “o que fica mais evidente é que com o advento da psicanálise surgiu uma nova profissão”. Nestes dois artigos, esta profissão não é discutida em termos de uma atividade econômica.

A ruptura com a medicina gera uma série de questões para a institucionalização da psicanálise, uma vez que a sua prática e o seu conhecimento não são legitimados nem pela ciência oficial e nem pelo campo jurídico que regulamenta as profissões tradicionais. Além da legitimidade da IPA, a busca pela legitimidade externa das regulamentações reconhecidas internamente será amplamente discutida no período estudado.

11.1.5.1 A exclusividade da prática clínica.

Com a necessidade de instituir-se inicialmente em um campo próprio, o movimento analítico precisou negociar, desde suas origens, com as instituições com as quais fazia fronteiras, a medicina e a psicologia. Manter a independência, submeter ou ser submetida aos campos instituídos foi uma questão discutida na RBP.

11.1.5.2 Relação com a medicina

A ruptura com a medicina colocou a psicanálise inicialmente na condição de marginalidade, e teria forçado a Freud a abrir a psicanálise para não médicos: “(...) Como não tivesse havido aceitação, por parte da medicina oficial, da investigação de Freud, houve necessidade de se aceitar a colaboração de todos os que se interessavam pela psicanálise, indistintamente; (...)” (GALVÃO, 1967b, p.257).

No entanto, com o passar dos anos, o reconhecimento da psicanálise fez com que ela se tornasse uma atividade aceita e atrativa, inclusive para a comunidade médica: “(...) agora já não haveria mais razões para se manter tal atitude, de vez que a demanda de médicos aos Institutos de Psicanálise estabelece-se em porcentagem tão elevada que já se pode prescindir do concurso dos “leigos” (GALVÃO, 1967b, p. 257).

Sob o risco de ser absorvida pela medicina, torna-se importante assegurar um campo próprio de trabalho. No entanto, por ser uma atividade predominantemente médica no Brasil, a reserva de mercado da psicanálise para a medicina é discutida:

Uns defendem a tese de que a psicanálise só pode ser exercida profissionalmente por médicos. Outros, a de que este exercício pode ser conferido ao psicólogo (ou outros de formação universitária), não diplomados em medicina, mas regularmente habilitados pela Associação Psicanalítica Internacional através das sociedades a ela filiadas e de acordo com suas regulamentações. (RAMOS, 1967b, p. 109)

Segundo Ramos (1967b), há dificuldades em enfrentar o problema de maneira objetiva e desprovida de interesses pessoais, mas ele não explicita quais. Evidentemente, esta é uma discussão de ordem corporativista. Ramos (1967b) e Galvão (1967b), da SBPSP, são favoráveis à prática da psicanálise por não médicos. A principal linha de argumentação apresentada é que para o exercício da prática do psicanalista, as referências da medicina não servem, uma vez que a psicanálise rompeu com ela para se estabelecer como um campo específico: “(...) até o dia em que fosse compreendida a questão de que apenas o curso médico ou qualquer outro curso universitário não era suficiente para o exercício da terapia psicanalítica” (GALVÃO, 1967a, p. 52).

Não médicos poderiam praticar a psicoterapia psicanalítica indicada por um

médico, “em quem está tacitamente reconhecido o direito de estabelecer o diagnóstico e indicar a terapêutica eficaz” (GALVÃO, 1967). Mas esta é uma visão que não predomina no Brasil, apenas na SBPSP.

11.1.5.3 A concorrência com a psicanálise “não oficial”

A falta de regulamentação da profissão do psicanalista, as psicoterapias tornando-se uma atividade cada vez mais atrativa financeiramente, expõem a prática da psicanálise a “improvisadores”. A falta de apoio em uma lei socialmente legitimada torna a psicanálise um território desprotegido, aberto para quem não segue as normativas da IPA. Segundo Galvão, do ponto de vista da legitimidade da prática, “pertencer a uma organização internacional é uma garantia contra sectarismos científicos e a indicação de que não se trata de uma organização pseudocientífica.” (GALVÃO, 1967c, p. 356).

Para preservar o novo ofício, será necessário preservar a psicanálise dos falsos psicanalistas: “Freud já podia prever os perigos de deixar o exercício nas mãos dos improvisadores, que de boa ou má fé, surgiram intitulado-se falsamente psicanalistas” GALVÃO, 1967a, p. 52). Marcondes (1967), preocupado com o uso indevido das palavras “psicanálise” e “psicanalista” vem a público, na RBP, para declarar que “só há, na verdade, uma única psicanálise: a criada por Freud e assim por ele denominada” (MARCONDES 1967, p. 304).

No entanto, cada vez mais, linhagem de *pedigree* ou a descendência direta de Freud, não garantem a reserva de mercado. Não bastam as regras da IPA. Apesar das tentativas, o movimento analítico brasileiro não conseguiu obter respaldo jurídico-político para a definição de suas fronteiras.

11.1.5.4 A psicanálise e a Universidade.

Instalar-se nas Universidades é um projeto apresentado por Galvão (1967b) e Ramos (1967b). Apoiados no desejo de Freud, defendem a criação de um curso superior de formação em psicanálise nas Universidades. Galvão cita Freud:

Disse Freud: “Se houvera de fundar-se uma faculdade psicanalítica – ideia que ainda sonha a fantasia – haveria de estudar-se nela muito do que é sonhado na faculdade de medicina. Além da psicologia do inconsciente (...) Freud analisis profano, Ballestros e Torres, Madrid 1948, (volume 2). (GALVAO, 1967b, p. 258)

Ramos (1967b) propõe um currículo para o curso superior de psicanálise com base científica: “(...) a organização de um currículo de matérias sem qualquer eiva ideológica, isto é, colocando os ideais científicos acima de qualquer querela de grupo, classe, ou de concepção privatista do mundo” (RAMOS, 1967b, p. 110).

Discussões ideológicas são uma ameaça à neutralidade científica:

Não se trata, evidentemente, de apreço exclusivo pelo moderno, pela modernidade. A novidade, pelo simples fato de ser novidade. Trata-se de algo mais sério: reconhecer que o estudo e o ensino da Psicanálise devem ser feitos, hoje, em termos de ciência atual. Se isto não for feito, a Psicanálise está arriscada a não se firmar como ciência específica. (RAMOS, 1967b, p.111)

Galvão (1967b) propõe a transição entre as organizações ligadas à IPA, as Sociedades e os Institutos de psicanálise, e a Universidade, quando a indicação de psicanalistas para a composição do corpo docente deve partir dos Institutos de Psicanálise credenciados internacionalmente. Toda formação deveria se manter respaldada pelas normativas da IPA, sendo a análise didática obrigatória a partir do 3º ano, até quando fosse necessária.

É evidente a necessidade de serem delimitadas socialmente as fronteiras da psicanálise no Brasil. No entanto, a análise didática é uma atividade regulada por uma organização não regulamentada juridicamente no Brasil. O argumento de uma suposta neutralidade científica esbarra na questão denegada de que esta é, simultaneamente, uma lucrativa atividade econômica, e que a guerra se dá em torno do domínio deste mercado. Aproximar a psicanálise das universidades também foi uma estratégia de delimitação das fronteiras da psicanálise que não teve êxito. Assim, seriam necessárias outras estratégias de delimitação do campo da psicanálise, uma vez que não foi possível obter a legitimidade de uma Lei socialmente reconhecida.

11.2 As Sociedades Psicanalíticas e a construção do conhecimento psicanalítico.

Para Galvão(1967c,), as Sociedades de Psicanálise são espaços de congregação entre psicanalistas. Elas servem a uma dupla missão: serem espaços de convivência científica e, a partir daí, lugares de aperfeiçoamento do trabalho profissional:

Tendo-se em vista que as Sociedades de Psicanálise têm como razão de sua existência congregar colegas psicanalistas a fim de terem uma convivência científica para a necessária troca de ideias e de opiniões, e poderem por esta via desenvolver e aperfeiçoar seu trabalho profissional, conjuntamente e no mesmo plano que a pesquisa científica especializada, o resultado teoricamente esperado e desejado constituirá no progresso deste ramo da ciência, aliado a todas as suas possíveis implicações (GALVÃO, 1967c, p. 369).

A prática profissional descrita por Galvão é baseada em uma ciência neutra. A troca nas Sociedades psicanalíticas se dá em termos de ideias, interesses coletivos como o progresso da ciência, sendo omitido o fato de que estas trocas também são mediadas por interesses corporativos, com intenção de domínio de uma atividade

econômica. O trabalho do psicanalista, tal como é regulamentado pela IPA, é realizado fundamentalmente em consultórios particulares, enquanto as práticas científicas acontecem no contexto das Sociedades.

11.2.1 Sobre a atividade científica

Para Galvão, a vida de uma Sociedade Psicanalítica depende da produtividade de sua vida científica:

(...) pode-se depreender facilmente que a vida de uma Sociedade de Psicanálise é sua vida científica e esta vida científica tem como essência os trabalhos, as comunicações e as contribuições que são trazidos ao grupo pelos seus elementos próprios e, quando for o caso, por aqueles que forem convidados. O que dita, portanto, a vida científica das sociedades são os seus trabalhos. (GALVÃO, 1967c, p.369)

Sobre a pesquisa científica, Galvão cita Rickman, para quem as sociedades psicanalíticas devem satisfazer a duas necessidades: consolidar as convicções e utilidade dos conceitos; fazer revisões profundas das convicções. Rickman, assim como outros autores (FERRÃO, 1970; UCHÔA, 1970) afirma que as novas ideias costumam não serem bem aceitas pelos mais velhos que não conservaram a flexibilidade. O trabalho de Klein é o primeiro momento em que o trabalho de Freud é reformulado e reconhecido pela IPA. As modificações mobilizam intensa reação emocional:

Grande foi o impacto produzido pela obra de M. Klein. (...) críticas surgiram acompanhadas de francas exaltações emocionais, sugerindo estarem em jogo fenômenos francos de 'resistência' comparados aos denunciados por Freud diante de suas primeiras publicações psicanalíticas. De outro lado, também com forte colorido emocional, surgiram acentuadas e, pôr vezes, quase fanáticas adesões, como se sua obra despertasse forças latentes, até então adormecidas dentro dos extratos mais profundos da alma humana. (UCHÔA, 1970, p.519)

Este autor destaca, ainda, a repetição deste mesmo fenômeno pelo impacto que o trabalho de Bion estava provocando no movimento analítico no momento em que ele estava escrevendo seu artigo:

Bion, como Freud e Klein, encontrará, como aliás vem encontrando, fervorosos ardentes e também críticos intransigentes, mas é essencial que a análise de sua obra seja conduzida em clima não emocional, ou pelo menos, que as interferências emocionais não perturbem o que há de profundo, construtivo ou rico em seu pensamento e realização (UCHÔA, 1970, p. 524).

A relação entre a razão e a irracionalidade da produção do conhecimento é evidente. Para Uchôa, a resistência é vista como um fenômeno intrapsíquico, perspectiva que difere desta atual leitura, onde a resistência é entendida como um fenômeno intersubjetivamente compartilhado. A manutenção das alianças inconscientes em torno do narcisismo de Freud oferece as bases de transmissão narcísica da psicanálise. Na sucessão entre as gerações, com Klein e Bion, mesmo que seja alterada a teoria de Freud, as alianças inconscientes permanecem conservadas. São as bases narcísicas contraídas com Freud que sustentam a relação com o conhecimento. Este metaquadro ajuda a entender as reações citadas por Uchôa, tanto as apaixonadas pela defesa do estabelecido, como as adesões maciças às novas teorias: são adesões fundamentalmente narcísicas ao conhecimento atualizadas nos avatares das novas gerações.

11.2.2 A Psicanálise e a epistemologia

A posição de centralidade narcísica da psicanálise em relação às outras ciências é evidente. Ao mesmo tempo em que é questionada sua cientificidade, não é incomum a argumentação de que a psicanálise deve ocupar um lugar central na

epistemologia e que as outras ciências deverão fazer referência a ela, mais do que ela será alimentada por outros campos do conhecimento. Galvão (1967c) entende que a psicanálise deverá servir como guia e método para outras ciências: “Por extensivo que seja o reconhecimento do que fizeram, este só terá maior amplitude com o correr do tempo, quando a psicanálise for ensinada em um instituto universitário e quando, como tal, for reconhecida como guia e método de pesquisa para outras ciências” Galvão (1967c, p. 60).

Para Ramos (1967b):

Não atuando em absoluto em um vácuo histórico, (a psicanálise) passa a ser mais uma contribuição para a Teoria do Conhecimento. Talvez a mais importante e profunda, pois que, até Freud, as diversas teorias do conhecimento eram formuladas independentemente do lado emocional profundo (RAMOS, 1967b, p.112)

Ferrari (1967) destaca a importância da psicanálise na epistemologia da psicologia, antropologia e filosofia:

O homem e o grupo, graças à psicanálise, adquiriram dimensão mais ampla e complexa em relação àquilo que as psicologias, antropologias e filosofias tradicionais nos mostravam. Sem a introdução de toda a importantíssima problemática da vida do inconsciente, não poderíamos almejar equilíbrio e desenvolvimento harmônico de nossa existência psíquica e, diria até, de nossa civilização. (FERRARI, 1967, p.509)

A inovação em relação aos modelos tradicionais oferecida pela psicanálise pode trazer novas contribuições, a partir de um modelo científico que rompe com a lógica do cogito cartesiano “penso, logo existo”. A psicanálise indica que a racionalidade está submetida à lógica do inconsciente: “Mesmo que se admita uma realidade científica independente da consciência, uma ciência não é independente de outras, porque necessariamente seus postulados são elaborados no íntimo do

observador” (RAMOS, 1967a, 534-535).

Uchôa tem uma visão menos autocentrada do lugar da psicanálise na epistemologia e reconhece as influências que a psicanálise sofre de outras áreas do conhecimento: “(...) múltiplas e heterogêneas são as influências provenientes de outros campos de estudo e investigação ” (UCHÔA, 1970, p. 512).

11.2.3 As crises das Sociedades psicanalíticas

Se a psicanálise propõe-se a elucidar a irracionalidade de outros campos do conhecimento, também enfrenta a dura tarefa de lidar com as próprias crises de irracionalidade. Van der Leeuw (1968. p.295) fala da importância do espírito de equipe, da solidariedade: “(...) A base de cada sociedade consiste em sermos prestativos e úteis uns aos outros”. A preocupação com os conflitos de relacionamento serão analisados na RBP. Segundo Van der Leeuw, então Presidente da IPA, em sua fala do 25º Congresso desta Associação:

Reverendo a história da psicanálise, verificamos que desde o seu início tem havido sérias tensões que ocasionaram cisões e rupturas dentro da sociedade e que motivaram o afastamento de alguns membros.

Não posso julgar se os conflitos existentes dentro da sociedade psicanalítica são mais numerosos do que em qualquer outro grupo, mas sinto que sua intensidade, bem como os sentimentos que despertam, é frequentemente muito grande. (VAN DER LEEUW, 1968, p.289).

As crises nas sociedades se assemelham a um sintoma que se desloca e se repete nos mais diversos locais e tempos e esse autor afirma que “Repetidas vezes, verifiquei que os problemas existentes em nossos grupos são mais ou menos os mesmos em toda parte. A ‘cor local’ é, frequentemente, apenas uma capa sob a qual se escondem problemas idênticos” (VAN DER LEEUW 1968 p. 289).

Psicanalistas percorreram um longo percurso de análise pessoal, submetendo-se às análises didáticas durante a formação e às reanálises ao longo da prática profissional. Chama atenção o fato de, mesmo assim, estarem envolvidos constantemente em crises de relacionamento: “(...) seria de se esperar deles reações mais favoráveis, pela razão de se terem submetido a um tratamento psicanalítico (análise didática), que deveria representar considerável vantagem sobre os demais grupos científicos” (GALVÃO, 1967c, p. 371-372).

Segundo Van der LEEUW, é necessário que estes conflitos sejam examinados e enfrentados abertamente, embora isto raramente aconteça:

Uma de nossas regras tem sido revelar, abertamente, sempre que possível, todos os problemas e conflitos existentes. Tal atitude, que deveria ser encarada por um analista como corriqueira, parece ser quase exceção no que se refere aos assuntos das sociedades e das relações pessoais dentro delas. (VAN DER LEEUW, 1968, p. 287).

Uma das exceções, citadas por Van der Leeuw e Galvão, foi a abertura do sexto simpósio da Associação Psicanalítica Argentina, no decorrer de 1959. Este encontro, sobre as crises de relacionamento nas Sociedades de Psicanálise, serviu de base para uma edição temática da revista de psicanálise desta Sociedade.

11.2.4 O custo dos conflitos: a perda da capacidade de pensar

O preço das alianças defensivas alienantes é o comprometimento da capacidade de pensamento. Sob a ilusão grupal, é difícil sustentar em uma comunidade científica uma relação de trocas, baseada na diferença, na alteridade, na confiança. Um grupo continente para os conflitos advindos das diferenças de pensamento é essencial para um ambiente científico criativo, aberto para novas proposições. Em alianças estruturantes, as garantias são lastreadas em normativas

científicas intersubjetivamente compartilhadas, fiadoras e pacificadoras dos conflitos. Dependendo das condições de liberdade de pensamento, as próprias condições normativas devem ser passíveis de transformações, na medida em que novas proposições podem questioná-las livremente e convencerem a comunidade científica da pertinência de suas transformações. Há abertura, neste caso, para condições de liberdade que permitem o surgimento de novas ideias.

Na manutenção de uma posição ideológica, os conflitos grupais terão seu potencial destrutivo mais acentuado. Os efeitos devastadores da pulsão de morte serão mais acentuados nestes casos. O pensamento, que foge às repetições mortíferas, ameaça a coesão do grupo. O resultado é a perda da capacidade de assimilar o novo, essencial para o desenvolvimento da ciência psicanalítica.

A impossibilidade de sustentar um ambiente grupal propício para o trabalho científico compromete a possibilidade de desenvolvimento da psicanálise:

Na vida científica de Sociedades de Psicanálise, o problema de relações entre seus membros é de magna importância, pois poderá converter-se num campo fértil e propício à germinação de novas ideias, ou pode ser um ambiente carregado de tensões, com inegáveis prejuízos para a produção individual e coletiva. (GALVÃO, 1967c, p. 372)

É de fundamental importância indagar de que modo o desenvolvimento da psicanálise, como ciência e como organização, está sendo prejudicado pela situação complexa existente dentro das Sociedades. (VAN DER LEEUW, 1968. P. 288)

É consenso, nos trabalhos revisados, que as crises nas sociedades têm como base as relações entre psicanalistas; que prejudicam o desenvolvimento da psicanálise.

11.2.5 Entendendo os conflitos: o “psicologismo”

Em termos gerais, mesmo que sejam entendidos como problemas de relacionamento entre os psicanalistas, as crises são amplamente discutidas a partir de

questões de ordem individual, que prejudicam a vida em grupo. VAN DER LEEUW (1968, p. 294), explica: “O que tentei fazer, nas linhas precedentes, foi chamar a atenção para a nossa vida de sociedade, tomando em consideração as experiências obtidas neste último decênio sobre a investigação das fases primitivas do ego e o desenvolvimento instintivo”.

Este autor toma como base de sua análise, fundamentalmente, a teoria das relações de objeto de Klein. Os aspectos infantilizados de cada analista, na sua individualidade, são uma ameaça para as relações desta comunidade científica, uma vez que prejudicam a capacidade de psicanalistas manterem a objetividade e, portanto, a capacidade de pensarem. Na dicotomia entre o “dentro” e o “fora”, o “entre” não será objeto de análise, embora esteja sempre presente na descrição do problema.

O grupo é um espaço propício para a expressão do lado infantil dos analistas:

O sucesso das nossas realizações, em qualquer sociedade, depende das nossas inter-relações. Para atingir um objetivo comum, não devemos ser perturbados por rivalidades infantis. Somente uma conduta adulta ante a rivalidade e a ambição estimulará nosso propósito comum. Enquanto a rivalidade for muito destrutiva, nossas relações carecerão de constância objetiva, e prevalecerão a ansiedade e a inibição. (VAN DER LEEUW, 1968, p. 295)

Pelo mecanismo de projeção, psicanalistas terão mais facilidade em localizar os problemas “fora” de si do que “dentro”: “é muito mais difícil reconhecer os próprios motivos e argumentos do que expressar suposições sobre os motivos dos outros” (VAN DER LEEUW, 1968 p. 292).

A teoria psicanalítica torna-se uma arma nos momentos de crise: “A interpretação é usada frequentemente, entre nós, como uma arma, quando estão em jogo questões de prestígio”. (VAN DER LEEUW, 1968 p. 292).

Para Van Der Leeuw, um ponto a ser analisado sobre a infantilização é a relação de cada psicanalista com o trabalho de Freud:

Desde o primeiro encontro com a psicanálise, queiramos ou não, estabelecemos uma relação que nos envolve emocionalmente com o grande homem. O fato de ele estar morto não faz muita diferença. Esta relação emocional não é, como se diz frequentemente, uma criação de Freud, mas nossa própria resposta, que expressa, entre outras coisas, o desejo e a necessidade de segurança inabalável, a incapacidade de ficarmos sós e de sermos independentes. A fim de sentirmo-nos familiarizados e à vontade com o trabalho de Freud, torna-se necessário aceitarmos nossa ambivalência com ele, a fim de podermos manobrá-la. Admitindo nosso ciúme, rivalidade e sentimentos feridos, nossas fantasias e sentimentos de grandeza alternados com os de impotência, estaremos contribuindo para este objetivo. (VAN DER LEEUW, 1968, p. 289-290)

A relação de cada analista com Freud é entendida como uma relação dual. Nesta situação, paradigmática da clínica psicanalítica, observa-se uma repetição da relação infantil de rivalidade edípica do filho com seu pai e todas as ambivalências decorrentes desta relação. Cada analista passa pelo mesmo caminho que Freud precisou passar, precisa elaborar a rivalidade com o pai, elaborada por Freud em sua autoanálise, para que possa tornar-se psicanalista. Para Leeuw, esta relação transferencial de idealização sobre Freud impede a leitura do seu trabalho em uma perspectiva objetiva.

A inveja ao falo freudiano é uma fonte de ataques destrutivos ao autor e a sua obra. O espírito científico de liberdade de pensamento e questionamento ao trabalho de Freud é controlado por uma interpretação psicologizante. Novas proposições serão ameaçadoras sob o risco de serem tomadas como críticas destrutivas, de rivalidade, de inveja, tentativa de posse e usurpação do trabalho de Freud.

Como é possível a dissolução do complexo de Édipo, frente a um pai imortal, que não está submetido à Lei universal de Ananké? Ao afirmar que a psicanálise é o trabalho de Freud, Leeuw enfatiza as renúncias necessárias, mas não elucida os ganhos narcísicos advindos da renúncia. Para sair de uma posição de dependência

infantil e assumir responsabilidade de uma vida adulta é necessário renunciar ao desejo de tomar o lugar do pai, mas também, é fundamental a obtenção de ganhos narcísicos, como a possibilidade de tomar posse da herança, afirmar-se como uma nova geração, ser autorizado e, quem sabe, admirado pelo pai, por desenvolver seu trabalho, no seu tempo, na sua clínica, no seu local, e transmiti-la para uma nova geração que dará continuidade aos processos de transformação. Enquanto a transmissão narcísica da vida trabalha em função daquilo que virá no futuro, a transmissão narcísica de morte trabalha no sentido contrário ao tempo, na verdade, congelando o tempo e a vida. A mortalidade do pai impede que o luto seja realizado e a temporalidade seja instaurada nos termos da sucessão entre as gerações. Limita a vida de cada nova geração à reprodução da herança, caso contrário será acusada de apropriação indevida, neste caso, da psicanálise – *Trabalho de Freud*.

11.2.6 A análise didática como estratégia de resolução dos conflitos

Coerente com o psicologismo, a principal referência para a resolução de problemas de relação entre psicanalistas será o consultório particular. A análise didática poderá ter como resultado uma melhor condição de convivência entre psicanalistas:

Quanto melhor a análise chamada didática, do psicanalista, sua maior capacidade para o ato de pensar possibilitar-lhe-á captar com maior sensibilidade as potencias resultantes dos diálogos. Resultará inevitavelmente melhor instrumental técnico e maiores possibilidades de definir, conceituar, entender, enfim. (RAMOS, 1967b, p. 111)

Galvão cita principalmente autores argentinos para justificar que a análise didática e a reanálise serão a via privilegiada do analista retomar o contato com a realidade e livrar-se dos efeitos alienantes do grupo. Citando Abadi, (apud

GALVÃO, 1967c, p. 374), “Pode-se dizer que, quanto maior for o amadurecimento emocional alcançado pelo futuro analista, melhores serão suas relações intergrupais e, portanto, maiores serão suas possibilidades de progresso científico”.

Segundo Galvão (1967c), Abadi conclui que o convívio sócio científico das sociedades é um indicador do grau de eficiência terapêutica das análises didáticas. Com uma análise didática bem sucedida, será possível que:

Eros predomine sobre Tânatos e haja campo aberto para a vida construtiva e progressista da Sociedade de Psicanálise. A inibição e até mesmo a regressão e cisões que se podem verificar em grupos psicanalíticos darão lugar ao avanço para o progresso da psicanálise (GALVÃO, 1967c, p. 375)

Garma (apud GALVÃO, 1967c) também acredita no caráter profilático da análise didática em evitar discórdias entre analistas no convívio científico. Aberastury (apud GALVÃO, 1967c) trata do problema da relação entre psicanalistas e propõe de forma “bastante enérgica” que o analista necessitará de análises periódicas pela condição de insalubridade do seu trabalho. Liberman (apud GALVÃO, 1967c) cita o amadurecimento emocional do analista por meio da análise didática para suportar frustrações severas.

Van der Leeuw entende que a reanálise é fundamental: “Tudo o que podemos fazer é tentar analisar tais impulsos e fantasias. A reanálise é um meio de alcançar este objetivo. Pela minha própria experiência, sei que é o único meio” (VAN DER LEEUW, 1968, p.297).

O grupo será o lugar da alienação, da atuação de impulsos infantis, da perda da condição do pensamento. Na relação dual, o dispositivo dominado por psicanalistas será o recurso disponível para o enfrentamento do problema: o

reconhecimento de que o grupo é um campo de fenômenos específicos e pode ser pensado psicanaliticamente implica na necessidade de extensão das fronteiras da psicanálise.

11.2.7 Analisando as Sociedades psicanalíticas sob a perspectiva dos grupos

Galvão e Van der Leeuw observam que existem questões grupais em jogo nas relações entre psicanalistas. A principal referência para o entendimento sobre o grupo será a escola argentina. Mas, mesmo quando estes aspectos são destacados, Galvão utiliza estes mesmo autores para argumentar que a análise didática e a reanálise são os recursos do analista para retomar a capacidade de trabalho do grupo.

Galvão faz referência a Abadi, que compara as instituições psicanalíticas com sociedades secretas: “(...) o grupo psicanalítico é uma sociedade secreta que reprime sua condição de tal, ou seja, é um grupo com toda fenomenologia das sociedades secretas” (GALVÃO, 1967c, p. 374)

Outro fator levantado por Galvão (1967c) e Van der Leeuw (1968), ambos, citando Grinberg, sobre as crises institucionais são os dejetos produzidos nos consultórios:

As dificuldades do nosso trabalho nos apresentam, constantemente, experiências das mais difíceis de suportar, sentimentos de impotência, acompanhados de dor, ansiedade e desprazer. (...) A consequência disto na vida da nossa sociedade psicanalítica é maior do que geralmente queremos crer. (VAN DER LEEUW, 1968, p.291)

As Sociedades são lugares onde os conflitos intrapsíquicos de psicanalistas são atuados:

Sinto que seríamos mais capazes de manobrar os conflitos competitivos do poder, entre nós, se compreendêssemos em que

extensão *nossa vida dentro da sociedade constitui área*⁵⁰ em que os próprios sentimentos de impotência, ansiedades e impulsos destrutivos se manifestam *e os nossos conflitos internos são atuados* (“acted out”) (VAN DER LEEUW, 1968, p. 294).

A partir do trabalho dos psicanalistas argentinos, em alguns momentos, são feitas algumas aproximações entre as crises das Sociedades e a necessidade de serem compreendidos os fenômenos grupais:

(...) assim considerando, o autor diz que para se entender o que se passa no interior do grupo psicanalítico, é preciso compreender os fenômenos da psicologia e psicopatologia grupal; São fenômenos comuns a qualquer grupo humano como grêmios, clubes, associações, equipes de trabalho, confrarias. (GALVÃO, 1967c, p.374)

Galvão cita Liberman, que aproxima a relação que existe entre as condições institucionais e o desenvolvimento dos analistas como uma via de mão dupla: “assim como o indivíduo pode perturbar a instituição, esta também pode perturbar a evolução daquele, quando existem situações de tensão no meio da mesma” (LIBERMANN apud GALVÃO, 1967c, p. 374-375).

Van der Leeuw (1968) faz referência ao fenômeno grupal de bode expiatório:

Finalmente, quero chamar a atenção para outro fenômeno observado em vários dos nossos grupos. Denominei-o de fenômeno do bode expiatório. Significa que um ou mais dos membros mais velhos são sentidos como a fonte de tudo o que vai mal na sociedade. Reiteradamente, são responsabilizados e acusados. Focalizando melhor, verificamos que tais colegas realmente cometem enganos, têm suas limitações e deficiências; porém, mesmo quando não estão de nenhum modo envolvidos, são objetos de sentimentos hostis e negativos. Por outro lado, verificamos que são muito idealizados, imaginados como quase perfeitos, só amados e admirados: estão acima da crítica. (VAN DER LEEUW, 1968, p. 297)

O fenômeno grupal do bode expiatório é interpretado como uma questão individual: a postura infantil, e a dependência dos psicanalistas em relação aos seus líderes. O bode expiatório, fenômenos essencialmente vincular, é entendido como um

⁵⁰ grifos meus

problema de imaturidade dos psicanalistas: “Nestas duas atitudes, *manifestam-se problemas de dependência não resolvidos*⁵¹. É da máxima importância, em tais situações, apelar para a conduta adulta, que consiste em trabalhar juntos visando a um objetivo comum (...)” (VAN DER LEEUW, 1968, p.297).

Embora apresentem argumentos e autores argentinos que aproximam a discussão de questões vinculares, Galvão e Van der Leeuw não desenvolvem uma perspectiva de investigação sobre as relações utilizando o referencial dos vínculos.

A análise dos fenômenos grupais nos textos publicados até 1970 serão algumas poucas e rápidas referências a trabalhos de argentinos: Galvão (1967c, p. 374) aponta para os efeitos alienantes de um grupo quando ele nega sua condição de sociedade secreta: “todo grupo inconscientemente secreto é um grupo neurótico”. Discussão sobre as questões vinculares nas Sociedades são mencionadas em nota de rodapé, quando Galvão (1967c) cita Marie Langer, referindo-se ao simpósio da Associação Psicanalítica Argentina sobre Relações entre analistas, para a autora, em certos momentos, o simpósio funcionava como um grupo terapêutico.

11.3 A transmissão da psicanálise e as alianças contraídas com Freud

Deslocar a compreensão sobre o conflito das relações entre psicanalistas para o espaço intrapsíquico, atribuindo o conflito a rivalidades infantis não analisadas individualmente, preserva as alianças inconscientes contraídas com o fundador da psicanálise. Estudar a transmissão entre as gerações na perspectiva dos vínculos pode trazer à tona um questionamento sobre as alianças contraídas com Freud, das quais as gerações mais velhas, detentoras do poder hierárquico, tomam proveito para

⁵¹ grifos meus

sustentarem o seu lugar de poder. Beneficiam-se destas alianças, por exemplo, quando a análise didática é vista como o caminho para a resolução dos problemas, vistos apenas sob o recorte “intrapésico”. As resistências são intersubjetivamente compartilhadas, o pacto denegativo preserva a consistência deste vínculo. Por outro lado, não submeter este traço de transmissão à análise, contribui para a repetição mortífera de um ideal de identificação com o líder narcísico, com um pai onipotente, imortal, não submetido a uma Lei estruturante, à Lei universal de Ananké.

Criar o novo e conservar a herança tornam-se paradoxos que acabam formando uma maneira bastante peculiar de institucionalização e transmissão da psicanálise. A identificação com o ideal do Freud cientista, submetido a uma Lei estruturante, tensiona com a identificação com o ideal onipotente de imortalidade. Quando a missão da instituição é manter viva a psicanálise como “trabalho de Freud”, que pertence à humanidade, ninguém poderá tomar seu lugar nem tomar para si a psicanálise. Nenhum psicanalista terá, individualmente, a legitimidade de ser o herdeiro, sob o risco de tornar-se um usurpador do trabalho de Freud:

Devemos ter sempre em mente o fato de que o trabalho de Freud foi uma dádiva para a humanidade. Por isso, ninguém o possui como dono, nem tem o direito de guardá-lo ou é capaz de fazê-lo e ninguém foi apontado como seu sucessor ou herdeiro (VAN DER LEEUW, 1968, p. 290).

A psicanálise é o trabalho de Freud e deve assim permanecer, sendo, portanto, imortal, tal como a amalgama soma-plasma germinal. Não há, nesta perspectiva, uma herança que poderá ser distribuída segundo a Lei de uma ciência. Na horda, com a morte do pai, outro ameaça tomar o seu lugar na base da força. Van der Leeuw faz, provavelmente, referência às disputas sobre o desejo de analistas tomarem para si o “ouro puro da psicanálise” e adverte para a ilegitimidade dos que pretendem ocupar o lugar do pai imortal e formam em torno de si agrupamentos sustentados por relações

de dependência.

Para os que ocupam posições hierárquicas superiores, quando prevalece a identificação com o ideal onipotente, preservado e transmitido sob o pacto denegativo, a transmissão narcísica da morte servirá como base para a manutenção do poder dos mais velhos sobre os mais novos. Para as novas gerações, as recompensas frente à renúncia sobre o desejo de tomar o lugar do pai não estão garantidas: o tributo para a obtenção da herança será grande.

Os traços narcísicos de identificação com Freud retornam em diversos momentos sob a contínua repetição do surgimento de líderes autoritários que buscam o prestígio e o poder, que “(...) não vê os demais como pessoas autônomas, mas sim como prolongamento de si mesmo” (VAN DER LEEUW, p. 373). Há, por parte do líder, a identificação com um ideal narcísico mortífero, onde o líder utiliza seu lugar de poder para benefício próprio. É sobre estas bases que analistas didatas, herdeiros do “ouro puro da psicanálise” transformam esta herança simbólica em riqueza econômica.

11.3.1 O “medalhão” como analisador

O psicanalista argentino Liberman (apud Galvão, 1967c) faz referência a tipos de personalidades dos analistas didatas que podem representar uma garantia para a sobrevivência do ensino e difusão da psicanálise, ou seja, analistas que favoreçam o desenvolvimento autônomo de seus analisandos. Traçando o caráter do analista didata, Galvão (1967c, p. 376-377) entende que o “candidato a analista didata deve ter ego forte, crítico, capaz de suportar tensões, livre de pensamentos padronizados”. Para

ele, os medalhões acarretam em perdas para as sociedades de psicanálise, pois o ensino vem a atender às exigências narcísicas dos seus professores.

A figura do medalhão é uma constante nos Institutos e Sociedades de psicanálise. Estabelecem no seu entorno grupos de alunos e adeptos que são fieis a eles, sob a lógica do narcisismo das pequenas diferenças: “Os candidatos tendem a segregarem em grupos genéticos, filiações dentro das sociedades. Há indulgência com o próprio grupo e crítica em relação aos outros grupos” (GALVÃO 1967c, p.376).

Em torno de líderes narcísicos, formam-se estruturas de organização narcísicas, como as seitas religiosas:

O sentimento de fazer parte ou pertencer a certo grupo sacrossanto não é um fato ou atitude do passado; existe ainda hoje. Devemos alertar-nos para não fortalecer nem reter tais aspectos que são, frequentemente, tão intensos em seitas religiosas. (VAN DER LEEUW, 1968, p. 290)

Tomado sob esta perspectiva, o caráter religioso dos grupos é visto sob o seu potencial de alienação. Este modelo de organização é repudiado pelo Presidente da IPA: “No que se refere ao *trabalho de Freud*, é inadequado qualquer ponto de vista que se assemelhe, ainda que vagamente, à *mentalidade do tipo apostólico*, enfatizando a interpretação *messiânica*” (VAN DER LEEUW, 1968, p.290)⁵². Esta frase explicita o paradoxo: como pode o trabalho de um único homem, Freud, instituir um campo de trabalho intersubjetivamente compartilhado de produção do conhecimento humano, sem que este grupo não seja apostólico-messiânico?

11.3.2 Os Institutos de psicanálise

Afastado da Universidade, que tradicionalmente é encarregada da formação de

⁵² grifos meus

profissões de nível superior, sem a regulamentação oficial, o movimento analítico criou seus próprios suportes institucionais para transmitir a psicanálise. A formação em psicanálise é exclusiva da IPA, seguindo as exigências de Freud:

(...) os alunos estariam habilitados a exercer profissionalmente a Psicanálise com o devido rigor científico e dentro das exigências manifestadas por Freud: ‘o que exijo é que não possa exercer a análise ninguém que não haja conquistado, por meio de uma determinada preparação, o direito a tal atividade (RAMOS, 1967b, p. 110)

A preocupação é a grande quantidade de pessoas intitulado-se psicanalistas sem a devida habilitação. Estes são chamados de psicanalistas silvestres, charlatões que não seguem os princípios determinados por Freud.

Galvão (1967c, p.376) cita Balint(1948):

Talvez a função mais relevante, embora não a única, de nossa atividade de orientação e ensino seja o treinamento de futuros analistas. Como desempenhamos este dever, que resultados conseguimos neste campo, influenciarão profundamente não somente o futuro de nossa profissão e de nossa ciência, como também o destino da humanidade.

Os Institutos de Psicanálise exercem uma função muito importante em termos do contrato narcísico, uma vez que são os responsáveis pela inclusão dos novos analistas que deverão aderir aos contratos vigentes. No trecho acima, a carga narcísica associada às alianças inconscientes é evidente. Nas mãos dos psicanalistas está o futuro da humanidade, pertencer a este grupo tão especial trará os ganhos narcísicos a cada membro em troca de sua fidelidade ao grupo. Mas, para poder fazer parte deste seleto grupo, será necessário pagar o tributo aos mais velhos e aceitar as renúncias exigidas pelo pacto narcísico.

Os Institutos de Psicanálise, responsáveis pela formação, são organizações com relações estreitas com as Sociedades de Psicanálise:

Em quase todas as profissões, as relações entre os institutos de ensino e as comunidades científicas e profissionais são praticamente inexistentes ou, em alguns casos, apenas casuais. A participação na comunidade ocorre somente após a conclusão do treinamento. Em nossa sociedade sucede o oposto. (...). (VAN DER LEEUW, 1968 p. 295)

Para Galvão, a análise didática, é a “(...) viga mestra a cuja volta irá girar todos os problemas pertinentes à vida científica das Sociedades de Psicanálise” (GALVÃO, 1967c, p. 368).

Questões institucionais, profissionais, científicas caminham muito próximas à vida pessoal de cada analista. Um analista, para se habilitar à prática profissional, deverá expor sua privacidade em uma análise realizada por um futuro colega de profissão, cuja responsabilidade é introduzi-lo na carreira de psicanalista. O enquadre de uma análise didática tem suas peculiaridades, devido às condições de seu metaenquadre: além dos objetivos terapêuticos, que dizem respeito à intimidade de cada analista, há demandas institucionais explícitas, relativas às demandas de formação, e implícitas, relativas às demandas das alianças inconscientes.

O tema do pré-congresso de Amsterdã, em 1965 foi a análise didática. Sobre a relação entre a vida pessoal e profissional do psicanalista em formação, surgiram duas correntes: uma primeira defende que o analista didata, para maior eficiência terapêutica, deve se abster de qualquer poder sobre julgamento do candidato diante do instituto. Para Garma (apud GALVÃO, 1967c, p. 373), a análise didática deve ser realizada nos mesmos moldes de uma análise cujo objetivo não é a formação: dar menos importância a tal é ‘considerar sem importância a assepsia para uma operação cirúrgica, se esta se realiza em um médico’. Outra vertente entende que o analista não poderá deixar de fazer este julgamento e o seu poder deveria ser explicitado no enquadramento, para que não houvessem elementos ocultos que pudessem perturbar a análise. A “assepsia” da posição do analista não será tão simples de ser obtida.

Segundo Galvão (1967c, p. 377-378) “(...) o analista deve ter isto bem presente, caso contrário poderá haver complicações futuras para esta análise, com evidentes prejuízos para o candidato e com repercussões na sua vida científica pessoal e no convívio em Sociedade de Psicanálise (...)”.

Para Van der Leeuw (1968, p. 296) esta discussão permanece em aberto: “O problema crucial é o papel do analista didata no sistema de ensino, seu papel de juiz do candidato. Diferenças de opinião existem em praticamente todos os aspectos deste complicado problema. Uma solução satisfatória ainda não foi encontrada”.

11.3.3 As relações de poder entre o analista didata e o candidato

Analistas didatas estabelecem uma relação de poder com seus analisandos. A regressão e dependência próprias do processo analítico colocam o candidato numa posição de fragilidade e idealização em relação ao analista didata:

(...) O analisando espera e exige esta onipotência assegurada do seu analista. Destruir tal expectativa, em outras palavras, compreender a impotência do seu analista, faz surgir fortes impulsos destrutivos de natureza sadomasoquista e intensas ansiedades” (VAN DER LEEUW, 1968, p.296).

O analista didata deverá tomar os conteúdos regressivos como material de análise sem satisfazer-se narcisicamente, atuando na contratransferência, uma relação de dominação. Esta posição vulnerável do analisando poderá ser tomada como objeto de manipulação do analista didata. Galvão (1967) transcreve uma citação que Balint faz de Freud:

Rejeitamos enfaticamente o ponto de vista de que devemos converter em nossa propriedade o paciente que se coloca em nossas

mãos buscando auxílio, de que devemos forjar seu destino, forçá-lo nossos ideais e, com a arrogância de um Criador, formá-lo segundo a nossa própria imagem e ver que era bom (Galvão, 1967c, p. 378).

Os riscos de uma posição onipotente do medalhão não estão restritos à vida científica e institucional: chegam também nas análises didáticas. A posição institucional do analista didata, em combinação com a regressão esperada do processo analítico, pode ter como consequência, os candidatos: “(...) instalem-se na identidade do analista, assumindo indiscriminadamente as qualidades atribuídas ao mesmo (identificações maníacas) ou então identificando-se totalmente com suas ideologias ou teorias” (GALVÃO, 1967 cp.378).

Estas podem ser as bases de transmissão narcísica da morte observada no movimento analítico – aqui analisadas sob uma perspectiva de atuação individual do analista didata. Segundo, Grinberg (apud GALVÃO, 1967c), nestes casos, os analistas didatas necessitam ter filhos incondicionais que reforcem e mantenham sua identidade no mundo externo. Ao compactuar com o desejo do seu analista, o candidato adere ao contrato narcísico associado a este *pedigree*, em troca de um lugar de pertencimento, reconhecimento e proteção do grupo. Os ganhos narcísicos neste caso dar-se-ão por conta da interiorização de um ideal, pelo pertencimento a um grupo idealizado, e não pela possibilidade de pensamento independente.

Para Galvão (1967c), o psicanalista em formação deverá dissolver esta transferência para poder adotar posição de completa independência científica em relação ao seu analista didata, que deverá aceitar que isto aconteça. Neste ponto Galvão aproximando-se de uma compreensão do vínculo que se estabelece na relação analítica.

Van Der Leeuw entende que a dependência será sempre uma questão do

analisando e deve ser material de trabalho para a reanálise: “Diz-se muitas vezes que a reanálise aumenta e promove a dependência. Mas a reanálise se torna frequentemente imperativa, objetivando trazer à tona estes impulsos destrutivos e sentimentos de onipotência, a fim de aprender como lidar com eles” (VAN DER LEEUW, 1968, p. 297)

Van der Leeuw, lembra ainda que o escasso número destes profissionais reforça ainda mais a posição de poder do analista didata, fato constatado como um grande problema na SBPSP nos anos 1960.

O meta-enquadramento do movimento analítico empacota o *setting* da análise didática. Os bolsões não analisados dos vínculos institucionais repercutem nas análises, preservando a relação dual “pai narcísico-filho dependente” no *setting* analítico. As relações de poder alimentam-se da preservação destas alianças. O não reconhecimento das formações intermediárias entre o sujeito singular e o grupo, dificulta a possibilidade de entendimento sobre as discontinuidades e conexões entre os espaços da intimidade e os espaços públicos.

A análise didática não será explicitamente discutida como uma atividade econômica exercida em consultório particular: está associada a uma atividade científica, de formação, de salvação da crise de relação das Sociedades. Não está explícito o interesse dos medalhões em manterem no seu entorno um mercado de trabalho. A dinâmica psíquica, intra e intersubjetiva, nesta estrutura de organização, favorece a manutenção da dependência e adesão a um grupo.

Apontada como a principal via de resolução dos conflitos institucionais, a análise didática corre o risco de se transformar justamente no contrário do que é esperado, ou seja, em espaços de alienação onde são transmitidos e repetidos, sem elaboração, vínculos associados ao metaquadro institucional. Este é um importante

lugar de transmissão das alianças inconscientes e, portanto, pode ser analisado como um espaço de transmissão narcísica da morte, quando os vínculos associados aos ganhos narcísicos do analista didata e do candidato prevalecem sobre a continuidade das gerações.

11.4 O grupo na RBP e a extensão da psicanálise

No regulamento de edição de 1969, na RBP, “os trabalhos com grupo poderão ser publicados no setor de psicanálise aplicada (p.348)”. Entre 1967 e 1970, nas 16 edições do período, foram publicados 13 artigos que discutem trabalhos com grupos. São artigos em que psicanalistas discutem trabalhos realizados nos contextos institucionais e nos consultórios particulares:

As terapêuticas de grupos entraram decididamente nos programas do hospital, sob as mais variadas modalidades: de psicoterapia de grupo, de clube terapia, serviço social de grupo, terapia ocupacional em grupo e atividades recreativas em grupo, bem como as reuniões periódicas com grupos de pacientes ou de toda a comunidade hospitalar (FERRÃO, 1967, p. 416).

Destes artigos, seis mencionam no título a psicoterapia de grupos, há menções à psicoterapia de grupos em outros sete artigos. Dos autores destes textos, apenas Zimmermann, da SPPA e Teruel, da BPS, e pesquisador da Tavistock, não pertenciam à SBPSP. A pretensão destes artigos é claramente obter o reconhecimento do dispositivo de grupos como um trabalho eficaz e psicanalítico (SILVEIRA, 2007). São artigos que tratam direta ou indiretamente da extensão da psicanálise para a inclusão do grupo. Teruel discute a extensão da psicanálise para o atendimento a casais, que considera o menor agrupamento humano de adultos.

O problema é explicitado por Etzel:

Do ponto de vista psicanalítico, tem sido considerada como uma terapêutica que nada tem que ver com a psicanálise ortodoxa, já que aparentemente foge de relação bipessoal transferencial vivida no decurso da psicanálise clássica. Entretanto, atualmente, a atenção dos analistas se volta com mais interesse para a psicoterapia de grupo, sobretudo depois dos trabalhos de Bion, Ezriel e da experiência adquirida pelo grupo de Tavistock Clinic de Londres, nestes últimos quinze anos. (ETZEL, 1967, p.393)

Um importante argumento utilizado para a extensão da psicanálise além da clínica tradicional se dá em virtude da eficácia do trabalho:

(...) Torna-se cada vez mais evidente que a psicoterapia de grupo tem um lugar seguro e de valor no tratamento das desordens emocionais, sendo hoje encarada com seriedade a possibilidade de *levar os benefícios da psicanálise individual também a um grupo de pacientes*⁵³. (ETZEL, 1967, p. 393)

São comuns as comparações entre a técnica e os resultados das psicoterapias individuais com as grupais: “O problema trazido à discussão nesta comunicação refere-se a um aspecto do ambiente (*setting*) psicanalítico em confronto com o ambiente da psicoterapia de grupo” (BARBOSA, 1967 p.406). São analisadas as semelhanças e diferenças entre os campos. Paiva (1968, p.84) cita um trabalho de Koch e Blay Neto, de 1967:

(...) Nesta eventualidade, tanto o paciente como o grupo se encontram cindidos em partes regredidas e partes sãs. Uma parte do paciente ou do grupo se desconecta do terapeuta, enquanto que a outra permanece em contato. (...). O grupo ou o paciente regredido passa para a situação não verbal (...)

As especificidades da técnica analítica tradicional são discutidas nos termos dos grupos. São analisadas as modificações exigidas à psicanálise, ao mesmo tempo em que é necessário garantir que os seus fundamentos essenciais sejam mantidos.

Enfrentando a resistência contra a extensão, há a pretensão de incluir novos domínios de trabalho para a psicanálise: “Creio que atualmente ninguém nega a

⁵³ Grifos meus

existência de um modelo de pensamento grupal como um conjunto de representações mentais coletivas” (MARIANTE, 1968, p.575).

Há cautela em nomear o trabalho sob o título de psicanálise. A única menção à psicanálise de grupo é feita por Mariante:

Uma interpretação somente poderá se enquadrar dentro de uma situação estritamente transferencial quando num contexto definido de uma situação plenamente ajustada. Fora de tal contexto não se poderá falar em psicanálise de grupo; poder-se-á quando muito falar de psicoterapia de grupo, ou tantas outras designações. (MARIANTE, 1968, p. 578).

Os termos mais comumente utilizados são “psicoterapia de grupos”, grupoterapia, psicoterapia analítica de grupos, psicoterapia orientada psicanaliticamente. Zimmermann (1970) busca o reconhecimento pela aplicação dos conhecimentos da psicanálise tradicional na situação de grupos: “Assim sendo, escrevi a presente comunicação baseado na minha técnica de trabalho, que se apoia nos conhecimentos da psicanálise individual” (ZIMMERMANN, 1970, p.95).

Os trabalhos com grupos caminham entre dois polos: de um lado, com relação à psicanálise, há a pretensão de aproximação, e a busca do reconhecimento; do outro lado, a tentativa de diferenciar-se das psicoterapias, por serem trabalhos menos valorizados, considerados menos profundos. A prática de grupos não goza de grande prestígio no movimento analítico nacional, Considerada pejorativamente por alguns analistas como “psicoterapia dos pobres” (SILVEIRA, 2007), o trabalho com grupos corre o risco de ser o “cobre” da psicanálise.

As psicoterapias estão associadas às práticas emergentes, alternativas mais acessíveis do que a psicanálise, praticadas principalmente pelos psicólogos. Sob a perspectiva de muitos psicanalistas, as psicoterapias são um terreno sem regulamentação clara, aberto às práticas “selvagens” que não seguem rígidos padrões

científicos da IPA. A ameaça da figura do charlatão é uma constante. A fantasia associada a sua imagem é utilizada para interpretação em um grupo terapêutico: “O grupo sente-se como o caipira simples em contato com os desejos sexuais e se vê unido a mim sem o perigo de ataque do mau terapeuta, o charlatão castrador, criando a angustia de loucura” (ETZEL, 1967, p.398).

O meta-fiador do contrato narcísico neste grupo, que atribui legitimidade a Etzel, é a IPA. O metaquadro que dá suporte para este dispositivo é instável, daí a necessidade de busca de legitimidade em uma instituição de renome. A filiação à IPA sustenta a transferência e garante a proteção contra a loucura, mesmo que esta prática, em si não seja diretamente reconhecida pela IPA.

O termo “analítica” é uma espécie de solução de compromisso. Ao mesmo tempo em que não é nomeada como psicanálise, a prática “analítica” é de atribuição exclusiva de psicanalistas. Psicanalistas são os únicos profissionais habilitados a trabalhar com as fantasias inconscientes, que garantem a profundidade e os resultados desta prática.

Assim, a tentativa de inclusão do grupo no contrato narcísico do movimento analítico visa à obtenção do reconhecimento e proteção, ao mesmo tempo em que exige transformações neste contrato, pela extensão da psicanálise.

11.4.1 Sobre os modelos de grupo

Influências do trabalho de Lewin são observadas na concepção do “todo grupal”. Há, também, a influência das escolas inglesa, principalmente de Bion, e argentina, além de alguns elementos do psicodrama. Há referências ao trabalho de Jaques sobre as instituições como defesas contra as angústias depressivas e paranoides

(ZIMMERMANN, 1970; TERUEL, 1968; FERRARI, 1967). Outros autores que trabalharam com grupos, citados, são Ezriel (TERUEL, 1968; ZIMMERMANN, 1970), Foulkes (ZIMMERMANN, 1970; ETZEL, 1967), Hulse (ETZEL, 1967) e Slavson (BLAY NETO, 1969).

Um consenso dos textos analisados é que todo grupo configura uma Gestalt, o objeto privilegiado de intervenção do analista é o “além do que a soma de cada parte isolada”, configurada como o “todo grupal”. Teruel exemplifica esta concepção, comparando a formação dos grupos com a formação da água. Quando em grupo, os indivíduos formam uma nova substância, distinta da singularidade cada indivíduo isolado. É como a água que forma um elemento diferente do que é o hidrogênio e o oxigênio isolados: quando juntos, estes elementos adquirem uma nova qualidade, distintas da soma isolada de cada substância.

Em termos psicanalíticos, esta nova realidade do grupo é uma realidade psíquica. Na tradição bioniana, o “todo grupal” é formado por “fantasias básicas de grupo”. Este modelo difere da sociologia por tratar dos fenômenos psíquicos associados aos grupos. O trabalho de Bion é uma referência frequentemente citada para a compreensão das fantasias inconscientes associadas ao grupo.

Sobre a influência do psicodrama e da escola argentina, em alguns trabalhos, o “todo grupal” está associado às vivências comuns no “aqui-agora” e na distribuição e circulação dos papéis entre os componentes do grupo. Segundo Blay Neto (1969), o objetivo do trabalho terapêutico de grupo é promover a descristalização dos papéis, possibilitando sua circulação entre os membros do grupo.

11.4.2 Sobre o modelo do grupo

A tensão entre o sujeito singular e o grupo é discutida por Blay Neto (1969), Mariante (1968) e Teruel (1968). Para Mariante (1968, p.576) “(...) que pertence a cada individualidade integradora de um grupo, com suas características próprias, mas que no momento do grupo, isto é, no momento-grupo, deixa de pertencer exclusivamente a cada integrante, para consubstanciar-se em um pensamento coletivo”.

Para Mariante, e dentro dos preceitos da Gestalt, trabalhando o todo grupal, cada parte será transformada. Portanto, a regra é tomar o “todo grupal” como o campo de trabalho privilegiado.

Na dinâmica entre o singular e o grupal, trabalhar a unidade do grupo é fundamental, frente à ameaça de dissolução e fragmentação. O risco de fragmentação é uma questão consensual que preocupa todos os que trabalham com grupos. Etzel (1967) entende que as fantasias sexuais, ameaçam a coesão do grupo “(...) estamos diante de uma situação de promiscuidade onde se pode imaginar tudo em matéria de luta competitiva entre os pacientes por aquilo que lhes é dado pelo terapeuta” (ETZEL, 1967, p.391).

Assim, o autor destaca o alto índice de abandono dos pacientes iniciantes no trabalho com grupos: “Tênuos são os laços que unem os pacientes de psicoterapia de grupo ao terapeuta, no início” (ETZEL, 1967, p.391).

Teruel afirma que seus colegas advertiram sobre os riscos da dinâmica sexual na triangulação entre o analista e um casal: “três é um mau número para tratamento”.⁵⁴ Para Blay Neto (1968), a coesão é possível, a partir do momento em

⁵⁴ Three is a bad number for treatment

que a unidade prevalece sobre a divergência. Assim o autor define um grupo idealizado:

(...) todos os seus membros percebem fielmente a realidade e não apresentam entre si, conseqüentemente, diferenças nas apreciações dos fatos. (...) neste grupo, assim idealizado, o terapeuta não teria o que fazer, porque todos os seus membros veem a realidade fielmente, o que constitui a meta final do tratamento (BLAY NETO, 1968, p.529).

Neste trecho, Blay Neto toma o grupo ideal pelo ideal de unidade imaginária. As diferenças são o resultado da incapacidade do grupo em obter a unanimidade. Há, em última instância, nesta perspectiva, certo risco em fazer prevalecer, no grupo, o polo isomórfico sobre o homomórfico. A tendência é fazer predominar, no todo, uma fantasia de unidade sobre fantasias que admitem e sustentam as diferenças no espaço coletivo, sem que a diferença seja ameaçadora para a coesão grupal.

A regra de trabalhar o todo grupal, a tendência no prevalecimento do polo homomórfico, não eliminam a necessidade de serem entendidas as relações entre o sujeito singular e o grupo, afinal, onde estaria neste “todo” o indivíduo, campo de domínio da psicanálise? Zimmermann (1970) discute a complexidade envolvida na relação entre cada sujeito e o grupo. Utiliza em seu modelo, uma concepção freudiana e kleiniana. Para este autor, cada sujeito estabelece com o grupo sucessivas relações de projeções, introjeções visando alcançar uma modificação na sua estrutura intrapsíquica.

No espaço do grupo (ZIMMERMANN, 1970), cada um projeta partes dissociadas de sua personalidade nos integrantes do grupo e cada um será o receptáculo das fantasias. A transferência na situação grupal é comparada, por Barbosa (1967), com a clínica tradicional:

A paciente apresentou transferencialmente o mesmo padrão de reação às duas situações de tratamento, isto é, em grupo e individual. Enquanto no tratamento de grupo a situação psicoterápica

lhe ofereceu objetos reais nos quais a paciente projetou partes de si mesma e com as quais identificou os objetos no tratamento individual ela contou somente com um objeto, o psicanalista, para receber as suas diversas projeções e com as quais o identificou em momentos diferentes (BARBOSA, 1967, p. 410-411).

Blay Neto (1969) também discute a lateralidade da transferência nos grupos:

(...) A ambivalência tinha, assim, possibilidade de expressão porque existiam personagens capazes de lidar respectivamente com os sentimentos agressivos e libidinosos. Concluía-se que cada sentimento tinha um personagem grupal incumbido de expressá-lo; o grupo se constituía, assim, num todo harmônico composto de pacientes unidos por necessidades, de usar o companheiro grupal como veículo de expressão afetiva(...) (BLAY NETO, 1969, p. 419).

Estes autores colocam em evidência a complexidade da relação estabelecida entre o sujeito singular e o grupo. Questões como a projeção, a transferência, bem entendidos na situação dual, tornam-se um problema difícil de ser entendido na situação grupal.

11.4.2 Sobre o manejo do grupo, o lugar do analista.

Uma dificuldade encontrada é compor a técnica psicanalítica tradicional com as exigências que a complexidade do grupo trazem para o manejo clínico. A regra básica consensual sobre a interpretação é o compromisso do analista com o grupo como um todo e que, portanto, toda interpretação deverá ser voltada para o grupo. Interpretações individuais são vistas como engano, desvios da técnica, defasagem de formação, que resultam na atuação do analista.

É consenso que a especificidade do trabalho do psicanalista é centrada na interpretação sobre a fantasia, tanto no atendimento individual como no grupo:

Com a interpretação atingem-se estas fantasias inconscientes e tende-se a estabelecer a verdade, advindo então o efeito terapêutico (ETZEL, 1967, p.396);

Interpretar em transferência é atingir direta ou indiretamente a fantasia inconsciente de um indivíduo ou de um grupo, sabendo como, quando e por quê? (MARIANTE, 581).

Para Blay Neto (1968), o objetivo da interpretação será obter uma concepção unanime sobre a realidade:

A interpretação grupal dá, pois, ao grupo, a possibilidade de encontrar, maior número de vezes, concepções unânimes da realidade. Substituiu assim a desintegração grupal pela síntese grupal, que é função básica da terapêutica, isto é, predomínio da unanimidade sobre a divergência. (BLAY NETO, 1968, p. 531)

No grupo, a figura do analista aparece descrita sob duas perspectivas diferentes. Na perspectiva mais comum, o psicanalista é o elemento central da transferência. Portanto, seu papel é fundamental para a manutenção da unidade do grupo, cabe a ele, interpretar as fantasias inconscientes. As transferências, a cadeia associativa e a interpretação serão centralmente ligadas à sua figura inequívoca:

Através destes processos, o psicoterapeuta como elemento central se constitui em imagem una, diferente das imagens particulares projetadas, configurando-se, assim, o objeto transferencial do grupo. Em vista de que todos os participantes, profundamente, se referem a um objeto efetivo comum (o psicoterapeuta), suas associações, na sequência temporal, estão dinamicamente relacionadas. É esta a base fundamental que permite interpretar as associações de um paciente como expressões ou associações do grupo como um todo. Consequentemente, tais interpretações ao grupo, como totalidade, serão sempre transferenciais. (ZIMMERMANN, 1970, pp. 96-97).

Pode-se perguntar como é possível dar uma interpretação para um grupo de pessoas desiguais sob todos os pontos de vista. A interpretação pode parecer absurda e mesmo revoltar a todos os opositores da psicoterapia de grupo.

Procuramos o denominador comum do que se diz que é basicamente transferencial e em grupo (...). A interpretação refere-se às fantasias inconscientes projetadas no terapeuta tendo em conta o fator comum a todos, que é o início de nossa vida. (ETZEL, 1967, p. 395).

Esta perspectiva preserva a relação dual da clínica tradicional, mas ao invés da dualidade ser entre o indivíduo e o terapeuta, torna-se a dualidade entre o terapeuta e o “todo grupal”.

Mariante difere dos demais trabalhos e leva mais em conta os impactos que a complexidade do grupo trazem para o lugar do analista. Ao invés de sustentar uma relação dual analista-grupo, este autor abre uma nova perspectiva, destacando o caráter copensante do analista na situação de grupo:

(...) o modelo de pensamento grupal exige que o meu pensamento não seja apenas meu (...) solicito a opinião do grupo, para que minha interpretação não venha a transformar-se em sentença e porque estou trabalhando com o grupo e sou parte integrante deste organismo. Essa estrutura precisa ser repensada. Penso que assim, com essa modalidade, estarei, entre outras coisas, evitando uma dependência infantil e demonstrando que o terapeuta (pai-mãe) *não deverá ser onipotente*⁵⁵ (MARIANTE, 1968, p.587).

A perspectiva de Mariante parece ser a de uma posição menos narcísica do analista. Outro aspecto destacado pelo autor, futuramente teorizado por Kaës (2004), é sobre a cadeia associativa de sonhos na situação grupal “O material onírico neste tópico pertence a um outro grupo. Com ele pretende-se evidenciar, como demonstra através de sonhos ou de cadeia de sonhos (acontecimento frequente), as vivências dolorosas de abandono, quando se interrompem as sessões” (MARIANTE, 1968, p.585).

Vemos, portanto, que a situação do grupo coloca em questão a posição de centralidade do analista. Seu lugar tradicionalmente estabelecido, seguro e protegido sofre novas exigências, próprias da situação grupal. Sustentar uma relação dual sob a perspectiva do grupo pode ser uma defesa contra as ameaças a que o analista está exposto no espaço do grupo. É consensual que o grupo traz dificuldades, no que diz respeito à contratransferência.

Para Mariante, (1968), no grupo, o analista está mais exposto, aumentando o risco de sua fragmentação egoica, o que acarreta no risco de atuação. As transferências ficam mais intensas, aumentando a dificuldade técnica desta

⁵⁵ grifos meus

modalidade de trabalho em relação ao trabalho individual. No grupo, o analista está em minoria em relação aos seus pacientes: “são muitas bocas para suga-lo” (MARIANTE,1968, p. 579).

11.4.3 Sobre a formação do analista para trabalhar com grupos

A dificuldade em trabalhar dentro de uma configuração diferente do contexto da psicanálise tradicional justifica que o trabalho em grupo deve ser realizado por profissionais mais experientes e com treinamento específico para este tipo de situação:

O exercício deste complexo mister requer mais que o conhecimento teórico puro e simples, porque está a exigir a experiência, aprendizagem e elaboração, e sobretudo, vivência da dinâmica grupal, que se adquire paulatinamente, em sucessivos estágios, incluindo o de observação de grupos e supervisões técnicas. (MARIANTE, 1968, p. 577).

No entanto, nem sempre isto acontece. Devido à falta de preparo específico, Mariante (1968) destaca a dificuldade do manejo adequado do grupo como fator que explica: “(...) porque certos terapeutas de reconhecida capacidade profissional, não conseguem manter a coesão de um grupo, nem a continuidade de sua existência, desistindo de realizar a tarefa sob a alegação dos mais variados pretextos e argumentos” (MARIANTE,1968, p.588).

Blay Neto (1968) lembra que a maioria dos analistas são oriundos do trabalho individual. O grupo é uma situação nova, com suas peculiaridades, estranho à maioria dos analistas, “daí sentirem as inibições emocionais que toda situação nova e desconhecida faz surgir (p.528)”. Segundo Blay Neto (1968, p. 528),

Tínhamos conhecimentos teóricos a respeito de grupo e sabíamos da necessidade de serem dadas interpretações grupais ao mesmo. Contudo, sentíamos a todo instante impelidos a funcionar

como se estivéssemos em situação individual. Sentíamos angústia naquela nova situação.

Blay Neto entende que o grupo é uma situação nova, mal conhecida para os analistas. Interpretações individuais são “coisas conhecidas”, utilizadas na situação grupal, por analistas, em uma situação desconhecida. As interpretações “duais” estabelecidas com o grupo são mais próximas da situação analítica conhecida e, portanto, este aparece como o modelo prevalente na clínica de grupos. Estes são sinais que indicam a precária formação e teorização existente no trabalho com a situação específica do grupo. Embora muitos analistas trabalhassem com grupos, e esta modalidade de trabalho representasse uma importante fonte de renda para muitos analistas, poucos tinham formação específica para trabalhar com este dispositivo.

11.4.4 A extensão da psicanálise e os grupos sociais

A extensão da psicanálise também é pensada em termos da interface com o social, em quatro artigos (FERRARI, 1967; BICUDO, 1968; BICUDO 1969, UUCHÔA, 1970). Ferrari e Bicudo discutem a questão da pulsão de vida e de morte tendo um entendimento de que os grupos sociais, as instituições, os mitos, a cultura, são formações que estabelecem estrita relação com o funcionamento psíquico. A concepção de Jaques sobre as instituições como extensões do psiquismo aparecem claramente nos trabalhos destes dois autores:

A morte, justamente por seu valor destrutivo, resultaria em aceleração do processo de socialização, na medida em que o grupo possuía estruturas capazes de institucionalizar satisfatoriamente ansiedades do tipo paranoide ou depressivas, que o medo da morte provoca nos indivíduos. (FERRARI, 1967, p. 507)

Bicudo (1968) discute a transmissão psíquica e o conflito entre as gerações. Antes do surgimento do conceito, em Kaës, utiliza o termo “aliança inconsciente”

para analisar o vínculo inconsciente presente na passagem entre as gerações:

Enquanto as gerações mais velhas desenvolvem suas capacidades para produzir material bélico, que ameaça a humanidade inteira sob o mito da hegemonia de poder maníacos e narcísicos, as gerações mais jovens proclamam que desejam segurança para viver. Como, porém, as gerações mais novas também estão sujeitas à atividade do instinto de morte, atividade mascarada sob os fins da vida, certo grau de violência com fins destrutivos se alia à resistência da geração mais velha para efetuar progresso. Em razão dessa *aliança inconsciente*⁵⁶, o movimento de renovação sociocultural se torna mais vagaroso e doloroso para todos, dando lugar à reciprocidade de violências que expressam regressão e “acting-out” sem nenhuma finalidade senão a de extravasar o instinto de morte. (BICUDO, 1968, p. 512)

Estes dois autores discutem os processos de institucionalização e socialização que formam o pano de fundo para a vida psíquica, demonstrando o caráter extensivo do psiquismo para além do intrapsíquico. Eles exploram este terreno utilizando, além do trabalho de Jaques, fundamentalmente, a teoria Bioniana e Kleiniana. Bicudo era formado em sociologia e Ferrari, em antropologia e sociologia. Além do trabalho clínico com grupos, a aceitação de não médicos também foi um importante elemento a favor da extensão da psicanálise brasileira.

Ao mesmo tempo em que critica o trabalho da neopsicanálise culturalista (Horney, Fromm, Sullivan, Kardimer) como sendo autores que subestimam pontos essenciais da psicanálise, Uchôa (1970) ressalta a importância em da aproximação entre a psicanálise e o contexto sociocultural. Destaca as aplicações da psicanálise feitas por Reik Roheim, Hartmann, Erikson, à compreensão do contexto sociocultural.

11.4.5 Bion, Klein e a extensão da psicanálise

O texto de Ferrão, publicado em 1970, como aula inaugural do Curso do Instituto de Psicanálise da SBPJR é um analisador das mudanças que estão por vir

⁵⁶ grifos meus

sobre a extensão da psicanálise, durante os anos 1970. O autor utiliza a teoria de Bion para discutir a relação entre as ideias novas e os conservadores: Bion “Propõe aplicar o termo ‘establishment’ para designar as autoridades que desempenham a função executiva e controlam o cumprimento das normas dentro das sociedades científicas, religiosas ou do estado” (FERRÃO, 1970, p. 307).

O autor lança a questão:

Surge aqui uma pergunta inquietante: estão as nossas Sociedades Psicanalíticas organizadas sadiamente para construir o ‘continente’ adequado para receber, conter e desenvolver um novo descobrimento e o ‘establishment’ analítico tem a plasticidade suficiente para desempenhar sua função no processo de criação? (FERRÃO, 1970, p. 307).

Ferrão (1970) retoma o trabalho de Grinberg, que afirma que a psicanálise pouco se desenvolveu após a morte de Freud, ficando “quase que identificada totalmente com seu criador” (GRINBERG, 1969, apud FERRÃO, 1970, p. 308). Assim, houve uma adesão idealizada sobre as palavras de Freud e o rechaço de novas ideias, vistas como ameaçadoras às teorias freudianas. Segundo Grinberg, fatores emocionais serviram como base para as cisões do movimento analítico:

O submetimento científico-ideológico aos pais e arquipais superegóticos foi suficientemente intenso para interferir com a assimilação de novas ideias e inibir a capacidade criadora. É possível que, consciente ou inconscientemente, se tenha abusado do fenômeno transferencial para preservar e transmitir a ‘tradição’ aos ‘filhos – candidatos – discípulos’, como um tesouro sagrado e imutável. (GRINBERG, 1969, apud FERRÃO, 1970).

Nota-se, assim, nas palavras de Grinber retomadas por Ferrão, que a análise didática é uma via de preservação e de transmissão daquilo que estou denominando de transmissão narcísica da morte. Os conflitos são entendidos por Grinberg como sendo de fundo emocional, expressos em nível pessoal, grupal e institucional, mal endêmico

que se manifesta em diversos contextos. São lutas fundamentalmente relativas ao conflito entre gerações no qual está em jogo a rebeldia infantil contra figuras paternas e também pais que não toleram o crescimento dos filhos, pela ameaça à posição de prestígio e poder.

No contexto do movimento analítico brasileiro, segundo Ferrão (1970), profissionais que trabalham solitariamente no consultório sentem a necessidade de pertencerem a algum grupo. Integram-se a grupos que compartilham da mesma ideologia e que se opõem a outros contrários. Estes conflitos também são organizados em torno de instituições, manifestando-se em torno de diferenças científicas e ideológicas. O autor destaca os conflitos advindos da introdução das ideias de Klein na Sociedade Psicanalítica Britânica e as de Bion. Ferrão (1970) lembra que o mecanismo de cisão faz com que questões intelectuais sejam dissociadas de atitudes emocionais, determinando um comportamento contraditório. Defende que teorias psicanalíticas devem ser substituídas por novos modelos clínicos, quando os fatos clínicos assim exigem. A intenção do autor em dessacralizar Freud é clara: abrir espaço para as inovações de Bion.

Ferrão (1970) determina o campo de trabalho da psicanálise como aquele relativo à relação entre o analista e o paciente: “de um lado uma pessoa que se dispõe a se deixar analisar e de outro lado uma pessoa que se propõe analisar” (Ferrão, 1970, p.310). É na relação bipessoal que se estabelece a relação analítica e esta situação deve ser preservada.

A partir destes argumentos, o autor passa a criticar as adaptações técnicas feitas à psicanálise para atender às exigências da sociedade desta época e a confusão entre “psicanálise” e “aplicação da psicanálise”, esta última, fruto do desejo do analista em “resolver problemas sociais” (FERRÃO, 1970, p.311). Estas modificações

da psicanálise, que o autor entende como contratransferenciais, são reflexo da presença de fatores emocionais como ansiedades, desejos do analista, encobertos por racionalizações sutis, colocadas em termos de desenvolvimento da psicanálise, “que na realidade levam à confusão, ao estancamento e às falhas deformações técnico-metodológicas” (FERRÃO, 1970, p.311). A preocupação da psicanálise será o que se passa na sessão analítica sendo desconsiderado tudo aquilo que acontece antes ou depois da sessão, ou seja, fora do *setting* analítico. O ouro puro da psicanálise deve ser preservado da contaminação pelo que vem de fora. No *setting* analítico, Bion propõe uma boa maneira de observar: “livre de desejos, de memórias e de teorias” (FERRÃO, 1970, p.311).

A partir desta argumentação, o autor conclui:

Quero ainda alertá-los para a questão da psicoterapia de grupo, que quase sempre os alunos exercem, segundo dizem, como um meio auxiliar de arcar com o ônus de uma formação verdadeiramente cara como é a de psicanalista. Este método terapêutico permite, por sua vez, um tipo de abordagem psicoterápica mais de acordo com as necessidades e organização da sociedade moderna; permite também um rendimento econômico, a quem está começando, maior do que o conseguido pela plena dedicação à Psicanálise. Tenho observado, entretanto, que esses elementos já habituados à valorização maior de sua hora de trabalho meritório que tem grande alcance social, mas desfalcando sobremodo as fileiras psicanalíticas. Por outro lado, a psicoterapia analítica de grupo é apenas uma aplicação da dinâmica de grupo, concebida, em termos de psicanálise, nos campos das psicoterapias. Não pode ser considerada como terapêutica psicanalítica, pois esta está baseada no ‘*setting*’ analítico descrito por Freud e aceito por todos os analistas. Este é um problema em que todos devemos pensar, assim como nas repercussões que ele pode ter para o futuro do movimento psicanalítico (FERRÃO, 1970, p.314).

Ferrão (1970) explicita as alianças inconscientes contraídas com Freud, que restringem o processo criativo da psicanálise. O objetivo do autor foi interpretar os vínculos que estão nas bases de resistência ao novo e dificultavam o caminho para a introdução das ideias de Klein e, principalmente, de Bion. Mas, ao mesmo tempo em

que criticou o sectarismo do movimento e analítico e abriu caminho para mudanças, delimitou o campo da psicanálise ao domínio da relação dual.

As mudanças introduzidas pelas ideias de Bion mobilizam o arcaico depositado nas alianças inconscientes e representam uma ameaça ao vínculo que mantém unido o movimento analítico brasileiro. Freud é dessacralizado por não ser mais o único: a equação Freud/psicanálise, é interpretada e revelada. Este importante fiador das alianças inconscientes, ameaçado, coloca em risco a coesão grupal. Ameaçadas pela mudança, as alianças inconscientes correm o risco de perderem a sua função de continente da vida psíquica do grupo. É necessário, portanto, refazer as alianças, sob o risco de dissolução das fronteiras da psicanálise e perda da coesão grupal.

O trabalho com grupos, que exige a extensão da psicanálise, representa grande risco de dissolução das suas fronteiras. Será atacado por interpretações psicologizantes e entendido como uma deformação técnico-metodológica que ameaça à psicanálise. O envelope psíquico da psicanálise estabelecido por Ferrão é a relação dual do consultório, método estabelecido por Freud. Na verdadeira psicanálise, o ouro puro não está associado à teoria Freudiana, que Uchôa (1970) nomeia de psicanálise clássica, mas ao método de investigação estabelecido pelo fundador da psicanálise. Isto permite que inovações como as de Klein e Bion tenham lugar, ao mesmo tempo em que a ligação com o fundador não é completamente desfeita, afinal, Freud inventou este método clínico de investigação do psiquismo. O espírito científico precisa ser garantido frente ao *establishment* e a clínica está autorizada a transformar a psicanálise ao longo das gerações. Os vínculos institucionais de filiação da IPA garantem a legitimidade da prática, pelo *pedigree* de filiação e restringem a liberdade do espírito científico.

Ferrão ignora o trabalho de Bion sobre os grupos, citando apenas seu trabalho “psicanalítico” para tratar de questões institucionais e grupais. A “verdadeira psicanálise”, delimitará, cada vez mais as fronteiras do movimento analítico brasileiro. Para garantir a função continente do vínculo, o dentro e o fora devem ser bem estabelecidos. A psicanálise é o que se passa dentro do *setting* e o que acontece fora do *setting*, não será psicanálise. Atuar fora destas condições será considerado como atuação contratransferencial. Para manter a neutralidade, o consultório e a psicanálise são vistos sob a condição de isolamento em relação ao seu “socius”. Os ganhos financeiros do trabalho com grupos representam perdas para a verdadeira psicanálise, desfalcando suas fileiras. Ferrão, que havia publicado um texto em 1967 defendendo a prática de grupos, desqualifica o trabalho com grupos, visto como “apenas uma aplicação” da psicanálise.

Assim, o trabalho de Ferrão é um analisador da remodelação do campo da psicanálise, ao menos na SBPSP. As ideias de Bion são introduzidas e a reserva do mercado psicanalítico passa para o domínio deste grupo emergente. A partir dos anos 1970, o ouro puro da verdadeira psicanálise precisa ser preservado do cobre do grupo e do chumbo da ditadura militar.

11.4.6 Sobre a extensão da psicanálise

Mariante (1968) explicita em nota de rodapé que o trabalho com grupos exige que a psicanálise tradicional seja repensada nos termos do grupo:

No grupo, com o grupo, a metodologia em si mesma, o sistema de motivações e as razões da ação terapêutica abrangem um campo diferente de toda e qualquer psicoterapia individual. Porque nesse “insight coletivo” há uma especificação que é dada pelo campo bipessoal da situação analítica individual. A “visão interna deste

campo só pode ser pluralizada”. (MARIANTE (1968), nota de rodapé, p. 576).

Ao incluir o grupo, a extensão da psicanálise coloca em questão o lugar do analista e das instituições psicanalíticas. Na relação dual, nas instituições, ocupa uma posição narcísica tradicionalmente estabelecida, de domínio e poder, em torno do qual orbita o paciente individual, o grupo, os alunos. Em uma metáfora da astronomia, a centralidade do analista corresponde a uma posição copernicana onde os astros orbitam no entorno de um único sol. A relação multicêntrica, complexa a que se refere Mariante, e na qual não está habituado o analista, exige a renúncia narcísica de centralidade. É o predomínio de um modelo Kepleriano que comporta não apenas um único, mas vários centros no universo.⁵⁷

Apesar das mudanças anunciadas por Ferrão, que mobilizou transformações nas alianças inconscientes do movimento analítico desfazendo a equação Freud/psicanálise, foi preservada na aliança, a posição narcísica de centralidade do psicanalista. A transmissão narcísica da morte manteve-se preservada conforme será visto adiante.

O descentramento narcísico desloca o poder centralizado do analista para o grupo e impõe a cada um, a posição de mais um membro de uma cadeia, cada um com suas especificidades, singularidades, diferenças, semelhanças. Ser mais um e não ser o centro implica na necessidade de lidar com a diferença, com a pluralidade, com a alteridade, com o multicentrismo do modelo kepleriano.

O grupo coloca a psicanálise frente a um espaço não reconhecido e não dominado pelo psicanalista: o das relações complexas. Mariante (1968) admite que esta modalidade de trabalho ainda precisa ser desenvolvida:

⁵⁷ Esta metáfora é uma alusão feita à comunicação de Kaës, no seu discurso de encerramento do I Colloque International réseau inter-universitaire groupes et liens intersubjectifs realizado em 2015 na Universidade Lyon 2, França.

Creio também que a deficiência existente de metodologias apropriadas estaria impedindo a compreensão em termos mais amplos, do grupo psicológico, ou mais claramente, da psicopatologia grupal. Como é óbvio, trabalhar com um grupo dentro de um enquadramento, uma postura conceitual e uma metodologia psicanalítica, é tarefa extremamente complexa, que oferece de início, grandes limitações. (MARIANTE, 1968, p.576)

Quando o grupo passa a ser objeto de análise, os agrupamentos de psicanalistas também serão entendidos sob a perspectiva das dinâmicas de grupo e os vínculos são tomados como objeto de estudos. Blay Neto (1968) cita uma situação em um grupo de analistas, onde a diferença entre eles tem seu potencial destrutivo:

A finalidade específica deste grupo era definir o conceito de grupo ideológico. Todavia, quando reunidos, explosões emocionais, dificuldades pessoais, interferiam constantemente no objetivo do trabalho: encontrar a definição de grupo ideológico.

Os AA. procuraram, então, vencer esse impasse transformando o grupo de trabalho em grupo terapêutico. Puderam então averiguar que o grupo de trabalho se sentia ameaçado pelo tema “grupo ideológico”. O tema era sentido como elemento conflitual, por ser desconhecido e temido, portanto, rechaçado (BLAY NETO, 1968, p. 527).

Na Perspectiva de Blay Neto, uma vez trabalhadas as relações interpessoais e os afetos nelas envolvidos, será possível a obtenção de consenso e unanimidade. O risco desta perspectiva de entendimento sobre o consenso é, justamente, denegar o custo que pode estar associado à obtenção da unidade grupal. Não haveria um risco de a unidade do grupo ser obtida, justamente, por um pensamento ideológico, tema desconhecido e temido? Não seria a ideologia do grupo, justamente um aspecto denegado pelo grupo?

A impossibilidade de contato com aquilo que foi denegado, para sustentar ilusão imaginária, está na base da violência em um grupo ideológico, entendido sob a perspectiva proposta por Kaës. A grande dificuldade é ter um grupo lastreado em um terceiro mediador que dê sustentação aos conflitos, contenha a expansão narcísica dos

seus membros e gere a possibilidade de multiplicidade e novos entendimentos sobre a realidade analisada, sem que a multiplicidade ameace a coesão grupal.

No movimento analítico, o medo do conflito é justificado: qual analista teria, afinal, a autorização para determinar o que é um grupo ideológico? Qual seria o meta-fiador da opinião final sobre o estatuto de verdade da realidade? Esta questão torna-se mais difícil ainda quando a equação Freud/psicanálise é desfeita.

Quando o meta-fiador permanece em um nível inacessível, como está Freud, temos a psicanálise como um trabalho finalizado. Neste caso, não há possibilidade de extensão da psicanálise, pois ela não pode ser diferente daquilo que Freud propôs: somente ele tem a legitimidade em arbitrar sobre qualquer extensão do campo, algo impossível com a sua morte. Quando o grupo sucessor passa a ser o responsável por esta tarefa, os conflitos são inevitáveis. A dessacralização coloca os psicanalistas sob o céu vazio, tal como os astrônomos se depararam, quando ele já não era mais habitado por deus: eram os homens, e não deus, que deveriam arbitrar sobre os fiadores da verdade.

As alianças inconscientes do movimento analítico preservam o campo da psicanálise como sendo o da relação dual: a relação de cada analista com Freud, como propõe Van der Leeuw (1968), com seu analista didata, com o todo grupal. Na cadeia de sucessão entre as gerações, o *pedigree* segue na transmissão das alianças inconscientes pela linhagem direta entre Freud, Klein, Bion, Philips...

A relação com o espaço da multiplicidade, da complexidade do grupo coloca o movimento analítico frente ao desconhecido, e a extensão da psicanálise ameaça a ruptura das alianças inconscientes forjadas nos termos da sustentação da relação dual.

O dilema apresentado por Blay Neto será um analisador que envolve a discussão de psicanalistas no que diz respeito à extensão, quando consideramos a

questão do grupo como o lugar de domínio sobre a psicanálise. Aqueles que se dizem falar em nome de Freud e buscam a legitimidade pelas raízes de afiliação, sustentam a pureza da psicanálise. Os Kleinianos e os Bionianos levantarão nos anos 1970 a bandeira da “verdadeira psicanálise”. Por outro lado, a prática clínica em situações diversas do *setting* analítico estabelecido por Freud, a interface com a sociologia e a antropologia, vão gerando uma série de indagações e de observações que vão colocar em questão a relação dual. A resistência é grande e a psicanálise fica cada vez mais restrita ao consultório, dissociado do restante do mundo.

O trabalho com grupos encontra, no início dos anos 1970, ao mesmo tempo, desafios proporcionados pela clínica expandida e limitações teóricas e técnicas em função das dificuldades de validação destes trabalhos no âmbito do movimento analítico. Este é um momento de consolidação do movimento analítico e definição de suas fronteiras. Um grupo de psicanalistas tenta trazer o trabalho com grupos para o lado de dentro desta fronteira, na busca de sustentação para o desenvolvimento do trabalho com grupos, mas ao mesmo tempo, encontram inúmeras dificuldades. Estas dificuldades não são ignoradas, segundo Blay Neto, (1969, p. 416) “O Advento da psicoterapia de grupo na terapêutica psicológica trouxe problemas de ordem técnica e problemas de ordem conceitual”. Kaës vai além, lembrando que as dificuldades também são metodológicas, epistemológicas e institucionais.

Capítulo 12: Análise dos artigos, 1971 a 1976

12.1 A “verdadeira psicanálise”

Episódio Número 2

Paciente do sexo feminino, com 26 anos, solteira, vivia com sua irmã, depois de perder os pais. Fora abandonada pelo irmão solteiro e pelo amante que lhe deixara um filho e que diz ter sido obrigada a entregá-lo a pessoa desconhecida. No momento em que a paciente entra na sala de sessões, pelas janelas ouvem-se sons denotando passagens ininterruptas de ambulâncias, viaturas da polícia e do Corpo de Bombeiros.

P – O senhor não sabe do incêndio?

Silêncio

P - É homem indiferente a tudo e a todos!

Silêncio

P - O fogo parece que começou perto do “elevado”. Tive medo, pois lá trabalha minha irmã. Não posso imaginá-la no meio do fogo. Creio que ela não saberia o que fazer e como dele se defender. Esse medo passou quando ela me telefonou. O incêndio não foi perto da casa em que trabalha. Ainda bem... Foi na Avenida São João⁵⁸.

Silêncio

A – Parece alheia ao fogo que está dentro de si. Deixa-se queimar, não sabendo como lutar contra sua própria destruição. Vem me pedir ajuda.

Durante toda a sessão continuavam os ruídos das viaturas e suas sirenas. Logo na entrada da paciente senti receio pela notícia. A angústia me invadiu. Os três períodos de silêncio foram dolorosos para mim. Pensava nos meus. No decorrer da sessão a paciente transmitiu-me, no material que apresentava, o local do incêndio. Pela sua descrição fiz uma localização, evidentemente fantasiosa, onde deveriam estar os meus. *Acalmei-me para continuar o meu trabalho fazendo negação da realidade externa. Procurei me manter aparentemente calmo, para não contaminar o ambiente de trabalho*⁵⁹. Pura aparência, pois devia estar perturbado, uma vez que não consigo lembrar-me dos pormenores da sessão, que seriam úteis para esta ilustração. Poder-se-ia dizer que a angústia do analista seria decorrente de *incêndio existente dentro dele*⁶⁰. A paciente levou para a situação analítica uma realidade social. Embora a análise transferencial seja intersubjetiva, no dizer de Fluornoy (2), com dificuldades o analista procurou efetuar a cisão que foi evidentemente falha, uma vez que realizou uma versão individual no material que recebeu de

⁵⁸ Em fevereiro de 1972, 16 pessoas morreram no incêndio do edifício Andraus, localizado na Avenida São João, em São Paulo.

⁵⁹ Grifos meus

⁶⁰ grifos meus

seu paciente. A versão do analista decorreu de episódio anterior quando, no leito com a esposa, ambos febris, na *vigência de processo grupal, reagira com muita intensidade emocional*⁶¹ ao desinteresse dos seus nessa oportunidade. (CAPISANO, KOCH, 1972, p. 351, 352.)

O trecho acima é um analisador do período entre 1971 e 1976 no movimento analítico brasileiro e pode ser compreendido sob diversas perspectivas. Do ponto de vista daquilo que se passa no interior do *setting* analítico, notamos a aparente indiferença do psicanalista frente à “realidade social”, enquanto essa insiste em invadir a sala de atendimento de diversas maneiras: pelo desespero da paciente que acaba de se deparar com um trágico incêndio que marcou a história da cidade de São Paulo; pelo barulho das sirenes que invadem o consultório; pelas fantasias do analista sobre o perigo real que sua família poderia estar correndo naquele instante. Para sustentar seu lugar, o analista cindiu em relação à “realidade social” para evitar a contaminação do ambiente de trabalho. O recorte da psicanálise é a “realidade psíquica”. O “fogo” que importa é o “intrapíquico”, que queima no interior do paciente. Ou, como neste caso, o que queima na mente do analista, destruindo o ambiente de trabalho. O analista nega o incêndio da “realidade social”, mas ele invade a sala pela atuação contratransferencial do analista.

Esta “cisão” também pode ser vista como uma metáfora das sociedades de psicanálise em relação à “realidade social”: o movimento analítico restringe-se, cada vez mais, ao que se passa no interior do consultório, na tentativa de evitar a destruição da psicanálise pelo contexto político social, que está em chamas, durante os “anos de chumbo”.

A indiferença, tanto a do analista, como a das Sociedades, é só aparente: o fogo que está queimando “fora”, também está queimando “dentro”. É preciso

⁶¹ grifos meus

recuperar a capacidade de pensar para que o trabalho possa ser retomado. O tema do IX Congresso latino-americano de psicanálise realizado em Caracas, em 1972 é “incidência da realidade Social no trabalho analítico”. Em 1973, no IV Congresso Brasileiro de Psicanálise, o tema é o conflito de gerações, quando são discutidas as crises na transmissão da psicanálise. Em 1974, o tema do X Congresso latino-americano realizado no Rio de Janeiro é “Identificação e Identidade na Cultura Atual”. Todos estes temas servem como trampolim para discussões sobre as crises nas sociedades psicanalíticas.

O chumbo da ditadura ameaça destruir a psicanálise, as ansiedades depressivas e paranoides mobilizadas pela quebra dos enquadres coloca a necessidade de ser retomada a estabilidade dos metaquadros que dão suporte ao trabalho analítico. Mas como obter a estabilidade em um contexto turbulento? São diversos os textos publicados na RBP durante este período que tentam traçar a (re)delimitação das fronteiras da psicanálise e sua posição frente ao contexto social do período. Diversos são os trabalhos que visam normatizar a cisão entre a “realidade psíquica” e a “realidade social”. Esta é a principal defesa da “verdadeira psicanálise”, contra os “incêndios” do período.

As turbulências internas da SBPSP referem-se à introdução do trabalho de Bion, e à mudança na direção, com a aposentadoria de Koch e Marcondes e a tomada do comando pelo grupo ligado a Ferrão, Philips e Bicudo. A partir de 1971, o trabalho de Bion passa a ser ensinado no quarto ano de formação do instituto ligado à SBPSP, enquanto são retirados outros 12 assuntos anteriormente ensinados, dentre eles, o trabalho com grupos (SILVEIRA, 2007). Introduzir a mudança no trabalho de Freud e manter a pureza da psicanálise será fundamental em um período onde a psicanálise sofre diversos riscos de contaminação.

Posicionando-se como organizações científicas apolíticas, a SBPSP e a SPRJ negam-se a oferecerem ajuda a psicanalistas presos pelos regimes totalitários. No Rio de Janeiro eclode o Caso Amilcar Lobo. Em tempos de censura, na RBP, enquanto são discutidos os conflitos sociais norte-americanos e europeus, impera o silêncio em relação a temas nacionais. Estes são exemplos da cisão do movimento analítico brasileiro em relação à realidade social. A ideologia é considerada como um pensamento não científico e ameaça a neutralidade da ciência psicanalítica.

A “verdadeira psicanálise” é definida frequentemente como estudo da personalidade, indica que, cada vez mais, prevalece o entendimento de que o domínio da psicanálise é o intrapsíquico. A relação dual do *setting* analítico permanece a mesma que a estabelecida por Freud embora a ludoterapia com crianças de Klein e os trabalhos de Bion promoveram transformações na teoria, na clínica e no método psicanalítico. Prevalece no período, no Brasil, a reprodução de trabalhos importados, principalmente da Inglaterra. Estes trabalhos são transmitidos pela formação de escolas, organizadas em torno dos nomes de Freud, Klein e Bion.

Nesse contexto observamos, a partir do início dos anos 1970, o desaparecimento dos trabalhos sobre grupos. As alianças narcísicas contraídas com Freud e conservadas ao longo da transmissão entre as gerações, reconfiguram-se nos termos da “verdadeira psicanálise”. A fidalguia, *o pedigree* são artigos de luxo, cada vez mais fetichizados e se tornam cada vez mais caros. Pertencer a uma escola de linhagem pura, ser descendente de Freud, é sinal de grande valor. A causa social é nobre, mas não é do interesse da psicanálise, a não ser que ela apareça no consultório. Na cisão com a realidade social, o preço de um ano de análise com Philips é comparado ao valor da compra de uma casa, conforme destacado por Oliveira (2006).

Desta forma, os herdeiros de Freud, durante os anos de chumbo, tomam para

si os benefícios desta aliança narcísica, convertendo o ouro puro da psicanálise em dinheiro. Segundo Oliveira (2006), há neste período um boom das práticas acompanhado de um boom do preço das sessões. O cobre do grupo e o chumbo da ditadura ameaçam a contaminação do ouro. Trabalhos com grupo desaparecem da RBP por não serem considerados a “verdadeira psicanálise”, mas apenas uma mera aplicação. O consultório precisa ser preservado do metaquadro social. O trabalho de Bion⁶² é a base da restauração do *setting* analítico, ao menos na SBPSP: o analista “sem memória e sem desejo” embasa aquilo que Capisano e Koch (1972) chamam de “*splitting*” e Bicudo (1972) chama de “clivagem” do *setting* analítico em relação ao social.

Apesar do domínio de trabalho e pesquisa do psicanalista limitar-se à investigação do intrapsíquico do paciente, não é negado o caráter extensivo do psiquismo. Trabalhos de analistas estrangeiros como Leo Rangell, então presidente da IPA e dos argentinos León e Rebeca Grinberg (1971), e de analistas da SBPSP, Capisano, Koch (1972), Bicudo (1972) e Uchôa (1973), entendem que o psiquismo não se restringe ao intrapsíquico: “a psicodinâmica individual prolonga-se na sociodinâmica do presente momento” (UCHÔA, 1973, p.178). Mas o interesse na intersubjetividade, conforme o texto citado acima indica, restringe-se à relação dual, e faz parte de campo de investigação do analista sobre o psiquismo do seu paciente. Na clivagem entre o dentro e o fora não há espaço para as formações intermediárias. O estudo do campo social é do domínio da sociologia. O grupo, intermediário entre o psíquico e o social, esvazia-se na clivagem que retoma a dicotomia entre o sociologismo e o psicologismo. Se já havia dificuldades em legitimar este dispositivo como método de investigação psicanalítico, neste período, esta tarefa torna-se

⁶² O trabalho de Bion com grupos é negado por Philips: “É... Bem... Bion mesmo não usou grupos... Bion usou grupos como ele descreve naquele livro experiência com grupos. Mas o mais interessante – observe – é o grupo no indivíduo. (PHILIPS, 1997, 130)”

impossível.

É necessário que o psicanalista mantenha sua mente livre de saturações, abstenha-se de sua ideologia, para que possa sustentar o seu lugar de observador neutro. Cabe a ele observar os efeitos que o social e a cultura têm sobre o funcionamento mental no momento da sessão. Tudo que se passa fora do *setting* não é de interesse do analista, pois está fora do seu recorte. Cada vez mais as normas devem seguir o padrão imposto pela IPA.

Se na sessão de análise o psicanalista é um pesquisador (BICUDO, 1972), fora dela, ele está clivado da possibilidade de pensamento. Sem a possibilidade de pensar em conjunto, base para a construção intersubjetiva do conhecimento, a psicanálise torna-se mera reprodução e repetição de uma teoria importada da Europa. Gecel Szterling (1976) da SBPSP, diretor-editorial entre 1969 e 1971 e Editor chefe da RBP entre os anos 1971 e 1975, questiona:

(...) uma investigação a dois, uma experiência emocional a dois, onde um descobre mais do que o outro sobre o que ele não conhece de sua mente e sua personalidade, então como entender o pequeno número de trabalhos escritos, e estes, na sua maioria, corroborando as ideias, teorias já conhecidas, se aspectos novos são descobertos diuturnamente pelos psicanalistas no seu trabalho? (SZTERLING, 1976, p. 24).

A relação contraída com a manutenção da pureza do trabalho de Freud, transmitida entre gerações pelas alianças inconscientes, agora é reproduzida com Bion em São Paulo. É nesse mesmo período de enrijecimento das instituições psicanalíticas que diversos trabalhos e congressos discutem as crises institucionais das Sociedades de Psicanálise. Este curioso paradoxo, entre negar o grupo como campo de pesquisa da psicanálise e discutir a matriz traumática do agrupamento psicanalítico, é o quadro que marca o período entre 1971 e 1976, quando a RBP passou para o comando da ABP. Este momento será apresentado a seguir.

12.2 A epistemologia da psicanálise

A referência básica da epistemologia da “verdadeira psicanálise” é o positivismo. Neste quadro, o analista deve se manter neutro para que possa observar o funcionamento mental do seu paciente. É necessário manter o rigor do método científico que impõe a delimitação do lugar do analista e o campo de domínio da psicanálise. A psicanálise é (re)produzida dentro destas condições restritas, onde os limites entre o “dentro” e o “fora” devem estar bem demarcados na situação dual da clínica. Segundo Bicudo, “A situação analítica torna-se uma técnica neutra: o analista procura reduzir ao mínimo o número de variáveis que introduz na situação analítica (...)” (BICUDO, 1972 p.289⁶³).

Se a concepção de sujeito do positivismo é solipsista, o rigor deste recorte enfrenta grandes dificuldades, dado o caráter intersubjetivo do psiquismo: “A personalidade, sendo resultante da interação de processos bio-psíquico-sociais, coloca o analista sob a contingência, ao mesmo tempo que é participante da realidade social, desta tem que se abstrair quando em situação analítica” (BICUDO, 1972, p.288). O dilema de Bicudo, socióloga e psicanalista, que ocupa o importante cargo de direção do Instituto ligado à SBPSP é defender a neutralidade da psicanálise sem negar o social e o caráter extensivo do psiquismo: esta é a difícil tarefa de seu artigo de 1972.

12.2.1 Sobre o objeto de pesquisa da psicanálise: o intrapsíquico

Capisano e Koch (1972) elencam uma série de normas da atividade analítica,

⁶³ Este trabalho de Bicudo é um relatório, tema oficial do IX Congresso Latino-Americano de psicanálise, realizado em Caracas em 1972. O relatório foi discutido internamente na SBPSP, onde os participantes concordaram com o trabalho apresentado por Bicudo.

que, segundo os autores, por se tratarem de regras instituídas, não podem ser alteradas pelo desejo individual. Uma delas explicita o campo de trabalho da análise: como sendo a “(...) relação bipessoal entre paciente e analista exclusivamente no ambiente da análise” (CAPISANO E KOCH, 1972, p. 374). Este recorte do trabalho do psicanalista é a visão hegemônica da psicanálise brasileira no período.

Segundo Philips,

(...) Levanto outra vez a questão do significado, agora do ângulo específico da função da psicanálise. É vital ter sempre em mente que estamos considerando um relacionamento verbal entre dois indivíduos e não o de um grupo, que será material inteiramente diferente (PHILIPS, 1972, p.14)

A “verdadeira psicanálise” não é definida como em Freud, ou seja, o estudo da mente humana, mas como o estudo da personalidade. Definida desta maneira, a psicanálise é entendida como o estudo do indivíduo:

O termo psicanálise refere-se a uma teoria da estrutura da personalidade, aplicação desta teoria a outros ramos do conhecimento, e, finalmente, a uma técnica psicoterapêutica específica (OLIVEIRA, 1971, p.102).

O termo psicanálise refere-se a uma teoria da função e estrutura da personalidade, a aplicação destas teorias a outros ramos do conhecimento e, finalmente, a uma técnica psicoterapêutica (CABERNITE, 1972, p.28).

Nota-se que nas duas definições acima, não há menção da psicanálise como um método de investigação. A partir da compreensão do funcionamento intrapsíquico, podem ser realizadas aplicações deste conhecimento para a compreensão sobre aquilo que se passa fora do consultório, como por exemplo, a sociedade. Para Andrade, “Como a psicanálise visa ao desenvolvimento do indivíduo, julgamos importante que ela se volte também para a sociedade” (ANDRADE, 1972, p.323).

Dado o caráter extensivo do psiquismo, que extrapola o campo da relação dual, há preocupação em explicitar a importância do “fora” na formação do “dentro”.

À psicanálise interessa fundamentalmente o conflito interno. Diz Bion que o objeto da psicanálise é a realidade interna. No entanto, não é possível ignorar a exigência do conflito externo, mesmo porque devido às suas tendências inatas o ser humano necessita de um objeto externo para formar sua realidade interna (SPRJ, 1973, p. 264-265)

Há, portanto, apesar das evidentes dificuldades por conta da própria natureza do psiquismo humano, a necessidade de se realizar um recorte metodológico de delimitação das fronteiras entre o “dentro” e o “fora” do psiquismo, quando o domínio da psicanálise é o indivíduo. O estudo das formações intermediárias neste quadro metodológico é inviável, uma vez que estas são formações simultaneamente internas e externas, fazem a ligação entre o intra e o intersíquico, e envolvem, necessariamente, um método que comporte também o estudo de mais que um sujeito em interação. Quando muito, neste caso, a interação pode ser observada no contexto da relação dual, com o analista. Este recorte metodológico do psiquismo ataca, justamente, os seus espaços intermediários impedindo que eles possam ser pensados livremente.

12.2.2 Sobre a neutralidade da psicanálise

Uma vez circunscrito ao estudo do indivíduo na situação bipessoal, o *setting* deve ser preservando de variáveis que podem perturbá-lo. É necessário manter a neutralidade do consultório em relação ao risco de contaminações do que vem de “fora”. Segundo Capisano e Koch, na relação dual, o analista deverá se manter clivado da realidade social, cabendo apenas ao analisando trazê-la para dentro do *setting*, para que possa ser analisada:

6) cisão da realidade social. A realidade social pode ser levada pelo paciente, mas não pelo analista, ao campo de trabalho. Ao psicanalista é recomendado abster-se da realidade social, embora

dela faça parte e embora sua própria personalidade nela se molde e seja resultante de interação de processos somáticos, psíquicos e sociais (CAPISANO E KOCH, 1972, p. 348)

Ao mesmo tempo em que defende o trabalho com grupos, a extensão da psicanálise para a compreensão do contexto social e o caráter extensivo do psiquismo, Bicudo se vê na difícil tarefa de defender a prática psicanalítica no contexto da ditadura. O trabalho desta autora oferecerá argumentos para a defesa da neutralidade da psicanálise:

A orientação técnica, que preconiza ao analista abster-se de incluir na situação analítica sua realidade social ideológica, não implica em alienação social. Esse isolamento analogamente corresponderia à assepsia que o cirurgião deve observar em função de um fato independente de suas ideologias (BICUDO, 1972, p.296).

A preocupação de Bicudo é com a neutralidade do analista. O que se passa fora do consultório, como a sua posição política e ideológica, está fora do seu campo de atuação e não pode contaminar o seu trabalho.

Segundo Capisano e Koch (1972, p.349), a psicanálise é humilde “(...) procurando integrar, harmonizar, o indivíduo consigo mesmo e jamais tem a pretensão de integrá-lo enquadrá-lo na sociedade, onde o analista não pode pretender chegar, pois esse não é o seu campo de trabalho”.

Dar conta de outros fenômenos que extrapolam esta condição serão entendidos como uma posição onipotente do psicanalista: “(...) aquilo que o psicanalista pode oferecer é o objeto da psicanálise: a relação como se faz presente no setting analítico” (SCHNEIDER et. al., 1973 p.).

Bicudo (1972), Koch e Capisano (1972) também mencionam a necessidade de uma “cisão ética”: “(...) 10) “Cisão de crenças religiosas, concepções *éticas* e raciais.” (CAPISANO e KOCH, 1972, p. 348).

Citando Gabarino (1971), Bicudo explica melhor este aspecto:

Em qualquer campo do conhecimento a ciência pura é desinteressada dos aspectos pragmáticos da *ética*, da religião, dos preconceitos, etc. A guisa de ilustração podemos citar o invento das pílulas anticoncepcionais, que em si não é moral ou imoral, mas amoral, e seu uso regulado por princípios religiosos, éticos e pela lei, de acordo com processos socioculturais” (BICUDO,1972, p.294)

Sobre as pressões sociais que uma ciência sofre, Bicudo (1972) cita Ferrari para quem a ciência pura é neutra, mas ela mesma pode ser utilizada para diversos fins no contexto social: “A ideologia total é um dado que permeia toda a realidade social e, portanto, é indissociável, da qual o cientista não pode subtrair-se, mas da qual se protege utilizando-se do método científico e assim diminuindo a área de influência da ideologia” (BICUDO, 1972, p. 287).

A proteção da ciência é buscada na neutralidade e no rigor do seu próprio método. A Escola de Frankfurt elucidou os mecanismos da razão instrumental que estavam na base da relação entre a neutralidade científica e os regimes totalitários. A suposta neutralidade científica que desfaz a ligação entre a técnica e a ética pela instrumentalização da ciência, serviram como base para uma verdadeira indústria do extermínio de pessoas no contexto do nazismo. Pessoas, quando são tratadas como coisas, são manipuladas e dominadas como objetos. A suposta neutralidade pode esconder intenções de coerção e dominação. Quando as intenções não são suficientemente declaradas, podem estar a serviço da obtenção de vantagens para si, no mundo. Esta não é uma questão estranha para a psicanálise. Bicudo (1972) lembra que o trabalho do analista inclui investigar as motivações inconscientes encobertas pela racionalização:

A psicanálise nos tem familiarizado com o fato de que muitas das razões que os indivíduos alegam para explicar seus pensamentos e ações são tão-somente pretextos que se manifestam, quando o verdadeiro motivo operante não pode tornar-se consciente.

A racionalização serve para preencher a lacuna que deixa em nossa argumentação a omissão do motivo inconsciente. A função da psicanálise não é a de estabelecer a correção de uma racionalização, mas de analisar o mecanismo que a faz surgir. (BICUDO, 1972, pp. 291-292).

Restrita à assepsia do consultório para a investigação da personalidade do sujeito, para se preservar, a psicanálise pretende permanecer cindida da ética e da realidade social. Mas não basta apenas elucidar os mecanismos inconscientes que sustentam a racionalização do indivíduo quando, no contexto da ditadura, um psicanalista torna-se cúmplice de um torturador, como no caso de Almicar Lobo. A análise do material indica que a “verdadeira psicanálise”, ela mesma, procura esconder, por debaixo da racionalização, suas intenções inconscientes. Mas estas intenções são contraídas em outro nível da realidade psíquica, denegado pela “verdadeira psicanálise”: o nível dos vínculos. Os benefícios, extraídos pela adesão ao que se configura como um pacto narcísico, serão dissimulados em torno de uma suposta neutralidade científica. Desconhecer os vínculos, as alianças inconscientes, as formações intermediárias preserva a instrumentalização da psicanálise e todos os ganhos advindos destas alianças, em um contexto social violento que aniquila a capacidade de pensamento em grupo.

12.2.3 Sobre a neutralidade da análise didática

Outra dificuldade levantada por Bicudo (1972) sobre a neutralidade, em nota de rodapé, é a da análise didática. A autora destaca a dificuldade em manter em um mesmo organismo, as Sociedades de psicanálise e os institutos de formação. Cita o

trabalho de Ulloa⁶⁴ (1971), que discute a contaminação dos *settings* institucionais das Sociedades pelas análises didáticas. As relações legitimamente estabelecidas nas análises acabam contaminando as normas que organizam as sociedades psicanalíticas: “(...) é nessa passagem que o que é artifício técnico legítimo na situação analítica pode ser uma arbitrária regulamentação das relações institucionais” (ULLOA, 1971, apud BICUDO, 1972, p. 299). A relação de poder estabelecida na relação dual da clínica extrapola a situação analítica e chega às sociedades de psicanálise na figura do “medalhão”. Bicudo menciona também as dificuldades em ser mantida a assepsia nas análises didáticas. Sua proposta é transformar os institutos de formação em faculdades, cindindo assim, a relação entre institutos e sociedades. Comentadores do relatório de Bicudo consideraram esta proposta utópica, o que é evidente, uma vez que seria necessário quebrar com a hegemonia de poder dos analistas didatas.

12.3 Ideologia

Este tema é extensivamente discutido em diversos artigos a RBP, retomado aqui de maneira resumida. Para Bicudo (1972),

O pensamento científico distingue-se do pensamento ideológico, na medida em que é baseado em um corpo sistematizado de teorias e hipóteses, mantidas em função de renovações constantes impostas por novas pesquisas, enquanto o pensamento ideológico (certo ou errado) é tenazmente defendido em função de preconceito-amor e preconceito-ódio ou, em outras palavras, em função de fusões patológicas ou adequadas entre impulsos de vida e de morte (BICUDO, 1972, p.290).

A distinção entre ciência e ideologia, apesar de não ser simples de ser sustentada na prática, é uma discussão fundamental que visa a garantir a neutralidade

⁶⁴ Ulloa participou do grupo argentino Plataforma, juntamente com Janine Puget que rompeu com a APA em 1971.

e o apoliticismo e, portanto, a pureza da psicanálise. A ciência é um sistema de ideias baseado em um método racional de investigação. As ideias podem ser modificadas, enquanto a ideologia é um grupo de ideias rígidas, preconcebidas e defendidas tenazmente com forte carga de irracionalidade.

A rigidez da psicanálise e a ausência de renovação do período faz com que ela se aproxime mais da ideologia do que de uma ciência. A intenção em discutir o tema é controlar o analista frente aos *actings outs* oriundos da “realidade social” e a politização da psicanálise. Segundo Capisano e Koch (1972), para o analista, é fundamental isolar sua ideologia política para se manter livre para a formulação de um pensamento científico.

Bicudo (1972) critica a rigidez da psicanálise e entende que a sua restrição ao contexto da relação dual também é fruto de ideologia:

No âmbito das sociedades de psicanálise e dos institutos verificam-se conflitos desenvolvidos em função de pensamento ideológico, como por exemplo, entre aqueles que restringem o campo da psicanálise à relação bipessoal do “*setting* analítico” e no extremo oposto, aquele que propões incluir as ideologias do analista na situação analítica. (BICUDO, 1972, p. 299)

Não foram encontradas menções de Bicudo sobre a validação da clínica de grupos como um método legítimo de produção do conhecimento. O trabalho com grupos para esta autora, aparentemente, restringe-se a uma aplicação da psicanálise produzida na clínica dual.

Esta autora não nega a influencia da ideologia na psicanálise, para ela, a ciência da sociologia e da psicanálise podem tomar a “ideologia psicanalítica”, como objeto de estudos:

Podemos falar de uma ‘ideologia psicanalítica’ que deve ser objeto de estudo por parte de psicanalistas e sociólogos, e que é constituída por um sistema de pensamentos obtidos da psicanálise,

porém com o fim de preservá-los ou refutá-los, sem pesquisa, mas com tenacidade emocional. (BICUDO, 1972, p.287)

Grinberg e Grinberg (1972) problematizam a relação entre a ideologia e a clínica psicanalítica. Citam a vertente defendida por Bicudo, cujo entendimento é de que o analista deve mantê-la totalmente excluída do seu trabalho. Apresentam outra perspectiva, quando a ideologia é comparada à maneira como o psicanalista lida com a contratransferência. Ao invés de seguirem o caminho da clivagem, optam pela inclusão e análise desta questão no manejo clínico, de modo que ele possa sustentar o lugar do analista:

Do mesmo modo, a ideologia deverá ser conscientizada pelo analista e instrumentada como parte da contratransferência, considerando como tal a totalidade das reações psíquicas frente ao seu paciente. Um analista sem ideologias seria um analista robô. Mas, na hipótese de encarar a análise dos problemas ideológicos no campo da teoria e da técnica psicanalítica, se deverá fazê-lo sem distorcer a essência e natureza da análise; evitando a exploração da transferência, consciente ou inconscientemente, no sentido de inocular ou incrementar, deliberadamente, no analisando, a ideologia que sustenta o analista e evitando também os “acting-outs” contratransferenciais e as “alianças ideológicas atuadas” que se converteriam em baluartes que atentariam contra o próprio processo analítico (GRINBERG e GRINBER, 1972, p.128)

Quando a ideologia é convidada a ser conscientizada e instrumentada, pode fazer parte da cena analítica, oferecendo melhores condições de ser pensada, diminuindo, assim, a possibilidade de ser atuada contratransferencialmente.

12.4 Psicanálise e análise do contexto social brasileiro

O congresso latino-americano de 1972 realizado em Caracas problematiza a incidência da realidade social na clínica psicanalítica. Um dos pontos discutidos é como a psicanálise pode analisar o contexto social. Citando Abadi, Bicudo (1972) critica o fechamento da psicanálise à medicina. Restrita ao campo médico, a

psicanálise nega a amplitude que tem como ciência antropológica. No entanto, a distinção entre os campos de pesquisa da sociologia e antropologia do campo da psicanálise deve ser respeitada. Cabe à psicanálise, produzida no contexto da clínica dual, aplicar seu conhecimento produzido nestas condições para o estudo da sociedade. Bicudo (1972) refuta críticas à psicanálise, em relação à sua indiferença frente ao contexto social, delimitando o lugar do analista e da psicanálise:

As críticas dirigidas contra a psicanálise – psicanálise em crise, psicanálise torre de marfim, psicanálise omissa frente a uma conjuntura social – exigem a atenção do analista em relação ao seu “status” e seus papéis sociais. A nosso ver, há uma confusão consequente à discriminação entre os papéis do psicanalista pesquisador e do psicanalista aplicador de ciência, e a não diferenciação entre a Psicanálise como ciência pura, distinta da Psicanálise com ciência, e Psicanálise transformada em ideologia. Como ciência pura, a Psicanálise tem o objetivo de estudar e de pesquisar sobre o inconsciente, e é quando é criticada como ciência omissa. Como ciência aplicada tem por fim aplicar a técnica e o conhecimento em benefício do indivíduo e da coletividade. A psicanálise aplicada procura desenvolver meios de tornar seus conhecimentos utilizáveis ao nível interdisciplinar e ao nível sociocultural (BICUDO, 1972, p. 292-293).

Apesar da defesa de Bicudo, a psicanálise aplicada ao conhecimento sociocultural da realidade brasileira sofre evidente restrição, ao menos nas páginas da RBP. Em tempos de censura, a realidade social brasileira é praticamente ignorada nos textos analisados. Bicudo (1972) faz menções implícitas à ditadura militar no Brasil: “(...) o ‘não matarás’ é mandamento que também está perdendo força, observando-se, por exemplo, o terrorismo, a tortura, o esquadrão da morte” ((BICUDO, 1972, p 284).

No outro trecho em que menciona indiretamente o contexto brasileiro, Bicudo (1972) anuncia a estratégia que o movimento analítico brasileiro adotou para defender-se da ditadura militar:

É óbvio que a liberdade profissional distinta da liberdade para pensar cientificamente, em regimes totalitários, pode ser tolhida. O que, porém, é incompatível com a atitude científica, é o analista enganar-se que, aderindo a uma greve, estaria preservando sua liberdade de pensamento. Se realmente estiver internamente livre, enquanto não houver sanções sociais proibitivas, prosseguirá trabalhando conforme os requisitos técnicos, e mantendo seus esquemas de atendimento segundo as necessidades de cada caso (BICUDO, 1972, p. 296).

Não importa o que está acontecendo fora do consultório, o importante é que o psicanalista possa seguir livre para continuar trabalhando dentro do *setting*. Em regimes totalitários, a neutralidade científica é bastante conveniente quando a intenção é salvar o próprio trabalho e a psicanálise. A autopreservação vem acompanhada de uma considerável carga narcísica, na medida em que permanece cindida do que acontece no contexto brutal da ditadura. Para preservar seu lugar, segundo Bicudo (1972), o psicanalista deve manter-se desideologizado.

Dois trabalhos de Andrade (1972, 1974), da SPRJ, fazem menção a necessidade de aproximação da psicanálise com as ciências sociais. Andrade (1972) pretende que a psicanálise ofereça subsídios para transformar a sociedade, da mesma maneira que a terapia transforma o sujeito. No entanto, não vai muito longe na análise da realidade brasileira. Seu trabalho de 1972 faz menção a diversos conflitos da atualidade, mas, sobre o contexto brasileiro, cita apenas o suicídio de Vargas. No restante de seu trabalho, menciona as crises sociais europeias, a criminalidade norte-americana.

No relatório de UCHÔA, 1973, sobre o conflito entre gerações, são discutidas as questões sociais da juventude, preferencialmente sobre o que ocorre nos Estados Unidos, por serem ali mais típicos e característicos os “movimentos da juventude”. O autor entende que “são aplicáveis à psicologia dos agrupamentos humanos os dados descobertos dentro da psicodinâmica individual” (UCHÔA, 1973, p.156). O autor

aplica os trabalhos de Freud para o estudo de fenômenos sociais.

Apesar de questões sociais serem colocadas em relevo, são evidentes as condições de restrição de liberdade de pensamento sobre a realidade brasileira do período.

12.5 A institucionalização da psicanálise, a extensão, a transmissão e construção do conhecimento psicanalítico

Não será surpresa que os processos grupais descritos se infiltrem também na comunidade psicanalítica. Não é coincidência que as organizações psicanalíticas sejam mencionadas como “a família psicanalítica”, da qual se derivam e com a qual partilham tanto dos confortos quanto dos problemas. (RANGELL, 1972, pp. 295-296).

Ao mesmo tempo em que, cada vez menos, são publicados trabalhos sobre grupos, paradoxalmente, tornam-se cada vez mais frequentes publicações na RBP sobre as crises e conflitos nos agrupamentos psicanalíticos brasileiros.

12.5.1 Conflito de gerações

O tema “conflito de gerações” é um tema recorrentemente discutido e, frequentemente, acarreta na discussão das dificuldades de transmissão entre gerações do movimento analítico. No discurso da sessão inaugural do XXVII Congresso Psicanalítico Internacional de Viana, em 1971, Leo Rangell, presidente da IPA, discute o conflito de gerações e dá destaque no final do seu trabalho aos conflitos de transmissão da psicanálise, do qual depende seu futuro.

(...) A direção da história, seja do desenvolvimento ontogenético, na história de um grupo ou nação, ou na vida psicanalítica grupal, depende de qual dessas duas correntes desenvolvimentais prepondera. O próprio futuro da psicanálise depende desse desfecho e de até onde resiste aos esforços sobre ela efetuados, por uma espécie de entropia, pelas forças que se propõem estudar (RANGELL, 1971, p. 298).

A discussão da transmissão entre gerações aproxima a psicanálise da discussão sobre as alianças inconscientes, como, por exemplo, o pacto formado entre analista didata e candidato no contexto da análise: “(...) o candidato a psicanalista, geralmente de uma família de classe média de que se envergonha e a que denigre, experimenta uma supervalorização reativa de seu analista didata, do instituto e da psicanálise em geral (...)” (RANGELL, 1971, p. 297).

Quando o analista didata corresponde contratransferencialmente a esta demanda, formando com ele uma aliança, então “encaminha esse tipo de candidato através das mais diversas comissões de avaliação e progresso com as mais altas recomendações (...)” (RANGELL, 1971, p.297). Esta parece ser a base de adesão do candidato ao contrato narcísico que mantém coeso o grupo do qual faz parte o analista didata, ou do grupo organizado em torno deste analista. A adesão ao grupo garante ao candidato ganhos narcísicos que ele busca ao filiar-se à IPA, em troca de fidelidade ao grupo. Rangell cita também o caso oposto, que ocorre com igual frequência, quando o analista didata se envergonha do seu analisando.

A linha de entendimento utilizada por Rangell, e dos demais autores, para entender o conflito entre gerações segue os recursos da psicanálise freudiana, e são entendidos fundamentalmente em torno de questões edípicas, principalmente centradas na relação do filho com a figura paterna.

Rangell (1971) abre, também, a questão para a complexidade das relações familiares. As projeções do candidato espalham-se “da figura nodal do analista didata

para as diversas figuras ancilares do ambiente do Instituto, professores, supervisores” (RANGELL, 1971, p. 396). O presidente da IPA relata que visitou diversos grupos de psicanalistas e alguns enfrentaram bem a questão da transmissão, enquanto outros experimentaram os efeitos maléficos da sucessão entre as gerações. Em grupos onde a sabedoria acumulada pela geração mais velha tornou-se inacessível à geração mais nova, tudo deverá ser descoberto novamente. Estes são os casos das sociedades nos quais os mais novos recusam o que vem dos mais velhos ou dos mais velhos que não se orgulham da nova geração. Nestes casos,

Os analistas destes grupos dão mais ouvidos ao carisma que à verdade. Nunca tive o privilégio de ouvir pessoalmente Sigmund Freud, mas de uma coisa, contudo, estou certo: qualquer que fosse o magnetismo que circundasse sua pessoa, o estímulo gerado pelo seu pensamento emanava, não de uma personalidade carismática, mas do apelo da verdade (RANGELL, 1971, p. 297)

Este trecho revela o caráter narcísico da transmissão entre as gerações, que, para Rangell, não estão relacionadas com Freud, mas ao narcisismo dos analistas. Para o presidente da IPA, o inventor da psicanálise é o fiador da verdade, na transmissão entre as gerações do movimento analítico. Mas, no meu modo de ver, a busca pela verdade científica, a verdade de Freud, quando restrita ao intrapsíquico, encobre uma mentira sobre o inconsciente, quando considera que o caráter extensivo do inconsciente não pode ser objeto de uma psicanálise verdadeira, diferente da que foi estabelecida por Freud. O tema está sempre ali, próximo de aparecer: pela natureza do fenômeno, pela própria experiência de viver em grupo. Mas ao mesmo tempo, insiste a recusa em toma-lo como objeto de pensamento.

Em território brasileiro, a discussão do conflito de gerações gera grande repercussão. Este é o tema do IV Congresso Brasileiro de Psicanálise realizado em 1972 no Rio de Janeiro. Foram apresentados para discussão dois relatórios: o da SPRJ

(1973), assinados por Schneider, La Porta, Cabernite, Besouchet e Ribeiro⁶⁵; o da SBPSP, assinado por Uchôa (1973). A seguir, será discutido apenas o relatório da SPRJ, uma vez que o trabalho de Uchôa não abordou a questão do conflito de gerações no movimento analítico.

Na SPRJ, as discussões para a formulação do relatório foram realizadas em um grupo que contou inicialmente com a participação de analistas e candidatos. As polemicas geradas em torno do tema desencadearam uma série de seminários que envolveram toda a SPRJ. Nestes eventos, foram discutidas as crises entre psicanalistas e alunos, relativas ao conflito entre gerações nesta sociedade. Desataca-se, do extenso relatório, o trecho abaixo transcrito:

Em suas primeiras sessões, este grupo discutiu com ardor o tema de sua responsabilidade, tendo o membro mais novo apresentado diversas críticas e acusações, atacando a estrutura da Sociedade Psicanalítica e Instituições em geral, inclusive as instituições psicanalíticas, consideradas repressivas, muito conservadoras, imutáveis, retrógradas, etc. De modo geral, o grupo aceitou a tese apresentada para a discussão, concordando que havia aspectos repressivos na estrutura de formação psicanalítica. Um dos didatas, porém, lembrou que o problema devia ser encarado, principalmente do ponto de vista da realidade interna, e não apenas como realidade externa pura e simples.

A afirmação da existência de repressão nas instituições psicanalíticas causou, porém, certo mal-estar, uma vez que estas instituições têm por finalidade reunir pessoas analisadas e em análise e que, supostamente, deveriam ser pessoas com menor grau de repressão.

O didata já mencionado expõe suas ideias, dizendo que o que esteja sendo considerado repressivo seja, talvez, o empenho da Sociedade e do Instituto de Psicanálise em preservar as normas e os conceitos e toda a *doutrina*⁶⁶ da psicanálise dos ataques destrutivos, promovidos de seus membros e candidato, representando, portanto, limites contra impulsos e fantasias tanáticas. Admitiu, porém que os cuidados da Sociedade e do Instituto em preservar a Psicanálise poderiam não apenas se opor a impulsos tanáticos, mas também à revisão de conceitos, à contribuição de novas concepções que, longe de destruir a psicanálise, poderiam contribuir para o seu progresso, uma vez que todos estão de acordo em que a psicanálise está longe de ser uma doutrina acabada (SPRJ, 1973, p.292-293).

Em seu trabalho, Bicudo (1972, p.286) já havia definido a doutrina como

⁶⁵ Destes autores, ao menos Cabernite e La Porta trabalhavam com grupos.

⁶⁶ Grifos meus

“uma teoria que nunca foi posta à prova. É teoria em que se tem fé, é dogma.”

Quanto mais reprimidos coletivamente, parece que mais os sintomas retornam: a repetição, sem elaboração, da cena em que os mais velhos são detentores da psicanálise e estão encarregados de preservá-la da destrutividade dos mais novos. É quanto Tânatos não tem seu lugar garantido na instituição, que seus efeitos mais devastadores aparecem. Com a proposta de debater o tema em grupo, aquilo que estava denegado e que servia de base para a manutenção do vínculo, passa a ser discutida exaustivamente e alguns questionamentos dos mais novos passaram a ganhar espaço: “os didatas fazem programa para atender seus próprios interesses e não os dos alunos.” (SPRJ, 1973, p.296).

As questões sobre o vínculo foram restritas, pelo analista didata, ao campo de domínio da psicanálise, lembrando a todos que o problema deveria ser analisado do ponto de vista da realidade interna. No entanto, Besouchet destacou o caráter intersubjetivo da transmissão psíquica entre as gerações: “os conflitos não resolvidos das gerações anteriores, principalmente dos didatas, estão na gênese das reações conflitivas nas gerações mais novas (SPRJ, 1973, p. 298)”

Pelo entendimento do relatório, na análise pessoal, as restrições impostas pelo *setting* não são repressivas, mas a condição para que seja possível trabalhar o material inconsciente, preservando os institutos do *acting out* de seus analisandos. A neutralidade do analista também pode parecer repressiva, mas é necessária. Ela gera a sensação de rejeição por parte do analisando. Neste relatório, a figura do analista didata também é implicada no vínculo de dominação com o analisando.

São os Institutos de Psicanálise os que mais expressam o conflito de gerações, pois este é o:

Órgão encarregado de transmitir os valores doutrinários e técnicos acumulados pelas gerações de psicanalistas, desde Freud, costuma ser

contestado pela jovem geração de candidatos, quando iniciam sua formação teórica, sempre que dentro do I.P. não houver um clima de repressão (SPRJ, 1973, p.300)

Este órgão tende a ser mais questionado pelos mais jovens, que tentam diminuir a importância do trabalho de Freud. Na medida em que aderem ao contrato narcísico, os membros tendem a internalizá-lo e passam a trabalhar em função de sua manutenção: o trabalho de Freud será revalorizado na maturidade do analista. A relação com o ancestral na manutenção do contrato narcísico pode ser identificada no seguinte trecho:

(...) e sempre que há um progresso doutrinário ou técnico, como ocorreu com a escola kleiniana, por exemplo, vemos que ela lança suas bases em trabalhos de Freud, reinterpretando-o ou aceitando seus pontos de vista, como ocorreu com o instinto de morte (SPRJ, 1973, p. 300).

Assim, é mantido o caráter doutrinário desta perspectiva narcísica de transmissão da psicanálise, pela manutenção do *pedigree*, pela preservação do trabalho de Freud, ao mesmo tempo em que é aberto o caminho para a introdução na psicanálise do trabalho de Klein.

O relatório reconhece que não é fácil mudar uma instituição, tanto por parte de professores como de alunos. Espera-se que o candidato não se adapte meramente ao analista, mas consiga fazer transformações e não apenas meras adaptações. No entanto, na prática, as restrições impostas pelo contrato narcísico dão poucas margens às mudanças, cabendo ao analista a adaptação para poder pertencer ao grupo.

Ao mesmo tempo em que são anunciadas como bem vindas, a persecutoriedade em torno das mudanças também é evidenciada, uma vez que as mudanças ameaçam os vínculos estabelecidos. Nestas situações, pode estar em jogo justamente a dissolução do “universo psicanalítico”, pelo ataque ao contrato narcísico que garante a coesão grupal:

Contudo, não é demais insistir que é a partir da abertura do didata e, principalmente, da autoanálise de sua contratransferenciais, que se poderão operar mudanças da estrutura e dinâmica do I.P., sem que seja afetado o coração da análise, que se refere à preservação do ‘*setting*’ e do método psicanalítico, assim como à manutenção das *verdades da psicanálise*⁶⁷, sem as quais todo o universo psicanalítico poderá ser atacado e destruído (SPRJ, 1973, p. 302).

As “verdades da psicanálise” residem na preservação do *setting* analítico e do método psicanalítico, entendido como sendo a relação dual, que deve ser preservado sob o risco da dissolução da psicanálise. Este parece ser o continente psíquico central do envelope psíquico grupal do movimento analítico.

No final, o relatório chama a atenção para o risco da racionalização em torno das discussões: “Tratando-se de dinâmica implementada em grupo que tem acesso a teorias psicodinâmicas, os sistemas defensivos, com forte fachada racionalizadora, são extremamente sutis. (SPRJ, 1973, p.306)”.

Este relatório, e o de Uchôa, serviram como base para a formação de quatro grupos de discussão sobre o tema durante o IV Congresso de Psicanálise. O relatório da SPRJ mobiliza um tema que extrapola as fronteiras da “verdadeira psicanálise”. Um dos efeitos observado nos relatórios dos grupos foi uma discussão sobre a delimitação do lugar do psicanalista e das fronteiras da psicanálise.

No Grupo A (SÍNTESE DO RELATÓRIO, 1973), o tema é situado como um conflito de geração do novo, tal como um casal que gera um filho. Frente à amplitude do tema, o lugar do psicanalista é restrito:

Na segunda parte dos trabalhos, prossegue a elaboração das áreas de competência da psicanálise e do psicanalista e fala-se do perigo do profissional da Psicanálise ceder a grupos de pressão e de se deixar oraculizar quando não se mantém alerta bastante e a tempo de perceber a atuação de fantasias onipotentes. Volta-se ao tópico da mudança catastrófica, e se insiste que aquilo que o psicanalista pode oferecer é o objeto da Psicanálise: a relação como se faz presente no *setting* analítico. (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO A, 1973, p.313.)

⁶⁷ Grifos meus

No final, grupo questiona se já não iniciou as discussões como se já soubesse a resposta: “quem sabe que assim dificultamos o *vir a conhecer*? Talvez estivéssemos traduzindo nossa dificuldade de nos defrontarmos com a ignorância. A luta da humanidade, seus conflitos, não seria uma forma de evitar a loucura? ” (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO A, 1973, p. 313)

Frente à loucura causada pela dissolução dos limites das fronteiras da psicanálise, desencadeadas pelo tema que toca justamente nas alianças inconscientes que oferecem os suportes metapsíquicos do grupo, a retomada do contrato narcísico ajuda o grupo a retomar seu continente pela estabilidade dos seus suportes. No entanto, a questão sobre a geração do novo está colocada e o grupo decide seguir mais adiante: pensar sobre o denegado pode ser o caminho para as mudanças:

Ao formular a conclusão de que a psicanálise não pode apresentar soluções abrangentes para o problema do conflito das gerações sem se manifestar onipotentemente centrada em elaborações mágicas, o Grupo reconhece que a delimitação da área do conhecimento psicanalítico, longe de ser empobrecimento, é abertura para uma insatisfação criativa. O que sabemos não daria para encerrar uma pesquisa, mas seria suficiente para abrir ou reabrir diálogos fecundos. Aparentemente, o lucro do Grupo foi quando percebeu que, valorizando o *saber psicanalítico*, iniciava uma viragem produtiva num *não saber* que assim se classificava por equívoco da ambição (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO A, 1973, p. 314,).

No Grupo B prevalece a tese de que a psicanálise deve se manter no seu lugar, a realidade interna, e que isto deve ser suficiente para as transformações sociais:

Prevalecendo a tese de que o trabalho analítico visa tão exclusivamente a realidade interna, pois é com ela e só com ela que lida diariamente e é justamente através das modificações conseguidas nesta realidade que pode e deve esperar mudanças na realidade externa, ou, mais amplamente, no social (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO B, 1973, p.315).

O grupo questionou o caráter repressivo das análises didáticas, sendo entendida, esta questão, como uma necessidade de limites durante o início da

formação analítica. A repressão estaria, portanto, a serviço da didática e não da manutenção do poder.

Na discussão do Grupo C, vieram foram explicitadas questões denegadas sobre o movimento analítico brasileiro. O grupo destacou que um conflito não é necessariamente patológico, pois também tem caráter criativo, gerador de evoluções. O grupo destacou a necessidade de diálogos mais abertos nas instituições psicanalíticas, e que o clima de segredo e mistério em decisões importantes é “incompreensível, desnecessário e gerador de clima persecutório inevitável” (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO C, p.316). Foram discutidos abertamente temas considerados tabus. A estrutura das instituições psicanalíticas é descrita como medieval e é comparada à igreja católica “onde apenas alguns poucos cardeais vitalícios, que se elegiam entre si, determinavam o destino da instituição” (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO C, p. 316). É explicitado no espaço do grupo o caráter narcísico da estrutura da organização psicanalítica, colocada à serviço da manutenção do poder dos mais velhos.

Sobre as análises didáticas, o conflito candidato-didata encobre o conflito ditatas-associados, uma vez que os candidatos são mais frágeis e dependentes, sendo que suas manifestações são comumente tachadas de “*actings outs*”. Surge a discussão da questão de inclusão de psicólogos e a divisão no Rio de Janeiro em dois grupos. O grupo reivindica que questões como a expulsão de membros e candidatos devem ser regulamentadas e realizadas a portas abertas. É questionada a concentração de poder em torno dos analistas didatas. O grupo elogiou a iniciativa da SPRJ na abertura para as críticas e que toda instituição que não explicita seus conflitos deve ser colocada sob suspeita. O grupo encerra o relatório questionando: por que os oprimidos de hoje serão os opressores de amanhã? “Que será que estará se passando em nossas análises

ou na Psicanálise para que isto ocorra em nossas instituições profissionais? (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO C, p. 318)”

A liberdade de pensamento garantida pelo movimento analítico é mais aparente do que efetiva. Há, certamente, diversos psicanalistas críticos às instituições psicanalíticas. Quando há abertura, o denegado nas alianças inconscientes é explicitado. No entanto, as condições de liberdade são restritas ao poder dos analistas didatas. O relator do grupo C, Eduardo Mascarenhas, foi expulso da SPRJ no início dos anos 1980, juntamente com Hélio Pellegrino, por conta das denúncias do caso Amílcar Lobo, contra Leão Cabernite. Trazer à tona os aspectos denegados pelo pacto denegativo, ameaça a estrutura de relação de poder associadas a estas alianças alienantes.

No Grupo D, como no Grupo B, prevaleceu a perspectiva de que a psicanálise deve restringir-se aos seus limites, coisa que os novos analistas não suportam:

No final, alguns observaram que outros estavam ali no grupo pondo em questão a própria psicanálise. O grupo, porém, considerada a sua totalidade, compreendeu que o que se aprende no divã analítico não é suficiente para se entender tudo sobre os conflitos de gerações; a psicanálise tem métodos e objetivos específicos; a psicanálise deve suportar suas limitações, o que novos analistas não parecem querer aceitar. Psicanálise e ciências antropológicas e sociais devem aproximar-se num nível informativo, sem pretensões mutuamente absorventes ou exclusivistas (SÍNTESE DO RELATÓRIO, GRUPO D, p.320).

Frente à exploração dos limites e a investigação de um assunto que coloca em perspectivas a sua extensão, a referência central para a psicanálise permanece sendo a relação dual do consultório. Este é o contorno e o limite do movimento analítico do período, muito bem demarcado no período. As excessivas extensões, sem o suporte de um método de investigação propício para o estudo do “fora” da situação dual, geram a fantasia de que o envelope psíquico da psicanálise será rompido e a psicanálise poderá

ser destruída.

É necessário defender as fronteiras da psicanálise, pois, na medida em que o conflito entre gerações passa a ser investigado, as alianças alienantes contraídas no próprio movimento analítico passam a ser perigosamente examinadas, sem o efetivo suporte institucional. O consultório particular é a base de sustentação da institucionalização da psicanálise deste período, diferente do que havia sido para os pioneiros das primeiras gerações. Quando analisado sob a perspectiva dos vínculos, passa a ser questionado como lugar de exercício do poder, de transmissão dos efeitos alienantes das alianças inconscientes.

12.5.2 A construção coletiva do conhecimento psicanalítico.

Outra experiência de trabalho coletivo publicada na RBP foi o relatório da Associação Venezuelana de Psicanálise, AVP, publicado em 1974 sobre o título: psicanálise: “investigação ou terapia?” O objetivo deste relatório foi reunir a produção venezuelana “como experiência grupal, superando o experimento individual” (AVP, p.281). O objetivo era promover um processo de investigação institucionalizada. “No atual sistema de organização, salvo exceções, os futuros psicanalistas aprendem, sobretudo, a técnica psicanalítica para usá-la basicamente como terapia privada” (AVP, p.282). Um dos comentários do relatório é a enorme dificuldade em se trabalhar em equipe organizada e superar o esquema individual, sem abandoná-lo, nem deixar de reconhecer sua grande importância.

Vamos expor algumas das maneiras de investigar em psicanálise. A primeira de todas é muito conhecida e apreciada. É o modelo de Freud, Klein e outros psicanalistas de grande importância; formaram as escolas psicanalíticas que conhecemos. É uma investigação predominantemente individual e pode ser denominada grupal na medida em que forma escola.

Entre nós não existe a investigação por equipes institucionalizadas, isto é, equipes que realizem planos de

investigação em desenvolvimento, promovidas pelas sociedades (AVP, 1974, p. 302)

O grupo discute a dificuldade em transformar o trabalho individual em um trabalho compartilhado e tenta desenvolver um programa coletivo de investigação em psicanálise. Refutam o modelo de construção do conhecimento psicanalítico, que formam escolas em torno de nomes de analistas: escola freudiana, kleiniana, bioniana (AVP, 1974).

O mexicano Garcia (1974) tem outro entendimento sobre a construção coletiva do conhecimento. A norma e o procedimento democrático de um grupo ou instituição podem conter uma mentira:

Isto pode se ver claramente se consideramos, por exemplo, o que teria acontecido a Freud e aos seus descobrimentos se os tivessem submetido a um grupo democrático formado por seus colegas. Não creio que seja muito do que aconteceu. Algo similar podemos dizer de Einstein, Cristo e outros. O maior inimigo que poderiam ter tido era o grupo democrático se a ele tivessem submetido a verdade que nos disseram (GARCIA, 1974, p.262).⁶⁸

O autor fala da ilusão de verdade no grupo, chamando a atenção para os efeitos alienantes do grupo a partir de perspectivas bionianas. Critica a rigidez do funcionamento e da estrutura institucional dos agrupamentos psicanalíticos, em função do valor atribuído ao status.

12.5.3 E continuam as crises nas sociedades...

Em 1974 foi realizado no Rio de Janeiro o X Congresso Latino-americano de Psicanálise, cujo tema foi “Identificação e Identidade na cultura atual”. A sessão de

⁶⁸ Esto puede ver claramente si consideramos, por ejemplo, qué le hubiera sucedido a Freud y a sus descubrimientos si lo hubieran sometido a un grupo democrático formado por sus colegas. No creo es mucho lo que hubiera quedado. Algo similar podemos decir de Einstein, Cristo y otros. El mayor enemigo que podrían haber tenido hubiera sido el grupo democrático si a él hubieran sometido la verdad que nos dieron.

instalação foi realizada por David Zimmermann, presidente da C.O.P.A.L.

Durante a abertura, Zimmermann disse que visitou quase todas as Sociedades e Associações filiadas à IPA na América Latina. Pode ver o grande desenvolvimento da psicanálise, mas chamou a sua atenção “uma série de fatos e acontecimentos nem sempre muito claros” (ZIMMERMANN, 1974, p. 417) e que poderiam trazer prejuízos significativos para o futuro da psicanálise. Lembra que isto não é novidade, a começar de Freud e os primeiros grupos de psicanalistas. Segundo ZIMMERMANN (1974, p. 418):

(...) as naturais diferenças ou discordâncias teóricas, técnicas e didáticas nem sempre têm sido usadas como possíveis contribuições aos conhecimentos científicos da Psicanálise. Do mesmo modo, teriam sido manejadas em algumas oportunidades, como meios de ataque e de separação dentro das instituições psicanalíticas.

Estes conflitos, segundo Zimmermann, (1974, p. 418) encobrem a luta pelo poder e podem acarretar “na contaminação prolongada dos ambientes psicanalíticos em face da infiltração de ideologias políticas”. Provavelmente, Zimmermann refere-se ao caso Amilcar Lobo que eclodiu neste período. Em um contexto político que polariza a direita e a esquerda, a psicanálise insiste em manter a neutralidade pelo argumento da cientificidade:

Além disso, as ideologias políticas pretendem deslocar o centro em torno do qual gravita o trabalho analítico, que é constituído pela compreensão da realidade psíquica ou do mundo interno da pessoa, para a denominada realidade social ou mundo externo.

O grande mérito de Freud, e de muitos outros psicanalistas, foi justamente terem revelado a importância do mundo interno na determinação da saúde e da doença mental. E a psicanálise como método terapêutico, propõe-se precisamente modificar os fatores internos, infantis e primitivos.

Esta distorção em seus objetivos básicos representa um verdadeiro ataque à psicanálise que se vê ameaçada de destruição justamente no seu cerne, no que ela possui de mais fundamental.

Quanto à modificação do ambiente externo, em seus diversos níveis, não há a menor dúvida de que ela é necessária e mesmo imprescindível, mas não cabe à psicanálise a efetivação das mudanças desejadas, senão aos pais, educadores, sociólogos,

políticos e outras pessoas qualificadas para tais tarefas (ZIMMERMANN, 1974, p. 420)

A posição de Zimmermann⁶⁹ é mais um analisador do período. Neste contexto, defende a psicanálise freudiana como aquela que estuda o intrapsíquico, o método psicanalítico deve restringir a estes propósitos e a psicanálise deve permanecer clivada em relação a questões sociais. No pacto narcísico, os traidores que não estão submetidos ao contrato de adesão das alianças inconscientes, como os delatores do caso Amilcar Lobo, ameaçam a destruição da psicanálise.

Ao mesmo tempo em que há a determinação sobre a clivagem em relação ao “fora”, mais uma vez, o tema debatido no Congresso extrapola os limites da clínica e coloca os psicanalistas no caminho de discutirem as crises nas sociedades psicanalíticas. Foram elaborados dois relatórios comentados ao longo do Congresso: um produzido pelo mexicano José Gomes Araico e outro produzido por um grupo de Argentinos⁷⁰. Desta vez, é o relatório mexicano que levanta a questão, logo no segundo parágrafo: “Não devemos duvidar que as instituições psicanalíticas, como todas as instituições com certa tradição e estabilidade, estão sofrendo crises de diversas índoles (...) Acredito que é nas instituições e nos indivíduos, e não na teoria, onde está a crise (...)”(ARAICO, 1975, p. 477).

Colocado desta maneira o problema não está individualizado ou restrito ao consultório: é entendido como uma questão das instituições. Colocar o problema desta maneira permite que a extensão da psicanálise seja considerada e desejada, ao menos para o grupo mexicano: “Talvez, quando de nosso mundo psicanalítico saírem novas sínteses teóricas mais operantes e mais gerais, que incluam a relação indivíduo-

⁶⁹ Zimmermann foi um dos introdutores do trabalho com grupos no Rio Grande do Sul.

⁷⁰ Este trabalho é assinado por Elfriede Fewrer, Guilherme Ferschtut, Terencio Gioia, Ana Kaplan, Mauricio Knobel, Moisés Rabin, Jainme Spzpilka do centro de Orientação e Investigação “Enrique Racker, ligado à APA.

sociedade, a psicanálise terá feito novamente outra grande contribuição para essa nossa civilização” (ARAICO, 1975, p. 478).

Araico (1975, p.480) critica a restrição da psicanálise ao contexto do consultório: “Nós, psicanalistas, durante nossa prática privada com pacientes e candidatos, não damos o mesmo valor aos acontecimentos do meio ambiente.”

A causa da estagnação da psicanálise pode estar na institucionalização e transmissão da psicanálise: “(...) Caberia pensar se os institutos de psicanálise não estão menosprezando o adequado ensinamento teórico e clínico da autonomia do paciente e do analista” (ARAICO, 1975, p. 480).

No relatório, é proposta uma investigação sobre a institucionalização da psicanálise, mas como um objeto da sociologia:

(...) será interessante o estudo sociológico das sociedades e institutos psicanalíticos para desvendar este fenômeno de massificação, com a corte de culpa, posições e valores instáveis, que oferecem um clima propício para a criação de identificações profissionais, que mantém esta mesma massificação, como a mudança de função que se observa nos traços de caráter (ARAICO, 1975, p. 497).

Do relatório argentino, destaca-se apenas o seguinte trecho em que é definido o vínculo: “O vínculo de “integração grupal” ou social refere-se à regulação entre o self e os objetos e possibilita que o indivíduo vivencie a si mesmo como parte de um grupo ou organização social” (FERRER et. al., p. 460). Neste relatório não aparece contemplada a tradição argentina do estudo sobre os vínculos. Provavelmente isto é resultado da saída coletiva de psicanalistas, no início dos anos 1970 na APA, por conta dos grupos Plataforma e Documento.

Durante o Congresso, foram formados 10 grupos de discussão sobre os relatórios. É consenso que o trabalho argentino enfatiza aspectos do indivíduo, enquanto o relatório mexicano enfatiza questões institucionais, culturais e sociais. Apenas os grupos 2, 6 e 10 não repercutem nos seus relatórios, as questões relativas

às crises nas sociedades psicanalíticas.

De modo geral, as questões institucionais são discutidas em termos de teorias sociais, que se distinguem das teorias psicanalíticas. Permanece a questão sobre a possibilidade de extrapolar o conhecimento psicanalítico à compreensão de campos mais amplos da coletividade humana. A teoria e a clínica psicanalítica permanecem como denominadores comuns aos psicanalistas. Os relatórios confirmam a existência das crises nas instituições psicanalíticas e questionam como compreendê-las analiticamente.

Por outro lado, transcender as fronteiras da clínica é considerado por alguns grupos como onipotência. Na discussão sobre questões sociais, há a preocupação em não transformar a psicanálise em um partido político. Na experiência argentina, a politização do movimento analítico que desencadeou no racha na APA, deixa marcas profundas nas instituições psicanalíticas latino-americanas: o medo da politização, da ideologia ameaça a contaminação do movimento analítico e, evidentemente, as relações hierárquicas de poder.

As questões coletivas continuam preocupando os psicanalistas, mas o inconsciente continua restrito à relação dual. Uma exceção é a síntese apresentada pelo grupo 6: “Por outro lado, considerou-se o problema da identidade do analista, em confronto com os conteúdos manifestos culturais e as dinâmicas *inconscientes pessoais e coletivas*”⁷¹(SÍNTESES, 1974, p. 526) Dinâmicas inconscientes coletivas não são objeto de investigação da psicanálise mas constantemente emergem quando a identidade do analista está sendo confrontada.

La Porta, pioneiro do trabalho com grupos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, critica o refúgio de psicanalistas no consultório em função de uma proibição

⁷¹ Grifos meus

que não é explicitada por ele, que é:

Os psicanalistas não se sentem à vontade ao examinar a cultura, por exemplo, e se refugiam no consultório onde estudam um, dois, três casos. Isto teria sido em razão de uma proibição sofrida pelo analista. Freud começou de forma mais ambiciosa e a psicanálise engloba o estudo da sociologia, das instituições, etc. (SÍNTESES, 1974, p. 536)

O trabalho de Jaques é citado no grupo 9. O grupo pergunta se as instituições psicanalíticas podem ser continentes adequados para as ansiedades psicóticas, permitindo assim, a evolução da criatividade de seus membros. Sobre os analistas didatas, o grupo entende que o isolamento é uma proteção institucional necessária por conta do trabalho que realizam.

Em trabalho apresentado por Rolla (1975) neste Congresso e publicado na RBP, o autor questiona os efeitos da institucionalização no empobrecimento da produção científica da psicanálise. Lança sua crítica sobre a “verdadeira psicanálise”, entendida por ele como um fenômeno institucional:

Questiono se esta problemática, não corresponde ao fato de que se tenha assimilado a denominação “escola tal ou qual” a certas variáveis, destacada do corpo primitivo da teoria, tal qual formulada por Freud, com característica de psicanálise verdadeira, não mecanicista, dinâmica. (ROLLA, 1975, p.158-159)

A crítica deste autor refere-se ao caráter de reprodução que as ideias comunicadas nos trabalhos científicos assumem durante os congressos. Os grupos estão fechados em torno de escolas e predomina a parte política de adesão ao grupo em relação à atividade científica. Assim, os materiais clínicos apresentados já são confeccionados para confirmar as hipóteses de uma determinada linha de pensamento ou escola. Do outro lado, da parte de quem escuta, há a discordância imediata, quando o trabalho apresentado vem de outra escola. Esta dinâmica conserva no poder os chefões que lideram certos grupos ou escolas. Citando Bion, o autor conclui:

Em outras palavras, quando se institucionaliza uma burocracia a fim de manejar a produtividade dos membros, os problemas se tornam mais agudos, uma vez que se torna cada vez mais difícil a comunicação entre nós, sobretudo a respeito daquilo que investigamos em psicanálise (ROLLA, 1975, p. 169)

Rolla (1975) lembra que as modificações técnicas realizadas por Freud trouxeram novas contribuições para o seu trabalho. O autor não discute modificações na técnica psicanalítica como o trabalho com grupos e, citando Freud (1937) em “Análise Terminável e Interminável”, define uma análise como o “intercâmbio entre dois indivíduos” (ROLLA, 1975, p.162).

12.6 A regulamentação da psicanálise

Para Cabernite (1972), a regulamentação da psicanálise tem como objetivo conter a:

(...) invasão astronômica de uma juventude mal preparada, pondo em risco a saúde mental daqueles que os procuram enganados e atraídos por preços baixos e outras vantagens que o desrespeito e o desconhecimento científico lhes permitem oferecer, quando não derivam também de uma falta de escrúpulos. (CABERNITE, 1972, p. 30).

Em 1972 foram realizados estudos para a regulamentação da psicanálise. Dentre as práticas propostas como atribuição do psicanalista, segundo relatório oficial da SBPSP apresentado por Ferrari (1972), estava a extensão da psicanálise para a psicoterapia de grupos (SILVEIRA, 2007). Chama atenção o pedido de Marcondes: “os cursos do Instituto não deveriam ter o objetivo restrito de finalidade psicoterápica” (FERRARI, 1972, p. 24). Marcondes preocupa-se com a aplicação da psicanálise para outros campos das ciências humanas. No entanto, o espírito pioneiro de Marcondes, que tinha como fundamento a expansão e democratização da psicanálise, perde cada vez mais espaço para a verdadeira mina de ouro do

psicanalista: a clínica.

Em 1974 o noticiário da ABP anuncia que “as pesquisas e estudos levados a cabo pela ABP trouxeram como conclusão que o mais conveniente é não fazer nada no sentido da regulamentação” (ABP, 1974, p.405) Dentre os motivos, a preocupação seria com a perda do controle hegemônico da IPA: “Os inconvenientes são que quaisquer outros órgãos de formação poderão pleitear o mesmo favor e, além disso, há a necessidade de prestação de contas ao MEC e a fiscalização por parte deste” (ABP, 1974, p.406). Neste caso, a tentativa de legitimar juridicamente o domínio do campo aos filiados da IPA teria justamente o efeito inverso, pois abriria para outros grupos a possibilidade da posse sobre a psicanálise e submeteria as associações a uma regulamentação externa. O caráter narcísico das sociedades não encontra legitimidade na Lei, prevalecem, assim, as leis internas.

12. 7 O trabalho com grupos

Em comentário sobre o trabalho: *Contribuições para uma psicoterapia de grupo com coronioptas*, de Jayme Sandler, Martins (1975) fala sobre a “(...) controvérsia que poderá suscitar a inclusão de um trabalho como o do Dr. Sandler num Congresso Psicanalítico” (Martins, 1975, p. 454):

(Segundo o) Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo realizado em Porto Alegre, (...) a Psicoterapia Analítica de Grupo é uma “aplicação da Psicanálise, um instrumento terapêutico baseado em seus princípios - enfim, um ramo da ciência psicanalítica”. Para esses, nenhuma estranheza poderia causar a inclusão de contribuições referentes à psicoterapia de grupo neste Congresso. Para outros, porém, o tema seria alheio à temática de nosso Congresso. Imaginando a possibilidade de tal controvérsia (...) direi que concordo com os dois pontos de vista. Sim, considero ser a psicoterapia psicanalítica de grupos uma aplicação da psicanálise, uma aplicação valiosa do conhecimento psicanalítico aos grupos humanos. E não poderia ser outra minha opinião, praticante que sou dessa modalidade terapêutica que me aparece de extraordinário valor e notável importância. Contudo, não propugnaria a inclusão maciça de trabalhos referentes a essa aplicação da psicanálise nos

Congressos Psicanalíticos. Minha opinião é similar à de Romanowski quando afirma, no Relatório da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Porto Alegre ao Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo de: ‘Psicanálise e Psicoterapia Analítica de grupo, entretanto, não são sinônimos’. Ambas possuem, segundo creio, concordando com Romanowisk, identidades autônomas e diferenciadas. A Psicoterapia Analítica de Grupos parece-me, possuí, no âmbito de suas Sociedades e de seus Congressos, razoável e suficiente ambiência para ser discutida. Não necessitaria, portanto solicitar debate e aprovação daqueles que lhe são alheios, indiferentes ou hostis. (...) Acredito que seria pura perda de tempo alongarmo-nos em considerações teóricas, já bastante debatidas por todos, a respeito das relações existentes entre psicoterapia analítica de grupos e Psicanálise (MARTINS, 1975, p. 454).

A “ambiência” a que se refere Martins não foi suficiente para que o movimento analítico brasileiro mantivesse a continência para esta modalidade de trabalho: cada vez mais, as Sociedades de Grupo entraram em decadência, ao longo dos anos 1970 (SILVEIRA, 2007). Com a delimitação das fronteiras da psicanálise para o “intraprésiquico”, cada vez mais a extensão da psicanálise fica impossibilitada e o grupo desaparece do movimento analítico brasileiro associado à IPA. No regulamento de edição de 1971 da RBP, os trabalhos com grupos poderiam ser publicados na sessão de psicanálise aplicada. Apenas o trabalho de Martins citado acima menciona o trabalho com grupos no título. Breves menções a esta modalidade de atendimento foram encontradas em nove textos (SILVEIRA, 2007).

A polêmica já havia sido anunciada por Bicudo, quando tentou incluir o trabalho com grupos como atribuição do psicanalista, durante as discussões sobre a regulamentação da psicanálise, em 1972:

Uma das áreas de divergência entre os psicanalistas refere-se à aplicação da psicanálise à psicoterapia de grupo. Considerando que os mecanismos psíquicos, a transferência e a resistência não operam somente na relação bipessoal da situação analítica, mantemos o ponto-de-vista de que a técnica psicanalítica pode adaptar-se à análise de grupo, isto é, à análise de pessoas interagindo com o analista e concomitantemente dispendo de outros componentes do

grupo para continente da transferência e das identificações projetivas (BICUDO, 1972 , p. 293).

A impossibilidade de poder se pensar sobre estes mecanismos psíquicos e resistências mais além do que na relação bipessoal, apesar do insistente retorno do recalado, contribuiu para que a técnica analítica não pudesse se adaptar à análise do grupo. Muito menos, o cobre do grupo, sob o chumbo grosso da ditadura, poderia ter permissão para ser legitimado como um método de produção do conhecimento que poderia expandir a psicanálise. Após 1971, autores como Zimmermann, Walderedo, Bahia, La Porta e Blay, fundadores das Sociedades de Grupo, não mencionaram mais nas suas qualificações, quando publicaram artigos na RBP, suas filiações às sociedades de grupo. No entanto, apesar de não serem mais publicados trabalhos sobre psicoterapia analítica de grupos, a RBP continuou a publicar em seus noticiários os congressos de grupos entre os anos de 1971 e 1976. Apesar de insistentemente denegada, a questão do grupo sempre esteve por ali...

Capítulo 13: conclusão

Manhães e Hoirish publicam em 1970 um artigo sobre a relação entre Freud e o movimento analítico. Este artigo é escrito em um momento de transição entre os dois períodos analisados neste trabalho. No artigo, é realizada uma leitura dos estudos freudianos sobre a vida grupal e a cultura. Estes trabalhos constituem “verdadeiras sugestões a serem seguidas pelas sociedades psicanalíticas” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 240-241). Segundo os autores, embora não tenha tratado explicitamente do problema, nestes textos Freud demonstrou preocupação com as instituições psicanalíticas e forneceu orientações de “*como orientar e reger*”⁷² uma instituição normativa” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 241).

Os autores perguntam: e se Moisés fosse Freud? Comparam a relação entre Moisés e seu povo; Freud e o grupo de psicanalistas no seu entorno; as sociedades da época em que o texto foi escrito. A relação entre a liderança e o grupo é tensa, daí a necessidade de figuras intermediárias: nos tempos de Moisés, os ministros protegem o rei da inveja do seu povo, bem como o povo das moléstias do soberano; no movimento analítico, o comitê secreto fez esta função; “*Esse papel de mediador sobrevive nos analistas (supervisores, professores de seminários e outros) entre os candidatos e seus próprios analistas*” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 243)

No Comitê, Freud formou uma fraternidade, ao contrário do isolamento a ele imposto pela IPA, onde a relação era tensa. Freud estava preocupado com a adoração às suas ideias tal como o povo de Israel adorava o bezerro de ouro. Temia a desagregação da “família psicanalítica” pela inveja, ciúmes e rivalidade de seus filhos simbólicos. Ele publica o *Futuro de uma ilusão* no mesmo ano da dissolução do comitê, em 1927: “cabe esperar que a psicanálise sobreviva a mim, porém de todos os

⁷² Grifos do autor

modos é este um final sombrio para minha vida” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p.244). Em *Carta a Jones*, Freud demonstrava estar cético em relação a Klein e decepcionado com o desprestígio de sua filha Ana na sociedade britânica. Ao mesmo tempo em que depende do grupo para a continuidade da psicanálise, Freud não está disposto a fazer concessões em nome do grupo: “Existe o perigo de que, para conservar sua influência, (os líderes) façam às massas maiores concessões que estas a eles, portanto, parece necessário que a posse dos meios do poder os faça independentes da coletividade” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 245) .

Para Freud, a psicanálise não era uma doutrina religiosa, entendida como “algo fadado a alimentar ilusões”, no entanto, no seu processo de institucionalização, “deve ter sentido que talvez fosse procedente dar ao grupo normas e organizações análogas às impressas pela religião” (FREUD, 1927, p.24, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 2455)

Freud estava preocupado com a “Ineficácia dos argumentos contra as paixões” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 245). Sabia que instituições só podem ser mantidas por meios de códigos e leis implícitos e explícitos, portanto, foram necessárias leis rigorosas para “civilizar” as “massas incultas”. Freud, como Moisés, abriu os olhos do seu povo e logo foi necessária “a criação de leis rigorosas para contê-los e fazê-los progredir” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 245)

Freud esperava das novas gerações que elas fossem educadas e que tivessem experimentado desde cedo os benefícios da cultura, o mais precioso patrimônio, e estivessem dispostas a “fazer todos aqueles sacrifícios necessários para a sua perpetuação” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 245). No

entanto, “Cada indivíduo é, portanto, um inimigo virtual da cultura, que deve ser defendida contra as tendências hostis do homem” (FREUD, 1927, apud MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 245)

Outros aspectos da institucionalização da psicanálise também são discutidos. Em *Mal Estar na Cultura* (1930), Freud discutiu as dificuldades em regular as relações nos grupos sociais, sublinhando as vantagens obtidas em alianças fraternas como um passo decisivo para a história da vida grupal. Outro aspecto a ser considerado nesta análise diz respeito à formação do contrato narcísico: tal como Moisés, “É impressionante a concepção de um deus, de repente, ‘escolhendo um povo’, fazendo-o ‘seu povo’ e criando a ideia de *povo escolhido*” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 246) fato que até hoje perdura nas sociedades psicanalíticas que elegem seus membros e candidatos .

Certos traços de personalidade de Freud, como sua ambição e energia, “(...) podem levar um jovem renovador a atitudes de liderança despótica, com conseqüências muito conhecidas nos movimentos grupais e vivenciadas de maneira muito dolorosa pelo próprio líder, como aconteceu na história do movimento psicanalítico” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 247). Mas, com o tempo, Freud transformou-se em um patriarca sábio, justo e honesto. *Moises e a religião monoteísta* (1937) é um livro de autocrítica, onde Freud, ao visualizar sua posição de criador de uma teoria, de divulgador e condutor de um grupo, compreendeu as alternâncias e concomitâncias das posições masculinas e femininas que teve que adotar. Este insight permitiu a Freud descrever as vicissitudes do movimento analítico, que nasce como uma criança ligada ao seio materno e que progride da mãe para o pai.

Os autores falam de “Fantasias coletivas” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p.247) que reeditam as vicissitudes das hordas humanas: as sociedades vêm evoluindo

desde uma horda primitiva para sociedades científicas. Isto depende de analistas deixarem de ser crianças e aceitarem, livremente e racionalmente, as regras que norteiam e alicerçam as instituições. Líderes autoritários ainda perduram e são improdutivos para o progresso do movimento analítico.

Segundo os autores, Freud lutou tenazmente, lidando com grupos psicanalíticos e estudando fenômenos coletivos para encontrar formas de elaborar instituições apoiadas em regras e preceitos que pudessem, ao mesmo tempo, “emanar das lideranças e serem aceitas pelos liderados” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 248). A conclusão seria: ambos precisam crescer para se relacionar como adultos. A análise individual interminável e a compreensão dos fenômenos grupais seriam os meios, por excelência.

Dos trabalhos revisados, este é o que mais aprofunda a formulação de uma compreensão sobre o processo de institucionalização da psicanálise como um espaço intermediário entre Freud e o grupo de analistas. No embate entre o grupo e o sujeito do grupo, os autores discutem a violência inerente ao processo de institucionalização. A regulamentação das normas torna possível a vida em grupo. Para lidar com o fundo de destrutividade de cada sujeito e do grupo, foram criadas regras rigorosas, leis e organizações semelhantes às “impressas pela religião.” Esses foram os sacrifícios necessários ao processo de perpetuação: a sacralização caminha, desde as origens da psicanálise, lado a lado com a formação de uma comunidade científica.

E a psicanálise chega ao Brasil, país cujas origens remetem à colonização portuguesa. As poucas palavras que seguem sobre o processo de colonização servem apenas para situar um tipo de relação de poder entre colonizador e colonizado. A ocupação e exploração do território brasileiro pelos europeus e o extermínio dos nativos foi simultânea ao processo de expansão do catolicismo. Juntamente com os

exploradores, vieram os missionários, encarregados de salvar as almas dos índios, considerados animais por não terem sido batizados sob os princípios do catolicismo. Na exploração do território brasileiro, observamos uma inversão: não é Portugal que contraiu a dívida com o Brasil pela exploração de suas riquezas, mas os nativos que contraíram a dívida com a colônia pela salvação das suas almas. Assim continuaram a vir da metrópole os exploradores e colonizadores. Instalaram no país um sistema de privilégios que naturalizou um sistema de domínio e exploração de coisas e pessoas, como durante o escravagismo. Estas raízes estão presentes no metaquadro das alianças da cultura brasileira que dá suporte ao processo de institucionalização do movimento analítico brasileiro.

Em território brasileiro, a sacralização da psicanálise e a pureza do seu ouro constituem alianças inconscientes a serviço da sua continuidade, mas no contexto de um regime totalitário, e como uma atividade econômica lucrativa, tornam-se também uma base psíquica que dá sustentação à manutenção do poder de uma classe dominante. As rígidas normas não são apenas para proteger a psicanálise, mas para proteger quem dela se torna o legítimo herdeiro, como os herdeiros das capitâneas hereditárias, que lotearam o território brasileiro entre os portugueses e seus descendentes, em prol da obtenção de interesses pessoais. A ligação com a metrópole garante a legitimidade do verdadeiro dono da colônia.

Em 1976, Barcellos publica *Narcisismo e vicissitudes do direito nas sociedades de psicanálise*. Durante a abertura política brasileira, ele discute, nesse texto, a relação entre o poder nas sociedades psicanalíticas e o narcisismo. Sobre o abuso do poder, Barcellos cita um autor do campo do direito “(...) Esse poder, no entanto, longe de atingir ao absolutismo ilimitado, tem de se representar nas lides

estabelecidas pela lei, ao fixar as normas reguladoras do exercício das suas funções ou encargos (...)” (SANTOS, s/d, apud BARCELLOS, p. 444).

Na história das sociedades psicanalíticas, o autor lembra que, desde suas origens, os conflitos “cunharam a nossa matriz, qual fado da volta do recalado, emergem ainda ativos ou em potencial, variando apenas na geografia, mas não nos resultados” (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 445). Todo psicanalista dirige ao seu grupo suas tendências de conservação e progresso e, por outro lado, as regressivas e destrutivas. “Muito se tem pesquisado e averiguado sobre estas mais variadas molduras que contém o analista em sua realização grupal e profissional (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 446).”

Na clínica, o narcisismo do analista pode compor uma relação destrutiva com o analisando, a serviço da pulsão de morte:

Um elemento dessa natureza traduz estruturas egóicas deficitárias, mais expostas à frustração e, assim, muito necessitadas de apoio do analisando, a nosso ver, por passar este uma parte considerável da libido narcísica (5-cap. VII) e suscetíveis, portanto, de estabelecerem um vínculo parasitário, isto é, no sentido de que o produto final dessa associação é a destruição de ambas as partes (p. 446). Um trabalho de análise assim conduzido sob insidiosa distorção se arrastará difícil e prolongado, a serviço inexorável do instinto de morte. (MANHÃES, HOIRISH, 1970, p. 446).

Da aliança estabelecida na clínica, este impasse emocional transborda para as agremiações: o grupo será o depositário destes aspectos. O grupo tem uma função central na vida psíquica do narcisista, pois ele raramente é capaz de viver sozinho. Segundo Balint (1965):

Chegamos à conclusão de que os homens e as mulheres verdadeiramente narcisistas, em realidade, fingem; dependem desesperadamente de seu meio, seu narcisismo pode preservar-se somente com a condição de que seu meio esteja disposto, ou se veja forçado a cuidá-los. Isto é assim, no geral, desde o maior dos ditadores até o mais pobre dos catatônicos (BALINT, 1965, apud BARCELLOS, 1976, p. 447).

Estes elementos são as bases das alianças narcísicas de um grupo de analistas: “montada agora em seus ingredientes essenciais, essa aliança consentida pelos motivos contratransferenciais expostos, desemboca na formação de círculos ou grupos que chamaremos de Narcísicos (BARCELLOS, 1976, p. 447)”

O líder narcísico no grupo basta-se a si mesmo e, como consequência, mantém afastado tudo o que possa fazê-lo inferiorizado. Ele tem, nos demais do seu grupo, prolongamentos do seu próprio ego, como o protozoário em relação aos pseudópodos dele destacados: “Chamaremos a essas Pessoas-Pseudópodos de “*Filhos Incondicionais*” e fecha-se o ‘sistema narcísico’(6, cap II), tentativa de negação da realidade, pois pretende nestes a perpetuação do líder no mundo externo” (BARCELLOS, 1976, p. 447). Formando um pacto narcísico, os líderes narcísicos investem nos seus filhos submissos, que renunciaram a uma identidade destes filhos, refluem investimentos narcísicos para o Líder, incrementando seu sentimento de grandeza, sua força e poder grupal. Configura-se assim, “um sistema fechado que se autopotencia” (BARCELLOS, 1976, p. 447).

Sendo este sistema narcísico um sistema fechado, mortífero, a relação com o objeto é precária, o que inviabiliza os investimentos que formam as bases de uma vida científica:

Assim, a nível das Sociedades de Psicanálise e em função do contexto histórico, poderemos detectar o Grupo narcísico em variável hierárquica: como *establishment* ou não, e em virtude das características dinâmicas expostas, este Sistema tenderá ao abuso de poder caracterizado por um permanente confronto com o princípio da realidade, na medida em que é representado nos demais membros da comunidade, tomados como representantes do objeto mau, na forma de controles, hegemonias, discriminações etc. incapazes, portanto, de um conagraçamento verdadeiro e fecundo para a preservação das prerrogativas de harmonia grupal e desenvolvimento científico da comunidade psicanalítica (BARCELLOS, 1976, p.448).

Conforme afirma Kaës, o grupo é a quarta ferida narcísica para a humanidade, e, também, uma importante ferida narcísica para a psicanálise da qual ela se defende, durante o período analisado. Os constantes ataques aos espaços intermediários, desde o metaquadro social até o quadro institucional, sustentam uma clivagem que coloca a psicanálise em condições estritamente narcísicas: a retração narcísica volta a libido para a autopreservação.

A psicanálise *precisa* dos espaços intermediários e do grupo para refazer a sua ligação com o mundo e nele sobreviver. Afinal, a continuidade da vida acontece pelo outro, pelo grupo e não pelo Eu. É a libido voltada ao plasma germinal que garante a continuidade e a transmissão narcísica da vida, recolocando a libido na sua função de estar a serviço da perpetuação da vida e não da perpetuação narcísica da imortalidade do Eu, base da transmissão narcísica da morte.

A cultura, segundo Freud, é o bem mais precioso que podemos herdar, sermos portadores, e que podemos transmitir para as próximas gerações.

É grande, provavelmente utópico, construir uma cultura de grupo, que coloque o nosso narcisismo a serviço das gerações futuras e da continuidade da vida. Mas este é o nosso desafio.

Referências Bibliográficas

ANZIEU, D. *L'auto-analyse de Freud et la découverte de la psychanalyse*. Presses Universitaires de France, Paris, 1975.

_____. *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

AULAGNIER, P. *La Violence de l'interprétation*. Presses Universitaires de France, Paris, 1975.

BARCHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAREMBLITT, G.F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. *Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupos*. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP. 1975.

BLEGER, J. - Psicanálise do Enquadramento Psicanalítico. In: *Simbiose e Ambiguidade*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.

_____. *psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artmed. 1984.

_____. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

BRUN A. Miroirs du narcissisme: cliniques de la psychose. *Journal de la psychanalyse de l'enfant*. Paris, v. 1, n. 1, p.185-207, jan/jun. 2014.

CABERNITE, L. Sessão de instalação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA DE GRUPOS, 1., 1968. Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: Associação Brasileira de Psicologia de Grupos, p. 31-38, 1968.

CAMARA, M. 1987 *História da psicoterapia de grupo*. In Py, L. A. (Org.).

Grupo sobre Grupo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CASTELLAR, C. et al. A seleção de pacientes para grupoterapia. In PY, L. A.(Org.). *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CASTORIADIS, C. *A Instituição imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA DE GRUPOS, 1., 1968. Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: Associação Brasileira de Psicologia de Grupos, p. 31-38, 1968.

COSTA, J. F. *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COELHO, N. S. *Intersubjetividade: Conceito e experiência em psicanálise*. *Psicologia Clínica- PUC-RIO*, p.61-74, v. 14, n, 1, jan. 2002.

COELHO, N J. E.; FIGUEIREDO, L. C. *Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade*. *Interações - Estudos e Pesquisa em Psicologia*, São Paulo. v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

COIMBRA, C.M.B. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'milagre'*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

ENCONTRO DO JORNAL DE PSICANÁLISE. Grupos: uma questão viva em nossa Sociedade. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo. v. 48, n. 88. p. 173-186, 2015.

FARR, R. M. *As Raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FERNANDES, M.I. *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

_____. *De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo*. Tese de Doutorado em psicologia social. Universidade de São Paulo, 1989.

FERNANDEZ, A. M. *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FIGUEIRA, S. *Freud e a difusão da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FIGUEIREDO, L.C. *A pesquisa clínica em psicanálise: reflexões a partir de André Green. Percurso*. Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. 2013.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 5). 1980.

_____. (1913). *Totem e tabu*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 14). 1980.

_____. (1914). *Sobre o narcisismo*. Trad. Paulo César de Souza: Companhia das Letras, (Obr. Compl. de S Freud. v. 12). 2010.

_____. (1919) *Sobre o ensino da psicanálise na universidade*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v.16.). 1980.

_____. (1920). *Além do princípio do prazer*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v.18).1980.

_____. (1921) *Psicologia de grupos e análise do Ego*. Trad. Paulo César de Souza: Companhia das Letras, (Obr. Compl. de S Freud, v. 18). 2010.

_____. (1923 [1922]). *Dois verbetes de enciclopédia* in: Freud Sigmund. *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego*. in *Obras completas de Sigmund Freud* (23 v.), v.18. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1925[1924]). *Resistência à psicanálise*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v.19). 1980.

_____. (1926). *A questão da análise leiga*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v.20). 1980.

_____. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 22) 1980.

_____. (1930). *Mal estar na civilização* . Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 22). 1980.

_____. (1933). *Por que a guerra?* Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 22). 1980.

_____. (1933 [1932]) *A questão de uma Weltanschauung* in Novas conferências introdutórias. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 22).1980.

_____. (1937). *Moisés e o monoteísmo*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (Ed. St. Bras. das Obr. Compl. de S. Freud, v. 23). 1980.

GADAMER, HG. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GAILLARD, G. Aparelhagem psíquica, destrutividade e Kulturarbeit: elementos para uma clínica da instituição. *Percursos*: São Paulo, v. 52, p. 17-26. 2014.

GAILLARD, G. GIMENEZ, G. Narcisisme, créativité et prédation dans les groupes institués. *Bulletin de psychologie*, n. 526, p. 323-332. 2013/2014

GAY, P. *Uma vida para nosso tempo*. Companhia das letras. 1989.

GERBER, I. Caminhos da intersubjetividade: Ferenczi, Bion, Matte-Blanco. *Psicologia USP*, São Paulo. v.10, n.1, p.141-155, jan. 1999.

GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

_____. O intrapsíquico e o intersubjetivo: pulsões e/ou relações de objeto. *Revista de psicanálise da SPPA*. 12(1): 51-83, jan. 2005

GUIRADO, M. *Psicologia Institucional*. 2ª edição. São Paulo: EPU, 2004.

HABERMAS, J. *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. *Fundamentação linguística da sociologia*. (Obras escolhidas de Jürgen Habermas; 1) Lisboa: Edições 70, 2010

_____. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

JAQUES, E. Los sistemas sociales como defensa contra las ansiedades persecutoria y depresiva. *In Nuevas direcciones en psicoanálisis*. Buenos Aires, 1955.

KAËS, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: Kaës, R. et al. (Orgs.). *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

_____. La matrice groupale de l'invention de la psychanalyse. Esquisse pour une analyse de premier cercle autour de Freud. In KAËS, J. (org). *Les voies de la psyché*. Hommage à Didier Anzieu. Paris, Dunod. 1994

- _____. *O Grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- _____. Travail de la mort et théorisation. Le groupe autour de Freud entre 1910 et 1921. In: GUILLAUMIN, J. Et al. *L'invention de la pulsion de mort*. Paris, Dunod. 2000.
- _____. *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e compartilhada*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.
- _____. *La Palabra y el Vínculo*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005a
- _____. Souffrance et psychopathologie des liens institués: une introduction. in *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. KAËS, R. (org) Dunod, Paris, 2005b
- _____. Lógicas del inconsciente e intersubjetividad. Trazado de una problemática. *Revista de la AAPPG*. Tomo XXXIII tomo II, 2009
- _____. *Um Singular Plural*. São Paulo: Loyola, 2011a
- _____. A instituição como herança: mitos, fundação, transmissões, transformações. in *A instituição como herança: mitos, fundação, transmissões, transformações*: Ideias & Letras. São Paulo. In 2011b
- _____. *As alianças inconscientes*. Ideias & Letras. São Paulo. 2014.
- _____. *L'extension de la psychanalyse. Pour une métapsychologie de troisième type*. Paris, Dunod, 2015
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LACAN, J. *Autres Écrites*, Éditions du Seuil, Paris, 1973

LANGER, M. (Org.). *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELLO F. FILHO, O. Primórdios: psicoterapia analítica de grupo – a trajetória de uma ideia e de uma práxis. In: Fernandes, W. et al. (Org.). *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENZIES, I.E.P. El funcionamiento de los sistemas sociales como defensa contra la ansiedad - Informe de un estudio del servicio de enfermeras de un hospital general. In: MENZIES, I.E.P., JACQUES, E. *Los sistemas sociales como defensa contra la ansiedad*. Buenos Aires: Paidós, 1974.

MEZAN, R. Viena e as origens da psicanálise. in *A formação cultural de Freud*. Perestrelo, M. (org). Rio de Janeiro, Imago, 1996)

_____. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2003

OLIVEIRA, C. L. M. V. *História da psicanálise - São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta, 2006.

PASCHE, F. L'Antinarcissisme. *Revue Française de Psychanalyse*. Paris, v. 29, n. 6-5, pp 503-518., 1964

PERESTRELLO, M. (Org.). *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: suas origens e fundação*. Rio de Janeiro: Imago. 1987.

PHILIPS, F. J. *Psicanálise do desconhecido*. São Paulo: 34, 1997.

PINEL, J.P. La déliaison pathologique des liens institutionnels. Perspective économique et principes d'intervention. in *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. KAËS, R. (org.) Dunod, Paris, 2005

_____. A construção do dispositivo de intervenção à prova das mutações institucionais contemporâneas. in *A instituição como herança: mitos, fundação, transmissões, transformações: Ideias & Letras*. São Paulo. 2011

RODRIGUES, H.B.C. *No rastro dos "cavalos do diabo": Memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-*

institucionalismo no Brasil. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002

ROUSSILLON, R. Espaços e práticas institucionais. O quarto do despejo e o interstício. In *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

ROUCHY, DESROCHE, M. S. *Instituição e Mudança: processo psíquico e organização*. São Paulo, Casa do Psicólogo: 2005.

RUSTIN, M. The social organization of secrets: towards a sociology of psychoanalysis. In *International Review of Psychoanalysis* 12: 143-59. 1985

SOCIEDADE PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE [Org] Obra comemorativa aos 50 anos da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre: Artmed, 2014.

SILVEIRA, F. *O Grupo e o Movimento analítico Brasileiro: 1967 a 1976*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.

_____. O trabalho com grupos e as fronteiras do movimento analítico brasileiro: 1967 a 1976. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo. v. 48, n. 88, pp. 257-270. 2015

VELLOSO, M.A.F., MEIRELES, M.M. *Seguir a aventura com Enrique José Pichón-Rivière: uma biografia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

VIANNA, H. B. *Não conte a ninguém...: contribuições à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ZALTZMANN, N. *A pulsão anarquista*. São Paulo: Escuta, 1993.

ZIMMERMANN, D. Sessão de instalação. In: *Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupos*, 1., 1968. Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Associação Brasileira de Psicologia de Grupos, p. 31 -38, 1968.

Relação dos artigos da Revista Brasileira de Psicanálise consultados e citados.

ANDRADE, V. M. Psicanálise e economia política. *Revista Brasileira de Psicanálise* São Paulo, v. 6, n. 3,4, p. 322-343, jul./dez. 1972.

_____. Velocidade e instinto de morte. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 191-221, abr./jun. 1974.

ARAICO, J. R. Identificação e identidade na cultura atual. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 477-507, out/dez. 1974.

ASSOCIAÇÃO VENEZUELANA DE PSICANÁLISE. Relatório. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 281-306, jul./set, 1974.

_____. Regulamento de edição. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 3, jul./set. 1974.

BARBOSA, S. A. A. Influência do setting psicoterápico em certos aspectos da transferência: psicanálise e psicoterapia de grupo, *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 405-411, jul./set. 1967.

BARCELLOS, R. Narcisismo e vicissitudes do direito nas Sociedades de Psicanálise. *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 443 - 451, out./dez. 1976.

BICUDO, V. L. Incidência da realidade social no trabalho analítico. *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 3,4, p. 282-305, jul/dez 1972.

_____. A mensagem de "Roda Viva". *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v 2, n. 2, p. 231-244, abr./jun. 1968.

_____. Regressão no processo analítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*,

São Paulo, v.3, n.3,4, p. 491-517, jul./dez.1969.

BION, W. R. A grade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 103-129, jan./mar. 1973.

BLAY NETO, B. Conceito de interpretação grupal. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 527-533, out./dez. 1968.

_____. O Grupo como um todo: um enfoque psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 3, n. 3,4, p. 416-422, jul/dez.1969.

CABERNITE, L. Regulamentação da profissão de psicanalista. *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 1,2, p. 28-36, jan./jun.1972.

CAPISANO, H. F.; KOCH, A. Influência histórico-social na atitude analítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 3,4, p. 344-356, jul./dez. 1972.

ETZEL, E. sobre a dinâmica e psicoterapia de grupo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 390-400, jul./set. 1967.

FERRÃO, L. M. Reabilitação e adaptação em psiquiatria. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 413-422, jul./set.1967.

_____. Troca de idéias sobre psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 306-316, jul./set.1969.

_____. A auto-análise de Freud e o "Caso Dora". *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v.2 n. 2, p 257-272, abr./jun. 1968.

FERRARI, A. B. A Profissão do psicanalista, sua regulamentação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 1,2, p. 5-27, jan./jun.1972.

_____. Instinto de morte (Contribuição para uma sistematização de seu estudo). *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 487-526, out./dez.1968.

FERRER, E. S; FERSCHTUT, G.; GIOIA, T.B.; KAPLAN< A. G.; KNOBEL,

M.; e les chers RABON, M.; SZPILKA, J. I. . Identificação e identidade na cultura atual. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 451-475. out./dez.1974.

GALVÃO, L. A. P. Notas para a história da psicanálise em São Paulo, *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1 n. 1 p. 46-66, jan./mar.1967.

_____. Pré história e história da Revista Brasileira de Psicanálise. *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-41. jan./mar.1976.

_____. Reflexos da análise didática na vida científica de Sociedades de Psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v.1 n.3, p. 365-387, jul./set.1967.

_____. Sôbre o exercício da psicanálise: uma nova profissão. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1 n. 2. P 250-262, abr./jun.1967.

GARCIA, A. Um Aporte a la selección. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 255-265, abr./jun. 1974.

GRIMBERG, L. Identidade e ideologia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 5, n. 1,2, p. 119-132, jan./jun1971.

MANHÃES M. P. Freud e as vicissitudes de uma Sociedade Psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 240-249, abr./jun.1970.

MARCONDES, D. Profundidade e alcance do tratamento psicanalítico: atuais restrições e perspectivas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n. 1. p. 101-113, jan./mar.1968.

MARIANTE, J. G. Alguns aspectos da técnica da psicoterapia analítica de _____. Resenha do livro *Psychoarhigiene y Psicologia Institucional* de José Bleger. *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 2 n. 3, p. 389-391, jun./set.1968.

MARTINS, R. B. Comentário sobre o trabalho "Contribuições para uma

psicoterapia de grupo com coronariopatas" do Dr. Jayme Sandler. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 453-456, out./dez.1975.

OLIVEIRA, W. I. Relatório apresentado pelo Dr. Walderedo I. De Oliveira. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 5, n. 1,2, P. 101-107, jan./jun.1971.

OTTALANGO, C. A.; SZTERLING, G. L; SZTERLING, F. Conflito de gerações, emergente de idéias nova. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 7, n.3, p. 321-338, jul/set 1973.

PAIVA, L. M. Atuação transferencial ou "acting out". *Revista Brasileira da Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n. 1 p. 62-92, jan./mar.1968.

PHILLIPS, F. J. Comentários sobre experiência conseguida na prática psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 1,2, p. 139-146, jan./jun.1972.

PRADO, M. P. A. Algumas considerações sobre psicanálise como profissão e sua regulamentação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 6, n. 1,2, p. 37-49, jan./jun. 1972.

RAMOS, D. Considerações sobre a metodologia psicanalítica. Estudos de revisão – notas iniciais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 1 n. 4 p. 534-541, out./dez.1967a.

_____. Psicanálise – ciência específica; Psicanalista – profissão especializada. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v.1 n. 1 p. 108-113, jan./mar.1967b.

RANGELL, L. Agressão, Édipo e perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 5, n. 3,4, p. 284-302, jul./dez.1971.

REVISTA BRASILEIRA DA PSICANÁLISE - regulamento de edição 1969. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 3, n. 3,4, p. 348-341, jul./dez.

1969.

REVISTA BRASILEIRA DA PSICANÁLISE. *Noticiário especial. Revista Brasileira de Psicanálise*, Homenagem ao Prof. Durval Marcondes, São Paulo, v. 2 n. 3, p. 397-402, jul./set.1968.

REVISTA BRASILEIRA DA PSICANÁLISE. *Esclarecimento ao Público, Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 1 n. 3 p 303-304, jul./set. 1967.

RICKMAN, J. Metodologia de pesquisa em psicopatologia, metodologia de pesquisa em psiquiatria. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 205-216, abr./jun.1975

ROLLA, E. H. Sistemas de investigação em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 157-170, abr./jun. 1975.

SCHNEIDER, G; LA PORTA, E. M.; CABERNITE; L. BESOUCHET, I.; RIBEIRO, N. M. O conflito de gerações. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v.7, n. 3. p. 263-311, jul./set. 1973.

SÍNTESE DO RELATÓRIO: "O conflito das gerações". *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 312-320, jul./set. 1973.

SÍNTESES: Identificação e identidade na cultura atual. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 509-544, jul./set. 1974.

TERUEL, G. Recent trends in the diagnosis and treatment of marital conflict. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n.1, p. 114-139, jan./mar.1968.

UCHOA, D. M. conflito de gerações. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 141-218, abr./jun.1973.

UCHOA, L. M.; OIRISH, A Correntes atuais do pensamento psicanalítico,

Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. 4 n. 4, p. 512-543, out./dez.1969.

VAN DER LEEUW, P. J. Sobre a vida da sociedade psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 2 n. 2. P 287-298, abr./jun. 1968.

ZIMMERMANN, D. E Sessão de instalação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 417-427, jul./set. 1974.

_____. Contribuição ao estudo da técnica da interpretação em psicoterapia analítica de grupo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 95-109, jan./mar. 1970.